



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Sabrina Mangrich de Assunção

**Acessibilidade às Pessoas com Deficiência Visual em Áreas Protegidas no
Brasil**

Florianópolis

2023

Sabrina Mangrich de Assunção

**Acessibilidade às Pessoas com Deficiência Visual em Áreas Protegidas no
Brasil**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Orlando Ferretti
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Rosemy da Silva Nascimento

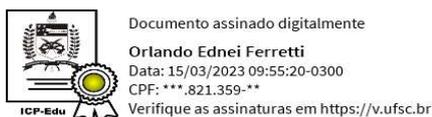
Florianópolis

2023

Sabrina Mangrich de Assunção

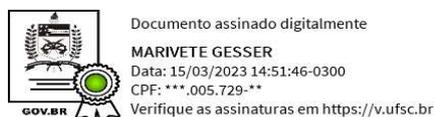
Acessibilidade às Pessoas com Deficiência Visual em Áreas Protegidas no Brasil

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, no dia 19 de dezembro de 2022, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:



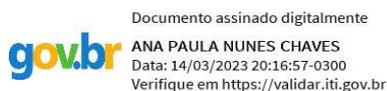
Prof. Dr. Orlando Ferretti.

Orientador



Prof^a. Dr^a. Marivete Gesser

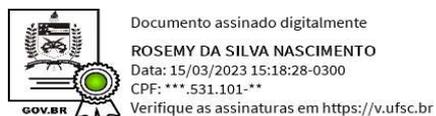
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof^a. Dr^a. Ana Paula Nunes Chaves.

Universidade do Estado de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia.



Prof^a. Dr^a. Rosemy da Silva Nascimento

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Florianópolis, dezembro de 2022.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Assunção, Sabrina Mangrich de
Acessibilidade às pessoas com deficiência visual em
áreas protegidas no Brasil / Sabrina Mangrich de Assunção ;
orientador, Orlando E. Ferretti, coorientadora, Rosemy da
Silva Nascimento, 2023.
239 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Acessibilidade. 3. Deficiência visual.
4. Áreas protegidas. 5. Unidades de Conservação. I.
Ferretti, Orlando E.. II. Nascimento, Rosemy da Silva.
III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Geografia. IV. Título.

Dedico este trabalho a minha mãe Marilda e meu pai Mauri por estarem comigo
nesta caminhada, pelo apoio e amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Primeiro gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui neste planeta aprendendo, evoluindo e de alguma forma, contribuindo.

Grata aos meus pais pela oportunidade de nascer. Por proporcionarem uma educação de qualidade, com conhecimento e princípios. O amor incondicional, carinho, paciência, compreensão, confiança, ensinamentos, incentivo, a estrutura e apoio foram fundamentais para eu chegar até aqui. A minha mãe, Marilda Marcia Mangrich de Assunção que esteve ao meu lado em todas as etapas do meu crescimento e que lutou incansavelmente para que eu tivesse as condições para meu desenvolvimento educacional e para minha autonomia pessoal, você é meu exemplo de perseverança. Ao meu pai, Mauri João de Assunção que contribuiu incansavelmente, me chamava para as refeições e levou de carro aos lugares quando precisei. Vocês sempre acreditaram em mim e, não me limitaram quando muitos simplesmente duvidaram.

A Samantha Mangrich de Assunção, minha mana, que é minha consultora de moda, empresta seus olhos sempre que eu preciso. Ao meu cunhado, Felipe Maeda Xavier, gratidão pelo auxílio, é mais um irmão que ganhei da vida.

Ao meu Irmão, Ramon Mangrich de Assunção que mesmo estando longe, eu sei que posso contar sempre. E gratidão ao meu sobrinho/afilhado Joaquim que veio para nos transbordar de alegrias. A Josiane Cordeiro, minha cunhada que é mais uma irmã que ganhei.

Ao Edgard Leite dos Santos Junior pelo carinho e apoio nos últimos meses. Foi fundamental!

Gostaria de agradecer ao Professor Orlando Ednei Ferretti, orientador deste trabalho, pelos ensinamentos, contribuições, sugestões, correções no decorrer da pesquisa. Grata pela paciência, dedicação, incentivo, principalmente quando eu quis desistir e não achei ser possível continuar, você foi imprescindível para eu chegar até aqui.

Agradeço também a professora Rosemy Nascimento da Silva, coorientadora deste trabalho e que participou da minha trajetória acadêmica desde a graduação.

Sempre de bem com a vida, com a certeza que tudo vai dar certo. Agradeço pelos materiais sejam textos ou táteis e sugestões que enriqueceram a dissertação.

Agradeço a Professora Marivete Gesser e professora Ana Paula Nunes Chaves, membros da banca pela leitura cuidadosa e contribuições, tanto na qualificação, quanto na defesa para que este trabalho esteja o melhor possível.

Agradeço ao Programa de pós-graduação em Geografia (PPGGeo) que oportunizou este espaço para eu desenvolver a pesquisa.

Aos professores do PPGGeo, pela acolhida, pelas disciplinas, ensinamentos, trocas e contribuições. A Renata e Helena por sempre estarem à disposição para esclarecer qualquer dúvida relacionada as questões técnicas e burocráticas.

Ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela bolsa de pesquisa de mestrado concedida nos primeiros 2 anos que possibilitou dedicação exclusiva a esta pesquisa.

Agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina, universidade pública de qualidade que oferece condições, estrutura e espaço onde podemos desenvolver nossos trabalhos e pesquisas para contribuir com uma sociedade mais justa e equitativa.

A todos que divulgaram em suas redes sociais o questionário e ou responderam, sem vocês não seria possível concluir esta etapa. Agradeço também, as pessoas que contribuíram com o pré-teste, suas contribuições auxiliaram a deixá-lo melhor.

Agradeço ao laboratório de análise ambiental (LAAm), pelo espaço, acolhimento, trocas com os colegas que pude compartilhar esses anos do mestrado: Natália, Tadeu, Talita, Yan, Claudenice, Vinicius.

Agradeço ao Laboratório de Cartografia Tátil Escolar (LabTate), pelos materiais adaptados, que me possibilitaram perceber o mundo através das mãos. Grata a todos os bolsistas e ao Humberto pela troca de conhecimento e amizade.

Agradeço ao Ambiente de Acessibilidade Informacional (AAI) presente na Biblioteca Universitária da UFSC. Pela digitalização, adaptação dos textos para torná-los acessíveis e descrição das imagens, gráficos e tabelas deste trabalho. O material que compôs os referenciais necessários para a elaboração deste trabalho e

dos materiais das disciplinas da pós, sempre adaptados com agilidade e presteza através dos bolsistas e das colaboradoras Clarissa Moraes, Jéssica, Patrícia, Suélen e a Clarissa Pereira.

Agradeço também, a Coordenadoria de Acessibilidade Informacional (CAE), sempre que possível, atendeu as demandas. Gratidão pela acolhida, aos bolsistas que acompanharam, e em especial a Vivian, Tatiane e Bianca, colaboradoras que tive mais contato.

Minha gratidão aos grupos de estudos que participei. Ao Observatório de Áreas Protegidas (OBSERVA) que permitiu troca com os colegas sobre as áreas protegidas, serviços ecossistêmicos, conservação, criação, implementação e gestão das UC. Ao Grupo de Estudos do Núcleo de Estudos sobre Deficiência (NED) da UFSC, as colegas Alana, Juliana Paiva, Juliana Martins, Karla, e todos que contribuíram de alguma forma. E ao Laboratório de Educação Inclusiva (LEDI/UEDESC), as professoras Geisa Böck, Rose Clér Beche e Solange da Silva, e as colegas Débora, Fabiane, Laureane e todos que fazem parte do grupo.

A Bruna Maffei pelo apoio psicológico nesta caminhada.

Aos geógrafos e amigos que sempre estiveram desde a minha graduação, Yanna, Márcio, Elaine, Karine, Diana, Priscila, Geovano, Leonardo vai meu mais que agradecimento por estarem ali em todos os momentos, sempre emprestando seus olhinhos e conhecimentos, risadas, lágrimas. Yanna além da amizade, a ajuda na construção do trabalho. Gratidão amigos!

Não posso esquecer da Vanessa, Michele Bellatto e Tarso pelas trocas neste período. Suas experiências na academia me ajudaram muito. Gratidão meus amigos.

Agradeço aos amigos próximos que estiveram comigo, principalmente no período de pandemia e contribuíram desde materiais, vivências, incentivo e momentos de descontração. Mauricio Almeida pelas conversas sempre agradáveis, sua sinceridade, objetividade e incentivos foram importantes, e sem esquecer da conta do Office. A Daniela de Oliveira, Daiane Mantoanelli, a Daiana Zanelato dos Anjos que converso sobre a deficiência, troca de materiais e experiências. O José Carlos, pelas conversas edificantes que sempre aprendo muito não apenas sobre audiodescrição. A Louise que luta por um espaço melhor na sua universidade.

A Eliseth pela troca de informações sobre livros. Os bruxos Caio e Valéria pela descontração.

A Michelle Frasson que emprestou sua casa para eu escrever, cedeu espaço no drive para eu ter a dissertação sempre ao alcance e ensinou a mexer em todas as ferramentas do Google, incluindo o formulário do google.

E aos amigos virtuais, Felipe Melo, Mariana Romano, Eduardo Américo que com sua presença e apoio, encurtaram as distâncias.

Muitas pessoas conheci neste período de pandemia que contribuíram de alguma forma e gostaria de agradecer a Júlia Exterkoetter, Juliana Kauana, Alexandre Martins, Luiz Amorim e Professor Marcelo, “Uma vez professor, sempre professor!”.

A todos os familiares que contribuíram de alguma forma, aqueles que me acompanham mais de perto, e torcem por mim, minha gratidão.

E a todos que irão ler, espero que esta pesquisa contribua para não apenas o desenvolvimento da ciência, mas também, para a acessibilidade. Espero que gostem!

*“Sentenças conscienciais, palavras jogadas ao vento.
Lutas a favor dos ideais, indo de encontro ao respeito.
Belezas naturais, vistas de norte a sul.
Lutas contra os imorais, proclamando entendimento.
Paisagens memoráveis, igualdade de sensações.
Direito de todos, sem restrições.
O amanhã não lhe pertence, nunca deixar para depois.
Justiça direito de todos, respeitando concepções.”*

Júlia Schaden Exterkoetter

RESUMO

A acessibilidade é fundamental para que todas as pessoas frequentem áreas protegidas com equidade. Nesta dissertação, pesquisei a acessibilidade em áreas protegidas para as pessoas com deficiência visual no Brasil, na perspectiva do modelo social da deficiência. Com objetivo de analisar e elaborar proposições gerais de acessibilidade em áreas protegidas para nós, pessoas com deficiência visual, esta pesquisa é classificada como exploratória. Realizei uma busca bibliográfica nas bases de dados para conhecer prioritariamente a produção em escala nacional sobre a temática, e enviei mensagens eletrônicas (e-mails) para os órgãos ambientais estaduais como secretarias, fundações estaduais e institutos de meio ambiente dos estados, para levantamento de documentos e a existência de acessibilidade em UC. Também, enviei um questionário de análise qualitativa, disponibilizado no formulário do *Google* para as pessoas com deficiência visual com questões sobre acessibilidade nestes espaços. No referencial teórico, apresento de forma sucinta a cronologia de alguns fatos do surgimento das Unidades de Conservação (UC) no mundo e no Brasil. Tópico sobre gestão, assim como as categorias de UC previstas na legislação, a educação ambiental, turismo e acessibilidade nestes espaços. Sobre a deficiência, também apresento de forma cronológica, a evolução histórica de alguns acontecimentos importantes para o movimento, tanto no mundo como em nosso país, as legislações, os conceitos e os modelos de compreensão da deficiência. Há tópico sobre o conceito de deficiência visual, a ética do cuidado, acessibilidade, audiodescrição e capacitismo. Quanto a pesquisa exploratória, poucos órgãos estaduais responderam aos e-mails e notadamente não há programas oficiais para a acessibilidade nestes espaços. Já na pesquisa com pessoas com deficiência, obtive 35 respostas, onde destas 75% frequentaram áreas protegidas e a maioria absoluta aponta que o atendimento para guiar, realizar audiodescrição é importante para frequentar estes espaços, e que as atitudes e o capacitismo são algumas das barreiras para a visita. Também apontaram sugestões para a promoção da acessibilidade. Ao final, apresento de acordo com os resultados obtidos, algumas proposições para acessibilidade em Unidades de Conservação que podem ser aplicadas em qualquer espaço independente da categoria, esfera de gestão ou ecossistema. Dentre as quais estão revisão de documentos normas, diretrizes e dados de acessibilidade no SNUC, monitoramento e coletas de dados sobre a visita de pessoas com deficiência, implementação de acessibilidade nas UC, valorização das áreas protegidas, capacitação dos colaboradores, dentre outras proposições. E para que todos tenham acesso as áreas protegidas, bem como sobre informações sobre a conservação, é necessário ter acessibilidade!

Palavras-chave: Acessibilidade; Deficiência visual; Pessoas com deficiência; Áreas protegidas; Unidades de Conservação.

ABSTRACT

Accessibility is essential for all people to access protected areas with equity. In this dissertation, I research accessibility in protected areas for people with visual impairments in Brazil, from the perspective of the social model of disability. With the objective of analyzing and elaborating general propositions of accessibility in protected areas for us people with visual impairments, this research is classified as exploratory. I carried out a bibliographical search in the databases in order to get acquainted primarily with the academic research on a national scale on the subject, and I sent electronic messages (emails) to state environmental agencies such as secretariats, state foundations and environmental institutes in the states, to survey documents and the existence of accessibility in Conservation units. I also sent a qualitative analysis questionnaire, available on *Google forms* for people with visual impairments with questions about accessibility in these spaces. In the theoretical framework, I briefly present the chronology of some facts of the emergence of CUs in the world and in Brazil. Topic on management, as well as CU categories provided for in the legislation, Environmental Education in Conservation Units and tourism and accessibility in these spaces. About disability, I also present chronologically the historical evolution of some important events for the movement, both in the world and in our country, legislations, concepts and models of understanding disability. There is a topic on the concept of visual impairment, the ethics of care, accessibility, audio description and ableism . When it comes to the exploratory research, few state agencies responded to emails and notably there are no official programs for accessibility in these spaces. In the research with people with disabilities, I obtained 35 responses, where of these 75% frequented protected areas and the absolute majority points out that services to guide and perform audio description are important to tend to these spaces, and that attitudes and ableism are a few of the barriers for the visits. They also pointed out suggestions for promoting accessibility. In the end, I present, according to the results obtained, some propositions for accessibility in Conservation Units that can be applied in any space, regardless of category, sphere of management or ecosystem. Among which is the review of standard documents, guidelines and accessibility data at the SNUC, monitoring and data collection on the visitations of people with disabilities, implementation of accessibility in the UC, appreciation of protected areas, training of employees, among other propositions. Accessibility is essential for everyone to have access to protected areas and information about conservation!

Keywords: Accessibility; Visual impairment; Disabled people; Protected areas; Conservation units.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A autora junto com monitora da UDESC em trabalho de campo no Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri.....	80
Figura 2 - A autora durante trabalho de campo na Lagoa do Peri.....	80
Figura 3 - Guia do PAERV com estudantes de escola. Observados durante trabalho de campo da autora na UC.....	81
Figura 4 - A autora junto com o guia que a acompanhou nas trilhas do PAERV.....	82
Figura 5 - A autora em campo na trilha da restinga do PAEST.....	83
Figura 6 - A autora e o orientador ao finalizar o trabalho de campo no PAEST.....	84
Figura 7 - A autora durante trilha no PAEST.....	85
Figura 8 - A autora junto com guia que a acompanhou em campo na Estação Ecológica de Carijós.....	86
Figura 9 - A autora durante atividade de campo em área de manguezal na ESEC Carijós.....	87
Figura 10 - Condutora ambiental fala ao grupo durante condução em trilha na APA da Baleia Franca, a autora está no grupo.....	88
Figura 11 - A autora em campo com outras pessoas durante guiamento oferecido por monitores da APA da Baleia Franca.....	90
Figura 12 - Gráfico com dados de resposta da questão 5. “Você se considera pessoa ”.....	125
Figura 13 - Gráfico com dados de resposta da questão 7 “Você já frequentou alguma unidade de Conservação?”.....	128
Figura 14 - Gráfico com dados da questão 7.5 “Como fez o deslocamento de sua casa até a Unidade de Conservação?.....	134
Figura 15 - Gráfico com dados de resposta da questão 7.10 “Quando você frequentou esses espaços, houve atendimento adequado dos funcionários?”.....	148
Figura 16 - Gráfico com dados de resposta da questão 8 “Considera importante a capacitação de funcionários, voluntários ou condutores...”.....	150
Figura 17 - Gráfico com dados de resposta da questão 11. “Conhece algum espaço natural (Unidade de Conservação) acessível?”.....	160
Figura 18 - Gráfico com dados de resposta da questão 12 “Quais as características mais relevantes em uma trilha que desperta o seu interesse em fazê-la?.....	162
Figura 19 - Gráfico com dados de resposta da questão 13 “Você já frequentou trilhas?”.....	165
Figura 20 - Gráfico com dados de resposta da questão 13.1 “Você já frequentou trilhas em: (selecione uma ou mais opções)”.....	166
Figura 21 - Gráfico com dados de resposta da questão 13.2 “Você sabe se está localizada em uma Unidade de Conservação ou Parque Natural?”.....	167

Figura 22 - Gráfico com dados de resposta da questão 13.4 “Como você percorreu a trilhas?”	170
Figura 23 - Gráfico com dados de resposta da questão 14 “Considera algum desses obstáculos impedimento para fazer uma trilha?”	178
Figura 24 - Gráfico com dados de resposta da questão 15 “O que você considera importante para seu deslocamento em uma trilha?”	179
Figura 25 - Gráfico com dados de resposta da questão 16 “De que forma você gostaria de receber informações sobre uma trilha?”	183
Figura 26 - Gráfico com dados de resposta da questão 17 “Considera fundamental a descrição da paisagem?”	186

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Faixa etária dos participantes.....	121
Tabela 2 - Dados dos participantes quanto a localização.....	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIC – Associação Catarinense para Integração do Cego
AD – Audiodescrição
APA – Área de Proteção Ambiental
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico
CDPCD – Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
CID – Classificação Internacional de Doenças
CIF – Classificação internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde
CONAD – Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CORD – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
EA – Educação Ambiental
eMAG - – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
ESEC – Estação Ecológica
ESEC Carijós – Estação Ecológica de Carijós
EUA – Estados Unidos da América
FLONA – Floresta Nacional
FLORAM – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
IAT/PR – Instituto Água e Terra do Paraná
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IMA – Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina
IMAC – Instituto de Meio Ambiente do Acre
IMAP – Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá
LBI – Lei Brasileira de Inclusão
MONA – Monumento Natural
MONA PERI – Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri
MMA – Ministério do Meio Ambiente
NVDA – NonVisual Desktop Access
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
OPE – Observatório de Práticas Escolares
PAERV – Parque Estadual do Rio Vermelho
PAEST – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro
PARNA – Parque Nacional
PARNA Tijuca – Parque Nacional da Tijuca
PCD – Pessoa com Deficiência
PNMA – política Nacional do meio ambiente
REBIO – Reserva Biológica

REBIUNIÃO – reserva Biológica União

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REFAU – Reserva de Fauna

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

RESEX – Reserva Extrativista

REVIS – Refúgio de Vida Silvestre

SEMA/AP – Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TA – Tecnologia Assistiva

UC – Unidade de Conservação

W3C (World Wide Web Consortium)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS.....	25
1.2 AS ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL.....	27
1.3 GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS.....	30
1.3.1 Unidades de Conservação de proteção integral.....	31
1.3.2 Unidades de conservação de uso sustentável.....	32
1.4 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	34
1.4.1 A educação ambiental inclusiva.....	38
1.5 TURISMO E ACESSIBILIDADE NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	40
2 PESSOA COM DEFICIÊNCIA – HISTÓRICO E CONCEITO.....	45
2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	45
2.2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL.....	49
2.3 Deficiência visual.....	53
2.4 A ÉTICA DO CUIDADO.....	55
2.5 ACESSIBILIDADE.....	56
2.5.1 Audiodescrição.....	60
2.5.2 Capacitismo.....	63
3. METODOLOGIA.....	66
3.1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	66
3.2 QUESTIONÁRIO AOS ÓRGÃOS.....	67
3.3 QUESTIONÁRIO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL.....	67
3.3.1 Pré-teste aplicado.....	70
3.3.2 Análises preliminares do pré-teste.....	73
3.4 PARA CONHECER AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: PESQUISA DE CAMPO.....	78
3.4.1 Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri.....	78
3.4.2 Parque Estadual do Rio Vermelho.....	81
3.4.3 Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.....	83
3.4.4 Estação Ecológica de Carijós.....	85
3.4.5 Área de Preservação Ambiental da Baleia Franca.....	87
4 DADOS E ANÁLISE DE CADA ETAPA DA PESQUISA.....	92
4.1 ACESSIBILIDADE EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	92
4.1.1 Etapa da pesquisa em base de dados.....	92
4.1.1.1 Análise dos referenciais bibliográficos.....	94
4.1.2 Etapa da pesquisa nos e-mails.....	104
4.1.2.1 Análise dos e-mails.....	106

4.2 ETAPA DA PESQUISA NOS QUESTIONÁRIOS COM AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL.....	113
4.2.1 Os primeiros resultados do questionário.....	114
4.2.2 Dados pessoais dos participantes.....	114
4.2.2.1 Perfil dos participantes.....	115
4.2.2.2 Análise dos dados sobre os participantes.....	120
4.2.2.2.1 Análise sobre sexo e faixa etária dos participantes.....	120
4.2.2.2.2 Análise sobre a localização dos participantes.....	121
4.2.2.2.3 Análise sobre a deficiência visual dos participantes.....	124
4.2.3 Análise sobre as Unidades de Conservação.....	127
4.2.4 Análise sobre trilhas e outras estruturas.....	162
4.2.5 Falhas identificadas no questionário.....	191
5 PROPOSIÇÕES PARA ACESSIBILIDADE.....	194
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
REFERÊNCIAS.....	205
APÊNDICE A - MENSAGEM ENVIADA POR E-MAIL PARA SECRETARIAS E FUNDAÇÕES.....	216
APÊNDICE B - DIVULGAÇÃO DO QUESTIONÁRIO.....	218
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PRÉ-TESTE.....	220
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO APLICADO.....	223
APÊNDICE E - NOME E URL DAS PÁGINAS VISITADAS.....	234

INTRODUÇÃO

De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2010, 45,6 milhões de pessoas, 23,9% da população brasileira, possuem algum tipo de deficiência. E, aproximadamente 18,6% (35 milhões) declararam possuir algum tipo de deficiência visual (IBGE, 2012).

Este é um número expressivo de pessoas que encontram barreiras por causa de falta de acessibilidade em vários aspectos do cotidiano, desde educação, lazer e saúde, seja nas barreiras arquitetônicas, programáticas, instrumentais, metodológicas, comunicacionais e atitudinais, que dificultam ou impedem a participação efetiva e com equidade na sociedade desta parcela da população (SASSAKI, 2009). Para o autor, inclusão enquanto paradigma de sociedade deve ser entendida como um processo em que os sistemas sociais são adequados para toda diversidade humana com a participação das próprias pessoas na formulação e execução das adequações em que devem ser consideradas raça, etnia, nacionalidade, língua, orientação sexual, gênero, deficiência, dentre outras categorias.

Esta pesquisa é na perspectiva do modelo social da deficiência, visto que a minha percepção, enquanto pessoa com deficiência visual e como pesquisadora tem como base teórica o modelo social da deficiência, em que um corpo com lesão só vivencia a experiência da deficiência em um contexto com acessibilidade precária, ou inexistente que é pouco acolhedora as especificidades deste corpo (MAIOR, 2017; DINIZ, 2007; SASSAKI, 2003a).

Tanto a constituição, como a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência Lei Federal nº 13.146 de 2015 (BRASIL, 2015b), denominada de LBI, garantem o acesso ao lazer, um direito de qualquer cidadão, mas para nós, pessoas com deficiência, dependendo da interação entre as barreiras existentes e a limitação, o acesso aos espaços, as informações é dificultado ou impedido.

A constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) garante a todos o direito de frequentar qualquer ambiente e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) Nº 13146/2015 Brasil (2015b), em seu artigo 42 garante o direito para frequentar os espaços, a cultura, ao esporte, ao lazer em igualdade de oportunidades. Dentre os locais, estão as áreas protegidas, Unidade de Conservação (UC) ou área livre. No entanto, as barreiras, sejam estas atitudinais, informacionais, comunicacionais, arquitetônicas e outras podem ser obstáculos para que pessoas, principalmente nós, com deficiência frequente os espaços.

Existem estudos, diretrizes, políticas, convenções, leis, decretos, normas. Dentre as normas, tem a NBR9050 de 2015 ABNT (2015) que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Em âmbito educacional um exemplo é a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (BRASIL, 2008). Na legislação, a Convenção da ONU sobre as pessoas com deficiência de 2006 que foi ratificada no Brasil com status de emenda constitucional Brasil, (2011), a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência 13146/2015 Brasil (2015b). E Na web, a W3C (World Wide Web Consortium), que trata de Orientações de Normas de Acessibilidade Web. Estes foram alguns dispositivos que garantem direitos e normatizam parâmetros para acessibilidade para as pessoas com deficiência e fazem do Brasil o país com uma das melhores ou mais completas legislações do globo, mas o empecilho está na implementação.

Como apresentado, já existem normas e pesquisas em ambientes urbanos, mas ao buscar referências para elaboração desta dissertação, percebe-se carência de trabalhos e normas que englobam as áreas protegidas, mais especificamente as chamadas Unidades de Conservação (UC).

Alguns trabalhos como de Oliveira e Boaria (2016) abordam sobre as adaptações para pessoas com deficiência física no Parque Nacional do Iguaçu no estado do Paraná. Nascimento e Costa (2017) abordam as trilhas interpretativas, como a Trilha do Pilão na Reserva Biológica União (REBIUNIÃO) e no Caminho Dom Pedro Augusto localizado no Parque Nacional da Tijuca (PARNA Tijuca), ambas no Rio de Janeiro. Feuser (2018) traz a proposta de adaptação a acessibilidade em Unidade de Conservação. Estas são algumas referências, que não conseguem abarcar a complexidade das barreiras e dimensões de acessibilidade, que não está circunscrita apenas na dimensão arquitetônica.

As áreas protegidas, em especial as Unidades de Conservação, segundo Brito (2018) sejam estas categorias de proteção integral com 698 UC e 1513 UC de uso sustentável, somam 2221 unidades em todas as esferas de governo e ocupam uma área de 250 milhões de hectares no território brasileiro. Seja nas categorias de proteção integral ou de uso sustentável, é possível receber visitantes que aproveitam os espaços para lazer, caminhada nas trilhas, o turismo e a educação ambiental. Mas, para isso é necessário estar de acordo com o plano de manejo específico de cada UC, que define onde e quais atividades são permitidas.

Importante destacar, que a visitação em Unidades de Conservação vem aumentando ano após ano no Brasil, conforme os dados nas UC federais com gestão do

ICMBio, apresentados por Souza, Thapa, Rodrigues e Imori (2017), Souza e Simões (2018), Breves, Barbosa, Garda e Souza (2020), em que apresentam o quanto estas áreas são procuradas por turistas, lazer ou educação, mas estes dados são gerais, não apresenta o perfil e a porcentagem de pessoas com deficiência, visto que estes dados são utilizados para criação e implementação de políticas públicas. Neste sentido, Souza e Ribeiro (2021) apontam que a estimativa é aproximadamente um milhão de visitas anuais de pessoas com deficiência que se tivessem acesso a estes espaços, poderiam somar aos 15 milhões de visitas registrados pelo ICMBio em 2019 (BREVES; BARBOSA; GARDA; SOUZA, 2020).

Frequentar uma área protegida, especificamente uma Unidade de Conservação, onde são permitidos visitantes, seja para lazer, turismo e a educação ambiental é um direito de todos, garantido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000a), dependendo da categoria da unidade. No Brasil, há diversas UC como Parques Nacionais, Parques Estaduais, Parques Naturais Municipais, Monumentos Naturais, etc. que também são áreas de lazer para a população.

Além disso, o contato com áreas livres, principalmente ambientes naturais, proporciona diversos benefícios à saúde humana, qualidade de vida, interação social, possibilita a consciência da importância desses ambientes para a conservação, preservação da biodiversidade e o entendimento dos serviços ecossistêmicos prestados pela natureza.

Como pesquisadora e como pessoa cega, percebo e experiencio as dificuldades ao frequentar áreas protegidas, como lazer e principalmente a partir da minha trajetória acadêmica, ao perceber poucos trabalhos, os quais já referenciei anteriormente.

A partir desses fatores, surgiram inquietações, questionamentos e vontade de contribuir com a pesquisa nestes espaços, que levaram a pesquisar acerca da temática e compreender a acessibilidade.

Aqui não pretendo esgotar este tema tão complexo, com várias nuances, mas iniciar discussões que dizem respeito ao direito de acesso e uso. Oportunizando a gestores, pesquisadores, a nós, pessoas com deficiência e outros interessados uma pesquisa sobre a acessibilidade, podendo servir de subsídio para construção de estratégias e planejamento em áreas protegidas como um todo, e mais especificamente em Unidades de Conservação.

Em minha trajetória, as experiências no curso técnico em Meio Ambiente pelo Instituto Federal de Santa Catarina e a graduação em Geografia pela Universidade

Federal de Santa Catarina, propiciaram através dos estudos e atividades de campo, as ferramentas necessárias para essa pesquisa. Em especial, a geografia que é uma ciência que apresenta possibilidades metodológicas e conhecimento necessário para contribuir para a conservação da natureza e a visitação pública nas UC, através dos estudos e desenvolvimento de estratégias para tal.

Não posso deixar de mencionar que minha existência, vivência enquanto pessoa com deficiência visual que marca minha trajetória contribuíram para pensar nesta temática. Os locais frequentados, a graduação, as atividades profissionais, as pesquisas, os grupos de estudos tiveram papel importante neste processo.

Além do curso de graduação, participei como voluntária e como bolsista do Laboratório de Cartografia Tátil e Escolar (LabTate), presente na Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. E atuei como bolsista junto ao Ambiente de Acessibilidade Informacional (AAI) localizado na Biblioteca Central da mesma Universidade. Sem deixar de mencionar as pesquisas para o trabalho de conclusão de curso realizado no Projeto TAMAR (junto ao ICMBIO), que foram fundamentais para continuar a reflexão sobre as questões ambientais e acessibilidade para iniciar esta pesquisa.

Também gostaria de mencionar os grupos de estudos sobre deficiência que comecei a frequentar no ano de 2019, logo no início da pós-graduação, no intuito de entender os atravessamentos e as questões que permeiam minha existência enquanto pessoa cega. E principalmente, contribuir com a pesquisa, através das trocas de conhecimento, materiais, vivências com minha participação nos grupos de estudos do Núcleo de Estudos da Deficiência (NED) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Grupo de estudos do Laboratório de Educação Inclusiva (GELEdi) LEI, do Centro de Educação a Distância (CEAD), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Estes grupos auxiliaram com o subsídio teórico com as questões sobre deficiência, acessibilidade, capacitismo, modelos de compreensão da deficiência.

Inicialmente, no ano de 2019, ao começar o mestrado, pensei a pesquisa como uma proposta de acessibilidade para uma Unidade de Conservação, o Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri (Mona Peri), localizada em Florianópolis, SC. No entanto, em virtude das restrições ocasionadas pela pandemia de Covid 19, como o fechamento das UC em Florianópolis no ano de 2020, e a dificuldade de usar sistema de transporte público que teve redução significativa nesse período (até praticamente início de 2022!), fizemos com que nós, eu e orientador repensássemos o trabalho e direcionamos a

outras ações. optamos por suprimir a pesquisa diretamente em uma unidade de conservação e fazer uma pesquisa que apresenta dados que são pertinentes para entender como é a acessibilidade em áreas protegidas, além de algumas proposições que podem contribuir para a melhoria da acessibilidade, com o foco na deficiência visual.

É sabido que a acessibilidade e o desenho universal se referem a que todos, independente da condição, tenham oportunidade de acessar os espaços, equipamentos, produtos, serviços e informações com equidade tendo como premissa a autonomia, conforto e segurança. No entanto, decidi restringir o público da pesquisa às pessoas com deficiência visual com cegueira e baixa visão, visto que, como pesquisadora, experiencio esta condição, e é um ponto de partida para compreender a acessibilidade nestes espaços e aprofundar o tema. Além disso, a pesquisa com outras deficiências necessita de mais tempo devido à diversidade de pessoas envolvidas.

De acordo com o exposto acima, ao buscar referências e bibliografias para esta pesquisa, percebi a ausência de trabalhos com a temática de áreas protegidas e acessibilidade no Brasil. Na busca do referencial, foram encontrados alguns trabalhos analisando a acessibilidade arquitetônica, outros com propostas, algumas trilhas e com outros objetivos específicos. Porém, faltam pesquisas que abordem não apenas aspectos das barreiras arquitetônicas, mas todo o conjunto de barreiras, pensar a acessibilidade para todos e em todo espaço que permite visitaçao em UC. E principalmente, trabalhar desde o desenvolvimento de projetos e implementações junto conosco, pessoas com deficiência, nossas percepções e preferências, indo ao encontro do lema “Nada de nós, sem nós”.

Sei que não é possível se basear apenas em minhas percepções, visto que a deficiência possui uma diversidade de fatores que podem influenciar nas preferências, experiências e percepções dos indivíduos. Além do que, é preciso buscar outras formas de compreender a acessibilidade nas UC. Em especial, obter dados e narrativas de outras pessoas cegas e com baixa visão. A partir disso, elaborei um questionário que foi disponibilizado no Formulário do Google, para saber se outras pessoas com deficiência frequentam ou não as áreas protegidas ou outros ambientes naturais como UC, e compreender o que pensam sobre estes, sobre a acessibilidade, as barreiras que encontraram e os ajustes que acreditam ser necessários para implementação da mesma e possibilita que este público faça apontamentos com suas preferências, sugestões e dificuldades.

Além das pesquisas com referenciais bibliográficos e questionários, considereei pertinente realizar um levantamento dos programas e projetos sobre as políticas públicas,

em especial em níveis federal e estaduais. As políticas públicas são importantes ferramentas para a acessibilidade, por meio da supressão das barreiras programáticas e, conseqüentemente, outras barreiras.

O mapeamento de dados realizado nesta dissertação, através das pesquisas nas bases, em conjunto com o mapeamento com as Secretarias, Fundações e Institutos estaduais (não encontrado em nenhuma fonte bibliográfica) e principalmente, a pesquisa junto as pessoas com deficiência, é importante contribuição para a ciência, para a temática de acessibilidade em áreas protegidas.

Neste sentido, ao pensar em cada etapa, algumas questões nortearam a pesquisa:

- Como nós, pessoas cegas e/ou com baixa visão avaliamos a acessibilidade em Unidades de Conservação?
- Com base em nossas experiências enquanto pessoas cegas e com baixa visão, quais os ajustes e acomodações necessários para a promoção da acessibilidade e garantia da nossa participação na visitação em Unidades de Conservação?

Com base nessas questões principais, surgiram outras questões como:

- Há pesquisas sobre acessibilidade em áreas protegidas para nós, pessoas com deficiência?
- Existem programas oficiais de acessibilidade para nós, pessoas com deficiência visual nas Unidades de Conservação no Brasil?

Nós, pessoas com deficiência visual frequentamos unidades de conservação?

A hipótese inicial é que não há orientações, cartilhas, manuais, normas, diretrizes para adaptação em áreas protegidas, e que, apesar de existir Unidade de Conservação com alguma adaptação arquitetônica, essa não consegue servir de modelo para atender as especificidades de nós, pessoas com deficiência visual, pois não há uma metodologia única para a inclusão de adaptações em UC. A metodologia, não significa padronizar, delimitar apenas em um modelo, visto que há uma diversidade de biomas, ecossistemas, como a diversidade de possibilidade de acesso para nós, pessoas com deficiência, mas proposições e ajustes que de alguma forma possam nortear as ações para implementar a

acessibilidade, baseadas na ética do cuidado, em que leve também em consideração as percepções e preferências do público a ser beneficiado.

A partir das questões apresentadas, defini objetivo geral que é:

O objetivo geral da pesquisa é de analisar e elaborar proposições gerais de acessibilidade em áreas protegidas para nós, pessoas com deficiência visual.

Para chegar ao objetivo proposto, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

1. Investigar trabalhos, projetos, adaptações, programas sobre acessibilidades existentes em áreas protegidas no Brasil, especialmente em Unidades de Conservação;
2. Verificar as necessidades de nós, pessoas com deficiência visual em espaços naturais, especialmente referente à inclusão;
3. Traçar proposições para acessibilidade nas áreas protegidas para nós, pessoas com deficiência visual.

Gostaria de destacar que ao longo do texto, apresento linguagem de acordo com o que pede. Em alguns momentos, está em primeira pessoa, como agora, para falar sobre o que fiz na pesquisa e quando necessário trazer minhas vivências. Quando há falas em primeira pessoa entre aspas são “respostas do questionário”, falas das pessoas que dispuseram seu tempo para responder o questionário e contribuir com este trabalho. Nesta transcrição, deixei da forma como a pessoa escreveu, sem correções gramaticais e ortográficas.

Além disso, como também sou pessoa com deficiência, em vários momentos do texto, desde a introdução, objetivos, no referencial, terá nós, pessoas com deficiência, visto que também faço parte e me sinto parte desta categoria e não um observador que fala sobre ou para.

Com relação as descrições das figuras sejam estas imagens, gráficos e tabelas o texto estará abaixo da imagem, após o nome e a fonte, indicado com o título entre colchetes Descrição da Figura. As descrições não foram inseridas como texto alternativo para possibilitar a leitura por todas as pessoas.

Esta dissertação está estruturada da seguinte maneira: Capítulo 1 o referencial

teórico sobre as áreas protegidas e conceitos; o Capítulo 2 apresenta o referencial sobre a deficiência e alguns conceitos; no Capítulo 3 está a metodologia com a descrição de todas as etapas para a realização da pesquisa; no Capítulo 4, estão os dados e análise sobre o que encontrei em cada etapa; no Capítulo 5, encontram-se as proposições que elaborei para a acessibilidade em áreas livres, principalmente Unidades de Conservação; finalizo com as Considerações e as Referências utilizadas, e por último, os Apêndices com os materiais elaborados.

1. HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS

Neste capítulo, trarei as áreas protegidas, com seu histórico no mundo no item 1.1. No item 1.2 destaco as áreas protegidas no Brasil, com histórico sobre a criação de áreas protegidas e legislações. Também é importante conhecer um pouco sobre a gestão destas Unidades de Conservação que será tratada no item 1.3. As categorias, foram divididas em 2 tópicos, proteção integral no 1.3.1 e uso sustentável, presente no 1.3.2, onde abordo cada categoria de acordo com o SNUC. A educação ambiental, um dos objetivos das áreas protegidas, está no item 1.4, lá apresento conceito e de forma sucinta o histórico e sua importância.

Apesar de ter poucos materiais, e trazer na perspectiva de que a acessibilidade para que a inclusão realmente aconteça deve ser para todos, escrevi sobre a educação ambiental inclusiva que está no item 1.4.1. E por fim, no item 1.5 escrevo um pouco sobre o turismo e acessibilidade, alguns exemplos de atividades e locais.

1.1 AS ÁREAS PROTEGIDAS NO MUNDO

Como principal estratégia adotada para enfrentar os problemas decorrentes da exploração dos recursos naturais, da perda de biodiversidade, a fragmentação de áreas naturais e ao mesmo tempo para preservar a biota *in situ*, o meio mais utilizado no mundo para a conservação e preservação da natureza é a criação de espaços protegidos. Isso é realizado especialmente através da criação de território com definições e restrições de usos.

O modelo que conhecemos hoje, inicialmente criado na metade do século XIX, tem sua maior evolução a partir da metade do século XX em diante. Mas como destaca Bensusan (2006), há inúmeros desafios, sendo parte deles relacionados com a forma com que foi e em alguns casos como ainda são estabelecidas as áreas protegidas, em especial a ausência de explicação das restrições como a retirada da população residente dos limites de uma área protegida, desconsiderando os conflitos sociais e culturais que passam a existir pela criação da Unidade de Conservação.

Pimenta (2016) destaca que nos últimos 5000 anos, a ideia de preservar algumas áreas pode ser encontrada nas sociedades da Mesopotâmia que já reservavam áreas de florestas, já que a madeira era o recurso para combustível e construção. E a aproximadamente 1000 anos na Europa, áreas de caça eram reservadas às classes abastadas. Castro Júnior, Coutinho e Freitas (2009) citam que nas sociedades pré

agrárias da Ásia havia diretrizes para conservação de vida silvestre, como na Índia, China, Ásia Menor e no Império Persa. Bem como, em várias partes do globo como na África e nas Américas encontram-se áreas naturais conservadas pelas populações locais, seja através de mitos, crenças e/ou manutenção dos recursos naturais, que são utilizados para subsistência pelas Comunidades (DIEGUES, 2000).

No entanto, desde as sociedades pré-capitalistas como na também chamada pós-revolução industrial, a ideia de domínio sobre a natureza, a técnica, e as cidades levam ao distanciamento e a oposição homem versus natureza. A sociedade urbana/industrial não se vê parte integrante da natureza (DIEGUES, 2000). Isso ocorre com a expansão das cidades industriais, a industrialização da agricultura, a utilização desenfreada dos recursos naturais e com a redução acelerada das áreas naturais.

Como já apontado, foi na segunda metade do século XIX que surgiram os ideais modernos de conservação da natureza com os preservacionistas. Estes ideais estavam pautados na proteção de áreas naturais que possuíam belezas cênicas (cachoeiras, grandes cânions, dentre outros espaços) para a contemplação e recreação da população urbana. Estes ideais desconsideravam as populações residentes (em especial as indígenas), aspectos e diversidade da biota (fauna, flora), geológicos e educacionais. Para os preservacionistas as áreas protegidas deveriam ser intocadas e intocáveis, sem nenhuma ocupação e interferência humana, com a concepção de natureza selvagem (DIEGUES, 2000; PIMENTA, 2016; MORSELLO, 2001).

Com essas concepções, no ano de 1872 foi criado o Parque de Yellowstone nos Estados Unidos com o intuito de preservar áreas para a contemplação da natureza selvagem, sem moradores e exploração dos recursos. Este foi um marco importante na história da proteção da natureza na sociedade ocidental.

Importante destacar que a criação dessa área protegida serviu de modelo para outros países, principalmente aqueles em desenvolvimento, que importaram o modelo norte-americano sem considerar as diferenças na realidade local. O Brasil é um exemplo, visto que adotou o modelo, mas com ecossistemas, culturas e questões sociais diferentes dos EUA, gerando problemas fundiários, dificuldade de gestão e conflitos de usos da população com os objetivos da criação da unidade de conservação (DIEGUES, 2000).

Castro Júnior, Coutinho e Freitas (2009) destacam outro modelo de conservação, que iniciou na Europa, principalmente na França, através de debates organizados pela sociedade. Esses debates culminou com a criação de políticas de proteção à natureza com uma abordagem de conservação da paisagem, por meio de leis de usos do solo, notadamente incluindo as comunidades humanas tradicionais nas áreas protegidas. Esse modelo é diferente do aplicado nos Estados Unidos da América (EUA).

Outros países também criaram unidades de conservação: o Canadá em 1885, seguido da Nova Zelândia em 1894, em 1898 foi a vez de África do Sul e Austrália (BENSUSAN, 2006). A autora destaca também, que a América Latina foi o primeiro continente a criar áreas protegidas (parques) com ausência total de população residente, tais como: México em 1894, Argentina em 1903, Chile em 1926.

Diegues (2000) apresenta uma tabela com a quantidade de áreas protegidas criadas no século XIX e ao longo do século XX, que apresenta um crescimento a partir da década de 1960. O autor apresenta alguns motivos para a expansão de áreas protegidas, os quais são, principalmente a pressão de cientistas e ativistas, a redução da biodiversidade, e conferências mundiais sobre as questões ambientais. Também destaca os recursos e fundos internacionais, principalmente do Banco Mundial, com programas e políticas de incentivo a criação de áreas protegidas instigados pela Organização das Nações Unidas.

A partir da década de 1970, os objetivos da conservação de áreas protegidas sofreram alterações. Atualmente são utilizados critérios científicos, como a conservação de espécies e habitats. Destaca-se também, que existe a busca de justiça social e ampla participação de movimentos sociais, especialmente nos países Europeus e no Brasil. E a presença de categorias que abarcam a utilização sustentável dos recursos naturais, que contemplam as comunidades tradicionais e não apenas as unidades de conservação de proteção integral, como havia anteriormente (MORSELLO, 2001; DIEGUES, 2000; CASTRO JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009).

1.2 AS ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL

Preocupado com a devastação das florestas no Brasil e sob influência da criação do Parque de Yellowstone, o Engenheiro André Rebouças, ainda no início do século XX, sugeriu a criação de dois parques nacionais, um na Ilha do Bananal e outro em Sete Quedas que não se concretizaram (CASTRO JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009). Os autores apontam também, que em 1914 no Território do Acre, foram criados dois parques por decreto, mas não foram implantados. Em 1896, o Estado de São Paulo criou o serviço florestal, pioneiro no país (DIEGUES, 2000), e, posteriormente foram criadas outras instituições que segundo Castro Júnior, Coutinho e Freitas (2009) foram instrumentos importantes de gestão ambiental nas décadas seguintes.

Foi apenas no Governo do presidente Getúlio Vargas, nos anos 30, que a política brasileira teve avanços jurídicos e de gerenciamento (CASTRO JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009). Grupos de pressão social foram importantes neste

processo e levaram o governo a criar em 1934 a I Conferência Brasileira para a Proteção da Natureza, que tinha um dos principais objetivos pressionar o governo para criar um sistema nacional de Unidades de Conservação. No mesmo ano, surgiram o código de caça e pesca, Código Florestal, código das águas, código de minas (DIEGUES, 2000). Foi também em 1934 que a conservação ambiental passou a fazer parte da constituição, como um princípio básico que deve ser assegurado pelo Estado (CASTRO JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009)

A primeira Unidade de Conservação oficial no Brasil foi criada por decreto em 1937, o Parque Nacional de Itatiaia, localizado no Rio de Janeiro. Também foram criados o Parque Nacional do Iguaçu, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos ainda em 1939, todos localizados na Mata Atlântica, visto que nesta época já tinha devastação intensa neste bioma (CASTRO JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009).

Diegues (2000) destaca que assim como nos Estados Unidos, as áreas de proteção integral foram criadas para lazer da população urbana através do turismo, fins científicos, educacionais e proteção da natureza. Muitas destas áreas foram criadas na região litorânea, sem consulta às comunidades locais que já ocupavam e que utilizavam os recursos para sua subsistência. A criação destas categorias, gerou conflitos fundiários e de usos dos recursos entre os gestores e as populações. Essas populações eram vistas pelos gestores e instituições como invasoras que degradam o ambiente, por isso, necessária sua retirada. O autor aponta que este modelo foi utilizado até meados da década de 1980. Destaca também que apenas com a destruição das florestas e expansão agrícola é que foram criadas UC em outras regiões do país.

De forma paradoxal, foi durante o governo militar que houve um crescimento significativo na criação de áreas protegidas em várias regiões do país, incluindo a região amazônica, com preocupações científicas e ambientais pelo desmatamento (DIEGUES, 2000). Houve também, avanço importantes nas legislações, como apontam Castro Júnior, Coutinho e Freitas (2009), na alteração do código florestal em 1965 que estabeleceu as Áreas de Preservação Permanente, a criação de reservas legais e o surgimento de novas categorias de unidades de conservação, como reservas biológicas (REBIO), áreas de proteção ambiental (APA), para facilitar o manejo e criação de áreas protegidas. Para fiscalizar e auxiliar na criação das Unidades de Conservação (UC), instituições federais e estaduais foram criadas, com destaque em 1963 para a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente, em 1967 o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) como autarquia do ministério da agricultura, a criação da política Nacional do meio ambiente (PNMA) em 1981 e a criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 1999. Um dos instrumentos mais importantes para a democracia ambiental foi a criação do Conselho

Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), considerado órgão importante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Após a redemocratização, a criação de Unidades de Conservação e a política ambiental se fortaleceram, não apenas pelos acontecimentos em âmbito mundial, mas pelo fortalecimento e criação de grupos que trabalham com as questões ambientais, que possibilitaram discussões internas com vários setores da sociedade, através dos conselhos (CASTRO JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009).

Outro marco importante destacado por Castro Júnior, Coutinho e Freitas (2009) é um capítulo da constituição de 1988 ser dedicado ao meio ambiente. Este fato fortaleceu os órgãos e instituições existentes. Para centralizar a execução da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e gestão das unidades de conservação federais do Brasil, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Outra legislação importante é a Lei Federal n. 9605 de 12 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998), lei de crimes ambientais.

Um avanço significativo para o país, foi a aprovação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei Federal 9985 (BRASIL, 2000a). Apesar de ter sido encaminhado ao congresso ainda em 1992 e aprovado 8 anos após, em 2000, foi objeto de intenso debate de vários seguimentos da sociedade. Este instrumento facilitou a gestão integrada das unidades de conservação das diferentes esferas de governo (federal, estadual, Municipal) e das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) através da criação da rede brasileira da Reserva da Biosfera (PIMENTA, 2016). No documento, destaca-se também, diretrizes para criação de novas Unidades de Conservação e a elaboração de planos de Manejo, bem como a participação da população na criação e gestão de áreas protegidas (CASTRO JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009).

O SNUC estabelece dois grupos de Unidades de Conservação com categorias:

- ¶ 1. Unidades de Proteção Integral, que engloba estação ecológica, reserva biológica, parque nacional, monumento natural e refúgio da vida silvestre, cujo principal objetivo é preservar a natureza com uso indireto dos recursos naturais, exceto exceções previstas na lei do SNUC (BRASIL, 2000a).
- ¶ 2. Unidades de Uso sustentável, em que o objetivo é conciliar a conservação da natureza com uso sustentável de parte de seus recursos, que engloba a área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural (BRASIL, 2000a).

A partir destas legislações e histórico apresentados acima, é possível apontar

que o Brasil possui uma das legislações mais completas e robustas em relação à proteção ambiental, bem como diversos desafios ainda a superar na criação, implementação e manutenção das Unidades de Conservação.

1.3 GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS

No histórico das UC, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, apesar de algumas definições controversas, as discussões envolveram vários atores da sociedade e um tempo longo para sua aprovação, como destaca Bensusan (2006), é um marco legal importante na criação, implantação e gestão das Unidades de conservação brasileiras.

Castro Junior, Coutinho e Freitas (2009) apontam que o SNUC não apenas organizou a gestão de UC no país, visto que antes a gestão era definida para cada categoria, regulamentando-as, bem como definiu seus objetivos de conservação. Destacam ainda, que a legislação foi importante ao possibilitar uma gestão integrada entre diferentes esferas de governo Federal, Estaduais e Municipais e de categorias de unidades de conservação abarcando também as particulares. Isso permite a criação de um sistema, que pode ser planejado coletivamente, principalmente se houver unidades próximas, através da possibilidade da criação de um mosaico de unidades de conservação.

Outro aspecto importante destacado pelos autores, se refere a obrigatoriedade de formação de conselhos gestores nas UC, com a participação do órgão público que fará gestão, a comunidade local, e as organizações civis.

O SNUC define unidade de conservação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000a).

Bensusan (2006) aponta que existem diversas áreas protegidas, que foram criadas, mas na prática não foram implantadas por enfrentar diversas barreiras dentre as quais estão os recursos, como financeiros onde não há orçamento adequado na maioria dos casos e humanos com falta de pessoal.

Há uma baixa prioridade nas políticas de estado, com apelo maior para criação das áreas e não há interesse na implementação e gestão. A autora destaca ainda que as restrições de usos dos recursos naturais pelas comunidades locais é outro desafio na

gestão de uma unidade. E, a existência de poucos dados ecológicos é outro ponto importante para a tomada de decisões e manejo dessas áreas.

Com relação às comunidades locais, Bensusan (2006) apresenta algumas soluções para o engajamento e participação ativa da população, como o desenvolvimento de atividades como o ecoturismo que possibilita renda, a valorização dos conhecimentos tradicionais que podem mitigar os poucos dados ecológicos que são obtidos também por meio das pesquisas, uso sustentável dos recursos naturais por meio de um sistema de UC.

De acordo com a lei do SNUC (BRASIL, 2000a) após todas as etapas para a criação de uma UC, estudo da área, consultas públicas, lei específica para sua criação, há o prazo de 5 anos para a criação do plano de manejo. No entanto, o que se verifica na prática é a demora na elaboração do referido documento, bem como a demora também em sua implementação.

O Plano de Manejo é um documento técnico que de acordo com os objetivos gerais de uma UC define o zoneamento da área, as normas gerais da unidade de conservação, o manejo dos recursos naturais, e a infraestrutura física necessária para a gestão, incluindo as atividades permitidas em cada zona (BRASIL, 2000a). Ressalta-se que é a gestão em conjunto com conselho que conduzirá a aplicação do plano de manejo de acordo com a legislação e o que consta no referido documento.

É na etapa dos estudos para o Plano de Manejo que se define as atividades realizadas na UC, a infraestrutura que deverá ter a unidade e o zoneamento, ou seja, a destinação de cada área, como exemplo, quais trilhas e áreas poderão receber visitantes, localização do centro administrativo e de visitantes. É neste momento que deveria constar questões pertinentes a acessibilidade, ou seja, o planejamento do que é necessário para o acesso de todos.

1.3.1 Unidades de Conservação de proteção integral

Dentre as 5 categorias de Unidades de conservação de proteção integral, segundo a lei 9985/2000 (BRASIL, 2000a), são as seguintes:

Reserva Biológica (REBIO), segundo o SNUC, as atividades turísticas e visitação são proibidas, exceto as com objetivo educacional de acordo com regulamento específico. O objetivo desta categoria é a preservação da biota e do ambiente sem interferência humana direta, exceto manejo para recuperação com intuito de preservação e recuperação ambiental, da biota e do equilíbrio dos ecossistemas. São encontradas REBIO nas esferas federais, estaduais e municipais.

A Estação Ecológica (ESEC), cujos objetivos são a preservação da natureza e pesquisa científica, a visitação é permitida apenas com objetivo educacional e se prevista no plano de manejo ou regulamento específico.

Com objetivo de preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, Sua nomenclatura difere de acordo com a esfera de governo que cria a categoria onde: se criada na esfera federal é Parque Nacional (PARNA); se criada pela esfera estadual é denominada de Parque Estadual; e na esfera municipal é chamada de Parque Natural Municipal. Esta categoria permite o desenvolvimento de atividades de interpretação e educação ambiental, turismo ecológico e recreação em contato com a natureza. Segundo a legislação, a visitação pública

Tem que estar de acordo com as normas e restrições previstas no plano de manejo, as normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração que pode ser federal, estadual ou municipal e as normas previstas em regulamento.

O Monumento Natural (MONA) é uma categoria cujo objetivo é preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, como Lagoas, cachoeiras, Cânions dentre outros. Se criado pela esfera federal é gerido pelo ICMBio, e se for estadual ou municipal, a gestão fica a cargo dos respectivos órgãos ambientais. Diferente das outras categorias, o Monumento Natural permite propriedades particulares, desde que a utilização da terra e dos recursos estejam de acordo com os objetivos da unidade. E a visitação pública ocorre da mesma forma que os parques, em que deve seguir o previsto no plano de manejo da unidade, às normas previstas em regulamento e estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração.

O Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) assim como o Monumento Natural permite propriedades particulares desde que os usos estejam de acordo com os objetivos da unidade. A visitação pública depende do previsto no plano de manejo, regulamento específico e das normas do órgão gestor. O objetivo desta categoria é a proteção de ambientes naturais para garantir as condições de existência, ou reprodução de espécies, ou comunidades da flora local e fauna residente ou migratória.

De acordo com o que foi exposto acima, a categoria mais restritiva é a Reserva Biológica. Seguida da Estação ecológica. Já parque, MONA e REVIS são menos restritivos com relação à visita pública nas áreas previstas pelo plano de manejo. Os parques são os locais onde foram encontrados mais trabalhos de interpretação e educação ambiental, turismo ecológico e lazer.

1.3.2 Unidades de conservação de uso sustentável

Composta por 7 categorias, estas unidades permitem o uso direto de seus recursos de acordo com o tipo de categoria e o previsto no plano de manejo.

A Área de Proteção Ambiental (APA) é uma área extensa que permite ocupação, ou seja, propriedades privadas. Os objetivos desta categoria são: proteção da biodiversidade e processos naturais, ordenação da ocupação da área e garantir o uso sustentável dos recursos naturais presentes na UC. Com relação à visita pública, nas áreas públicas são estabelecidas pelo órgão gestor da UC e em áreas particulares depende do proprietário.

A Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) é geralmente área de pequena extensão, abriga pouca ou nenhuma ocupação humana, assim como a APA possui áreas públicas ou privadas. A proteção da área é devido às características naturais singulares da área ou por abrigar exemplares raros da fauna e flora regionais. Os objetivos são: preservar os ecossistemas naturais de importância local ou regional e regular o uso de forma a compatibilizar com os objetivos de conservação da natureza. Não há menção sobre visitação pública na legislação.

Floresta nacional (FLONA) se criada pelo órgão federal, Floresta Estadual se criada pelo órgão estadual e âmbito municipal denominada de Floresta Municipal, admite a permanência de populações tradicionais que habitam a área em sua criação de acordo com regulamento e plano de manejo da unidade. Diferente da APA e da ARIE, propriedades particulares devem ser desapropriadas. Já a visita pública é permitida, mas está condicionada às normas para o manejo da unidade. Com os objetivos do uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, a área possui cobertura florestal com espécies predominantemente nativas.

A reserva Extrativista (RESEX) é um espaço protegido em que os objetivos são: a proteção do meio de vida, a cultura de populações tradicionais e garantir o uso sustentável dos recursos naturais. Nesta categoria as áreas particulares devem ser desapropriadas e o uso é concedido às populações tradicionais, que utilizam a área para sua subsistência, através do extrativismo, agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte. A visitação é permitida desde que esteja de acordo com o previsto no plano de manejo e compatível com os interesses locais.

Reserva de Fauna (REFAU) é uma área com populações animais composta por espécies nativas, residentes ou migratórias, aquáticas ou terrestres, com a finalidade de estudos científicos para o manejo econômico sustentável destes recursos. As áreas particulares devem ser desapropriadas, e a visitação pública é permitida desde que compatível com o manejo da UC e as normas estabelecidas pelo órgão gestor.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) é uma categoria de UC que

abriga populações tradicionais, em que a exploração sustentável dos recursos naturais é base para sua existência. Os sistemas de exploração, desenvolvidos ao longo de gerações são adaptados as condições ecológicas locais e exercem papel fundamental na manutenção da biodiversidade e proteção da natureza. A reserva de desenvolvimento sustentável precisa de regulamento específico. Os objetivos desta categoria são: preservar a natureza, garantir as condições e os meios necessários à reprodução, melhoria dos modos, qualidade de vida e exploração dos recursos naturais pelas populações tradicionais. Além de conservar, valorizar e aperfeiçoar as técnicas e o conhecimento de manejo do ambiente pelas populações tradicionais. Como as áreas são de domínio público, áreas particulares em seus limites, quando necessário, devem ser desapropriadas. A categoria conta com um conselho deliberativo que é presidido pelo órgão responsável pela administração da área, representantes das populações tradicionais, órgãos públicos e organizações da sociedade civil. Na reserva de desenvolvimento sustentável pode haver visitação pública desde que compatível com os interesses locais e com o plano de manejo. Neste espaço é permitida a pesquisa científica. Admite também, a exploração dos recursos naturais através de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis de acordo com o zoneamento, a legislação e o plano de manejo que delimitará os usos de cada zona da Unidade de conservação.

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), diferente das outras categorias, é uma área privada. Uma vez estabelecida pelo proprietário como RPPN, será perpetuamente uma UC. O objetivo desta categoria é a conservação da biodiversidade. De acordo com regulamento e plano de manejo, podem ser permitidas nesta categoria a pesquisa científica, e visita pública para recreação, educação e turismo.

Das categorias apresentadas, APA é a menos restritiva, as outras, exceto a RPPN que é particular e possui restrições para exploração, permitem o uso de seus recursos conforme a categoria.

1.4 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Um dos objetivos da visitação pública em Unidades de Conservação, quando são permitidas, além do turismo ecológico e recreação em contato com a natureza, é a interpretação dessa natureza destacada através da educação ambiental (EA).

A educação ambiental, segundo Torres e Oliveira (2008), apresenta-se como uma ferramenta importante de conscientização e sensibilização sobre a conservação da biodiversidade, questões sobre a problemática ambiental para obter uma conservação

mais efetiva das áreas, fauna e flora.

A educação ambiental faz parte dos movimentos ambientais. Estes movimentos levantaram questões como: degradação ambiental, esgotamento dos recursos naturais, desenvolvimento sustentável. Essas discussões começaram a ganhar notoriedade a partir da segunda metade do século XX, pós segunda guerra mundial, quando surgiram movimentos em prol de justiça social, paz, democracia, equidade de oportunidade, dentre os quais estão os movimentos ambientais e de pessoas com deficiência.

Mais especificamente com relação a EA, a partir da década de 70, conferências e encontros foram realizados com a temática, que foi estabelecida como uma maneira de trabalhar a consciência ambiental. Nascimento (2003) e Borges (2014) apontam alguns fatos históricos, dentre os quais, está o livro Primavera Silenciosa de 1962, da escritora norte-americana Rachel Carson, que é considerado o marco para as discussões da Conferência Intergovernamental da Educação Ambiental em Tbilisi, em 1977, em que foram estabelecidos os objetivos, estratégias e características da Educação Ambiental. Alguns anos depois, em 1992, no Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92. Nesse evento foi criada a Agenda 21 marco importante para a delimitação de políticas públicas para o meio ambiente.

Destaca-se no Brasil ainda a Lei Federal 9795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999) que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4281 de 21 de junho de 2002 (BRASIL, 2002a).

O conceito de Educação Ambiental, segundo a Lei Federal 9.795 em seu Art.1º é:

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999)

A legislação apresenta também as definições de educação ambiental que pode ser formal ou não-formal. A EA formal, ou seja, voltada para a educação, deve estar presente de forma contínua, integrada e permanente em todas as modalidades e níveis no ensino, de modo transversal e interdisciplinar. Já a EA não-formal, de acordo com a legislação são “as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.” (BRASIL, 1999)

Um dos papéis da EA não-formal previstos na legislação é a sensibilização da sociedade em relação à importância das Unidades de Conservação (BRASIL, 1999).

Nas Unidades de Conservação, a EA está presente em palestras, vídeos institucionais das e sobre as UC, placas informativas, exposições, trilhas interpretativas que podem ser guiadas e autoguiadas, trabalhos de pesquisa, dentre outros. A informação é disponibilizada, independente se o visitante esteja naquele espaço para recreação, turismo ecológico ou educacional, como visita de escolas. A educação ambiental possibilita que o visitante compreenda o quanto é fundamental a conservação destas áreas para manutenção da biodiversidade, serviços ecossistêmicos, manutenção dos recursos naturais e da nossa existência.

As trilhas possuem tipos diferentes e podem ser utilizadas para diversas atividades, dentre as quais está a caminhada, a cavalgada, o ciclismo. E Dependendo da função, pode ser dividida em trilha de conexão, de excursão, de interpretação, de passeio (SILVA, 2016). Na pesquisa que realizei, as trilhas que aparecem nos trabalhos, e/ou foram visitadas são classificadas segundo Silva (2016) como de interpretação, cujo objetivo é facilitar a observação da natureza, com duração de 30 minutos a 2 horas.

Como exposto acima, as trilhas interpretativas e/ou ecológicas são um dos atrativos presentes nas Unidades de conservação e muito utilizadas para EA não-formal, pois além de educativas, também podem ser recreativas, ou seja, lazer e turismo. Souza (2014), destaca que este tipo de trilhas tem que utilizar metodologias fundamentais com relação ao processo de sensibilização ambiental, visto que o contato com a natureza proporciona a sensibilização, através da observação, análise e percepção do ambiente que está caminhando, com possibilidade de despertar na pessoa a vontade de conservar e preservar a natureza.

A normativa NBR 15505-2 intitulada Turismo de aventura — Caminhada Parte 2: Classificação de percursos da ABNT (2019), define trilha como: uma “via estreita, usualmente não pavimentada e intransitável para veículos de passeio” (ABNT, 2019). Mas como destaca Silva (2016) veículos de passeios podem ser permitidos em alguns trechos em determinadas trilhas. Souza (2014) apresenta com base em outros autores, que as trilhas são corredores de viagens que conectam áreas naturais, principalmente no Brasil, em que as trilhas historicamente foram abertas com objetivo de deslocamento entre diferentes áreas. E não para fins turísticos como ocorre nas UC (SILVA, 2016). Souza (2014) destaca que há caminhantes que utilizam as trilhas para chegar mais rapidamente em um local e outros que as utilizam para apreciar o ambiente natural, através do contato com os elementos da natureza durante o percurso, principalmente em áreas protegidas, em que o objetivo destes caminhos é proporcionar aprendizado sobre o ambiente, através da interpretação e sensibilização ambiental. A autora acredita que a caminhada nestes ambientes naturais, contribui para melhor compreensão da natureza, a importância desta

para a paisagem e qualidade ambiental, além de proporcionar momentos de reflexão e observação do ambiente.

Além da sensibilização ambiental, nas UC, as trilhas são consideradas atrações por estarem em espaços naturais ou trajetos que levam a atrações turísticas, consideradas facilitadoras do lazer e turismo em áreas protegidas (SILVA, 2016). A autora destaca os benefícios que são: valorização do patrimônio natural e cultural, benefícios econômicos e sociais para as áreas protegidas e as comunidade locais, que podem atuar como guia através da condução ambiental.

As trilhas são diversas em sua composição, visto que possuem diferentes percursos, e graus de dificuldade, além de ser guiadas, com a presença de um guia para condução e autoguiadas sem acompanhamento de guia. No entanto, é importante a presença de placas de orientação e sinalização, bem como a possibilidade de mapas ou roteiros de orientação (SILVA, 2016). Souza (2014) apresenta que geralmente em trilhas mais longas e com grau de dificuldade mais elevado, pode ser necessária a presença de um guia que é chave na construção do conhecimento ambiental, no contato do caminhante com a natureza. Segundo a autora, além de orientar a caminhada, o guia pode instigar a reflexão sobre a importância das questões ambientais e das áreas protegidas.

Diferente de outros locais em que as trilhas são planejadas para atender ao ecoturismo e principalmente estão integradas a área, facilitando a conservação, no Brasil, as trilhas foram surgindo ao longo do tempo requerendo mais esforços por parte dos gestores para o manejo e inserção no plano de manejo (SILVA, 2016). A autora destaca que no processo de adaptação ou elaboração de trilhas, estão inclusos itens para o planejamento como traçado da trilha, extensão e largura, segurança, utilização, público que se destina, acessibilidade, grau de dificuldade das trilhas e outros elementos, mas o que falta é a padronização nestas informações. Com relação a acessibilidade a autora apresenta dois aspectos para considerar, que são: as trilhas devem ser criadas com caminhos bem demarcados, com presença de sinalização específica de orientação e interpretação que sejam adequadas para qualquer visitante que esteja apto a realizá-la; e o segundo aspecto refere-se a tornar a trilha acessível para pessoas com deficiência “física e mobilidade reduzida” ao apontar o planejamento da trilha pelos gestores para atender ao público e também, trabalhar com especialistas para que a trilha seja adaptada com os recursos de acessibilidade como cabo guia, placas em braile, acesso para as pessoas em cadeira de rodas, dentre outros recursos.

Segundo Silva (2016), as trilhas em áreas naturais são pouco pesquisadas e trabalhadas em termos técnicos. Para ela, é preciso considerar a importância da

paisagem natural, o contexto histórico para um planejamento adequado e assim, melhorar a experiência dos visitantes. Além disso, ressalta que as trilhas precisam apresentar um grau de dificuldade compatível e de acordo com o local e possibilitar o uso público com segurança para os visitantes. A autora apresenta algumas classificações das trilhas, quanto ao formato que pode ser circular, em oito, linear em atalho que possuem características distintas. Bem como o grau de dificuldade da trilha é definido por critérios como severidade do meio, orientação do percurso, condições do terreno e intensidade de esforço físico (ABNT, 2019).

Observei nas pesquisas, que geralmente as trilhas interpretativas, com objetivo principal a EA, são de curta extensão e grau de dificuldade baixo, principalmente as trilhas com algum recurso de acessibilidade, como a Trilha do silêncio presente no Parque do Jaraguá em São Paulo/SP.

A EA brasileira é considerada uma das mais criativas e diversificadas do globo com inúmeros projetos, despertando interesse de organizações e pessoas de outros países por sua capacidade de criar, inventar e experimentar (BARCELOS, 2008).

É apenas através da educação ambiental que há possibilidade de mudança de comportamentos por meio das informações sobre o ambiente. Além de um efetivo instrumento de gestão, deve ser percebida como uma filosofia de vida, que contribui para o equilíbrio do ecossistema, melhoria da qualidade de vida e tem o compromisso de promover a capacitação para a construção do desenvolvimento sustentável (SILVA, 2000; PHILIPPI; PELICONI, 2000).

Nascimento (2003) aponta que um dos caminhos para termos uma sociedade mais justa e igualitária que respeite toda a diversidade e um ambiente mais sadio é utilizar os princípios da Educação Ambiental, pois será possível ter conservação da natureza com desenvolvimento. No entanto, como destaca Barcelos (2008), a EA ainda tem o desafio de desenvolver novas metodologias que auxiliem na construção para um planeta social e ecologicamente justo, baseado na diversidade, respeito, tolerância, solidariedade, cooperação e amor, sejam princípios que norteiam a convivência entre todas as formas de vida. E talvez, uma das metodologias e práticas seja a educação ambiental inclusiva, na perspectiva da acessibilidade para todos, através da equidade, respeito as diferenças e diversidade.

1.4.1 A educação ambiental inclusiva

A declaração universal dos Direitos Humanos da ONU, dentre seus princípios destaca o direito a dignidade, a vida, ao território, a justiça social, equidade, ao acesso e a não discriminação. Este é base tanto para os movimentos ambientais, como os de pessoas com deficiência, cuja Convenção internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, cita o documento em seu preâmbulo.

Os movimentos ambientais e das pessoas com deficiência, ambos sociais, construídos através de vários movimentos e coletivos, surgiram na década de 60 e 70, possuem muito em comum em suas lutas. No campo ambiental, Porto-Gonçalves (2021) destaca que a dignidade, a vida e o território são ideias centrais para servir de inspiração para pensar em uma nova ordem societária. No movimento das pessoas com deficiência, além da justiça social, dignidade, direito a vida, ao acesso, e outros princípios como por exemplo, a interdependência também fazem parte dos 10 princípios presentes no texto em inglês *Ten principles of disability justice*, dos autores Berne, Morales, Langstaff, Invalid (2018).

Trazer a perspectiva da educação ambiental inclusiva, permeia compreender estes movimentos, tanto o movimento ambiental, quanto o movimento das pessoas com deficiência e assim, ampliar as discussões.

Segundo o relatório mundial da Organização Mundial da Saúde – OMS (OMS, 2012) há mais de 1 bilhão de pessoas com deficiência no planeta, dado citado por Borges (2014), que complementa que a maioria destas pessoas sobrevivem na pobreza com múltiplas vulnerabilidades, sujeitas a discriminação, exclusão e a falta de oportunidades. Para ele, considerando-se estes dados, para pensar em sociedades sustentáveis é preciso garantir discussões sobre direitos humanos, cidadania e acessibilidade.

Tendo em vista a definição de educação ambiental (EA) e o que se pretende, com enfoque no conhecimento, na qualidade de vida, na conservação ambiental, da biodiversidade e na diversidade humana através dos saberes, povos tradicionais, raça, etnia, gênero e deve incluir mais as discussões conosco, pessoas com deficiência para que a inclusão permeie estas discussões. Essas discussões tiveram início, como aponta Borges (2014), ao trazer um histórico da acessibilidade nas conferências, fóruns e encontros, como o Ocorrido em Joinville em 2006 que teve um debate temático sobre educação ambiental e educação especial. O autor destaca a conferência Rio+20 que contou com recursos de acessibilidade desde arquitetônica, bem como voluntários capacitados para atendimento com pessoas com deficiência na equipe, com a utilização

de recursos como audiodescrição dentre outros para atender ao maior número de pessoas possíveis, na perspectiva do desenho universal.

São encontradas além dos eventos, pesquisas desde metodologias, até acessibilidade arquitetônica. Como exemplos, tem as trilhas interpretativas com recursos de acessibilidade, as propostas, as avaliações de acessibilidade em parques sejam estes urbanos, ou jardins, ou UC, contribuindo para a inclusão de todos na educação ambiental.

A EA é uma importante ferramenta de sensibilização e conscientização das pessoas para as questões ambientais com objetivo de uma conservação mais efetiva (TORRES, OLIVEIRA, 2008). Souza (2014) aponta que a Educação ambiental deve buscar a transformação da forma de pensar e agir da sociedade, através da consciência crítica com relação a compreensão e entendimento da realidade e sua complexibilidade. E para que isso chegue a todas as pessoas, para que o objetivo da educação ambiental seja alcançado é necessário pensar, planejar e executar na perspectiva da inclusão, ou seja, acessibilidade desde arquitetônica, programática, informacional, comunicacional e principalmente, atitudinal através do desenho universal. Só assim, poderá, de fato, ter a participação efetiva, aquisição de conhecimento e reflexão crítica sobre o ambiente para sua conservação por todas as pessoas, independente se a educação ambiental é formal ou não formal, para pessoas com ou sem deficiência.

Nascimento e Costa (2017) destacam que uma educação ambiental inclusiva deve estar pautada na igualdade entre as pessoas, através da participação de todos, sem restrições, na construção de sociedades sustentáveis. Segundo elas, isso permite o acesso ao conhecimento, aos espaços de participação e principalmente, o entendimento dos conceitos de sustentabilidade e acessibilidade, considerando-se os direitos humanos.

1.5 TURISMO E ACESSIBILIDADE NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Além da educação ambiental, o turismo é uma das atividades que vem ganhando mais espaço nas UC e com potencial de expansão. Denominado de ecoturismo, essa vertente do turismo proporciona várias atividades que podem ser desenvolvidas nas UC, seja uma simples caminhada, trilhas com graus variados de dificuldade, e/ou praticar um esporte de aventura. São várias as possibilidades para os visitantes abarcando todos os gostos.

Segundo documento do ICMBio, no ano de 2019, as Unidades de Conservação federais receberam aproximadamente 15 milhões de visitantes, que tiveram a

oportunidade de estar junto à natureza (BREVES; BARBOSA; GARDA; SOUZA, 2020). Souza e Ribeiro (2021) apresentam que poderiam somar mais de 1 milhão de pessoas com deficiência aos registros. E para que isto aconteça é preciso possibilitar acesso para nós pessoas com deficiência com recursos e estruturas, ter profissionais capacitados e considerar os aspectos econômicos para o setor turístico. Esta visita, possibilita benefícios para a pessoa, que pode ser físico, psicológico e social, além dos conhecimentos adquiridos. Para isso, é necessário perceber a acessibilidade através da inclusão social, em que todos devem ter acesso aos espaços, serviços, lazer, turismo etc. Isso ocorre através da eliminação das barreiras, seja esta pessoa com ou sem deficiência. E a primeira, deve ser percebida através do paradigma do modelo social da deficiência, abordado no capítulo adiante.

Pouco são os locais que ofertam algum recurso de acessibilidade que contemple as especificidades de uma ou mais deficiência. Como exemplo, foram encontradas adaptações para pessoas com deficiência física no Parque Nacional do Iguaçu, localizado no estado do Paraná (OLIVEIRA; BOARIA, 2016), trilhas interpretativas como a Trilha do Pilão na reserva Biológica União (REBIUNIÃO) e caminho Dom Pedro Augusto localizado no Parque Nacional da Tijuca (PARNA Tijuca) (NASCIMENTO; COSTA, 2017).

Além destes locais, propostas variadas foram encontradas. Desde adaptação de UC como o trabalho de Feuser (2018); adaptação de uma trilha e possibilidade de acesso aos elementos arqueológico e espeleológicos no artigo de Sousa e Vasconcelos (2019); e esportes junto a natureza para nós, pessoas com deficiência visual com a tese de Munster (2004) e dissertação de Carvalho (2005).

Estes trabalhos apontam para uma variedade de possibilidades e pesquisas que são realizadas para a nossa inclusão social, enquanto pessoas com deficiência. Mas falta estas discussões estarem nas pautas dos órgãos e gestores, para assim, pensar, planejar e executar ações práticas em todos os contextos e não apenas de forma isolada ou projeto específico para alguma barreira de acessibilidade.

Qualquer ação, projeto ou modificação, há documentos que orientam. Nas UC são os planos de gestão, normas dos órgãos, legislação, manuais e normas, como o Manual de Sinalização de trilhas publicado em 2018 e com segunda edição em 2019 pelo ICMBio, que objetivo é a padronização das sinalizações em trilhas, mas não faz referência a acessibilidade para atender a nós, pessoas com deficiência (BRASIL, 2019). Já a norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 15505-1/2020 (ABNT, 2020) Turismo de Aventura – Caminhada – Parte 1: requisitos para produtos em que trata da segurança no turismo de aventura com atividades de caminhada, em um dos trechos apresenta o seguinte:

Para produtos de turismo com atividades de caminhada, a idade mínima do participante deve ser de 12 anos. Caso a organização ofereça produtos turísticos para crianças menores de 12 anos ou para Participantes portadores de necessidades especiais, este produto deve ser objeto de um planejamento que considere as características, procedimentos e equipamentos necessários para que a segurança Destes participantes específicos seja garantida. Estes produtos podem requerer profissionais, equipamentos e condições específicas diferentes dos previstos nesta Norma. (ABNT, 2020)

Este trecho da norma continua igual à primeira edição, principalmente, com a terminologia “portadores” o qual não é mais utilizado em legislações e documentos, visto que nosso país é signatário da convenção sobre o direito das pessoas com deficiência da ONU de 2008, a qual foi ratificada como emenda constitucional, e principalmente, pelo entendimento de nós, pessoas com deficiência, já que se porta um objeto e não a deficiência ou qualquer outra necessidade específica. Além disso, este trecho mostra a ausência de documentos norteadores, já que apresenta que apenas “Não está previsto nesta norma”.

Além destes documentos, em 2006, o Ministério do Meio Ambiente publicou um documento denominado Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação (BRASIL, 2006b). Neste documento, o tópico 5, que foi baseado no Manual de Recepção e Acessibilidade de Pessoas com Deficiência a Empreendimentos e Equipamentos Turísticos publicado pela Embratur em 2001, apresenta o seguinte:

5. DIRETRIZES PARA ATIVIDADES REALIZADAS POR PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

5.1 Observar e atender à legislação e às normas específicas para a promoção da acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais.

5.2 Considerar no planejamento e gestão da visitação nas UC, quando viável e aplicável, a realização da igualdade de oportunidades, que diz respeito ao processo mediante o qual serviços, atividades, informação e documentação são postos à disposição de todos.

5.3 Assegurar que arquitetos, engenheiros civis e outros profissionais responsáveis pela concepção e construção de empreendimentos incluam em seus projetos e obras as intervenções necessárias para garantir a acessibilidade.

5.4 Consultar as organizações de pessoas portadoras de necessidades especiais durante a elaboração de padrões e normas de acessibilidade, desenvolvendo atividades e produtos específicos para este público.

Quanto ao termo “pessoas portadoras de necessidades especiais” não há o que comentar, visto que este documento é anterior às legislações como a LBI, e a Convenção da ONU. Porém, foi o único documento que encontrei que trata das visitas à Unidade de

Conservação que aborda, mesmo que de forma breve e superficial, a acessibilidade.

A acessibilidade deve ser percebida de forma transversal, interdisciplinar, ou seja, fazer parte de todas as etapas de um projeto e planejada em todos os processos, serviços, espaços e dimensões para eliminação de barreiras. Apesar disso, já neste documento trouxe um capítulo, ainda que de forma muito sucinta e superficial, para abordar esta temática.

Chamou a atenção o documento dar orientações quanto às normas e legislações específicas para nós, pessoas com deficiência no item 5.1 que teve significativas mudanças nas últimas décadas.

No item 5.2, é importante, porque apresenta o planejamento e gestão para igualdade de oportunidades e conceituando-a para todos

Já em 5.3, aponta a necessidade da acessibilidade nos projetos arquitetônicos e sugere os profissionais como engenheiros e arquitetos. Não menciona, mas para acessibilidade arquitetônica em áreas construídas, poderiam sugerir a NBR 9050 (ABNT, 2015), que trata dos padrões para edificações.

E o item 5.4, aborda a consulta de organizações de pessoas com deficiência para elaboração de padrões e normas de acessibilidade e desenvolvimento de atividades e produtos específicos. Um aspecto positivo é a participação na elaboração e implementação do projeto. Mas essa participação deve ser de profissionais com deficiência e não apenas das organizações, ou seja, com e não sobre. E até que ponto, todas as deficiências precisam de adaptações e atividades específicas? Esta concepção distancia o visitante com deficiência do sem deficiência, e perpetua a ideia de que este último, ou seja, a pessoa sem deficiência, não precisa de nenhuma adaptação ou apoio. Será?

Um dos objetivos do questionário é compreender o que outras pessoas com deficiência julgam necessário, e assim ter sua participação neste processo de pensar a acessibilidade em áreas verdes e outros espaços protegidos, e em UC.

Além destes documentos, com relação ao turismo, encontrei o manual publicado em 2006 pelo ministério do turismo (BRASIL, 2006a). A cartilha apresenta conceitos gerais de acessibilidade, ajudas técnicas, barreiras, desenho universal entre outros. É encontrada a definição de deficiência, a legislação vigente na época, as questões referentes ao atendimento. Também dedica um capítulo que denominaram de “promoção da acessibilidade”, onde trazem algumas questões como edificações, transporte, comunicação e informação. Além do capítulo 6 trazer orientações para atendimento com alguns tópicos que considerou as especificidades para alguns tipos de deficiência, dentre as quais está a visual, apresenta o seguinte: “A pessoa com deficiência e o idoso sempre

devem ser consultados sobre a melhor maneira de serem atendidos ou abordados, evitando-se, assim, constrangimentos desnecessários” (BRASIL, 2006a).

Destaco que este foi um dos poucos documentos que utiliza o termo pessoa com deficiência. Como teve alterações nas legislações, avanço nas pesquisas em turismo acessível e faz mais de 16 anos da sua elaboração, é necessária outra edição do referido documento com atualizações e reformulações de conceitos.

Estes documentos que foram apresentados, ainda não conseguem abarcar a complexidade do acesso de todas as pessoas. Infelizmente a acessibilidade ainda não está inserida em todos os contextos. Também se apresenta no acesso às UC de forma tímida em poucos documentos, dificultando pensar a acessibilidade para estes espaços protegidos.

Mas, afinal, qual o conceito de deficiência? Acessibilidade? Barreiras? Estes conceitos e o histórico estarão no próximo capítulo.

2 PESSOA COM DEFICIÊNCIA – HISTÓRICO E CONCEITO

Neste capítulo, apresento no tópico 2.1, alguns fatos que marcaram a nossa história, das pessoas com deficiência em âmbito mundial, os modelos que a sociedade compreende a deficiência ao longo do tempo, bem como nossas conquistas. Já no tópico 2.2, abordo sobre esta evolução em nosso país, desde as instituições até as legislações que foram fundamentais para a conquista de direitos.

No tópico 2.3, está o conceito de deficiência visual, diferença entre deficiência visual congênita e adquirida.

Sobre a ética do cuidado é o tópico 2.4.

E no tópico 2.5, falo sobre acessibilidade. No 2.5.1, sobre audiodescrição que é um recurso informacional que beneficia principalmente, nós, pessoas com deficiência visual. E por último, no tópico 2.5.2, o capacitismo, preconceito dirigido as pessoas com deficiência.

2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Segundo o relatório mundial sobre a deficiência publicado pela OMS em 2012, mais de um bilhão de pessoas, cerca de 15% da população mundial, apresentam algum tipo de deficiência. Nos próximos anos, este número tende a aumentar devido ao envelhecimento da população mundial, visto que este público há o risco maior de adquirir deficiência (OMS, 2012). No Brasil, segundo o censo do IBGE de 2010, há aproximadamente 45 milhões de pessoas declararam ter algum tipo de deficiência (IBGE, 2012).

As pessoas com deficiência, em sua maioria, sobrevivem em condições extremas de desigualdade social, além de ter como principal característica a diversidade de necessidades e barreiras no acesso a serviços já garantidos às pessoas sem deficiência, como saúde, educação, trabalho e renda (MAIOR, 2017).

Em 2006 a Assembleia geral da ONU aprovou a convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e seu protocolo facultativo, que foi fruto da mobilização de pessoas com deficiência. O documento traz a definição do que é a deficiência com base no modelo social, apresenta nossos direitos e garantias em vários aspectos da vida. Esse foi um marco na garantia dos direitos humanos e possibilitou nortear políticas aos países signatários (MAIOR, 2017). Contudo, para chegar a um conceito de um modelo social da deficiência foi percorrido um longo caminho, da segregação à inclusão. Parte desse caminho será abordado nas linhas que seguem.

Para compreender as concepções atuais é pertinente trazer alguns aspectos do histórico dos conceitos e modelos existentes que caracterizam a deficiência.

Ao longo da história contemporânea, nós, pessoas com deficiência tivemos tratamentos de acordo com diferentes concepções, que podem ser divididos em dois momentos: a tutela com integração, segregação e ausência da nossa participação direta enquanto pessoas com deficiência; a Autonomia com a nossa participação, através de movimentos sociais, inclusão, conquistas de direitos (MAIOR, 2017; LANNA JÚNIOR, 2010).

A concepção de deficiência, no sentido de corpos que estão fora da norma surgiu no século XVIII, com a revolução industrial (DINIZ, 2007). Até a década de 70 do Século XX o conceito vigente Foi o modelo biomédico da deficiência.. Neste modelo, os saberes eram majoritariamente domínio do campo médico, através da reabilitação e da psicologia, por meio de instituições assistencialistas e caritativas, que através da tutela segregavam e segregam nós, pessoas com deficiência (DINIZ, 2007; MAIOR, 2017). Digo segregava, pois um modelo não substituiu o outro completamente, apesar de atualmente, o entendimento aceito é na perspectiva do modelo social, todas as concepções coexistem ainda.

Instituições aos moldes de internatos para pessoas cegas, pessoas surdas e posteriormente pessoas com deficiência intelectual foram criadas em várias partes do globo, inicialmente na Europa e expandindo o modelo para outros países como EUA, Brasil (MAZZOTTA, 1996).

No modelo biomédico da deficiência, a lesão é o que caracteriza a pessoa, por isso, esta deve ser corrigida para chegar ao mais próximo dos padrões de normalidade impostos, para a pessoa poder ser inserida na sociedade, ou seja, a lesão é que restringe a participação social. Como a deficiência é um problema individual neste modelo, para classificar é utilizada a Classificação Internacional de Doença (CID), que se baseia na incapacidade, para saber se a pessoa é considerada deficiente (DINIZ, 2007). Maior (2017) destaca que neste modelo não temos autonomia e nem poder de decisões, as instituições e famílias nos representam.

Nos anos 60, a princípio no Reino Unido e Estados Unidos, surgiram Grupos de teóricos, especialmente sociólogos, homens com deficiência medular que iniciaram os estudos e discussões sobre a deficiência, que originaram o modelo social da deficiência (DINIZ, 2007).

Neste modelo, a deficiência não está confinada estritamente aos saberes do campo médico, ou seja, na lesão. Tira do indivíduo a responsabilidade sobre a deficiência e apresenta questões sociais relacionadas com a opressão sofrida por nós, pessoas com deficiência, as barreiras programáticas, atitudinais, informacionais, arquitetônicas

existentes na sociedade. Neste modelo são os impedimentos que restringem a nossa participação social. Com isso, desloca a responsabilidade da deficiência do indivíduo para a sociedade (MAIOR, 2017; DINIZ, 2007; SASSAKI, 2003a).

A partir da década de 70, nós, pessoas com deficiência começamos a participar ativamente na luta de conquistas de direitos, passando para o momento que Maior (2017) denomina de inclusão e a busca pela autonomia, em que as pessoas de forma autônoma ou apoiadas por suas famílias, em conjunto com associações de pessoas com deficiência, tem voz e conquistam espaços na agenda política. Este modelo valoriza as diferenças, ao apresentar discussões que buscam a equiparação de oportunidades, direitos humanos, diversidade e sustentabilidade (SASSAKI, 2003b).

Com os conhecimentos sobre a deficiência deixando de ser estritamente da área da saúde e passando para as humanidades, a deficiência passa a ser uma questão política, de justiça social. A classificação passa a ser o modelo biopsicossocial que é baseado na Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF), com enfoque nas barreiras ambientais, atividades, e funcionalidade do corpo (DINIZ, 2007).

A CIF apresenta a funcionalidade como um termo abrangente, que engloba as funções do corpo, estruturas do corpo, atividades e os fatores ambientais. Apresenta que este termo indica os aspectos positivos da pessoa com uma condição de saúde, e os fatores contextuais, pessoais e ambientais.

Outro ponto importante do modelo social e que foi alvo de discussões pelos movimentos de pessoas com deficiência são as terminologias utilizadas. Há terminologias capacitistas que infelizmente ainda são utilizadas pela mídia, que dificulta o processo de mudança de nomenclaturas e divulga para a população termos incorretos como: pessoa portadora de necessidades especiais, necessidades especiais, portador de deficiência, retardado, manco, aleijado e outros que não devem ser utilizados para falar sobre a deficiência em nenhum âmbito, seja em jornal, pesquisas científicas, legislação, documentos e normas. Os termos mais aceitos atualmente são: pessoa com deficiência, deficiente e pessoa deficiente (DINIZ, 2007; SASSAKI, 2002; LANNA JÚNIOR, 2010). Neste trabalho, utilizarei o termo pessoa com deficiência, devido ao meu entendimento enquanto uma pessoa com deficiência visual, para estar em consonância a legislação e a terminologia mais aceita neste momento de acordo com os encontros dos grupos de estudos que participo, a convenção da ONU e principalmente em respeito a decisão de nós, pessoas com deficiência para nos designar desta maneira.

Sasaki (2002) destaca que a pessoa não porta a deficiência, ela tem a deficiência, seja ela sensorial, intelectual, física. O termo portar não pode ser utilizado

para uma condição inata ou adquirida que faz parte da pessoa, pois é possível portar um mapa, uma bengala, um objeto e deixar em algum lugar, no entanto, isto não ocorre com a deficiência, já que eu não posso acordar e decidir deixar minha deficiência visual em casa por um dia para sair sem. E quanto ao termo especial, muitos trabalhos referem-se às pessoas com necessidades especiais, mas é amplo e abrange outros públicos, como uma pessoa com carrinho de bebê, uma pessoa idosa, etc. Lanna Júnior (2010) destaca que a crítica da utilização do termo especial, não vai de encontro da luta por inclusão e equiparação de direitos, pois não queremos ser especiais, mas cidadãos. Os termos precisam traduzir a luta das pessoas, sem adjetivos que denotem diferenças de categorias. Pessoa com deficiência é atualmente um termo que traduz os anseios, apesar das divergências existentes, visto que os termos se modificam com o tempo. Além disso, a perspectiva do modelo social, apresenta que a deficiência é mais uma das características que a pessoa possui, assim como raça, Gênero, cor do cabelo, cor dos olhos, nacionalidade.

O modelo social modifica completamente a forma que a deficiência é percebida. Diniz (2007) aborda sobre o segundo modelo social da deficiência que apresenta aspectos relacionados ao cuidado, denominado de ética do cuidado, as intersecções que atravessam a deficiência, como classe, gênero, raça, principalmente pelas feministas, mulheres que são pessoas com deficiência, mães e/ou cuidadoras.

A participação dos movimentos sociais de nós, pessoas com deficiência em várias partes do globo, teve papel significativo no avanço das políticas e na visibilidade das discussões, principalmente a partir da década de 80. A partir de então, com o lema “nada de nós sem nós”, difundido pelo mundo, passamos a participar ativamente nas conquistas de direitos, acesso, supressão de barreiras, realização de pesquisas, tomada de decisões e todos os aspectos relacionados com as questões da deficiência como agentes políticos, ou seja, não é mais admitido que nós sejamos meros coadjuvantes da nossa vida (LANNA JÚNIOR, 2010).

Em 1981 a ONU declarou o ano da pessoa deficiente. Um marco importante na conquista de espaço pelos movimentos das pessoas com deficiência. A partir deste ano, nós conquistamos espaço na agenda política e na conquista de direitos, acesso, supressão de barreiras e inclusão.

Nas décadas de 80, 90 e nos anos 2000 aconteceram conferências, avanço de legislações, aumento de estudos sobre deficiência em diversas áreas do conhecimento, sempre com a participação ativa dos movimentos sociais das pessoas com deficiência. Houve diversas conferências e encontros nacionais e internacionais, e avanços na criação de um desenho urbano universal e o fortalecimento dos movimentos sociais.

Fruto de intensa mobilização, o primeiro tratado internacional de direitos humanos, que contou com a participação dos movimentos sociais, foi a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, organizada pela ONU, em 2006. Este documento apresentou um conjunto de medidas, a serem adotados pelos governos e sociedade, com definições e diretrizes para os países signatários seguirem na busca de justiça social, através da equiparação de oportunidades em todos os aspectos para uma vida digna (BRASIL, 2011; MAIOR, 2017).

Destaca-se também o tratado de Marraqueche (Marrocos), de 2013, que trata do acesso às obras publicadas para nós, pessoas com deficiência visual e outras possibilidades para acessar o texto impresso. O Brasil é signatário do tratado, ratificado pelo Decreto Legislativo nº 261/2015 (BRASIL, 2015a) e foi promulgado pelo Decreto Federal nº 9522/2018 (BRASIL, 2018).

Nos últimos 50 anos, as conquistas de direitos foram muitas, de segregação e integração estamos caminhando para a inclusão, porém há muito a se fazer na busca de equidade para nós, pessoas com deficiência em todo mundo, principalmente pela diversidade que compõe as deficiências, pela falta de visibilidade e inclusão para uma parcela significativa das pessoas, que ainda estão à margem das conquistas.

No próximo tópico, serão abordados alguns acontecimentos no Brasil e legislação vigente.

2.2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

No Brasil, foi a partir do Século XIX que ocorreram as primeiras iniciativas para atender nós, pessoas com deficiência exclusivamente no campo educacional. Seguindo a tendência mundial da época, foram criadas instituições públicas, específicas para cada deficiência, aos moldes do segregacionismo e do modelo médico vigente, por meio da educação especial em internatos (MAIOR, 2015).

A primeira instituição a ser criada em 1854, foi o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant), no Rio de Janeiro. Com intuito da educação e ensino de ofícios como tipografia e encadernação para os meninos e tricô para as meninas, foi introduzido também o sistema Braille de escrita (MAZZOTTA, 1996).

Posteriormente, foi criado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos). Lembrando que de 1880 até 1960 as pessoas surdas foram proibidas de utilizar linguagem de sinais (MAZZOTTA, 1996; MAIOR, 2015; LANNA JÚNIOR, 2010).

No começo do Século XX, surgiram escolas especiais para as pessoas com

deficiência intelectual (na época chamadas de deficiência mental), que era paralelas ao ensino, por meio de associações Pestalozzi e APAE (associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) (LANNA JÚNIOR, 2010; MAIOR, 2015).

Ao mesmo tempo, as pessoas com deficiência física, começaram a ter atendimento em centros de reabilitação organizados pela sociedade civil. Este atendimento teve ampliação, em especial, a partir da década de 50, após a epidemia de poliomielite. Estes centros para atendimentos eram voltados para a reabilitação da pessoa (MAIOR, 2015; LANNA JÚNIOR, 2010).

Até a década de 90, havia instituições assistencialistas a nível governamental, que eram comandadas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), cujo foco era a educação especial, assistência social e saúde, aos moldes do integracionismo e que correspondiam ao modelo Biomédico da deficiência (MAIOR, 2017).

Seguindo a tendência mundial, o movimento de nós, pessoas com deficiência, em que somos protagonistas das conquistas, iniciou no fim dos anos 70. Participamos ativamente da redemocratização do país e na busca de direitos, autonomia, saúde, educação, e a supressão de barreiras. As diversas associações que surgiram com objetivo de prestar serviços para nós, pessoas com deficiência, foram a base para que no fim da década de 70, as primeiras organizações e associações de pessoas com deficiências compostas e dirigidas por nós, aparecem e iniciam as bases dos movimentos de nós, pessoas com deficiência no Brasil. Os movimentos participaram de forma ativa na política na busca pela transformação da sociedade e de direitos (LANNA JÚNIOR, 2010). O resultado disso foi o primeiro encontro nacional, que ocorreu em 1980 em Brasília, o primeiro de muitos nesta e nas próximas décadas.

Além do ano da pessoa deficiente instituído pela ONU em 1981, o movimento de nós, pessoas com deficiência teve papel importante na garantia de direitos na constituição de 1988, com participação efetiva na elaboração da constituinte, com outras minorias que também tiveram direitos garantidos em vários artigos (MAIOR, 2017). Outra conquista importante, foi a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORD), transformada em 2009 na Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, órgão responsável pelas políticas para o público-alvo (LANNA JÚNIOR, 2010; MAIOR, 2015).

Nas décadas seguintes, garantias e direitos foram instituídos nas legislações da saúde e educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9394/96) e, habitação, trabalho e cultura. Legislações e diretrizes surgiram fruto da mobilização dos movimentos organizados, bem como legislações específicas. Maior (2017) apresenta as leis que foram importante nesta escalada de direitos como na

promoção da acessibilidade.

as Leis Federais nº 10.048/2000 (BRASIL, 2000b) e 10.098/2000 (BRASIL, 2000c) e no Decreto Federal 5296/2004 (BRASIL, 2004) que regulamenta as leis já citadas e trata da prioridade de atendimento para nós, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e estabelece normas para a promoção da acessibilidade. A lei 10.436/2002 (BRASIL, 2002b) que torna oficial a Língua Brasileira de Sinais (Libras) para as pessoas surdas. O direito de ingressar com cão-guia em todos os ambientes após a Lei Federal nº 11126/2005 (BRASIL, 2005). E o Decreto Federal nº 5.904/2006 (BRASIL, 2006c).

Outro marco que merece destaque com a participação da sociedade civil, são os conselhos. Destaque para o Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência (CONAD), criado em 1999 (MAIOR, 2015; LANNA JÚNIOR, 2010). Também há os conselhos estaduais e municipais. Estes conselhos têm a finalidade de avaliar e monitorar as políticas e sua implementação para as pessoas com deficiência.

No Brasil, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPCD) e seu protocolo facultativo é a única convenção com status constitucional que condiciona todas as normas, leis e decretos voltados para nós, pessoas com deficiência e aumenta as obrigações do governo com a nossa participação efetiva (MAIOR, 2017). Em 2008, o Decreto Legislativo nº 186/2008 ratificou a convenção e o Decreto Federal nº 6.949/2009 promulgou a referida convenção (BRASIL, 2011).

Toda militância e organização dos movimentos sociais levaram a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência em 6 de julho de 2015, Lei Federal nº 13146/2015 (BRASIL, 2015b). Conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência, esta legislação foi baseada na convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU. Foi um importante dispositivo que modificou e complementou a legislação vigente, que estava espalhada em diversas leis. A legislação conceitua deficiência seguindo o modelo social da deficiência, a avaliação passa a ser biopsicossocial, trata de acessibilidade, direito à educação inclusiva, saúde, lazer, a tecnologias assistivas, e igualdade perante a lei. A partir desta lei, não pode mais uma pessoa ser interditada civilmente pela deficiência. Também reforça os direitos fundamentais, que já estão presentes na Constituição Federal de 1988, tais como, a vida, habilitação e reabilitação, saúde, educação, moradia, cultura, lazer, esporte, transporte, trabalho, participação na vida pública e política e acessibilidade (BRASIL, 1988).

A legislação vigente no país é considerada uma das mais completas do mundo. Que se bem aplicadas podem atender uma população de 23,9%, equivalente a 45 milhões de pessoas segundo o Censo do IBGE de 2010 (IBGE, 2012). No entanto, o

maior problema está na implementação da legislação e no abandono de uma cultura baseada no modelo biomédico da deficiência que alguns insistem em reproduzir.

Conforme apresentei anteriormente, e os estudos que realizei no campo da deficiência, além de estar de acordo com o que preconiza a Convenção da ONU que serviu de base para a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) Lei 13146 de 2015, que apresenta a deficiência no viés do modelo social. Para este trabalho, será adotado a definição de deficiência presente na LBI, em vigência no Brasil e que vai ao encontro da perspectiva dos estudos sobre deficiência. Além de no momento, estar de acordo com minhas concepções e entendimento sobre a deficiência.

De acordo com a LBI, deficiência é:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015b).

Ao analisar, é a interação da lesão, seja ela sensorial, física, intelectual ou mental com uma ou mais barreiras, que podem restringir a participação social de nós, pessoas com deficiência em igualdade de condições com as demais pessoas. Ou seja, as barreiras e fatores ambientais que restringem o nosso acesso às informações, a comunicação, aos ambientes, as atitudes. Estas são categorias de análise fundamentais ao considerar os aspectos da deficiência, em que as barreiras são consideradas um dos elementos centrais nesta perspectiva, como aponta Santos (2016), que basta a caracterização de apenas uma das seis barreiras descritas na LBI para que a pessoa com impedimento de longo prazo seja considerada pessoa com deficiência.

Também, uma análise interseccional que considere aspectos sociais, de classes, gênero, experiências, também devem ser consideradas ao compreender a deficiência em suas múltiplas facetas. E principalmente, a opressão social existente, questões discutidas pelos estudos feministas sobre a deficiência. É o que apresenta Diniz (2007) ao trazer que, os estudos sobre deficiência a partir da década de 70, sofrem transformações com o viés do modelo social, onde, não é a lesão que restringe a participação social da pessoa, contudo é um conceito complexo que além de reconhecer o corpo com lesão também denuncia as estruturas sociais que oprimem a pessoa com deficiência. Ou seja, como destaca Farias (2020) é uma condição resultante de experiências. Deve ser entendida como um modo de vida (DINIZ, 2007; DINIZ, BARBOSA e SANTOS, 2009).

A deficiência pode ser classificada em visual, física, auditiva, intelectual,

psicossocial, e deficiência múltipla que é quando a pessoa apresenta mais de uma deficiência. Para esta pesquisa, o público escolhido é as pessoas com deficiência visual, o qual me incluo, para compreender as barreiras, facilitadores e especificidades e possibilitar que as pessoas desfrutem com equidade as visitas em áreas protegidas.

A seguir, trarei o conceito de deficiência visual, diferença entre deficiência visual Congênita e adquirida.

2.3 DEFICIÊNCIA VISUAL

A deficiência visual é uma deficiência sensorial que afeta a visão. É classificada em 2 grupos. Pessoas cegas as quais não possuem resíduo visual ou se possuem não é funcional. E pessoas com baixa visão as quais possuem resíduo visual funcional (AMIRALIAN, 2004). A classificação da funcionalidade considera a Classificação internacional de Funcionalidade (CIF) para classificar.

No entanto, no Brasil, ainda a avaliação da deficiência visual é comumente realizada através da Classificação Internacional de Doenças (CID). Este formato considera a acuidade que corresponde a percepção de formas e campo visual que é a capacidade de perceber a amplitude (NUNES; LOMÔNACO, 2008).

Essas definições são utilizadas na legislação, de acordo com o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), que indica

Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

Nunes e Lomônaco (2008) apresentam de forma mais simplificada estes números. A acuidade visual menor que 0,1 ou campo visual com menos de 20 graus é considerada pessoa cega. Pessoa com baixa visão a acuidade está entre 6/60 e 18/60 e/ou campo visual entre 20 e 50 graus. Destacam ainda que a avaliação da capacidade visual é realizada com essas medidas ao considerar todas as correções ópticas possíveis, ou seja, uso de lentes, óculos, lupas e etc.

Dentre as definições de baixa visão, Amiralian (2004, sp) apresenta que “[...] é considerada uma dificuldade visual de graus variáveis, que causa incapacidade funcional e diminuição do desempenho visual.”

No entanto, há várias definições da deficiência visual, conforme a ênfase no que

se quer apresentar e o modelo que se pretende abordar. O objetivo não é analisar as pessoas e suas deficiências, mas a interação delas com as áreas protegidas. Assim como apresentado por Diniz (2007), a deficiência visual é uma das diversas formas de estar no mundo. Segundo a autora, "A deficiência visual não significa isolamento ou sofrimento, pois não há sentença biológica de fracasso por alguém não enxergar. O que existe são contextos sociais pouco sensíveis à compreensão da diversidade corporal como diferentes estilos de vida (DINIZ, 2007, p. 8).

Como já apresentei, a deficiência é um conceito complexo, que envolve várias variáveis. Principalmente se utilizar a CIF, as barreiras, facilitadores, acessos que complexificam a definição, ao ampliar as possibilidades para análise. Santos (2016) destaca que além da utilização da CIF para avaliar a deficiência que considera as estruturas, funções do corpo, atividade, participação, os fatores ambientais, é necessário apreciar as barreiras descritas na LBI para ponderar a deficiência na perspectiva do modelo social e da convenção, ou seja, como restrição de participação social.

Além das definições já apresentadas, a deficiência pode ser classificada em congênita, ou adquirida ao longo da vida. Como na legislação não especifica qual idade a deficiência visual é considerada adquirida, busquei autores para compreender.

Na literatura, autores apontam que a deficiência é congênita quando a pessoa nasce com a deficiência visual, ou perde até uma idade ainda na primeira infância. Com relação a idade, existe uma divergência entre autores, que apontam diferentes idades.

Para Amaral (2019), a cegueira ou baixa visão é considerada congênita até os 3 anos, após é adquirida. Segundo o autor, a partir desta idade a pessoa começa a ter memória imagética, ou seja, gravar imagens e criar conceitos a partir delas.

Já Nunes e Lomônaco (2008) consideram a deficiência visual congênita para as pessoas do nascimento, ou perda antes dos 5 anos. Após essa idade a deficiência é considerada adquirida, também denominada pelos autores de adventícia. O ponto em comum dos autores Amaral (2019) e Nunes e Lomônaco (2008) é que há pouca ou nenhuma memória visual antes dos 5 anos.

Para as análises, considerarei adquirida até 5 anos, como em Nunes e Lomônaco (2008).

A partir desses conceitos e destas classificações, a seguir será abordada o conceito de ética do cuidado. Após, a acessibilidade com recursos para atender a nós, pessoas com deficiência visual nas áreas protegidas. Destaco que compreendo que a acessibilidade deve ser pensada para permitir o acesso ao maior número de pessoas, no entanto, para chegar nessa etapa é preciso conhecer as demandas de cada grupo, neste caso, as necessidades e recursos utilizados por nós, pessoas com deficiência visual.

2.4 A ÉTICA DO CUIDADO

Neste tópico, vou trazer a ética do cuidado, conceito importante para as relações entre as pessoas.

Com relação a ética do cuidado, Luiz e Silveira (2020), conceituam cuidado como tudo que é feito diretamente para ajudar as pessoas para que possam se desenvolver, sobreviver e funcionar em sociedade, em relação ao atendimento de suas necessidades biológicas vitais, desenvolver ou manter suas capacidades básicas e ainda, aliviar ou evitar a dor e sofrimentos. Destacam que uma ética do cuidado apresenta o entendimento de interdependência como parte das relações entre as pessoas. E como aponta Kittay (2011), em algum momento da existência a pessoa dependerá de outrem em maior, ou menor grau, e isso não se restringe como exclusividade de nós, pessoas com deficiência.

Para Luiz e Silveira (2020), uma ética do cuidado implica no reconhecimento da interdependência como uma característica fundamental das relações entre as pessoas e considere as escolhas e preferências de quem recebe o cuidado. Neste sentido destacam que as pessoas com deficiência precisam ser protagonistas não apenas dos cuidados relacionados com a gestão do corpo, mas de todos os aspectos da vida. Esse protagonismo deve estar, como ressalta Kittay (2011), principalmente para as pessoas com deficiência que necessitam de cuidados, cujos impedimentos sejam físicos e/ou cognitivos que impeçam ou dificultem de realizar atividades básicas que dizem respeito a sua dignidade, como se alimentar, vestir-se entre outros aspectos. Para ela, através da interdependência, busca-se a Autonomia.

Uma ética do cuidado deve estar pautada nas relações de quem é cuidado e quem cuida, nas relações de quem presta o serviço, no sentido de trabalho laboral. E, com relação a atitude, ao se interessar pelo bem-estar da outra pessoa como apontam Fietz e Mello (2018). Mas, este cuidado não deve tirar o poder de gerenciar, de decidir daquele que recebe o cuidado, ou seja, que este tenha autonomia para expressar o que quer fazer ou deseja (KITTAI, 2011, LUIZ; SILVEIRA, 2020).

Na perspectiva da pessoa com deficiência visual, a interdependência pode ser percebida, por exemplo, quando a pessoa precisa de auxílio para locomoção, em que o apoio de uma pessoa é imprescindível para guiar e fazer a audiodescrição em uma trilha. Neste sentido, a pessoa que guia estabelece uma relação com quem é guiado, mas a primeira não deve tirar a autonomia e a decisão da segunda de como ela prefere ser guiada. Ao mesmo tempo, a pessoa que está guiando tem que garantir a segurança de

ambas, que para tal, como possibilidade podem utilizar, neste caso as técnicas de orientação e mobilidade para auxílio no deslocamento, como segurar no braço, no ombro ou no punho de acordo com a preferência de quem está sendo guiado. A autonomia da pessoa com deficiência visual, neste caso, pode estar na escolha de como e quem será o guia. Com relação ao trajeto, juntas podem decidir qual é o melhor caminho após a apresentação das opções pelo guia, estabelecendo uma relação de confiança entre o guia e quem está sendo guiado. E, quem está guiando pode descrever o ambiente e outras informações visuais do local através da audiodescrição.

2.5 ACESSIBILIDADE

Neste tópico, vou falar um pouco sobre a acessibilidade, alguns conceitos e recursos que serão importantes para análise dos resultados.

Normalmente, o termo acessibilidade no senso comum, as pessoas atrelam as dimensões físicas. No entanto, o conceito é mais amplo e está diretamente relacionado com a inclusão social, pois o termo refere-se ao acesso aos espaços, serviços, recursos, tecnologias, informações, atitudes, entre outros. Neste sentido, para garantir a inclusão, faz-se necessário a busca pela acessibilidade, através da eliminação das barreiras existentes em todos os contextos da sociedade. Na Lei Brasileira de Inclusão, o conceito de barreira apresenta-se como:

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, [...] (BRASIL, 2015b)

A Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), também apresenta o conceito de barreira que está na perspectiva do modelo social ao trazer que:

Barreiras são factores ambientais que, através da sua ausência ou presença, limitam a funcionalidade e provocam incapacidade. Estes factores incluem aspectos como um ambiente físico inacessível, falta de tecnologia de assistência apropriada, atitudes negativas das pessoas em relação à incapacidade, bem como serviços, sistemas e políticas inexistentes ou que dificultam o envolvimento de todas as pessoas com uma condição de saúde em todas as áreas da vida. (OMS, 2004)

Outro conceito que vai ao encontro da eliminação de barreiras é a acessibilidade, visto que a segunda é conquistada com a eliminação da primeira. E com relação a acessibilidade, gostaria de abrir um parêntese, pois a acessibilidade não deve ser atrelada apenas a nós pessoas com deficiência, pois sua aplicação é ampla, deve

estar presente em todos os contextos, contribui com a melhoria e possibilita maior qualidade de vida de toda sociedade. A LBI apresenta no artigo 3, inciso I que acessibilidade é:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; (BRASIL, 2015b).

Sasaki (2009) aponta que se a acessibilidade for pensada nos princípios do desenho universal, beneficiará a todos, pessoas com e sem deficiência. Vale destacar que o conceito de Desenho Universal surgiu nos Estados Unidos na década de 90, através das reivindicações do grupo das pessoas com deficiência e do grupo de arquitetos, engenheiros, designer, com objetivo de propor a formulação de ambientes, produtos e recursos que todas as pessoas possam utilizá-los “em sua máxima extensão possível” (SÃO PAULO, 2010a). Para isso, elaboraram 7 princípios para o desenho universal adotado mundialmente no planejamento e obras de acessibilidade que são: uso equitativo, uso flexível, uso simples e intuitivo, informação de fácil percepção, tolerância ao erro, esforço físico mínimo e, dimensionamento de espaços para acesso e uso abrangente (SÃO PAULO, 2010a)

No Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) possui um conjunto de normas de acessibilidade. Como alguns exemplos de normas de acessibilidade, destaco a norma NBR 9050/2015 ABNT (2015) que deve ser utilizadas em reformas e novas edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos e a NBR 16537 de 2016 ABNT (2016), que trata sobre “Acessibilidade - Sinalização tátil no piso - diretrizes para elaboração de projetos e instalação”.

No entanto, as barreiras não são restritas apenas às dimensões físicas. Para Sasaki (2009), que classifica as barreiras em 6 dimensões de acessibilidade, todas as tecnologias devem estar em consonância com as diferentes dimensões, para prover o acesso de todas as pessoas com deficiência, independente se são tecnologias assistivas, tecnologias de informação e comunicação, tecnologias digitais. Destaca que estas diferentes dimensões devem ser contempladas e estar presente em diversos contextos, processos e aspectos da atividade humana. Para ele, a acessibilidade deve ser entendida como uma qualidade e facilidade para todos. As dimensões elencadas pelo autor encontradas também em UNIFESP (2020) são:

- Arquitetônica, sem barreiras físicas, ou seja, obstáculos que impedem as pessoas

de ocuparem e desfrutarem o espaço físico interno ou externo. Podem estar presentes em edificações, sejam estas públicas ou privadas, comerciais ou residenciais e no espaço público, através das calçadas, presença de rampas, piso tátil direcional e alerta, entre outros exemplos.

- Comunicacional, ou seja, sem barreiras nas diferentes formas de comunicação entre as pessoas. São exemplos a comunicação falada, escrita, digital, a leitura labial, a língua de sinais (língua brasileira de sinais - Libras), linguagem corporal e gestual, utilização de sinalização tátil dos locais, identificação em Braille, sinais sonoros, áudio, ampliações, ledores, audiodescrição, janelas com libras e outros. A LBI (BRASIL, 2015b) acrescenta a barreira informacional em conjunto com a comunicacional e é conceituada como “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação”.
- Metodológica, refere-se a métodos e técnicas inclusivos no lazer, trabalho, educação entre outros. Como a orientação e mobilidade para pessoas com deficiência visual.
- Programáticas, sem barreiras nas políticas públicas, normas e legislações. UNIFESP (2020) também acrescenta as iniciativas de combate ao preconceito, discriminações e outras atitudes, que dificultem ou impeçam o acesso aos serviços e recursos.
- Instrumental, sem barreiras nos instrumentos, nas ferramentas, nos utensílios, equipamentos e recursos. Como exemplo, tem-se o computador que deve ter os recursos de acessibilidade para que eu consiga manusear com autonomia, realizar a pesquisa, escrever este texto. Também são exemplos lupas e softwares ampliadores, bengala, órteses dentre outros. UNIFESP (2020), também destaca as tecnologias assistivas (TA). Segundo Brasil (2009) é classificada como uma área do conhecimento interdisciplinar, que abrange recursos, tecnologias, produtos, serviços, práticas, estratégias e metodologias, que visa promover a funcionalidade com relação as atividades e participação de nós, pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, com objetivo de proporcionar qualidade de vida, independência, autonomia e inclusão social.
- Atitudinal que está relacionada com os estigmas sociais, preconceitos e discriminação dirigida a nós, pessoas com deficiência. Este tipo de preconceito, que julga a capacidade da pessoa pela deficiência, foi denominado no Brasil como Capacitismo por Anahi Guedes de Mello (MELLO, 2016).

E como a acessibilidade envolve inúmeros contextos, além destas citadas acima, pode ser mencionada a acessibilidade nos transportes, na web, dentre outras.

Na Web, a UNIFESP (2020) chama de acessibilidade “Web/Digital”. Este tipo de acessibilidade, visa promover medidas para que todos possam acessar os ambientes digital e web com autonomia. Para poder navegar, entender, perceber, interagir e contribuir de alguma forma nestes espaços. Na web, importante destacar algumas normas que podem ser citadas e orientam a implementação da acessibilidade, como a WCAG, que são diretrizes e recomendações organizadas mantidas pela World Wide Web Consortium (W3C), que orientam a construção de conteúdos digitais, como sites, documentos, com qualidade e que são acessíveis a todas as pessoas. No Brasil, O governo elaborou um documento denominado de eMAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico) e foi baseado na WCAG da W3C.

Pensar na eliminação de barreiras, possibilitou e possibilita a criação, a implementação de diversos recursos e tecnologias assistivas, permite que a escolha seja realizada com base no que melhor atende as necessidades da pessoa. O mais importante é encontrar recursos, espaços, métodos, técnicas, legislações, atitudes que atenda a todas as pessoas e oportunize a elas as decisões para escolher o que vai atender suas necessidades.

Esta possibilidade de escolher, decidir quais são os melhores recursos que a pessoa necessita e se adapta é fundamental. Por exemplo, não é porque a pessoa é cega que obrigatoriamente sabe o braille, porque pode ter perdido a visão a pouco tempo, ou existem situações que dificultam a utilização desta forma de escrita, ou apenas não prefere utilizar. Também, a pessoa com baixa visão poderá ou não utilizar óculos, recursos ópticos para ampliar fontes, determinado tipo de contraste, poderá ou não portar bengala para locomoção.

É importante destacar, que a acessibilidade só estará presente quando todas as dimensões estiverem contempladas, e assim, terá a promoção da equidade social. Haverá inclusão de fato, quando estas barreiras não existirem e todos tiverem acesso aos recursos, serviços e espaços de forma equitativa. Como ressalta Sasaki (2009), a inclusão como modelo de sociedade, deve ser compreendida enquanto processo, que os sistemas sociais são adequados para todos, independente de característica, como nacionalidade, língua, etnia, raça, orientação sexual, gênero, deficiência e outras. Isso só ocorrerá com a participação de todas as pessoas na formulação e execução das adequações necessárias. Isso significa a participação social de toda diversidade humana.

Na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) (2001), outro conceito que está relacionado com a acessibilidade e as dimensões é

denominado de facilitadores e é conceituado como:

Facilitadores são factores ambientais que, através da sua ausência ou presença, melhoram a funcionalidade e reduzem a incapacidade de uma pessoa. Estes factores incluem aspectos como um ambiente físico acessível, disponibilidade de tecnologia de assistência apropriada, atitudes positivas das pessoas em relação à incapacidade, bem como serviços, sistemas e políticas que visam aumentar o envolvimento de todas as pessoas com uma condição de saúde em todas as áreas da vida. A ausência de um fator também pode ser um facilitador, por exemplo, a ausência de estigma ou de atitudes negativas. Os facilitadores podem impedir que uma deficiência ou limitação da atividade se transforme numa restrição de participação, já que o desempenho real de uma ação é melhorado, apesar do problema da pessoa relacionado com a capacidade. (OMS, 2004)

Estes conceitos são importantes para entender os tipos de barreiras que podem restringir ou facilitar nossa participação social.

Além destes conceitos, nos próximos tópicos, trarei outros conceitos e recursos com mais detalhes, como audiodescrição e capacitismo, que são conceitos importantes para os resultados do trabalho.

2.5.1 Audiodescrição

Para quem possui deficiência visual, a prática de descrever é corriqueira entre família, amigos e sempre ocorreu, mas como apresenta Franco e Silva (2010) a audiodescrição (AD) com profissionais e técnicas para fazê-la surgiu a partir da década de 70 nos EUA. E a partir deste momento, pesquisas, trabalhos de dissertação, teses, áreas para implementação da AD ampliam a cada dia.

A audiodescrição é um recurso de tecnologia assistiva reconhecida na legislação brasileira por meio do Decreto Federal nº 5296 de 2004 (BRASIL, 2004). Além da legislação, também é um recurso de acessibilidade comunicacional, que possibilita acesso as informações visuais, através das palavras ou verbalizadas. Estas informações podem ser por escrito e podem estar em braile, meio eletrônico e etc. Através de comunicação oral para os usuários, principalmente nós, pessoas com deficiência visual pois amplia nosso entendimento, ampliação de conhecimento, contribui para inclusão em todos os eventos, seja estes educacionais, culturais, lazer, turismo entre outros.

Autores que são pesquisadores, audiodescritores apresentam definições da audiodescrição em nosso país, que trazem essa tradução do visual.

Franco e Silva (2010) escrevem relacionando com as imagens. Para os autores, a AD é a transformação de imagens em palavras, para que informações visuais importantes sejam acessadas por nós pessoas cegas e com baixa visão.

Motta (2016) apresenta o olhar para o espetáculo ao trazer que é um recurso de informação sonora que transfere do visual para o verbal. A autora destaca também, que a AD enquanto recurso de acessibilidade comunicacional, além de ampliar o entendimento de nós, pessoas com deficiência visual em todos os tipos de eventos sociais, acadêmicos, religiosos e científicos, possibilita o acesso à informação e cultura e colabora para a inclusão social, escolar e cultural.

Araújo (2010) apresenta na perspectiva da tradução audiovisual. Para ela é uma técnica que consiste em descrever como exemplos cenários, figurinos, linguagem corporal, ação, expressões faciais entre outros, utilizada para tornar cinema, teatro e TV acessíveis para nós, pessoas com deficiência visual, por meio da narração adicional colocada entre os diálogos. Destaca que a audiodescrição não pode interferir no conjunto da obra como efeitos musicais e sonoros.

Para Sant'Anna (2010), a audiodescrição é uma tecnologia assistiva que aparece para atender a lacuna existente pela comunicação visual aos que não podem aproveitá-la.

As pessoas com deficiência visual, somos o público mais beneficiado com a presença do recurso de audiodescrição em vários aspectos que são: Possibilita a igualdade de condições com outras pessoas, equidade no acesso às informações e diversas linguagens de arte como teatro, dança, cinematográfica, imagens e a cultura em geral. Além de ampliar o entendimento, pois é essencial para compreender o que é percebido apenas pela visão. E sem deixar de mencionar a promoção da acessibilidade (SANT'ANNA, 2010). No entanto, outros públicos se beneficiam do recurso como destaca Motta em suas publicações (2010a, 2016), como pessoas idosas, disléxicos, pessoas com déficit de atenção, autistas, pessoas com deficiência intelectual, daltônicas. E como destaca a autora, para pessoas sem deficiência visual, principalmente se estiver narrando ou elaborando um roteiro, a AD amplia a percepção e o entendimento, o senso de observação, além de indicar detalhes que passariam despercebidos sem um olhar mais atento (MOTTA, 2016).

Cada vez mais a audiodescrição é utilizada em diversas atividades que ampliam a possibilidade dos usuários e surgem novas áreas de atuação. Dentre as atividades, podem ser citadas: Os espetáculos, como peças teatrais, musicais, dança, shows, óperas

entre outros. Programas de televisão através de produtos audiovisuais como filmes, vídeos, propagandas e etc. Publicações online, livros, exposições em museus, eventos sociais (FRANCO, SILVA, 2010; MOTTA, 2016).

A audiodescrição pode ser gravada em estúdio, como em filmes, programas de televisão gravados, vídeos em que a audiodescrição é mixada. Como também, ao vivo, como em espetáculos de circo e outros já mencionados, eventos acadêmicos, palestras.

Para os eventos ao vivo, são utilizados equipamentos de tradução simultânea, que são receptores com fones de ouvidos. Nestes eventos, a equipe de audiodescrição transmite a informação sonora de uma cabine acústica com roteiro previamente preparado, estudos sobre o tema e terminologia do que será apresentado. A audiodescrição é preferencialmente inserida entre os diálogos ou pausas, para evitar a sobreposição com as falas. São descritas todas as informações visuais relevantes e importante ao entendimento do evento que podem ser, cenário, pessoas, gestos, slides, utensílios, ações (MOTTA, 2016).

Motta (2016) também destaca a aplicação da audiodescrição para outras finalidades. A utilização da audiodescrição em conjunto com a informação tátil, como complemento, como exemplo, Cita esculturas, mapas e maquetes, pois as informações verbais e tátil se complementam.

Outra finalidade para o recurso é em museus. Nestes espaços, a AD pode ser realizada ao vivo pelos monitores, ou com a utilização dos áudio guias. Segundo a autora, o áudio guia é um sistema de locução utilizado em visitas em museus e outros espaços como centros históricos e culturais, que permite a todo visitante uma visita autônoma e com informações. Apresenta que um áudio guia com audiodescrição possui mais informações descritivas que permite a visualização do local e das obras ali expostas, para que a pessoa tenha acesso às informações imagéticas. Destaca que este sistema já é utilizado na Europa a mais tempo.

Em visitas guiadas a audiodescrição é ao vivo, como o exposto por Motta (2010b), ao relatar a visita ao zoológico, com um grupo de pessoas com deficiência visual e acompanhantes, dentre os quais estavam presentes audiodescritores. Aponta que antes da visita, consultores e audiodescritores visitaram o espaço, para orientar os guias do zoológico, que conseguiram realizar a audiodescrição dos elementos visuais, aliado com os conhecimentos técnicos a serem transmitidos na visita ao espaço. Este é um exemplo que pode servir de base para visitas em UC, outros espaços com trilhas e outras áreas protegidas.

A seguir, o último tópico do referencial teórico. Apresento o conceito de capacitismo, importante para nós pessoas com deficiência, ao nomear as discriminações dirigidas a nós.

2.5.2 Capacitismo

Antes de Anahí Guedes de Mello trazer a definição do termo capacitismo com publicações científicas e divulgar na internet, o preconceito dirigido a nós, pessoas com deficiência no Brasil, não tinha nome, não tinha visibilidade, ou seja, não era um conceito definido, era apenas discriminação pela deficiência.

A divulgação e popularização do termo capacitismo, iniciou em 03 de Dezembro de 2016, dia internacional da pessoa com deficiência, na plataforma Facebook, através da campanha #ÉCapacitismoQuando. Com objetivo de divulgar o conceito e discutir estas discriminações, um grupo de pessoas com deficiência iniciaram discussões sobre a temática e postavam exemplos de situações capacitistas nas redes sociais Mello (2019). O termo hoje é amplamente utilizado pelas pessoas e as discussões ocupam outros espaços.

Um exemplo da falta do termo antes de 2016, é a Convenção das Pessoas com Deficiência da ONU (BRASIL, 2011) que apresenta a definição de discriminação por motivo de deficiência, mas sem apresentar um nome específico, com o seguinte conceito:

Discriminação por motivo de deficiência significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável (BRASIL, 2012, p. 27).

Então, dar nome, voz, e conceituar, foi fundamental para avançar nas discussões, porque, conseguiu-se aproximar o capacitismo de outras formas de opressão, que fogem do padrão estabelecido, que são considerados preconceitos, como o sexismo, o racismo, que também são estruturais e estruturantes em nossa sociedade. Além de trazer as discussões sobre atitudes preconceituosas que ocorrem conosco, pessoas com deficiência no BRASIL. Autores como Mello (2016), Dias (2013), Wolbring (2008) e Campbell (2001), contribuíram com o aporte teórico para as discussões sobre a temática.

Mello, conceitua capacitismo como

[...] uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos ao corpo normatividade. É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo e ser desejada, de ter relações sexuais etc.), aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais, como o sexismo, o racismo e a homofobia. (MELLO, 2016, p. 3272).

Para Wolbring (2008), estas relações dos “ismos” como sexismo, racismo, capacitismo são denominadas por ele de guarda-chuva, pois existe a preferência por determinadas habilidades e padrões, além de seguir normas que estão arraigadas socialmente.

Dias (2013), complementa que existe um padrão imaginário de corpos que devem estar de acordo com a norma. Para ela, as relações com base na deficiência são culturalmente estabelecidas de forma intencional ou não intencional.

Em linhas gerais, o capacitismo ocorre no momento que existe a crença que nós, pessoas com deficiência somos considerados menos capazes de que pessoas sem deficiência, que algumas habilidades específicas são melhores do que outras, que a limitação e a lesão são consideradas centrais como no modelo médico (WOLBRING, 2008; STOREY, 2007).

Além dos autores já mencionados, Campbell (2001) apresenta o capacitismo como uma concepção social. Para ela, as pessoas com deficiência são consideradas menos capazes de decidir sobre suas vidas. A autora conceitua o capacitismo, denominado originalmente de ableism, como uma rede de crenças, práticas e processos que considera um padrão corporal típico, e trata a deficiência como um estado diminuído do ser humano. (CAMPBELL, 2001).

Assunção e Chaves (2022), apresentam que o preconceito dirigido a nós, pessoas com deficiência na maioria dos casos é tão naturalizada, que para classificar como capacitismo é necessário fazer uma análise cuidadosa das situações vivenciadas. Também destacam que, outras situações estão visíveis, são entendidas como atitudes preconceituosas e mesmo assim, continuam acontecendo em nossa sociedade.

Nossa capacidade é julgada em diversas situações e contextos do cotidiano, desde a autonomia, educação, saúde, e em momentos de lazer. Quantas pessoas deixam de ir em algum local, espaço, trilha por acreditarem que não terão atendimento e /ou auxílio de outras pessoas? O receio das barreiras como as atitudes de outros fazem com que pessoas deixem de frequentar, ou não retornem ao local se a experiência e o atendimento não foram satisfatórios.

Acredito que as atitudes, quando positivas, podem impulsionar a sociedade para pensar e implementar estratégias anticapacitistas, a promoção da acessibilidade e por consequência eliminar outras barreiras como estrutura, comunicação, informação, visto que essa dimensão pode ser considerada motor para outras mudanças. No entanto, as atitudes, quando negativas, também podem ser barreiras que impedem a participação da pessoa com deficiência e eliminação de outras barreiras. Por estas razões, é fundamental trazer as discussões sobre o capacitismo como categoria central para pensar a supressão de barreiras e estratégias anticapacitistas.

Além disso, os conceitos e práticas são construções sociais e culturais, então, apesar de a legislação trazer o conceito de pessoa com deficiência, as definições de barreiras e a tentativa de difundir o termo capacitismo, como apontam Assunção e Chaves (2022), há uma sobreposição de conceitos, pois o modelo médico que considera a lesão como ponto central está arraigado culturalmente e se faz presente até os dias atuais. Este fato ainda influencia para que haja uma diferença no conceito da legislação, as práticas e atitudes que ocorrem no cotidiano, e contribui para que ainda aconteçam situações capacitistas.

Com relação a esta temática, o relato dos participantes da pesquisa, que responderam ao questionário, podem relatar situações de capacitismo vivenciadas nos espaços pesquisados, como também, estratégias de atitudes e possibilidades para suprir as barreiras com relação ao atendimento, auxílio para deslocamento, audiodescrição e utilização de outros recursos.

A seguir, no próximo capítulo, apresento a metodologia da pesquisa. Descrevo cada etapa, a confecção da estratégia de busca, a confecção do questionário aos órgãos e a confecção do questionário para as pessoas com deficiência visual, o pré-teste e seus resultados. Por último, serão descritas as atividades de campo realizadas em 2019.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa, segundo Gil (2002), é classificada como exploratória, pelo levantamento bibliográfico para o referencial teórico sobre acessibilidade em áreas protegidas, principalmente em Unidades de Conservação realizado por meio de pesquisa em teses, dissertações, artigos de revistas e eventos em base de dados, normas de acessibilidade de UC e trilhas. Também pela análise de documentos como leis, normas, diretrizes, cartilhas e questionário. Este último enviado por correio eletrônico para os órgãos estaduais do meio ambiente e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para verificar a existência de acessibilidade em UC, de políticas e programas governamentais. E um questionário de análise qualitativa disponibilizado no formulário do Google para nós, pessoas com deficiência visual (cegos e com baixa visão).

A seguir, será descrita cada etapa do levantamento de dados. Como foi realizada a pesquisa nas Bases. Após a confecção do questionário aos órgãos. Será descrita a metodologia do questionário elaborado às pessoas com deficiência visual. E no último tópico, as atividades de campo que realizei nas 4 UC na grande Florianópolis em 2019 e a visita para realizar uma atividade com condutores ambientais na APA da Baleia Franca no início de 2020.

3.1 REFERENCIAL TEÓRICO

Para investigar os trabalhos existentes de acessibilidade em áreas protegidas no Brasil, uma das etapas consistiu em realizar levantamento do referencial teórico. Considerei trabalhos científicos em teses e dissertações, livros, artigos de revistas, congressos, conferências e outros, em especial nas bases de dados e mecanismos de busca, os referenciais para responder à questão: se há pesquisas sobre acessibilidade em áreas protegidas para nós, pessoas com deficiência.

Realizei a seleção da bibliografia através dos títulos e leitura dos resumos em cada base pesquisada. Após, adicionei os títulos em uma tabela do Excel para análise e exclusão de repetidos. Após a leitura na íntegra de cada documento e análise de alguns parâmetros como a localização (Cidade e estado), tipo (Dissertação tese, artigo de periódico ou evento), classificação do documento (avaliação, proposta, revisão de literatura trilha, UC, etc.) e tipo da deficiência (visual, física, geral), escolhi trabalhos que apresentaram relação com acessibilidade em áreas livres ou UC, os quais, utilizei no

referencial teórico sobre acessibilidade, áreas protegidas e análise dos resultados.

As características das etapas de levantamento, a caracteriza como uma revisão integrativa de literatura, que segundo Chueke e Amatucci (2015) é uma abordagem qualitativa que busca analisar amostras menores, ou seja, poucos trabalhos para analisar, criticar e sintetizar a literatura sobre um tema específico.

Realizei a pesquisa nas bases de dados com auxílio da Crislaine Zurilda Silveira (Bibliotecária) do Serviço de Competência em Informação e Suporte à Pesquisa, da Biblioteca Central da UFSC. Também li materiais que tratam sobre pesquisa bibliográfica em Guedes e Borschiver (2005), Lopes, Costa, Fernandez-Limós, Amante e Lopes (2012), e em Chueke e Amatucci (2015). Além disso, realizei a leitura do artigo de Ferenhof e Fernandes (2016) que trata dos tipos de revisões, descrevendo mais detalhadamente o método *Systematic Search Flow* (SSF). As etapas da pesquisa nas bases serão descritas nos resultados.

3.2 QUESTIONÁRIO AOS ÓRGÃOS

Outra forma que utilizei para efetuar mapeamento de dados e informações sobre as UC, consistiu em um questionário como instrumento de análise quantitativa e qualitativa, com intuito de fazer um levantamento documental através dos órgãos oficiais para obter informações se há programas de acessibilidade em alguma área protegida ou unidade de conservação e documentos que a comprovam, ou ainda projetos em andamento, ou orientação sobre implementação de recursos de acessibilidade nestes espaços.

Fiz o contato através de e-mail (Apêndice A) com o ICMBio, órgão responsável pela gestão de Unidades de Conservação Federais e as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente (ou fundações, ou institutos) dos 27 estados da Federação. Nesse contato fiz uma breve apresentação da pesquisa e propus 6 (seis) questões abertas.

Foram delimitadas secretarias e fundações dos estados, pois, seria inviável para esta pesquisa tratar com os municípios, devido à dificuldade de obter os dados dos órgãos estaduais e como não há uma base de dados, o tempo despendido para obter e analisar mais de 5300 municípios, tornaria inviável.

3.3 QUESTIONÁRIO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

No objetivo que visa verificar as necessidades de nós, pessoas com deficiência visual, como instrumento de coleta de dados, elaborei um questionário específico. Não encontrei nenhum questionário sobre a temática de acessibilidade em áreas protegidas como base, portanto, foi elaborado especificamente para o público e para esta pesquisa.

Entendo que o questionário é uma forma de trazer a participação efetiva de nós, pessoas com deficiência no processo da pesquisa e na indicação de proposições, indo ao encontro do modelo social e do lema de nós, pessoas com deficiência que é: “Nada Sobre Nós, Sem Nós”. Nesta perspectiva, nada deve ser feito sem a nossa participação no processo, planejamento, avaliação e implementação.

Martins Fontes, Hespaña e Berg (2012) destacam que, para ser uma participação transformadora na investigação emancipatória, nós, pessoas com deficiência devemos participar ativamente de todas as fases do processo da pesquisa, desde a idealização, a redação e apresentação dos resultados.

Além de tudo que já foi exposto, o questionário é uma forma de pesquisar ‘com’ e não ‘sobre’. Como aponta Moraes (2010), é preciso levar em conta o referencial do outro, construir junto com outras pessoas com deficiência, ou seja, neste caso, as experiências e os apontamentos realizados por nós, pessoas com deficiência visual para pensar na acessibilidade em áreas protegidas.

Através do questionário, foi possível compreender as nossas relações enquanto pessoas com esses espaços das áreas protegidas, se existe visita, as experiências nestes locais, as barreiras encontradas, e o que é necessário para suprimi-las, os recursos necessários em unidades de conservação para que estas tenham acessibilidade e outros aspectos. E, caso não haja visita, compreender os reais motivos. Outro aspecto relevante que obtive com o questionário, foi descobrir UC e trilhas no território nacional que, de acordo com os participantes, tenham acessibilidade, ou seja, nós, as próprias pessoas com deficiência visual realizando essa avaliação e contribuindo para este mapeamento.

Escolhi o questionário online através de documento em nuvem, na plataforma do Formulário do Google, por não precisar da minha presença física em local e hora específica para realizar a entrevista e como aponta Lakatos e Marconi (2003) não há necessidade de deslocamentos. Este método possibilita maior abrangência geográfica, que é o território nacional e cumpre com objetivo de atingir um número de pessoas considerável, que neste caso foi estipulado 30 respostas. Considerei o público da pesquisa as pessoas cegas e com baixa visão, dado este, que obtive com a autodeclaração do participante.

Para análise dos questionários, realizei análise qualitativa e utilizei o método de análise em dois níveis proposto por Pondé, Mendonça e Cardoso (2009), através do método desenvolvido para entrevistas semiestruturadas, com questões fechadas e abertas. De acordo com os autores, deve-se analisar a estrutura textual, procurando interpretar a explicação e não a compreensão, observando se essa explicação tem contexto histórico e relação com outros textos e informações do mesmo gênero.

O primeiro nível de análise proposto por eles denominado de *análise baseada nas questões*, abordam-se narrativas relacionadas às respostas diretas, questões formuladas e os domínios culturais. O segundo tipo de análise, o qual é chamada de *análise baseada nas narrativas*, avalia as digressões, ou seja, as respostas que vão além do questionário. Essa avaliação é feita através de construção de mapas de redes semânticas das narrativas para posteriores comparações, ou seja, por meio de palavras-chaves encontradas nas respostas.

Disponibilizei o questionário no formato online e utilizei a ferramenta digital Formulário do *Google para confeccioná-lo*. Iniciei a divulgação em minhas redes sociais, *Twitter, Facebook e WhatsApp* para alcançar o maior número de pessoas, visto que nestas plataformas há compartilhamento de dados e informações. Este tipo de divulgação é classificado metodologicamente como bola de neve (DEWES, 2013), já que há possibilidade de os participantes compartilhar a pesquisa em suas redes sociais para outras pessoas, inclui-se com deficiência visual, que facilita a divulgação e alcançar o quantitativo proposto.

Elaborei textos para divulgação nas redes sociais (Apêndice B). Nas plataformas *Facebook e WhatsApp*, o texto foi o mesmo, porém sofreu alteração na plataforma *Twitter* no momento de publicar, o qual foi necessário publicar como sequência de *tweet* devido ao número reduzido desses caracteres.

Para iniciar a divulgação, no *WhatsApp* encaminhei o convite através de lista de transmissão para contatos com deficiência visual, pessoas que trabalham com a temática e os grupos relacionados à temática dos estudos sobre deficiência. No *Facebook*, realizei a postagem em meu perfil pessoal, em grupos e encaminhada no mensageiro da plataforma e também ocorreu o compartilhamento da postagem sobre a pesquisa por outros usuários. E no *Twitter*, ao longo do período que o questionário esteve aberto, foi através de postagem e vários *Retweets* meu e de outros usuários, cumprindo com o objetivo de ampliar o alcance da pesquisa.

O público escolhido foi de pessoas com deficiência visual, pessoas cegas e pessoas com baixa visão. Com a amostragem recebida de 35 participantes, residentes de

vários estados da Federação, abrangendo o território nacional. O questionário esteve disponível durante 35 dias, do dia 14 de junho a 19 de julho de 2021, para oportunizar tempo para novas respostas.

Recebi no total, 37 respostas nestes 35 dias. Mais do que o esperado por mim e pelo orientador, que estipulamos o mínimo de 30 participantes. Devido ao endereço de e-mail solicitado nas respostas, percebi que 2 (dois) e-mails estavam repetidos na planilha gerada pelo *google*. Além dos e-mails, foram realizadas conferência de todas as respostas para comparar se eram as mesmas e após, feita exclusão das duas, por esta razão, foram contabilizadas 35 pessoas. Portanto, o e-mail foi uma importante ferramenta para identificação do participante.

Adicionei ao formulário uma mensagem com aviso da indisponibilidade do questionário após seu fechamento: “Informo que este questionário já está fechado para novas respostas. Agradeço o interesse”.

Destaco que houve muita procura após o questionário ser desativado. Este fato reforça que houve interesse das pessoas para responder e existe relevância da temática de acessibilidade em áreas protegidas.

3.3.1 Pré-teste aplicado

A fim de identificar falhas e testar o questionário apliquei um pré-teste (Apêndice C). O questionário do pré-teste tem 31 perguntas entre abertas, fechadas e de múltipla escolha e está organizado em três partes: perguntas pessoais contendo 8 questões; perguntas sobre Unidades de Conservação com 13 questões; e questões sobre trilhas com 9 perguntas. Além disso, fiz duas perguntas abertas sobre o conhecimento de espaço natural acessível.

Enviei o questionário no formato de documento digital no word, em *docx*, por e-mail, em março de 2020, para 6 pessoas, 3 pessoas cegas e outras 3 com baixa visão, que tiveram um mês para responder. Os participantes, residentes do Estado de Santa Catarina, foram escolhidos pelo tipo da deficiência, para elaborar uma análise preliminar e com o intuito de observar falhas nas respostas ou possíveis sugestões.

Todos os participantes retornaram o questionário, no entanto, somente 4 responderam integralmente, e um também encaminhou sugestões. Duas pessoas enviaram apenas sugestões.

A partir das respostas e dos apontamentos para melhorias e dificuldades encontradas, e da releitura (Apêndice D), procurei elaborar a versão final do questionário com diversas modificações.

As perguntas foram numeradas para facilitar a tabulação e análise dos resultados. Retirei a pergunta que solicitava nome, visto que a identificação por nome não é relevante para a pesquisa. Para identificar os participantes utilizei o endereço de e-mail e nas análises, os identifiquei com nomes de astros. O endereço de e-mail foi para a seção 1 de apresentação do questionário, pois é obrigatório, além de auxiliar na identificação de possíveis respostas repetidas.

Busquei acrescentar novas perguntas, para ter a informação de forma mais completa, como exemplo, as questões 6.1, 7.7, 7.10.1, 9, 10, 11, 12. Nesta versão, não há apenas uma pergunta geral sobre espaços acessíveis, mas há algumas questões se o participante conhece algum espaço natural acessível (Unidades de Conservação). Também adicionei a questão 11, que se refere a Unidade de Conservação e a questão 18 para saber se conhece trilhas acessíveis.

Reorganizei As perguntas para ter maior coerência e facilitar a organização das seções no Formulário do *google*. Algumas perguntas mudei a ordem como sexo do respondente, e a data de nascimento modifiquei para faixa etária para facilitar a tabulação dos dados e por não ser imprescindível o dado exato para a pesquisa.

Algumas questões que estavam abertas passam a ser fechadas na nova versão, em especial sobre gênero que alterei para sexo (com as categorias feminino, masculino e outro com campo para escrever). Contudo, algumas perguntas antes fechadas no pré-teste estão abertas no questionário final, como a 7.4.

Dividi algumas perguntas para facilitar o entendimento e as categorias de análise, como exemplo a questão “O que você considera importante ter para facilitar o acesso a esses espaços?” Esta questão reagrubei em 2 questões, a questão 15 que aborda aspectos arquitetônicos e a 16 com aspectos informacionais.

Reorganizei questões como exemplo “Você já frequentou ou costuma frequentar algum destes espaços:”

Em várias questões reescrevi o enunciado, como as questões 6, 7.1, 7.4, e adicionei categorias como “Não considero” nas questões 14 e 15.

Reescrevi algumas questões de forma simplificada e elaborei novos questionamentos, como as questões 6.1, 7, 7.7, 10 e 16.

Percebi também que não estavam bem delimitadas as questões sobre Unidades de Conservação, e o início das questões sobre trilhas, organizando-as para facilitar a compreensão.

Nas questões fechadas adicionei dicas no enunciado orientando se é para selecionar uma ou mais opções. Também percebi, que as questões não estavam numeradas sendo realizado este procedimento para facilitar a análise e tabulação dos dados.

O questionário final possui 20 questões com as questões 6, 7, 8, 11, 13, 14, 15, 17 e 18 contém subitens, elevando a um total de 51 questões. A divisão do formulário completo está por seções, tendo ao todo 28 seções.

Escolhi a plataforma *Google ao utilizar o Formulário* para adicionar o questionário por ser uma plataforma amplamente utilizada para pesquisas com formulários/questionários, pela acessibilidade com leitores de tela, facilidade para tabulação dos dados em tabelas em planilhas, familiaridade e acessibilidade da plataforma por mim enquanto pesquisadora e a facilidade de divulgação do *link* em redes sociais.

Na plataforma, antes de começar o questionário, a primeira seção é minha apresentação enquanto pesquisadora, título da pesquisa, objetivo do questionário e algumas informações. Também, tem uma caixa para adicionar endereço de e-mail, que é obrigatório, com possibilidade, caso o participante desejasse, de enviar por e-mail cópia de suas respostas. Na segunda seção, está disponível o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para leitura e caixa para aceitar. Sem marcar a opção não é possível prosseguir para responder o questionário.

Os dados pessoais do respondente estão nas seções 3 e 4, das questões 1 a 6.1. Sobre unidades de conservação são as seções 5 a 12 com as questões 7 a 11.2. Sobre trilhas, são as seções 13 a 17 com as questões 12 a 18.2. Com exceção das questões 19 e 20, na seção 18, todas as outras são obrigatórias.

No formulário, para tornar as perguntas obrigatórias e não ser cansativo para responder, utilizei o recurso de ir para a seção com base na resposta. Desta forma, se a pessoa responde que não frequentou uma Unidade de Conservação, não precisará passar pelas seções que correspondem a questões para quem frequentou. Como exemplo de direcionamento conforme a resposta, na questão 6 (seis), se a resposta é adquirida, a próxima seção será a 4, questão 6.1, mas se a resposta for congênita, a próxima seção será a 5, questão sete 7. Também foi realizado este procedimento para as questões 7, 7.10, 8, 11, 13, 13.4, e 18.

No último objetivo, para traçar proposições para acessibilidade nas áreas protegidas para nós, pessoas com deficiência visual, utilizei os resultados dos objetivos anteriores, principalmente os resultados do questionário, as bibliografias sobre

acessibilidade em áreas protegidas, normas vigentes e minhas impressões como pesquisadora.

3.3.2 Análises preliminares do pré-teste

Enviei o questionário por e-mail para 6 participantes, com 31 questões, dentre elas, questões pessoais, questões sobre Unidades de Conservação e sobre trilhas. Ao realizar a análise, utilizo participante, respondente como sinônimo. Para responder, escolhi 3 pessoas cegas e 3 pessoas com baixa visão. Enviei o questionário no mês de março de 2020 e recebi as respostas de todos os questionários até o fim do mesmo mês.

Dos retornos, 4 participantes responderam integralmente, sendo indicados pelo nome de astros Vênus, Marte, Lua e Júpiter (na versão final também foi utilizado esta forma de nomear. Os nomes foram retirados de: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_sat%C3%A9lites_naturais_do_Sistema_Solar).

A participante Vênus é do sexo feminino, pessoa com baixa visão, a deficiência foi adquirida e reside em Florianópolis. O Participante Marte é de Palhoça, Sexo masculino, pessoa cega e sua deficiência foi adquirida. A participante Lua, sexo feminino, residente em São João do Sul, é pessoa cega congênita. E, de Florianópolis a participante Júpiter, sexo feminino tem baixa visão e sua deficiência é congênita. Todos os participantes que responderam são do Estado de Santa Catarina, três deles nasceram na década de 80 e a participante Júpiter nasceu na década de 90.

Nas questões pessoais, onde há nome, e-mail, data de nascimento, alguns participantes solicitaram que estado e gênero contivessem as opções para escolher. Também realizei alteração de gênero para sexo. Teve uma sugestão para acrescentar uma questão para saber se a pessoa adquiriu a deficiência. Algo que passou despercebido, visto que a pessoa pode ter frequentado algum local antes de ter perdido a visão e a percepção do local, da acessibilidade pode ser diferente. Removi opção para adicionar o nome, mas o endereço de e-mail solicitei no início do questionário para controle e análise de possível resposta repetida. Ao final do questionário, também solicitei e-mail, caso o participante queira receber o trabalho final, por entender que o acesso aos resultados da pesquisa é importante, pois os resultados devem ser divulgados também para as pessoas que disponibilizaram seu tempo para responder o questionário.

Três participantes responderam que já frequentaram algum espaço das opções sugeridas e foram acompanhados por família, apenas a participante Júpiter respondeu

que foi com guia local. As visitas foram com escola, família, grupo de amigos (guia vidente) e a associação de pessoas com deficiência também apareceu nas respostas. No intuito de não esquecer nenhuma categoria, e como guia vidente não é o foco nesta pergunta, pois não se trata do deslocamento, mas saber quem promoveu o passeio, reformulei a pergunta na nova versão e está em aberto para o respondente preencher.

Quanto ao local, todos marcaram trilha em mata, montanha, restinga, parques urbanos ou praças com trilhas, e os participantes Marte e Júpiter marcaram a opção parques naturais e/ou outras Unidades de Conservação. Apenas a participante Vênus marcou opção “*nenhuma*” e respondeu à questão aberta para saber o motivo com o seguinte: “*Falta de interesse e se tivesse tido interesse de ir a esse tipo de ambiente, certamente, a acessibilidade do local seria uma preocupação para mim*”.

A pergunta do local também foi reformulada, pois as opções ficaram abrangentes demais. Adicionei outras questões referentes apenas a UC. As questões sobre os tipos de trilhas foram para outra parte do questionário.

O transporte também é um item importante para análise, visto que os meios de transportes disponíveis para deslocamento até uma UC viabilizam ou não a ida nestes espaços. O ônibus foi citado por duas pessoas, Apenas o participante Júpiter marcou opção a pé, o participante Marte marcou opção táxi ou transporte alternativo e todos marcaram carro particular.

Em relação aos conhecimentos adquiridos os participantes relataram a preservação dos ecossistemas locais, fauna e flora, como pode ser percebido no relato da participante Lua: “*Conhecimentos sobre a fauna e flora local [...]*”. o participante Marte relatou: “*A importância de se preservar o meio ambiente, e todos os ecossistemas envolvidos, bem como toda a forma de vida*”.

Como sugestão de perguntar os benefícios, e como relatado pela participante Júpiter ao escrever: “*sempre é uma experiência boa estar em contato com esses lugares [...]*”. A participante Lua destaca “[...] um maior contato e proximidade com a natureza”. A partir dessas respostas, elaborei uma questão para saber dos benefícios que perceberam ao frequentar uma área protegida.

Ao questionar se o espaço é acessível, todos responderam que não. Os participantes Marte e Júpiter citaram a trilha de Naufragados. O participante Marte visitou lugares como Parque do Rio Vermelho, Parque Ecológico do Córrego Grande, Parque da Serra do Tabuleiro, Morro da Pedra Branca em Palhoça e a Ilha do Arvoredo. A participante Júpiter visitou Jardins Botânicos de Florianópolis e Curitiba, o Parque da Foz do Iguaçu, trilhas em Gramado e em Canela, e as piscinas naturais e corais em Alagoas,

que achou ser a mais difícil de entender. A participante Lua não lembra o nome do local que visitou. Como sugestão, Lua indicou que se a resposta for sim, é necessário que tenha um espaço para escrever sobre a acessibilidade do lugar.

Outro ponto relevante na análise da acessibilidade é referente ao atendimento, que diz respeito às barreiras atitudinais. Para tal, elaborei questionamentos sobre o atendimento dos funcionários. Apenas o participante Marte marcou a opção que já teve atendimento de funcionário. Também, ao analisar, percebi a necessidade de saber como foi este atendimento, por esta razão, acrescentei uma questão para relatar como foi. Os quatro participantes consideraram importante a capacitação dos condutores, voluntários e funcionários do parque ou outra área visitada, com destaque para saber como conduzir, como se dirigir, e sobretudo, a audiodescrição da paisagem.

A participante Lua destacou também a importância para supressão de barreiras atitudinais, ao escrever: *“até mesmo para não impedir a participação da pessoa com deficiência na atividade”*. Este relato mostra que o desconhecimento sobre a deficiência pode gerar dúvidas quanto à participação destes em atividades e a capacitação é importante também para facilitar o processo de inclusão. Como sugestão dos participantes, apenas as pessoas com deficiência podem apontar de acordo com suas necessidades e vivências no cotidiano, o que é importante abordar em uma capacitação.

Ao questionar as dificuldades e barreiras, houve menção das barreiras atitudinais no sentido das pessoas sem deficiência acreditarem que pessoas com deficiência não podem frequentar os locais, devido aos obstáculos do ambiente. Outro ponto mencionado foram as barreiras de informação, a participante Júpiter mencionou o estranhamento das pessoas ao pedir informações, já que mesmo com óculos, não consegue ler placas e encontrar lugares como o banheiro. E a participante Lua mencionou a falta de informação sobre os locais e que informações prévias acessíveis seriam importantes. Também os participantes Marte e Lua (que são pessoas cegas), mencionaram que as barreiras naturais e obstáculos são comuns em trilha. Como ressalta o participante Marte: *“Apenas as barreiras naturais, mas nestes casos era o que eu estava procurando, pois gosto de enfrentar trilhas com dificuldades elevadas”*.

A capacitação também esteve presente na resposta dos quatro participantes, apresentada como um quesito fundamental. Algum tipo de sinalização foi mencionado pela participante Vênus, a participante Lua mencionou o mapa tátil e alguma outra forma para se guiar com relativa autonomia.

Nas questões que se referem a trilhas. Apenas a participante Vênus não respondeu por não ter frequentado. Ao perguntar sobre as dificuldades, o participante Marte escreveu que: *“Apenas dificuldades naturais pelas quais todos que fazem as trilhas*

enfrentam". A participante Lua abordou pedras, raízes e irregularidades no piso, mas ressalta que são obstáculos inerentes ao realizar a trilha. Apenas a participante Júpiter abordou a insegurança ao realizar a trilha, pelo medo de cair. Este posicionamento é percebido na questão seguinte, visto que só a participante Júpiter marcou raízes, rochas (pedras e galhos como obstáculos). Como ficou em branco na resposta dos outros participantes, adicionei a opção "*não considero*" na nova versão do questionário.

Além dos obstáculos, é imprescindível compreender o que consideram como facilitadores. O guia vidente, a corda guia para se orientar com a mão e a maquete foram marcadas nas 3 das 4 respostas. Já o participante Marte optou apenas por guia vidente. Duas respostas foram para Corrimão, e Totens ou placas em braile ou ainda placas ampliadas e com contraste. A participante Júpiter sinalizou também a necessidade de piso regular, ausência de raízes, rochas, e irregularidades no terreno como morros. A participante Vênus marcou corda guia para rastrear com bengala. Na reformulação do questionário, dividi a questão em outras duas, para delimitar categorias arquitetônicas de categorias informacionais e adicionei opção "*não considero*" na questão 20 e "*nenhum*" na questão 21.

Dos participantes que já fizeram trilhas, todos marcaram que estavam acompanhados com guia vidente, ou seja, pessoa que enxerga para auxiliar no deslocamento das pessoas com deficiência visual, principalmente pessoa cega durante a caminhada. Este fato, reforça mais uma vez a importância de alguém para guiar, ou seja, Guia vidente como fundamental para a acessibilidade da pessoa cega e de outras pessoas, se assim estas desejarem.

O guia para auxiliar no deslocamento, a partir do momento que se propõe a guiar, descrever o ambiente e/ou mostrar os elementos da paisagem com possibilidade de serem tocados ou não, está indo ao encontro da perspectiva da ética do cuidado, ao atentar as necessidades e adequar-se a pessoa que é guiada, como aponta Luiz e Silveira (2020), no princípio da interdependência através do respeito as escolhas e preferências de quem recebe o cuidado, que neste caso é quem é guiado. Com relação ao questionário, para complementar a pergunta, adicionei mais dois (2) questionamentos, se o guia era credenciado por alguma instituição local capacitada para conduzir em trilhas. E se ele estava capacitado para realizar o atendimento.

A descrição da paisagem foi mencionada pelos participantes em questões anteriores, apresentando-se como um elemento importante para as pessoas cegas e baixa visão e confirmado quando todos marcam que consideram fundamental essa descrição.

Considerado pela participante Vênus como "[...] *uma questão fundamental de*

acessibilidade". Fica evidente que o elemento presente em todas as respostas é que a descrição da paisagem permite, junto com a percepção dos outros sentidos Audição, tato, olfato, o conhecimento do ambiente para construção da paisagem como um todo, possibilita criar uma ideia da paisagem que as pessoas que enxergam estão vendo e que não pode ser entendida através dos outros sentidos. As respostas foram: a participante Vênus aponta que a descrição é "Para ajudar a construir a ideia do que não posso ver ou as pessoas não podem ver, para um deslocamento mais prazeroso e seguro [...]. Lua aponta que "[...] o acesso aos elementos visuais torna a experiência mais completa". Marte completa ao trazer exemplos ao escrever, que "É sempre bom saber o que nos cerca, principalmente quando se fala da natureza em suas diferentes formas e belezas, desde plantas, animais, formato das rochas, e as diferentes interações entre tudo isso". Elementos também presente no relato da participante Júpiter ao apontar que quer "[...] conhecer aquele espaço, sua diversidade, seus animais, suas cores e formas".

Quanto às barreiras, as respostas foram interessantes e diversas, o participante Marte não apontou barreiras e destacou que teve boas experiências com guias de parque, além de ressaltar que faz trilhas com amigos e conhecidos que já sabem como ele prefere ser guiado e orientado, como aponta no relato que: "[...] *já sabem como lidar com a minha deficiência*, e a maneira que gosto de ser guiado ou orientado [...]". Ou seja, respeito as suas preferências, e particularidades. A participante Lua relata barreiras atitudinais e informacionais, bem como o difícil acesso aos locais: "*Quanto as trilhas, penso que as principais barreiras sejam o difícil acesso até o local e, como já citado, a recusa de pessoas videntes em guiar pessoas cegas, é bastante difícil conseguir alguém que concorde com a nossa participação nesse tipo de atividade.*". A participante Júpiter relata que fez as trilhas acompanhada, aponta barreiras arquitetônicas ao mencionar ao terreno e destaca também o receio de se machucar e as barreiras atitudinais das pessoas com relação à deficiência ou dificuldades como no trecho: "[...] *O difícil é ver que a pessoa que está contigo faz pouco-caso.*"

Nas falas está evidente que existem várias barreiras, ao mesmo tempo, que as pessoas enfrentam barreiras atitudinais, o que talvez reflita nas arquitetônicas e informacionais.

Ao serem questionados sobre espaço natural acessível e o que encontraram no espaço, o participante Marte apontou o Parque Ecológico do Córrego Grande (Florianópolis), e escreve que "[...] *é o que mais se aproxima de ser um espaço acessível, por ter um terreno aberto, fácil de se locomover.*" E a participante Júpiter citou o Parque Estadual do Caracol (Canela, RS) com destaque para o piso regular como elemento de acessibilidade.

Em linhas gerais, fica evidente alguns tópicos como a importância da descrição, da capacitação dos funcionários e guias, da informação sobre as trilhas e como deve se conduzir uma pessoa cega ou baixa visão. Além de que o capacitismo é um elemento basilar de todas as barreiras, visto que a presença de barreira atitudinal pode intensificar e evidenciar outras barreiras de acessibilidade.

Percebi também apontamentos sobre acessibilidade arquitetônica, visto que há diferentes posicionamentos como o demonstrado pelo participante Marte, que já tem o hábito de fazer trilhas, e frequentar áreas protegidas. Marte entende que a interferência arquitetônica deve ser a menor possível, compreendida por ele como algo do ambiente, como destaca neste trecho que escreveu fora do questionário: *“Gosto de trilhas com dificuldades elevadas, não acredito que uma trilha natural deveria ser modificada pelo homem, como retirada de raízes, pedras, colocação de concreto entre outras modificações para se tornar mais acessível, mais cordas em certos pontos facilitaria a trilha para todos.”* Como também destacado em alguns momentos pela participante Lua que os obstáculos fazem parte do ambiente.

O objetivo do pré-teste foi de articular melhor o questionário, mas considero que essas análises prévias ajudaram a reestruturação da versão final, e apontaram alguns subsídios para a dissertação.

A seguir, relato as experiências e atividades de campo desenvolvidas, visto que a ideia inicial era escolher uma UC para elaborar uma proposta.

3.4 PARA CONHECER AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: PESQUISA DE CAMPO

Para conhecer as unidades de conservação e ter mais experiência com a temática da pesquisa, realizei trabalhos de campo em quatro áreas protegidas de diferentes categorias de proteção integral: na Ilha de Santa Catarina o Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri (MONA Peri), o Parque Estadual do Rio Vermelho (PAERV), e a Estação Ecológica de Carijós (ESEC Carijós); no continente no município de Palhoça, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PAEST), nos meses de maio a agosto de 2019.

3.4.1 Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri

A primeira unidade de conservação que visitei foi o Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri (MONA PERI), em um domingo, 26 de maio de 2019. O deslocamento até o local fiz de carro com família.

A atividade de campo foi realizada junto com estudantes da sétima fase de licenciatura em geografia, da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) que faziam parte do projeto de ensino-extensão “Domingo no Parque. Este projeto faz parte do programa Expedições Geográficas pela Ilha de Santa Catarina do Observatório de práticas escolares (OPE), coordenado pela professora Ana Paula Nunes Chaves, do Departamento de Geografia da UDESC. O objetivo do projeto é a divulgação e promoção de atividades, principalmente de lazer e educativas com enfoque na paisagem local, e o público-alvo são as pessoas que frequentam o parque. Já o programa, visa contribuir com a formação dos graduandos do curso de Geografia da UDESC (OBSERVATÓRIO DE PRÁTICAS ESCOLARES, 2018).

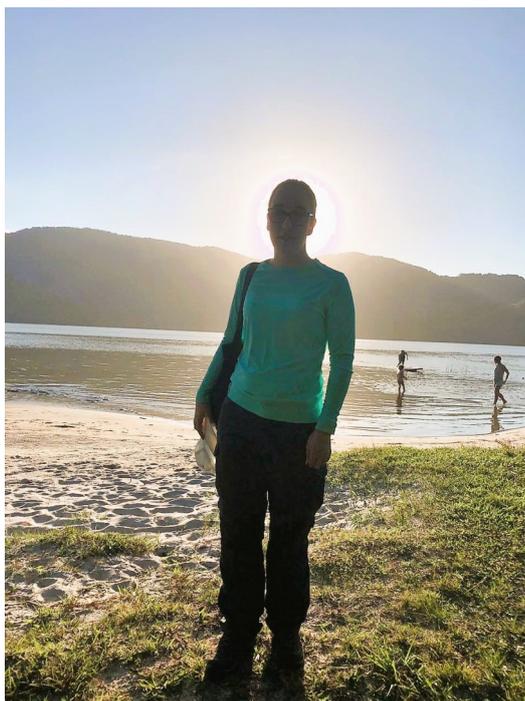
Nesta atividade, foi realizado parte do percurso da trilha Caminho do Saquinho e distribuídos panfletos aos visitantes do parque que participaram da atividade. Durante a trilha, em cada ponto existente no panfleto, fazíamos uma parada para explicação por algum integrante do projeto sobre o que havia de relevante, seja Fauna, ou flora.

A trilha estava bem delimitada, algumas raízes no chão e poucos galhos na altura do rosto, mas não os considero como obstáculo. Essa trilha realizei com auxílio de uma das estudantes do projeto, que auxiliou em meu deslocamento durante o trajeto.

Meu objetivo enquanto pesquisadora foi conhecer uma das trilhas da área a ser estudada. O Monumento recebe milhares de visitantes por ano, principalmente no verão. Com a visita realizada, percebi que não há adaptações para acessibilidade, apenas a informação de que durante o verão há uma cadeira anfíbio para atender pessoas com deficiência física.

A seguir, seguem 2 figuras desta visita, a figura 1 em que apareço com a pessoa que me guiou e a figura 2 em que estou sozinha com o ambiente lagunar ao fundo.

Figura 1 - A autora junto com monitora da UDESC em trabalho de campo no Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri.



Fonte: Arquivo pessoal.

[Descrição da figura:] Fotografia de Sabrina e uma monitora da UDESC em pé sobre a restinga. Elas estão abraçadas e sorriem. Sabrina está à esquerda da imagem, com o cabelo preso, usa óculos de grau, veste blusa de Manga comprida verde, calça de trilha cinza e bota marrom. A direita, está a monitora, que veste um moletom cinza escrito: "Geografia UDESC", calça Legging preta e bota marrom. Atrás, a Lagoa do Peri. Ao fundo à direita morros, em um dia ensolarado.

[Fim da descrição.]

Figura 2 - A autora durante trabalho de campo na Lagoa do Peri



Fonte: Arquivo pessoal.

[Descrição da Figura:] Fotografia de Sabrina em pé sobre a restinga. Com o cabelo preso, usa óculos de grau, veste blusa de Manga comprida verde, calça de trilha cinza e bota marrom. Carrega no braço direito, uma bolsa e chapéu branco. Atrás a lagoa do Peri com 3 pessoas na água. Ao fundo morros.

[Fim da descrição.]

3.4.2 Parque Estadual do Rio Vermelho

A atividade de campo no Parque Estadual do Rio Vermelho (PAERV), em 12 de junho de 2019, ocorreu em uma quarta-feira, pela manhã. O deslocamento até o local, foi de transporte público, pois há uma linha de ônibus que para dentro do parque. Como foi a primeira vez e estava sozinha, para facilitar combinei com um colega do grupo de pesquisa que trabalhava no parque e guiou durante a visita.

Durante a visita, uma escola também estava visitando a área. A educação ambiental com escolas é uma das atividades desenvolvidas pela equipe do parque. Aproveitei e acompanhei a escola pelos viveiros com gaiolas de animais que não podem ser soltos na natureza, pois foram vítimas de acidentes como mostra a figura 3.

Figura 3 - Guia do PAERV com estudantes de escola. Observados durante trabalho de campo da autora na UC.



Fonte: Arquivo pessoal.

[Descrição da figura:] Fotografia colorida de Viveiro de animais em meio a vegetação. Um monitor do PAERV acompanhado por diversos estudantes, aponta com o braço esquerdo para os animais dentro do viveiro.

[Fim da descrição.]

Nas trilhas que percorri neste percurso do parque, em quase todo trajeto havia

passarelas para facilitar o deslocamento das pessoas. A seguir, na figura 4, uma fotografia em que apareço com o monitor que me guiou, é possível ver a passarela.

Figura 4 - A autora junto com o guia que a acompanhou nas trilhas do PAERV.



Fonte: Arquivo pessoal.

[Descrição da figura:] Fotografia de monitor do parque e Sabrina, ambos estão em pé sobre uma passarela de madeira e sorriem para a câmera. O monitor está à esquerda da imagem, usa boné e colar e veste camiseta cinza. Sabrina está à direita, com cabelo solto na altura dos ombros, usa óculos de grau e veste uma camiseta roxa. Árvores aparecem ao fundo.

[Fim da descrição]

Conheci também, os projetos de implantação de trilhas, especialmente uma trilha sensorial em fase de implantação.

Esta trilha, ilustrada na figura 5, está localizada em um espaço plano sem raízes no chão que é de areia. Havia uma corda que fazia algumas curvas ao longo do trajeto e vasos de plantas como temperos e ervas estavam sendo colocados no espaço.

Figura 5 - A autora em campo na trilha da restinga do PAEST



Fonte: Arquivo pessoal.

[Descrição da figura:] Fotografia de Sabrina em uma trilha e meio a vegetação. Ela caminha na trilha com sorriso no rosto e segura em uma corda guia com a mão direita. Ela aparece de perfil e está com cabelo solto na altura dos ombros, usa óculos de grau e veste uma camiseta roxa. À esquerda da imagem há um bambuzal. Ao fundo, aparecem árvores.

[Fim da descrição.]

3.4.3 Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Em um sábado, no dia 3 de agosto de 2019, realizei a visita no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PAEST) com a disciplina de Biogeografia Aplicada, coordenada pelo prof. Dr. Orlando Ferretti, Orientador desta pesquisa.

Além de observar as questões propostas pela disciplina, conheci a UC, as ideias de projetos para o parque e fiz uma trilha próxima a sede da UC na planície costeira, localizada na restinga arbórea do Parque.

Como em outras trilhas, o trajeto foi realizado com auxílio de alguém para guiar, ilustrado na figura 6, no caso, o próprio prof. Orlando Ferretti e o geógrafo Dr. Luiz Pimenta (que atua na UC).

Figura 6 - A autora e o orientador ao finalizar o trabalho de campo no PAEST



Fonte: Arquivo pessoal.

[Descrição da figura:] Fotografia de Sabrina e o orientador prof. Dr. Orlando Ferretti. Eles estão abraçados e olham para a câmera. Sabrina está à esquerda da imagem, com o cabelo preso, usa óculos de grau, veste corta vento preto e carrega mochila nas costas. Orlando está à direita, com um moletom azul. Ao fundo, estão alguns carros sob o céu ao entardecer.

[Fim da descrição.]

Destaco que nesta trilha estava com um bastão de trilhas para auxiliar no deslocamento, mas utilizei pouco, pois havia poucos obstáculos no solo, que facilitou a caminhada. Durante o trajeto, utilizei diferentes técnicas de orientação e mobilidade, pois em alguns momentos eu estava ao lado do guia, segurando no braço, mais especificamente no cotovelo, e em lugares mais estreitos com a mão no ombro ou na mochila.

Parte da trilha tem estrutura suspensa, que possibilita facilidade no acesso, mas, há alguns locais estreitos e muitos galhos ao longo do trajeto. Ressalto que para mim, não considero locais estreitos, galhos, raízes, rochas e outros elementos como obstáculos, e sim parte do ambiente.

Quando possível, a interação com o ambiente, poder tocar em plantas para conhecê-las enriquece a experiência e oportuniza conhecer outros aspectos como textura, cheiro, formato, além da audiodescrição. Nesta trilha em vários momentos tive a oportunidade de tocar em elementos, como ilustrado na figura 7 em que toco uma planta.

Figura 7 - A autora durante trilha no PAEST.



Fonte: Arquivo pessoal.

[Descrição da figura:] Fotografia de Sabrina. Ela sorri e toca com mão esquerda em uma árvore. Há um corrimão de ferro que está entre ela e a vegetação. Sabrina aparece de perfil, com o cabelo preso, usa óculos de grau, veste corta vento preto e carrega mochila nas costas.

[Fim da descrição.]

A UC recebe visitantes de escolas da Grande Florianópolis, as monitorias e visitas guiadas são feitos por funcionários e estagiários do Parque.

3.4.4 Estação Ecológica de Carijós

Ainda no mês de agosto, sábado dia 24, realizei a visita a Estação Ecológica de Carijós (ESEC Carijós), Unidade de Conservação Federal, com gestão do ICMBio. Nesta atividade, tive a oportunidade de acompanhar um grupo formado em parte por pessoas surdas, que participam do Projeto Terra à Vista: Perspectivas Surdas em Ecologia, do qual participam pesquisadores do Observatório de Áreas Protegidas (UFSC, 2022) e o ICMBio. O projeto se destina a comunidade de pessoas surdas, para que elas vivenciem espaços naturais e tenham informações científicas.

Como ocorreu em outros espaços, a trilha foi feita com auxílio de pessoas para guiar, que também fazem parte do grupo de pesquisa. Na figura 8, é uma fotografia minha e de um colega que auxiliou no deslocamento a maior parte da trilha.

Figura 8 - A autora junto com guia que a acompanhou em campo na Estação Ecológica de Carijós



Fonte: Arquivo pessoal.

[Descrição da figura:] Fotografia do peito para cima de um guia e Sabrina, ambos sorriem. A esquerda da imagem está o guia, que veste um casaco azul-marinho. Sabrina está à direita, com cabelo preso, usa óculos de grau, veste Jaqueta preta sobre blusa fúcsia e carrega uma mochila nas costas. Ao fundo, há algumas árvores sob um céu nublado.

[Fim da descrição.]

Uma parte da trilha está localizada no manguezal, com bastante lama para a diversão das crianças e dos caminhantes. Na trilha, em alguns trechos caminhei atrás do guia, pois o local era estreito. outros ele tentou tirar galhos do caminho(algo que considero normal em trilhas, mas que pode ser um obstáculo e trazer riscos a usuários com deficiência visual se não estiverem com guia, visto que a bengala não rastreia obstáculos superiores.) Algumas vezes o guia pediu para eu abaixar ou segurar o galho com a outra mão livre.

No trajeto, o mais complicado foi passar pela lama, pois tive que dar passos largos e tentar pisar em pontos que a lama afundava menos, pois infelizmente eu estava com uma bota de cano baixo e o bastão de trilhas não seria útil naquele momento. Neste trecho precisei de auxílio de algumas pessoas, pois só passava um por vez e o colega mais a diante que estendeu a mão para facilitar o referencial de distância.

Como a categoria não permite turismo, é realizada educação ambiental com escolas, onde os funcionários da ESEC fazem a mediação da visita e da trilha.

A figura 9, para ilustrar a visita, estou sozinha na imagem com o manguezal ao fundo.

Figura 9 - A autora durante atividade de campo em área de manguezal na ESEC Carijós.



Fonte: Arquivo pessoal.

[Descrição da figura:] Fotografia de Sabrina em pé. Ela usa um chapéu branco, blusa comprida fúcsia, calça de trilha cinza e bota marrom e carrega uma mochila nas costas presa ao peito. Ao fundo, o manguezal.

[Fim da descrição]

3.4.5 Área de Preservação Ambiental da Baleia Franca

Em fevereiro de 2020, fiz uma atividade de campo na APA (área de preservação Ambiental) da Baleia Franca, na região centro-sul de Santa Catarina. Visitar este espaço não estava no cronograma da pesquisa, mas foi uma atividade que proporcionou aprendizado e reflexões sobre o tema da pesquisa.

Realizei a atividade no período vespertino que consistiu na caminhada em uma trilha na praia de Itapirubá em Imbituba. Ao procurar na internet, não achei muitas informações sobre este local, apenas algumas avaliações no Google Maps.

Esta trilha foi uma das programações do evento que estava acontecendo na praia de Itapirubá denominado Tenda literária, promovido pela Biblioteca Pública do município de Imbituba, localizado ao sul de Santa Catarina com parceria da Rede de Leitura Inclusiva. Uma das atividades consistiu em fazer parte da Trilha do Morro de Itapirubá ou também denominada de Trilha do Promontório de Itapirubá. A trilha possui 2,5 km de extensão com cerca de 1 hora a 1 hora e 30 minutos de caminhada. Neste dia não havia sinalização e foi realizado pouco mais da metade do percurso por volta de 1,5 km, visto que a outra parte a trilha estava com a mata mais fechada e por questões de acessibilidade, já que havia pessoas de diversas faixas etária, então os monitores optaram por fazer apenas uma parte do trajeto, pela segurança e facilidade de acesso de todos os participantes.

A trilha localizada na restinga divide 2 praias, Itapirubá Norte e Itapirubá Sul. Esta trilha se localiza no costão, por esta razão há algumas rochas no caminho, mas que não apresentaram dificuldades ou empecilhos para caminhada visto que estávamos acompanhados por condutores ambientais que fizeram o guiamento de nós, pessoas cegas durante o trajeto. Nesta trilha, foi um guia para cada pessoa, no caso, eu e José Carlos. Avisaram sobre os obstáculos como exemplo as rochas no caminho, ou seja, quando era possível passar sobre, ou necessário contorná-las. Além do auxílio para deslocamento, realizaram a explicação sobre pontos relevantes no trajeto e fizeram a audiodescrição da paisagem como na figura 10, que a condutora ambiental fala alguma informação ao grupo.

Figura 10 - Condutora ambiental fala ao grupo durante condução em trilha na APA da Baleia Franca, a autora está no grupo.



Fonte: disponível em <
https://photos.google.com/share/AF1QipNEwEQ_0d_16gqNiszlu9EsMEL9WJjDF4IZ44Z89vfhT1LTGc-sYKcZRq6jCxT1AA?key=dHBvSS04NV9ndXdpSWhPOEFmVIJfVEhSNDN0NHBR>. Acesso em 20 nov. 2022.

[Descrição da figura:] Fotografia de uma condutora ambiental com um grupo de pessoas que estão de pé na trilha. A guia em destaque, está em frente ao grupo e fala para eles. No grupo, algumas pessoas usam chapéu, outras óculos escuros. Enquanto algumas vestem shorts, outras estão de calça. Em meio ao grupo que está mais alto que o nível do mar, aparece a vegetação de restinga e uma rocha atrás. A areia da praia e o mar aparece ao fundo.

[Fim da descrição]

Os três (3) condutores ambientais que nos acompanharam duas mulheres, Claudete Medeiros e Audrey Amorim e um homem, Michael Carvalho Vieira, são profissionais que trabalham no coletivo já mencionado, e guiam os turistas nas trilhas da região, se revezaram na explicação dos pontos de acordo com a temática e formação de cada condutor.

Saímos de Itapirubá sul, contornando parte do promontório de Itapirubá. Parada para explicação em alguns pontos, como na figura 11. O primeiro foi para ver as Rochas graníticas, o que justifica o nome do local, que significa região com muitas pedras. Outra parada em local com casas de pescadores.

Outro ponto foi para conhecer a vegetação de restinga, característica do local. Neste ponto, os condutores trouxeram a importância de conservar o ecossistema e mostraram espécies vegetais nativas do ecossistema como cactos arumbeva, samambaia preta, erva-baleeira. Esta última, os monitores enfatizaram o odor característico que esta espécie possui. No local de observação de baleias, também destacaram a presença de espécies exóticas que foram plantadas na região e se adaptaram ao ambiente como o pinheiro Casuarina e Piteira.

Figura 11 - A autora em campo com outras pessoas durante guiamento oferecido por monitores da APA da Baleia Franca.



Fonte: https://photos.google.com/share/AF1QipNEwEQ_0d_16gqNiszlu9EsMEL9WJjDF4IZ44Z8_9vfhT1LTGc-sYKCZRq6jCxT1AA?key=dHBvSS04NV9ndXdpSWWhPOEFmVIJfVEhSNDN0NHBR. Acesso em 20 nov. 2022.

[Descrição da figura:] Fotografia colorida de um grupo de pessoas na areia da praia. Em um círculo, Sabrina aparece de frente para a imagem, 3 pessoas estão de perfil, 2 estão de costas. Atrás, é possível ver algumas rochas a esquerda. Ao fundo, à esquerda, uma duna frontal com vegetação de restinga com casa sobre ela e à direita, o mar.

[Fim da descrição.]

Na descida do costão, paramos em uma oficina lítica, onde os monitores nos mostraram rochas com inscrições rupestres. Neste ponto, pude tocar na rocha e sentir algumas inscrições que foram complementadas com as audiodescrições dos desenhos e principalmente os locais que não eram possíveis acessar.

E por último, chegamos em um rancho de pesca, onde um pescador nos recebeu. Realizamos uma roda de conversa sobre a atividade, onde cada participante falou sobre suas impressões.

Ao fazer esta trilha, percebi a importância de ter guias capacitados para atender e guiar pessoas cegas. Algo relatado pelos guias do coletivo Taiá Terra, dos 3 guias, 2 no fim de semana anterior, haviam feito a trilha em companhia do José Carlos, Pessoa com deficiência visual, que possui experiências em trilhas e que também estava presente neste dia. Por causa desta atividade anterior, estes guias tiveram a oportunidade de

conhecer sobre a deficiência visual, como realizar o guiamento e algumas orientações de descrição da paisagem.

Percebi que quando já há o conhecimento prévio, há segurança maior dos guias, principalmente se conhecem a região como estes condutores, além do conhecimento de como atender, auxiliar no deslocamento e noção de audiodescrição da paisagem ao longo do trajeto. Além disso, há importância da descrição da paisagem, do que as pessoas estão vendo. Os guias estavam fazendo paradas em pontos e descrevendo a paisagem, deixando claro, a importância de uma noção de como fazer uma descrição da paisagem principalmente para nós pessoas com deficiência visual, também apreciar com através das palavras o que os demais estavam percebendo. Importante destacar, que a audiodescrição beneficia a todos, pessoas que possuem visão, ao realizar a descrição prestam atenção em detalhes, e outras pessoas relatam que ao ouvir uma audiodescrição, perceberam que não observaram elementos descritos.

Em um determinado momento, José Carlos, pediu para cada guia escolher uma direção e fazer a descrição do que estavam vendo. E cada um, do seu modo, e com seus referenciais, descreveu a paisagem do ponto que escolheu.

Ao final da trilha, dialogamos sobre a trilha e a experiência vivenciada por todos ao fazê-la, os conhecimentos adquiridos. Como havia um público variado, desde criança a pessoas adultas com aproximadamente 10 pessoas que fizeram a trilha e a família do pescador que nos recebeu em seu rancho, foi uma conversa com relatos muito interessantes.

O relato de um dos condutores chamou a atenção para a importância de os condutores de trilha terem capacitação para guiar e descrever para pessoas com deficiência visual. Atualmente não há nenhum tipo de treinamento nem guia de orientações. Uma senhora relatou que a presença de pessoas com deficiência visual, trouxe um novo olhar sobre a deficiência, fora da doença, que vai além da limitação. Esta fala aponta o quão é fundamental pensar e implementar a acessibilidade e em estratégias anticapacitistas e que a nossa presença ao frequentar os espaços altera a percepção das pessoas sobre o que é vivenciar a experiência da deficiência, e porque é este resultado que nós, pessoas com deficiência queremos ao frequentar todos os lugares, estar de fato incluídos em qualquer espaço.

4 DADOS E ANÁLISE DE CADA ETAPA DA PESQUISA

Depois de um breve passeio pelo histórico das Unidades de Conservação pelo Mundo e principalmente pelo Brasil, as categorias existentes em nosso país. Após uma explanação pela EA com conceito e a Educação ambiental inclusiva, um tópico sobre ecoturismo e acessibilidade. Após toda contextualização sobre nós, pessoas com deficiência com a história, dos modelos da deficiência, movimento, conceito para chegar à deficiência visual. Visitar de forma sucinta a conceituação de acessibilidade e barreiras, audiodescrição e capacitismo, finalmente chegamos aos resultados da pesquisa. Convido você a percorrer as próximas páginas, não como o fim de uma pesquisa, mas o início de muitas que virão. Ainda a muito para pesquisar e esmiuçar neste universo composto por duas questões complexas, a acessibilidade e as Unidades de Conservação.

Primeiro, apresentarei os resultados de pesquisa nas bases de dados e Google Acadêmico. Posteriormente os resultados dos questionários enviados por e-mail aos Estados e ICMBio. Após, os resultados após o pré-teste, dos questionários realizados com pessoas com deficiência visual. Por fim, algumas proposições com intuito de nortear algumas ações de planejamento e implementação de acessibilidade nas UC.

4.1 ACESSIBILIDADE EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Para fazer o levantamento do que há de acessibilidade nestes espaços, realizei pesquisas bibliográficas e enviei um questionário aos órgãos ambientais estaduais e o ICMBio que é órgão federal responsável por gerenciar as UC federais.

Os resultados serão apresentados a seguir. Primeiro, uma análise cuidadosa da literatura encontrada nas bases de dados e Google Acadêmico. Após, a análise segue com as respostas dos órgãos estaduais que contribuíram com a pesquisa.

4.1.1 Etapa da pesquisa em base de dados

Com intuito de conhecer a produção bibliográfica nacional sobre a temática, realizei busca em bases de dados e Google Acadêmico.

A pesquisa em bases de dados e mecanismos de busca fiz com a frequência de ocorrência de palavras da estratégia de busca, sem a utilização de filtros, por meio da busca sistemática como método.

Para montar a estratégia, utilizei os operadores lógicos OR e AND e Agrupei as

palavras-chave entre aspas em dois grandes grupos que estavam entre parênteses. A seguir, vou detalhar como montei a estratégia e depois as adaptações em cada base.

No primeiro grupo, agrupei as palavras-chave sobre Unidades de conservação com seis palavras chave que são: "áreas protegidas", "Unidades de conservação", "parque", "monumento Natural", "estação ecológica", "trilha".

E no segundo grupo, utilizei as palavras chaves para pessoa com deficiência com cinco palavras-chave que são: "acessibilidade", "Pessoa com deficiência visual", "deficiente visual", "Pessoa cega", "Pessoa Baixa visão".

Após, obtive a seguinte estratégia de busca: ("áreas protegidas" OR "Unidades de conservação" OR "parque" OR "monumento Natural" OR "estação ecológica" OR trilha) AND (acessibilidade OR "Pessoa com deficiência visual" OR "deficiente visual" OR "Pessoa cega" OR "Pessoa Baixa visão").

Essa estratégia de busca utilizei na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Portal de Periódicos da CAPES e o Catálogo de Teses CAPES, que realizei a pesquisa no dia 06 de março de 2020.

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, disponível no link <http://bdtd.ibict.br/> é voltada para recuperação das teses e dissertações defendidas no Brasil, a partir dos repositórios institucionais. Foram encontrados 101 resultados. E ao analisar todos, selecionei 9 trabalhos.

O Portal de Periódicos da CAPES, presente no link <http://www-periodicos-capes.gov.br.ez46.periodicos.capes.gov.br/>, reúne documentos referentes à produção científica internacional. A busca encontrou 289 resultados. Nesta base selecionei 2 trabalhos.

O Catálogo de Teses CAPES, encontrado no link <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>, visa reunir teses e dissertações defendidas no Brasil, a partir dos dados fornecidos pelos Programas de Pós-Graduação. A busca encontrou 19 resultados. Selecionei um (1) trabalho que já apareceu em outras plataformas.

Também utilizei o Google Acadêmico, no link <https://scholar.google.com.br/schhp?hl=pt-BR>. Este mecanismo de busca que recupera documentos em acesso aberto de diversas fontes de informação oriundas de universidades, centro de pesquisa e outras bases de dados. Usei essa fonte de pesquisa, para complementar os resultados encontrados nas demais bases.

Tive que adaptar as estratégias a linguagem do mecanismo de busca, pois o mesmo não comporta estratégias complexas (muitos termos, parênteses e muitos

operadores lógicos).

No google acadêmico, utilizei os termos “trilha”, “Unidade de Conservação”, “Monumento Natural”, “Deficiência Visual”, “Baixa visão” através da combinação entre si. Destaco que nesta plataforma desmarquei as opções de citações e patentes. A seguir apresento o que encontrei:

- Trilha AND “Deficiência Visual”, apresentou 2220 resultados. Ao analisar as primeiras 10 páginas, selecionei 22 trabalhos.
- “Unidade de Conservação” AND “deficiência visual”, apresentou 91 resultados. Ao analisar todos, selecionei 14 trabalhos.
- “Unidade de Conservação” AND “baixa visão”, apresentou 27 resultados. Selecionei 8 trabalhos.
- Trilha AND “baixa visão”, apresentou 968 títulos. Ao analisar as primeiras 11 páginas selecionei 16.
- “Deficiência visual” AND “Monumento Natural”, apresentou 16 resultados. Mas selecionei 7 títulos.

A partir das buscas, através da leitura dos títulos e resumos, escolhi os trabalhos que apresentaram ter alguma relação com a temática, ou seja, que tratem da acessibilidade para pessoas com deficiência em geral, ou sobre pessoas com deficiência visual, tipos de barreiras, recursos de acessibilidade, proposta ou avaliação, revisão de literatura em áreas livres e UC para auxiliar na base teórica da pesquisa.

A partir destas buscas observei que alguns títulos repetem nas plataformas, ou diferentes termos de busca na plataforma digital Google Acadêmico. Para resolver, realizei análise dos possíveis títulos repetidos com o Microsoft Excel, excluindo-os.

Ao final, restou 44 trabalhos. Após, realizei a leitura e fichamento das pesquisas que compuseram o referencial desta pesquisa. Ainda assim, durante a leitura, percebi que alguns trabalhos não apresentam relação com a temática pesquisada e não foram utilizados para o referencial e análises posteriores.

4.1.1.1 Análise dos referenciais bibliográficos

Apresento de forma sucinta, as pesquisas encontradas nas bases de dados. O Portal Periódicos Capes, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, o Catálogo de Teses e Dissertações e o Google Acadêmico.

Os trabalhos datam a partir de 2005, com maior número após 2012. Não foi

adicionado filtro de tempo, visto que não havia número expressivo de resultados, pela diversidade de abordagens e públicos diversos de pessoas com deficiência. Apesar de poucos trabalhos com a temática, ou temas correlacionados, os resultados mostraram um crescimento das pesquisas nos últimos anos. Talvez a lacuna existente em conjunto com a legislação, normas e políticas públicas além do interesse na temática pode ter constituído motores para este aumento nas pesquisas.

Observei ainda, que a literatura encontrada apresentou adaptações e propostas de acessibilidade nas esferas municipais e federal (ICMBio). Alguns exemplos são: Parna Tijuca no Rio de Janeiro, RebiUnião também no Rio de Janeiro, RPPN Cachoeira das Pedras Bonitas, em Goiás. E, como exemplo em um parque estadual, o Parque Estadual do Jaraguá em São Paulo.

Ao organizar este referencial após a leitura dos documentos, percebi que podem ser agrupados em seis (6) categorias, que são: revisão de literatura, avaliação e proposta de acessibilidade em trilhas, educação ambiental, avaliação e/ou proposta de acessibilidade arquitetônica em UC ecoturismo de aventura e avaliação e proposta de acessibilidade em Parques urbanos que serão apresentados a seguir.

Sobre revisão de literatura, apenas o artigo publicado em anais do IV Congresso Brasileiro de Gestão ambiental, evento que ocorreu em Salvador, Bahia, os autores Oliveira, Souza, Cortines, Miranda e Oliveira (2013) fazem uma revisão de caráter qualitativo na literatura brasileira e visitas técnicas aos locais. Dentre os locais, destacam a Trilha do silêncio localizada no Parque Estadual do Jaraguá em São Paulo com 400 m de percurso adaptado para usuários em cadeira de rodas, pessoas com mobilidade reduzida, pessoas com deficiência visual e outros públicos através de placas em texto e braile com informações de fauna e flora. Também destacam a adaptação de 1000 m dos 3300 m da Trilha Interpretativa do Pilão na Reserva Biológica União (RebiUnião) no Rio de Janeiro, adaptação do centro de convivência.

Os trabalhos que tratam sobre as trilhas localizadas em UC, são poucos, ao considerar a importância que estes espaços têm nas atividades desenvolvidas como visitação pública, interpretação e educação ambiental. A partir disso, as buscas apontaram alguns trabalhos com trilhas já adaptadas e propostas para melhoria destes espaços.

Sobre a “trilha do silêncio”, encontrei sobre o local nos trabalhos de Arzolla, Nunes, Paula e Gregorato (2008), de Oliveira, Souza, Cortines, Miranda e Oliveira (2013), e um resumo de evento produzido pelos autores Moriwaki e Neiman (2011).

O trabalho de Arzolla, Nunes, Paula e Gregorato (2008), teve por objetivo elaborar um sistema de interpretação da natureza em trilhas presente para o Parque

Estadual do Jaraguá, por meio de placas, para que o visitante faça a trilha de forma autoguiada com informações de espécies arbóreas e alguns tópicos como recursos hídricos, fundos de vale e outros temas. O trabalho de campo foi realizado em 2006 e 2007, por meio de visita ao local e confecção de placas em tinta e em braile. Apontam que a Trilha do Silêncio por ter baixo grau de dificuldade e declividade possui algumas adaptações como piso adequado, corrimão, passarelas que facilita acesso também de pessoas com deficiência física. No trabalho realizaram mapeamento da trilha e elaboraram 21 placas de alumínio com escrita braile, apenas para a trilha já citada. Destacam que as placas foram posicionadas junto ao corrimão e a vegetação escolhida considerou a proximidade com o equipamento de orientação para facilitar o acesso para pessoas com deficiência visual.

O trabalho de Moriwaki e Neiman (2011) consistiu na realização da avaliação da acessibilidade do Parque Estadual do Jaraguá. Constatam que a trilha tem estrutura para receber pessoas com deficiências diversas, incluindo a deficiência visual. Porém, apontam que não há autonomia e segurança para circular em outros espaços da UC como outros visitantes, preocupação que percebi em poucas pesquisas.

Destaco que o resumo do trabalho publicado na Revista Brasileira de Ecoturismo apresentado no VIII Congresso Nacional de Ecoturismo e do IV Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação e publicado nos Anais, sugere proposta de adaptações para facilitar a visita por nós, pessoas com deficiência visual de forma autônoma, ou seja, sem a necessidade de alguém para guiar e descrever o espaço. Infelizmente, não foi possível localizar o trabalho completo para verificar quais as adaptações sugeridas pelos autores, principalmente, no que diz respeito a possibilidade de circular com autonomia e segurança sem a presença de um guia para auxílio no deslocamento e audiodescrição dos espaços, já que este é um espaço dinâmico, aberto.

Sobre a trilha do Pilão, localizada na RebiUnião, encontrei o artigo publicado na Revista Brasileira de Ecoturismo (NASCIMENTO; COSTA, 2017), que além da trilha já citada, avaliam mais outras 2 trilhas interpretativas no estado do rio de Janeiro. O trabalho aponta a realização de entrevista com os gestores das UC, vivência com pessoas com deficiência visual do Instituto Benjamin Constant que foram guiados pelos educadores ambientais da Trilha do Pilão e avaliação das outras trilhas. Na Trilha do Pilão, destacam a presença de guarda-corpo nos dois lados da trilha, piso de concreto ecológico, placas ao longo da trilha, as quais não possuem braile, e ponte de madeira. Já na Trilha Caminho Dom Pedro Augusto localizada no Parque Nacional da Tijuca (Parna Tijuca), apontam que esta possui cabo de aço em um dos lados da trilha, que foram roubados em

2015 e foram substituídos por uma corda de borracha, solo nivelado para pessoas em cadeira de rodas, placas de alumínio com escrita braile e destacam que pode ser acessada a pé ou de carro.

A trilha localizada no Parque Nacional da Tijuca, também está presente no artigo publicado pelas autoras Braga, Siqueira e Winagraski (2015), que apontam as adaptações existentes já citadas anteriormente. E o objetivo do trabalho foi a criação de um roteiro de campo multidisciplinar e na perspectiva da educação inclusiva, para professores da educação básica, com a trilha Caminho Don Pedro Augusto.

O resumo das autoras Julião e Ikemoto (2006), publicado nos Anais do II Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social ocorrido no Rio de Janeiro, citam também o Parna Tijuca e a RPPN Cachoeira das Pedras Bonitas em Colinas do Sul, em Goiás, na Chapada dos Veadeiros como exemplo de acessibilidade em áreas naturais. Além da análise documental da legislação e diretrizes, aplicam um questionário com 12 pessoas com deficiência visual para as análises. Destaco que este é o único trabalho que faz um questionário com pessoas com deficiência visual para compreender suas necessidades em UC. A partir disto, as autoras apontam reflexões relacionadas com acessibilidade arquitetônica, não apenas em uma trilha, mas na maior área possível através de rotas acessíveis com estruturas para atender diferentes deficiências, apesar de o foco ser as especificidades da deficiência visual. Destacam também a capacitação dos profissionais visto que o atendimento é importante para nós, pessoas com deficiência visual nestes espaços. E ainda, a importância de projetos e políticas públicas com ênfase na necessidade de ter uma visão sistêmica que considera a acessibilidade e mobilidade urbana sustentável. Além disso, trazem a necessidade de constar questões de acessibilidade desde a elaboração do plano de manejo da UC.

Já o Trabalho de Conclusão do Curso de Turismo, de Anjos (2008), cita outra Trilha, do Ipí, na Reserva Cachoeira das Pedras Bonitas, Colinas do Sul em Goiás. A autora destaca que já foi acessível, mas as adaptações foram retiradas. No entanto, destaca que esta trilha é instrumento de inclusão social.

Além das trilhas, encontrei trabalhos em que pessoas com deficiência visual são o público das pesquisas. O artigo de Ramos (2006) publicado na revista Teológica, trata da importância de adaptações em áreas verdes e espaços livres urbanos para nós, pessoas com deficiência visual, que em geral há uma concepção que estes espaços, nós, usuários com deficiência não conseguimos chegar, por esta razão, não utilizam as normas e diretrizes para ter acessibilidade nestes locais. O artigo apresenta também, a pouca bibliografia existente, a possibilidade de desenvolver materiais de baixo custo, a importância do público de frequentar estas áreas livres. E destaca que para tornar estes

locais acessíveis é necessário ter a nossa avaliação já que experienciamos a deficiência.

A participação de pessoas com deficiência é percebida na dissertação de Ramos (2009). O autor apresenta a construção de uma trilha adaptada autoguiada dentro da ACIC (Associação Catarinense para Integração do Cego). O trabalho avalia a orientação e mobilidade antes e depois das adaptações com corda guia para rastrear com bengala, um guiso para indicar localização de placas através de observação dos participantes antes e depois das adaptações. Apesar da trilha não está inserida em uma UC, as adaptações podem auxiliar na elaboração de proposição e possibilidade de materiais, por esta razão, considerei pertinente incluir esta pesquisa.

Já o artigo publicado nos Anais do IX Congresso Nacional de Excelência em Gestão, dos autores Cavalcante e Moura (2014), fazem uma revisão bibliográfica sobre a utilização de trilhas ecológicas como instrumento de educação ambiental formal para nós, pessoas com deficiência visual. Apresentam algumas sugestões de adaptações de trilhas, como fio guia, placas em braile baseadas no trabalho de Ramos (2009) para que tenham acessibilidade.

O artigo de Marchesini E Cruz (2013), proveniente dos anais do II Congresso Nacional de Planejamento e Manejo de Trilhas, e do I Colóquio Brasileiro para a Rede Latino-americana de Senderismo, faz sugestão para acessibilidade em trilhas. Nas propostas, com relação aos aspectos gerais apontam a necessidade de propor espaços, produtos e serviços para utilização de pessoas com capacidades diferentes, evitar segregação e estigmatização, ofertar proteção e segurança, ofertar e desenvolver produtos para todos, utilização de diferentes meios de comunicação, clareza nas informações e fácil compreensão do espaço. Para as estruturas, através do desenho universal, para possibilitar o acesso ao máximo de pessoas, por meio de Piso, piso tátil, corrimão, placas em braile e com contraste, de acordo com a norma brasileira da ABNT NBR 9050/2004, que apresenta estes parâmetros para acessibilidade arquitetônica. Sugerem ainda atividades e adaptações para diferentes públicos com deficiência. Também mencionam a libras (Língua Brasileira de Sinais). Os autores apontam sobre a presença de cão-guia nestes espaços, visto que é espaço público e que é garantido a permanência do animal junto com a pessoa com deficiência na legislação federal lei nº 11126/2005 (BRASIL, 2005). Há menção do cão-guia também no trabalho de Julião e Ikemoto (2006).

Rodrigues e Ferreira (2013), no artigo publicado na Revista Jurídica, também contribuem no processo de elaboração de trilhas acessíveis, ao trazer a necessidade do levantamento prévio do percurso, construção de estruturas, utilização de recursos financeiros e humanos. Com relação as adaptações, os autores mencionam que devem

ser elaboradas para utilização de todos os sentidos para estímulos como o tato, olfato, audição. Apontam também, as adaptações arquitetônicas e as placas em braile. Também fazem menção a libras para permitir o acesso as informações por pessoas surdas. Além das questões estruturais e informacionais, apontam a necessidade de monitores capacitados para acompanhar as pessoas e oportunizar atendimento com informações da trilha.

Souza e Vasconcelos (2019), publicaram nos anais do Congresso Brasileiro de Espeleologia um artigo que faz proposta de adaptações para nós, pessoas com deficiência visual com algumas técnicas do espeleoturismo adaptado. O local escolhido para as sugestões foi a cavidade Lapa do Rezar, uma das cavernas abertas para visitação no Parque Estadual Cavernas do Peruaçu, localizada no município de Itacarambi (Norte de Minas Gerais). Os autores sugerem adaptações no circuito desde o centro receptivo, o que pode ser trabalhado ao longo da trilha como os sentidos, sons da mata, água, pássaros, tato como a textura das cascas das árvores até chegar à caverna. Sugerem adaptações no centro receptivo que são placas informativas em braile localizadas em todo trajeto até a caverna, mapa em relevo da trilha para pessoa compreender o trajeto, informações em áudio com fones de ouvido. O diferencial é a sugestão de guias, neste caso 2 para cada pessoa com deficiência para acompanhar na trilha e na caverna para realizar o auxílio no deslocamento e a descrição da paisagem. Para as inscrições rupestres, como   visual devido as formas, cores e sobreposições, sugerem painéis com massa ou resina para que as pinturas rupestres sejam reproduzidas em formato acessível e apresentam a possibilidade de tocar nas rochas e espeleotemas. Gostaria de destacar que este foi um dos poucos trabalhos que utiliza a nomenclatura pessoas com deficiência.

Ainda sobre trilhas, Custódio (2009) avalia em sua tese a caminhada independente de pessoas com deficiência visual em trilhas. O estudo tem como objetivo avaliar a orientação das pessoas com deficiências em áreas naturais com uso do GPS e servir como base em esportes de aventura na natureza. A ideia do autor é compreender como   o deslocamento de pessoas com deficiência visual, se há diferença entre os públicos estudados e mais uma possibilidade de locomoção e prática de esportes de aventura junto a natureza.

Com a temática da educação ambiental, encontrei a monografia de Souza (2018), que apresenta a trilha acessível do Pau-Jacaré do Parque Ecológico Municipal Professor João Davi Ferreira Lima em Florianópolis (também chamado Parque Ecológico do Córrego Grande), Santa Catarina, como instrumento pedagógico, inclusão social e alfabetização ecológica em área verde urbana. A trilha possui 132 m de pavimento

ecológico, corda guia, placas em braile e texto em espanhol, inglês, português, permitindo acesso as pessoas com deficiência física, visual e turistas falantes dos idiomas mencionados, visto que Florianópolis é uma região turística.

Além dos trabalhos com enfoque nas trilhas, encontrei outros que avaliam e/ou fazem propostas de acessibilidade arquitetônica, na perspectiva do desenho universal. O artigo da Revista Applied Tourism, de Oliveira e Boaria (2016) que avaliam o Parque Nacional do Iguaçu com base na NBR 9050/2004. O artigo de Carvalho (2012), publicado na Revista Turismo em Análise, ao avaliar o Parque Nacional Serra da Capivara, no estado do Piauí, constatou que alguns acessos às pessoas com deficiência física estavam fora das normas de acessibilidade, além disso, avaliou o atendimento dos condutores. E a dissertação de Lima (2016a) constatou que não há um projeto de acessibilidade e que no Parque Natural Municipal Victório Siquierolli, localizado em Uberlândia no estado de Minas Gerais há apenas alguns acessos para usuários em cadeira de rodas.

O Trabalho de conclusão do Curso de turismo de Silva (2015) avalia a acessibilidade para pessoas com deficiência visual, elabora proposta de melhorias e se as pessoas frequentam os espaços. Dos atrativos turísticos do município de Natal Rio Grande do Norte, dentre os quais está o Parque das Dunas que é uma UC. Para Análise, considera que tem que ser geral, ou seja, para todos os públicos, a autora utiliza para acessibilidade arquitetônica a NBR 9050/2015 da ABNT, um roteiro proposto pelo Ministério do turismo e entrevistas estruturadas com pessoas com deficiência visual que frequentam a Associação de Deficientes visuais do Rio Grande do Norte. Além da falta de pessoas capacitadas para atendimento, a autora constatou que nenhum atrativo atende de forma plena as normas de acessibilidade e que há mais acessibilidade para pessoas usuárias de cadeira de rodas. No parque das Dunas que é uma UC, destaca a presença de piso-guia nas calçadas, rampa de acesso, mas ausência de mapa tátil, placa em braile.

Outros trabalhos encontrados nas pesquisas, foram aqueles que além de avaliar constando que não há nenhum recurso de acessibilidade, fizeram propostas para as UC. O artigo publicado na revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, de Nascimento e Paz (2015) com avaliação e proposta para a Floresta Nacional de Brasília. E a tese de Feuser (2018) no parque natural municipal nascentes do Garcia em Blumenau, SC.

O chamado ecoturismo de aventura é uma atividade crescente praticada em UC. Com relação a estas atividades, também encontrei trabalhos e pesquisas com a temática, com enfoque na adaptação ou avaliação das atividades de aventura, esportes ou turismo para pessoas com deficiência visual. Apareceram 3 referências.

A tese de Monster (2004) consistiu em um estudo de caso com 11 participantes

com deficiência visual. Ela avaliou a prática de esportes junto a natureza em um programa de desenvolvimento motor, com enfoque pedagógico através dos esportes junto a natureza como trekking, rafting, caving, escalada em rocha, canyoning e mergulho subaquático. Após as atividades, A autora aplicou um questionário com os participantes para avaliar as atividades.

Já Carvalho (2005) em sua dissertação de mestrado, desenvolveu uma metodologia para ensinar Canyoning para pessoas com deficiência visual. Este é um dos esportes praticados junto a natureza.

A dissertação de Holleben (2009) avaliou a participação de 7 pessoas com deficiência visual em diferentes modalidades de esportes, no espaço do Alpen Park, localizado em Canela, RS. Para realizar o trabalho, fez entrevistas semiestruturadas e memorial descritivo dos participantes e observação da pesquisadora.

Sobre a acessibilidade em parques urbanos, encontrei 3 trabalhos que analisar e elaboram propostas para estes espaços. Estes também são espaços públicos que proporcionam áreas de lazer, principalmente nas cidades densamente urbanizadas, em que estas áreas, como áreas verdes, *playgrounds*, e áreas construídas como sanitários são importantes espaços para a população residente.

Neste sentido, Queiroz (2014) em sua dissertação de mestrado, analisa a acessibilidade para pessoas com deficiência visual em parques públicos urbanos através de uma revisão bibliográfica. Apresenta dentre as temáticas a deficiência visual, os conceitos, suas classificações, a percepção espacial, os aspectos cognitivos, a orientação espacial, a orientação e mobilidade, aporte teórico sobre parques urbanos desde atividades desenvolvidas nestes espaços, a acessibilidade, bem como as legislações e normas existentes em nosso país. Apontou exemplos de adaptações no Brasil, como o Parque da Água Vermelha em Sorocaba, no estado de São Paulo, que segundo site da prefeitura o parque passou por reformas para implementação de acessibilidade, segundo as Normas da ABNT NBR9050 e possui um jardim sensorial. Também, citou exemplos em Outros países como Canadá. No trabalho, a autora também faz entrevistas com pessoas que trabalham com a deficiência visual, como psicólogos, educadores e especialistas em orientação e mobilidade. Além disso, realizou entrevistas, grupos focais e observações nos parques com as pessoas com deficiência visual. Os parques do estudo, localizados na Cidade de São Paulo foram: Parque do Ibirapuera, parque da Aclimação, Parque da Água Branca e Parque Villa-Lobos.

Já a dissertação de mestrado de Klein (2019), propõe diretrizes para melhoria da acessibilidade para os parques e avalia a acessibilidade espacial do Parque João Goulart localizado em Santa rosa, estado do Rio Grande do Sul. Para avaliar a

acessibilidade espacial a autora considerou o deslocamento, a orientação, o uso e comunicação. Para tal, utilizou as normas de acessibilidade NBR 9050, e entrevistas com pessoas público da pesquisa que foram idosos, pessoas com deficiência física e visuais. Segundo a pesquisa as pessoas com deficiência visual são os que mais possuem barreiras de acessibilidade para frequentar estes espaços.

E Oliveira (2013) em sua dissertação de mestrado, realizada no Parque da Pampulha localizado em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais avalia a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e o impacto na interação social de usuários com deficiência e mobilidade reduzida, ou seja, comportamento destes usuários nos espaços do parque. Para isso, realizou a análise de todo o parque, observação do comportamento e entrevistas com os frequentadores do parque. O estudo mostrou que as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida não conseguiam usufruir das atividades do local. A autora aponta que a acessibilidade deve estar em consonância com um dos princípios do design universal, o uso equitativo.

Através do que apresentei acima, observei que a maior parte dos trabalhos e das adaptações encontradas no país, estão nas esferas federais e municipais. No entanto, percebi a dificuldade de encontrar informações na internet sobre a Acessibilidade nestes locais além das referências aqui listadas, ou seja, nos sites das UC e/ou órgãos. Isso, além de ser uma barreira informacional, dificulta saber o que realmente existe de recursos de Acessibilidade como estrutura, atendimento na unidade de conservação para frequentar. Além disto, destaco que as pesquisas ainda são incipientes, sendo restritas em sua maioria a trilhas, apesar de não ter os dados do número de trilhas adaptadas no Brasil, no entanto, há consenso que este número é pequeno, como destaca Moura e Cavalcante (2014). Porém, importante ressaltar que estes espaços representam uma parte específica dentro das unidades de conservação.

Além disso, observei que trabalhos como Feuser (2018), e de Nascimento e Paz (2015), que avaliam e propõe melhorias para UC, podem auxiliar a futuros trabalhos, mas precisa ser com a participação das pessoas com deficiência, como apontado por Ramos (2006).

Outro ponto que merece destaque, é que no site do ICMBio, em que Lima (2016b) apresenta algumas trilhas acessíveis ou estruturas em parques sob a responsabilidade do órgão como: trilha de madeira suspensa com 230m que leva as corredeiras no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros em Goiás, a Trilha Caminho Dom Pedro Augusto localizada no Parque Nacional da Tijuca no Rio de Janeiro, a trilha Interpretativa do Pilão na Reserva Biológica União no Rio de Janeiro, trilhas no Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha e adaptações no Parque Nacional do Iguaçu. E

mais recente uma publicação de Souza e Ribeiro (2021), que os autores apresentam alguns espaços com adaptações e experiências no Brasil e fora do país como no Chile e EUA, mas nesta publicação, destacam que não existem exemplos sobre pessoas com deficiência visual.

Percebi também, que a maior parte dos trabalhos faz uma avaliação ou proposta de trilhas com enfoque em um dos aspectos da Acessibilidade e não uma visão sistêmica como apontado por Julião e Ikemoto (2006), ou seja, proposta e avaliação de Acessibilidade para o parque como um todo, como foi percebido nos trabalhos de Nascimento e Paz (2015) e Feuser (2018). Mas ao considerar a proporção de trabalhos e a quantidade de unidades de conservação em nosso país, são poucos que abordam a temática da acessibilidade, visto que a visitação, interpretação em trilhas, trabalhos de educação e conscientização ambiental é um dos objetivos das categorias que permitem visitação e deve ser para todos com equidade. Há muito para pesquisar, propor em uma diversidade de realidades, biomas e ecossistemas. Há desafios a serem vencidos, desde elaboração do plano de manejo a implementação da estrutura e todas as dimensões de acessibilidade. A importância deste olhar sistêmico é percebido nas considerações de muitos trabalhos, principalmente os que conseguem abarcar apenas uma deficiência, mas que compreendem a necessidade de mais pesquisas e análise como apontado por Oliveira e Boaria (2016).

Os trabalhos fora do país que apareceram nas pesquisas são 4. O artigo publicado em revista do autor Fernández Bermejo (2018), que realiza uma análise da acessibilidade nas regiões da Espanha, pode servir de base para auxiliar em aprimorar e agregar novos conhecimentos, métodos e técnicas, bem como recursos de acessibilidade utilizados nos espaços protegidos neste país. O autor destaca 17 espaços protegidos, localizados um em cada região autônoma. Apresenta recursos de acessibilidade como exemplo, audiodescrição nos vídeos exibidos, trilhas com recursos de acessibilidade.

Há também a dissertação de Alonso (2010) com foco no turismo, que avalia a acessibilidade na perspectiva do desenho universal nos 10 espaços protegidos existentes na região de Madrid e elabora propostas para melhoria da acessibilidade.

Além destes trabalhos, na Argentina, encontrei o trabalho de conclusão de curso de Ahumada Arancibia (2012). O autor elabora uma proposta de trilhas acessíveis no Parque Provincial Potrero de Yala em San Salvador de Jujuy na Argentina para pessoas com deficiência visual. O pesquisador aponta que as trilhas da reserva não são acessíveis. Utiliza como base o manual de trilhas acessíveis da província de Huesca da Espanha para elaborar a proposta. O diferencial deste trabalho é que uma das perguntas se refere ao método de descrição dos atrativos turísticos, ou seja, a audiodescrição para

levar a informação para nós, pessoas com deficiência visual.

E no México, Herrera Ruiz (2013) faz uma avaliação do turismo acessível e elaboração de uma rota acessível que engloba vários espaços turísticos, incluindo uma fazenda.

Todos estes referenciais representam o esforço de pesquisadores em trazer as discussões de acessibilidade em áreas protegidas, ou trilhas para contribuir com a evolução deste campo para a ciência. Também, contribuir para nosso acesso com equidade a estes espaços que se configuram cada vez mais importantes para lazer, educação ambiental, qualidade de vida, dentre outros benefícios.

Gostaria de destacar, que muitos trabalhos que elaboram propostas, ou procuram a nossa participação para trilhas ou parques, estão ainda em uma perspectiva de teste de uma proposta já pensada. Não encontrei trabalhos com o objetivo de pesquisar com, ou seja, junto conosco, desde a elaboração, avaliação e implementação da proposta e não apenas testar para avaliar se a estrutura ou estratégia funcionará.

Percebi também a baixa participação de pessoas com deficiência nos trabalhos encontrados. E quando há presença é como sujeito de pesquisa e não como pesquisador, ou seja, a pesquisa é sobre nós, não conosco.

Ainda, percebi que no Brasil, trabalhos de audiodescrição da paisagem para áreas protegidas, trilhas também não foram encontrados no momento que realizei as pesquisas nos bancos de dados. Encontrei apenas um trabalho de pesquisa realizado na Argentina, que procura abordar além das adaptações, a descrição dos atrativos para atender visitantes com deficiência visual.

Da mesma forma, nenhum trabalho faz uma avaliação com as secretarias estaduais, como foi realizado nesta pesquisa, no sentido de verificar e fazer um levantamento do que há e das políticas existentes. Os resultados serão descritos a seguir.

4.1.2 Etapa da pesquisa nos e-mails

A seguir, analiso os resultados obtidos com o envio de e-mails para o ICMBio, Distrito Federal e os 26 estados da Federação com intuito de conhecer a estrutura e projetos existentes em nosso país.

Antes de iniciar as análises, descrevo o processo para obter os endereços de e-mail das instituições, as etapas de pesquisa dos endereços, barreiras encontradas, envio e recebimento das respostas do questionário. Após, faço uma análise com as respostas obtidas com cruzamento de dados com os sites das instituições e/ou UC citadas (Apêndice E) e com os trabalhos encontrados na revisão de literatura.

Gostaria de destacar a dificuldade em obter os endereços de correio eletrônico (e-mail), ou informações para contato com as instituições. Os estados possuem formas distintas de disponibilizar informações em seus sites, pois cada qual há uma organização em seu organograma, nomenclaturas diversas para secretarias e diferentes setores responsáveis pelas UC. Site com distintos layouts, informações, ou seja, não há uma padronização.

Com relação as informações dos sites, alguns possuem formulários para preencher com intuito de entrarem em contato, mas não há garantia de quando isto iria ocorrer, como no Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC). Outros sites possuem apenas números de telefones para contato como o Instituto Água e Terra (IAT) do Paraná. Outros havia apenas o endereço de e-mail como Tocantins, Roraima, Minas Gerais, e outros estados. Poucos estavam com todas as informações, e-mail, telefone e formulário. Alguns estados haviam mais de um local, como Amapá em que encontrei o site da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) com formulário e o site do Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá (Imap), que encontrei endereço de e-mail. No entanto, teve ainda aqueles estados em que o contato estava em imagem.

Também, destaco que vários órgãos não respeitam as normas de acessibilidade vigentes utilizadas pelo governo brasileiro para padronizar os sites, como a eMAG (Modelo de acessibilidade em Governo Eletrônico), que foi baseado na W3C e WCAG. Mas, além das barreiras informacionais dos sites, as imagens com informações em texto que encontrei em diversos órgãos, como destacado anteriormente, se constituiu em barreira de informação, visto que impossibilitou meu acesso aos dados dos e-mails com o leitor de telas que utilizo, o NVDA (NonVisual Desktop Access), pois os leitores não identificam textos em imagens. Nestas situações, solicitei auxílio do Professor Orlando, orientador desta pesquisa, para pegar o respectivo dado.

Gostaria de abrir um parêntese para explicar que o leitor de telas é um programa que possui uma voz sintetizada e faz a leitura de informações textuais, botões, títulos, ou seja, tudo que é texto. Mas, imagens, gráficos não consegue fazer a identificação e posterior leitura.

Para obter os dados das instituições, como e-mails e telefones, realizei busca nos sites de cada estado e órgão responsável pela gestão das UC. Gostaria de destacar que não há uma base de dados, por isso, a busca dos contatos realizei em cada site dos estados, ou termo de busca no google como exemplo, “contato Fundação Florestal SP”. Isso aponta para falta de padronização nas informações a nível governamental e dificuldade de obter informações e dados estaduais como descrito anteriormente. Também tive dúvida de qual endereço ou telefone entrar em contato, pois a maioria dos

locais foi necessário deduzir qual setor se aproxima da gestão de unidade de conservação ou ainda, pegar o contato geral, único disponibilizado no site. Já aqueles locais cujo dados obtidos foram apenas telefones, o primeiro contato foi por este meio, para tentar obter o e-mail para enviar as perguntas do questionário (Apêndice A).

Após obter os dados, no ano de 2020, organizei os contatos em uma tabela para facilitar a busca, envio dos e-mails e servir de material para consulta por outras pessoas. Os sites das instituições consultadas estão no Apêndice E, junto com sites de áreas livres e UC que foram mencionados nas análises.

Destaco que, principalmente os estados que haviam mais de um órgão como secretaria e instituto, ou que não ficou claro qual o endereço responsável pela gestão das UC, procurei enviar o e-mail para mais de um endereço, com objetivo de obter êxito em alguma devolutiva. Como exemplo cito Acre, Alagoas. E ainda assim, no momento do envio, vários estados, em um dos e-mails acusou falha no envio, indicando que as informações nas páginas nem sempre estavam atualizadas, principalmente, ao considerar que naquele momento este era um dos meios para obter informações em razão de os locais físicos estarem fechados devido a Pandemia de Covid19.

Em março de 2021, foi encaminhado e-mails para O ICMBio, Distrito Federal e os 26 estados brasileiros. No e-mail, no corpo do mesmo, fiz uma breve apresentação minha enquanto pesquisadora, da pesquisa que estava realizando e as seis (6) questões referentes ao questionário. Ao longo dos meses seguintes recebi algumas devolutivas que seguem no tópico a seguir.

4.1.2.1 Análise dos e-mails

Nas respostas, alguns estados encaminharam o contato do setor responsável, contato esperado, como Mato Grosso, visto o que apresentei acima. Eu enviei o questionário para o setor indicado e aguardei alguma resposta. Já outros estados, reencaminharam com cópia para mim, o e-mail para o setor ou responsável pela gestão de UC como o estado do Espírito Santo. Estes fatos, só corroboram com a dificuldade nesta etapa de obtenção dos endereços. Outros ainda, não tive nenhum tipo de devolutiva.

Do levantamento realizado por correio eletrônico com os Estados e o ICMBio, apenas 8 estados enviaram devolutiva do questionário, ou seja, aproximadamente 25%. Os estados que responderam ao questionário foram: Ceará, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Amapá.

Os estados do Amapá e Pernambuco responderam não em todas as questões.

Ceará, o retorno do e-mail não foi do setor responsável pelas UC do Estado, mas o chefe de uma UC a APA do Rio Pacoti.

As respostas que apresentaram adaptações, com nome de UC, busquei obter informações nos sites (Apêndice E) para fazer cruzamento de dados e verificar se constavam os recursos mencionados, além de obter do tipo de informação disponibilizada ao usuário.

Apenas cinco (5) estados sinalizaram que possuem alguma estrutura física, como: Adaptações em alguns centros de visitantes em Minas Gerais, rampas ou elevadores, sanitários em São Paulo e Rio Grande do Sul. Cadeiras adaptadas no Paraná e em Minas Gerais.

Com relação as adaptações, o Estado do Paraná mencionou a presença de cadeira para pessoas com deficiência física entrar na água no Parque Estadual ilha do Mel. Segundo o e-mail, o visitante reserva a cadeira durante a visita e assina um termo de compromisso. Também enviaram link de uma matéria da agência de notícia estadual do Paraná, porém o link mostra o site e não a referida matéria.

A Fundação Florestal em São Paulo, mencionou a “Trilha do Silêncio” no Parque Estadual do Jaraguá, aponta que o espaço “possui acessibilidade parcial”, mas além de não descrever o que tem de recurso, não fica claro o que entendem por acessibilidade parcial. Também, ao pesquisar, não há informações do que há de acessibilidade sobre a trilha no site. Há menção no plano de manejo do Parque constando que a trilha é adaptada para visitantes com deficiência física e mobilidade reduzida.

Das respostas obtidas, destaco que o estado de São Paulo, através da Fundação Florestal, não respondeu ao questionário, mas enviou links. O link do seu site, para obter informações sobre as UC do Parque Estadual do Jaraguá o qual possui acessibilidade parcial. Além do link de uma matéria sobre uma atividade realizada com pessoas com deficiência no Parque Estadual Caverna do Diabo em 2021 (FUNDAÇÃO FLORESTAL DO GOVERNO DE SÃO PAULO, 2021).

Ao navegar no site da Fundação Florestal para buscar os dados, este é organizado, informações atualizadas, acessível com leitor de telas a maior parte da página. Destaco que São Paulo foi o Estado que consegui obter as informações de forma mais fácil e ágil, Além de ser o único que apresentou alguma informação referente a acessibilidade no site, apesar de o conceito não ficar claro, ou seja, o que compreendem por acessibilidade, como relato a seguir.

Ao entrar no guia de áreas protegidas, há opções para filtrar e selecionar como o atrativo, atividade e infraestrutura. Ao navegar em infraestrutura uma das opções é a acessibilidade.

Em acessibilidade há opções de trilhas e estruturas para obter informações. O ponto em comum é que na descrição está o termo acessibilidade. O filtro apresentou 9 resultados. Na trilha das Palmeiras a informação que é acessível para cadeirantes e pessoas com baixa mobilidade. E na trilha do Silêncio não diz o que há. Na realidade, não fica claro o que a Fundação Florestal compreende por acessibilidade, pois o ponto em comum dos resultados apresentados é o termo já referido. Os outros apresentam no sentido de fácil acesso e não de recurso, acessibilidade arquitetônica, atendimento etc.

Já o link (ver Apêndice E – Nome e URL das Páginas Visitadas) do Parque Estadual Jaraguá, a resposta destacou que a UC “possui acessibilidade parcial”, mas além de não descrever quais são os recursos de acessibilidade, não fica claro o que seria acessibilidade parcial, visto que este não é um conceito utilizado na literatura.

Ao acessar o link, há informações sobre a história, localização, atrativos, espécies de fauna e flora, se está aberto de acordo com as fases de restrições, horários de visitas com adaptações devido ao estado pandêmico, com restrições de acesso e as 3 trilhas do parque com respectivos links.

Como no restante do site, busquei informações de cada trilha, e encontrei dados sobre nível de dificuldade, distância da trilha, tempo de percurso, quantidade de visitantes, altitude, atrativos, descrição com informações ambientais, espécies da fauna que podem ser avistadas e características do trajeto.

Apenas na Trilha do Silêncio, além das informações já citadas, apresenta que o nível da trilha é fácil, há banco para descanso e acessibilidade. No entanto, não especifica o que há de acessibilidade na trilha, dificultando o visitante de entender se atende suas necessidades. As informações sobre os recursos de acessibilidade foram por meio dos trabalhos de Arzolla, Nunes, Paula e Gregorato (2008), Moriwaki e Neiman (2011) e Oliveira, Souza, Cortines, Miranda e Oliveira (2013).

Ao procurar o Plano de Manejo do Parque Estadual do Jaraguá, para ver se havia alguma menção sobre a trilha, encontrei que ela já estava presente ao elaborar o Plano de Manejo e no Volume 1, página 228, diz que indica a “Trilha do Silêncio, caminho linear no interior da floresta próximo ao auditório. É adaptado para visitantes deficientes físicos e com mobilidade reduzida.” (SÃO PAULO, 2010b, p. 228).

O último link já mencionado anteriormente, é sobre uma atividade realizada no dia 20 de fevereiro de 2021, no Parque Estadual Caverna do Diabo, com pessoas com deficiência física e cognitiva. Estas pessoas fizeram trilhas e visitaram cavernas presentes na UC. Na matéria havia a menção do projeto Parques Inclusivos da Fundação Florestal, mas ao realizar busca na internet, não há informações sobre o projeto. Mencionaram outras parcerias com as Secretarias de Estado de infraestrutura e Meio Ambiente, da

Secretaria dos Direitos das Pessoas com deficiência. Destaca ainda que foi iniciativa do grupo Inclusão Radical (IR), cujo objetivo da entidade civil é garantir as pessoas com deficiência o acesso a atividades e o contato com a natureza.

No Rio Grande do Sul, a secretaria do Meio Ambiente (SEMA), na resposta, indica que existem monitores capacitados para conduzir pessoas com deficiência visual em trilhas e projetos de educação ambiental nos parques estaduais do Turvo, Itapeva e Itapuã, no entanto não consegui verificar estas informações no site da SEMA e nem nas páginas das UC. Também apontou que existem estruturas físicas, mas não encontrei nos sites nenhuma informação sobre, impossibilitando usuário saber o que existe para recebê-lo. O diferencial em relação a outros estados é que apesar de não detalhar e nem apresentar dados mais concretos, e nem que estruturas são essas na questão de projetos, mencionou haver previsão de concessão de 5 UC e projeção para estrutura para receber pessoas com deficiência visual, mas não especificou quais estruturas são estas.

Apesar das perguntas serem para o público com deficiência em geral, observei que as respostas foram direcionadas para a deficiência visual. Acredito que isso tenha ocorrido devido a apresentação desta pesquisa realizada antes do questionário. Por esta razão, alguns estados responderam com foco na deficiência visual.

Ainda sobre o estado do Rio Grande do Sul, como mencionou que havia acessibilidade para atender outras deficiências, encaminhei e-mail solicitando mais informações. O gestor informou que havia rampas, sanitários e elevadores em UCs. Novamente, nada consta no site. Isso, se constitui em uma barreira Informacional que dificulta visitantes de saber a estrutura existente.

As informações encontradas sobre as UCS citadas são da localização, fauna e flora. E ao navegar para buscar informações sobre visita, só há se necessário agendamento prévio, para atividades científicas, educação e/ou lazer.

Todas as UCs possuem uma página com mapa, localização, algumas espécies mais evidentes da flora e Fauna, Plano de manejo, se possui conselho consultivo, área fundiária regularizada. No entanto, no link onde se obtém dados para visita, só há informações que atividades científicas e educativas precisam de agendamento prévio e regras por causa da pandemia de Covid19.

No Parque Estadual do Turvo não há informações sobre os atrativos e nenhuma referência ao termo acessibilidade ou presença de rampas e sanitários como mencionado no e-mail. Apenas projetos desenvolvidos, ingresso e regras de visita. São realizados trabalhos de sensibilização e educação ambiental.

Como nos outros, o Parque Estadual de Itapuã não há menção de nada referente a acessibilidade, como rampas e sanitários, nem monitores, como relatado no e-

mail.

No Delta do Jacuí a informação é estrutura não implantada. Chama atenção, na parte de visitação diz que “não possui informação”. Mas que é necessário agendamento prévio para atividades de educação ambiental.

O Parque Estadual Espigão Alto– Não possui informações. Só agendamento prévio para atividades científica e de educação.

Outra informação que não pode ser confirmada é a presença de elevadores para pessoas usuárias em cadeira de rodas Na Sede Conjunta da Gestão do Parque do Tainhas, APA Rota do Sol e Estação Ecológica Aratinga. Apenas atividades de pesquisa e de educação ambiental precisam de agendamento.

Destaco que nas referências encontradas, nenhum trabalho é sobre as áreas mencionadas nas respostas da Secretaria. Pilotti (2010) trabalha com o conceito de ecoturismo, atividades turísticas com pessoas com deficiência visual com Ênfase na atitude do guia, importância da descrição do ambiente e apresenta a ONG caminhadores Rio Grande do sul que possui profissionais capacitados para atender pessoas com deficiência visual em roteiros e atividades turísticas.

Em Goiás, ao responder sobre as propostas, não há proposta de acessibilidade consolidada e ao questionar sobre proposta de implementação de programas, respondeu que não há proposta em discussão. No entanto, ressalta que já desenvolveram adaptação de uma trilha em uma UC denominada Parque Ecológico Altamiro de Moura Pacheco que consistia em um guarda-corpo feito em corda e sinalização em Braille. Destacou que as adaptações foram retiradas, mas não apresentou as razões.

Ainda sobre as estruturas, o estado de Minas Gerais trouxe a informação que o Parque Estadual (PE) do Ibitipoca possui cadeiras adaptadas para acesso em trilhas por pessoas com “dificuldade de locomoção” conhecidas como Julitte. Ao buscar no site, nada consta. Também destacou que algumas unidades possuem prédios com adaptações para receber “visitantes com dificuldade de locomoção” sem especificar quais são e as UC que estão essas estruturas. Por isso, não foi possível buscar nenhuma informação a respeito.

Com relação a documentos sobre a acessibilidade, apenas o órgão do estado de Goiás encaminhou a referência de um artigo publicado nos anais do 4º congresso Brasileiro de Unidades de Conservação realizado em 2004, denominado Implantação de trilha para deficientes visuais no Parque Ecológico Altamiro de Moura Pacheco, Goiás. Infelizmente não encontrei em uma busca realizada no *google* o artigo e não foi localizado nas buscas que realizei nas bases de dados. A dificuldade de encontrar informações na internet, impedem o cruzamento dos dados e verificação com mais exatidão das informações. O único trabalho encontrado na literatura, no estado de Goiás, refere-se a já

citada trilha do Ipí (ANJOS, 2008).

Os outros estados não apresentaram documentos ou informações. Segundo as respostas, não existe ou “O projeto executivo está sendo elaborado para posterior implantação” Como apresentado pelo estado de Minas Gerais.

O referido estado apresentou na resposta do e-mail que existe proposta para o Parque Estadual do Itacolomi, que será a “Implantação de uma trilha específica para cadeirantes, reestruturação das edificações que contemplam acessibilidade”. Ao visitar o site do parque, está descrito a estrutura, área construída, camping, alojamento, capacidade de pessoas e outras instalações. No entanto, não encontrei menção de alguma estrutura atual ou previsão futura para receber visitantes com deficiência, ou que contemplam os requisitos de acessibilidade.

Quanto ao questionamento, se há proposta ou implementação de programas para pessoas com deficiência, houve resposta negativa de todos os estados.

Gostaria de destacar a resposta do órgão do estado do Paraná, que mencionou que

As Unidades de Conservação são ambientes naturais, que apresentam certa dificuldade quanto aos acessos devido às características peculiares e únicas de cada área. Deve-se considerar ainda, que, os zoneamentos estabelecidos no Plano de Manejo das UC apresentam restrições tanto na implementação de infraestruturas quanto na implementação de acessos.

Complementa que “O que acaba dificultando qualquer ação são os processos burocráticos, já que qualquer ação dentro de uma UC deve ser pautada pelo Plano de Manejo, ou mesmo exigindo a revisão para inclusão de qualquer atividade.”

Quanto a estes apontamentos, infelizmente é necessário um processo burocrático para atender as legislações. No entanto, a partir do momento que as áreas são definidas para receber visitantes, adequações e estruturas são necessárias para segurança, autonomia e conforto dos usuários. Para isso é necessário trazer as questões do acesso para todos desde a elaboração do plano de manejo.

Com relação estas questões, Julião e Ikemoto (2006) apontam com análise para as pessoas com deficiência visual, mas pode-se extrapolar para todos, que o diagnóstico das áreas potencialmente atrativas e acessíveis devem ser feitas na realização e execução dos futuros planos de manejo. No entanto, não excluem a necessidade de revisar os planos de manejo já existentes para incluir esta demanda.

Ressalto que, Apesar de não ter uma norma específica para as áreas protegidas, existem várias da Associação Brasileira de Normas Técnicas que podem

auxiliar neste processo, além do direito ao acesso, lazer, garantidos na Constituição, LBI, o item 5 das Diretrizes para Visitação Em Unidades de Conservação, elaborado pelo Ministério do Meio ambiente em 2006 (BRASIL, 2006b).

Portanto, a acessibilidade deve nortear qualquer ação em qualquer espaço, seja este protegido, rural, urbano, privado, público, para assim, romper com as barreiras e obter inclusão social e equidade no acesso para todos.

Observei que este levantamento junto as secretarias foi fundamental para confirmar tendências de ausência de acessibilidade nas UC. Bem como a dificuldade de obter dados para identificar o que realmente existe de estrutura, quando esta está presente. No entanto, mostrou que há muito o que pesquisar, tanto nas UC, como aos órgãos gestores responsáveis pelas unidades, visto que na literatura brasileira, não encontrei trabalhos que fazem uma busca junto aos órgãos Federal e estaduais e municipais.

A baixa devolutiva, que não chegou a 30% dos órgãos apesar de parecer pouco, consegue mostrar a realidade da ausência de documentos, propostas e estruturas. Isso se confirma também ao realizar o cruzamento das informações com buscas nos referidos sites e com a literatura encontrada que confirma a escassez de informações, ao considerar a quantidade de UC presente no território nacional. Segundo a matéria escrita por Brito (2018), encontrada no site do governo denominado Agência Brasil, o Brasil possui 2201 Unidades de Conservação Federais, estaduais ou municipais, com 698 de proteção integral.

São necessárias mais pesquisas com os órgãos para realizar um mapeamento mais completo, com busca de informações e obter dados mais exatos do que existe de acessibilidade. Também são fundamentais pesquisas de campo para confirmar em lócus as informações obtidas, visto que nem sempre os sites apresentam a realidade, não estão com informações atualizadas.

Percebi também que não há programas e/ou propostas instituídas para pensar nas questões de acessibilidade a nível governamental, dificultando ações em todas as UC. Neste sentido, a grande dificuldade apontada por Feuser (2018) é a ausência de normas que tratam da acessibilidade fora ou próximo do perímetro urbano, visto que áreas protegidas possuem características e objetivos diferenciados, como o uso indireto dos recursos em categorias de proteção integral em UC e conservação da biodiversidade. Estes espaços geralmente não oferecem condições de acessibilidade para todas as pessoas. O SNUC não aponta questões referentes à acessibilidade e desenho universal, principalmente na elaboração do plano de manejo, como apontado pelo estado do Paraná.

Nas respostas, bem como na revisão de literatura através das bases de dados, observei também, que as ações são isoladas, pontuais, e dependem da iniciativa dos gestores da UC, ou algum pesquisador com um projeto. Isso evidencia a necessidade de realizar pesquisas na construção de orientações, proposições e diretrizes, elaborar normas de acessibilidade, visto que existe carência de normas de acessibilidades para áreas protegidas em áreas livres, como apontam Moriwaki e Neiman (2011). Com relação as normas, foi utilizada, apesar de não conseguir atender as especificidades destes locais, a NBR 9050 para áreas urbanas, mas que podem ser aproveitadas nas áreas construídas, como observei na literatura em que os autores utilizam esta norma para fazer avaliação de acessibilidade em áreas construídas dos parques em pesquisas.

Além disso, a acessibilidade deve estar presente nas propostas e principalmente, programas e projetos para os estados e federação desde a elaboração do plano de manejo. Deve se considerar também, a realidade local, assim como faz-se com a conservação, ao pensar na estrutura que haverá na UC, o zoneamento da área, as atividades desenvolvidas.

Esta falta de padronização de informações, diretrizes, dificuldade de acesso, gera prejuízos com relação a acessibilidade, visto que hoje cada unidade de conservação faz de uma forma, e isso dificulta para os responsáveis pela elaboração dos planos de manejo, os gestores saberem as possibilidades, recursos, normas, técnicas, produtos, serviços, atendimento dos usuários. Bem como, os próprios usuários conhecerem os recursos existentes, constituindo-se em uma barreira de acessibilidade, já que em sua maioria, as informações sobre os atrativos são escassas nos sites das UC ou órgãos gestores.

A seguir, apresento os dados obtidos com as respostas das pessoas com deficiência visual.

4.2 ETAPA DA PESQUISA NOS QUESTIONÁRIOS COM AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Outra forma de obter dados também sobre a acessibilidade nas áreas protegidas foi o questionário direcionado para as pessoas com deficiência. Além da acessibilidade, conhecer as experiências, percepções e preferências foi o intuito deste levantamento.

Dividi o questionário em 3 momentos, que são: Dados pessoais dos participantes, Unidades de Conservação e trilhas e outras estruturas.

4.2.1 Os primeiros resultados do questionário

Inicialmente, o questionário teve 37 participantes que responderam, mas após avaliar e excluir 2 perfis que estavam com respostas de todas as questões idênticas, ou seja, repetidas que verifiquei através do endereço de e-mail e comparação de todas as respostas das questões abertas, restou 35 participantes para análise.

Na metodologia estipulei um valor de 30 participantes. Portanto, o resultado foi maior do que o esperado ao considerar a temática que é específica sobre áreas protegidas, o questionário ser online e extenso com 51 questões, o período pandêmico que ampliou a quantidade de formulários no formato online e número de pesquisas que chegou até nós.

Esta amostragem apresenta muitas informações relevantes para a pesquisa, principalmente ao considerar as experiências, apontamentos e comentários das pessoas com deficiência visual, pessoas cegas e baixa visão, grupo do qual faço parte. Mas esta pesquisa não se trata apenas das minhas vivências, e sim, as considerações e experiências de outros pares. Considerações essas, importantes para pensar e implementar ações e estruturas de acessibilidade em UC.

Gostaria de destacar que ao longo das análises aparecem entre aspas o que os participantes escreveram. Copiei em sua integralidade, sem corrigir erros gramaticais e ortográficos. Os dados e as análises estão a seguir.

4.2.2 Dados pessoais dos participantes

A primeira parte do questionário é sobre os dados pessoais dos participantes. Como o endereço de e-mail já seria o suficiente para análise dos perfis repetidos, dado já apresentado anteriormente, optei por não solicitar nome no questionário final, visto que este é um questionário com respostas anônimas. Após avaliar e excluir os perfis duplicados, restaram 35 respostas.

As questões, serão analisadas a partir do tópico 4.2.2.2, pois no tópico 4.2.2.1, apresento o perfil individual de cada pessoa.

Para entender um pouco do perfil dos participantes, solicitei as seguintes informações: sexo, faixa etária, local onde reside (cidade e estado) e tipo da deficiência

visual e se esta foi congênita ou adquirida. Vale destacar, que para melhor identificar as narrativas, optei por, assim como no pré-teste, nomear os participantes com nomes de astros. Os nomes foram obtidos por meio de listas em sites na internet.

Quero destacar que as perguntas não possui objetivo de traçar um perfil sociodemográfico, mas considereei pertinente apontar estes dados para conhecer os participantes, principalmente, por ser uma pesquisa, cujo questionário foi disponibilizado online e também, não tive contato com quem respondeu.

4.2.2.1 Perfil dos participantes

Antes de analisar as respostas, considereei pertinente descrever o perfil individual dos participantes que está abaixo. O perfil possui o nome de astro que atribuí, e todas as informações de faixa etária, tipo da deficiência, local em que reside.

1. Ariel, está na faixa etária de 18 a 25 anos, sexo feminino, se declarou pessoa cega, deficiência congênita. Reside em São Paulo, SP. Frequentou Unidades de Conservação.

2. Atlas, está na faixa etária de 26 a 35 anos, sexo masculino, se declarou pessoa cega, deficiência congênita. Reside em Rio Grande, RS. E frequentou Unidades de Conservação.

3. Belinda, está na faixa etária de 26 a 35 anos, sexo feminino, se declarou pessoa cega, deficiência adquirida “16 anos”. Reside em Campo Grande MS. E frequentou Unidades de Conservação.

4. Cale, está na faixa etária de 26 a 35 anos, sexo não binário, se declarou pessoa cega, deficiência congênita. Reside em São Gonçalo, RJ. E frequentou Unidades de Conservação.

5. Calisto, está na faixa etária de 26 a 35 anos, sexo masculino, se declarou pessoa cega, deficiência congênita. Reside em São Paulo, SP. E frequentou Unidades de Conservação.

6. Carme, está na faixa etária de 18 a 25 anos, sexo feminino, se declarou pessoa cega, deficiência adquirida “Um ano e nove meses”. Reside em São Paulo SP. E frequentou Unidades de Conservação.

7. Cilene, está na faixa etária de 56 a 65 anos, sexo feminino, se declarou pessoa cega, deficiência congênita. Reside em Rio de Janeiro RJ. E frequentou Unidades de Conservação.

8. Dione, está na faixa etária de 26 a 35 anos, sexo feminino, se declarou pessoa cega, deficiência congênita. Reside em Maceió AL. E frequentou Unidades de Conservação.

9. Elara, está na faixa etária de 26 a 35 anos, sexo feminino, se declarou pessoa baixa visão, deficiência adquirida. “Uso óculos desde os 3anos porém houve piora com o passar dos anos me impossibilitando aos 23 anos”. Reside em Florianópolis SC. E frequentou Unidades de Conservação.

10. Europa, está na faixa etária de 18 a 25 anos, sexo feminino, se declarou pessoa cega, deficiência congênita. Reside na cidade de Barreiras, Bahia. Não frequentou Unidades de Conservação.

11. Ferdinand, está na faixa etária de 18 a 25 anos, sexo masculino, se declarou pessoa cega, deficiência congênita. Reside em Rio de Janeiro no RJ. E frequentou Unidades de Conservação.

12. Haumea, está na faixa etária de 26 a 35 anos, sexo feminino, se declarou pessoa cega, deficiência congênita. Reside em Nova Iguaçu, RJ. E frequentou Unidades de Conservação.

13. Helene, está na faixa etária de 18 a 25 anos, sexo feminino, se declarou pessoa baixa visão, deficiência adquirida “no nascimento”. Reside em Florianópolis, Sc. E frequentou Unidades de Conservação.

14. Io, está na faixa etária de 36 a 45 anos, sexo masculino, se declarou pessoa com baixa visão, deficiência congênita. Reside em São Miguel do Oeste, Santa Catarina. Frequentou Unidades de Conservação.

15. Jano, está na faixa etária de 26 a 35 anos, sexo feminino, se declarou pessoa cega, deficiência adquirida “Desde que nasci”. Reside em São Paulo SP. E frequentou Unidades de Conservação.

16. Julieta, está na faixa etária de 18 a 25 anos, sexo feminino, se declarou pessoa cega, deficiência congênita. Reside em São João Batista, SC. E frequentou Unidades de Conservação.

17. Kari, está na faixa etária de 56 a 65 anos, sexo masculino, se declarou pessoa cega, deficiência congênita. Reside em Ituiutaba, MG. E frequentou Unidades de Conservação.

18. Margaret, está na faixa etária de 46 a 55 anos, sexo feminino, se declarou pessoa cega, deficiência congênita. Reside em Florianópolis SC. E frequentou Unidades de Conservação.

19. Marte, está na faixa etária de 36 a 45 anos, sexo masculino, se declarou pessoa cega, deficiência congênita. Reside em Palhoça SC. E frequentou Unidades de Conservação.

20. Mercúrio, está na faixa etária de 36 a 45 anos, sexo masculino, se declarou pessoa baixa visão, deficiência congênita. Reside em Caxias do Sul RS. E frequentou Unidades de Conservação.

21. Miranda, está na faixa etária de 36 a 45 anos, sexo feminino, se declarou pessoa cega, deficiência adquirida “Logo ao nascer”. Reside em Colatina, Espírito Santo. Frequentou Unidades de Conservação.

22. Netuno, está na faixa etária de 26 a 35 anos, sexo masculino, se declarou pessoa cega, deficiência adquirida “16” anos. Reside em Recife PE. E frequentou Unidades de Conservação.

23. Ofélia, está na faixa etária de 46 a 55 anos, sexo feminino, se declarou pessoa baixa visão, deficiência congênita. Reside em São Paulo SP. E frequentou Unidades de Conservação.

24. Pã, está na faixa etária de 18 a 25 anos, sexo feminino, se declarou pessoa cega, deficiência congênita. Reside em Florianópolis, SC. E frequentou Unidades de Conservação.

25. Plutão, está na faixa etária de 46 a 35 anos, sexo masculino, se declarou pessoa CEGA, deficiência ADQUIRIDA “19” anos. Reside em Santa Cruz do Sul, RS. E frequentou Unidades de Conservação.

26. Proteu, está na faixa etária de 18 a 25 anos, sexo masculino, se declarou pessoa cega, deficiência adquirida “5 anos”. Reside em Ubajara, CE. E frequentou Unidades de Conservação.

27. Sao, está na faixa etária de 36 a 45 anos, sexo masculino, se declarou pessoa cega, deficiência adquirida “23 anos”. Reside em Barretos, SP. E frequentou Unidades de Conservação.

28. Saturno, está na faixa etária de 56 a 65 anos, sexo masculino, se declarou pessoa cega, deficiência adquirida “55”. Reside em Diadema SP. E frequentou Unidades de Conservação.

29. Sol, está na faixa etária de 26 a 35 anos, sexo masculino, se declarou pessoa cega, deficiência adquirida “21 anos”. Reside em Joinville SC. E frequentou Unidades de Conservação.

30. Stephano, está na faixa etária de 18 a 25 anos, sexo masculino, se declarou pessoa cega, deficiência adquirida “de 5 pra 6 anos”. Reside em Rio Grande, RS. E frequentou Unidades de Conservação.

31. Tebe, está na faixa etária de 26 a 35 anos, sexo masculino, se declarou pessoa cega, deficiência adquirida “1 ano”. Reside em São Paulo SP. E frequentou Unidades de Conservação.

32. Terra, está na faixa etária de 18 a 25 anos, sexo feminino, se declarou pessoa cega, deficiência congênita. Reside em Rio Grande, RS. E frequentou Unidades de Conservação.

33. Titã, está na faixa etária de 25 a 36 anos, sexo masculino, se declarou pessoa baixa visão, deficiência congênita. Reside em Joinville SC. E frequentou Unidades de Conservação.

34. Tritão, está na faixa etária de 26 a 35 anos, sexo masculino, se declarou pessoa cega, deficiência congênita. Reside em Florianópolis SC. E frequentou Unidades de Conservação.

35. Urano, está na faixa etária de 26 a 35 anos, sexo masculino, se declarou pessoa cega, deficiência congênita. Reside em Palhoça, SC. E frequentou Unidades de Conservação.

4.2.2.2 Análise dos dados sobre os participantes

A partir destes dados, tracei de forma quantitativa os dados gerais referentes ao sexo, faixa etária, localização dos participantes no território brasileiro, pessoas com baixa visão ou cegas e se a deficiência foi congênita ou adquirida.

Os dados foram os seguintes:

4.2.2.2.1 Análise sobre sexo e faixa etária dos participantes

Responderam à pesquisa, 15 pessoas do sexo feminino que corresponde a 42,9%, 54,3% com 19 pessoas do sexo masculino e uma pessoa se identificou como não binário.

Um dos elementos que utilizei para traçar o perfil e conhecer melhor as pessoas que responderam ao questionário, foi através da faixa etária. A maioria, que corresponde a 14 participantes, ou seja, 40%, marcaram ter entre 26 a 35 anos.

Destaco que as respostas obtidas foram de todas as faixas etárias pesquisadas, ou seja, possuem entre 18 a 65 anos, como mostra a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Faixa etária dos participantes

Faixa Etária	Quantidade de participantes
18 a 25	9
26 a 35	14
36 a 45	7
46 a 55	2
56 a 65	3

Fonte: Elaborado pela autora em 2022.

[Descrição da tabela:] Tabela com 6 linhas e 2 colunas com informação de número de participantes de cada faixa etária. Na primeira linha, na coluna da esquerda está escrito “Faixa Etária” e na coluna da direita “Quantidade de participantes”. Segue transcrição:

18 a 25 anos: nove participantes.

26 a 35 anos: 14 participantes.

36 a 45 anos: sete participantes.

46 a 55 anos: dois participantes.

56 a 65 anos: três participantes.

[Fim da descrição.]

Esta heterogeneidade de faixas etária mostra os diferentes públicos que frequentam estes locais para aproveitar as diversas possibilidades existentes. Indica também, que as áreas protegidas, como áreas livres e UC são espaços que devem ser pensados, planejados para visitantes de todas as idades, ou seja, oferta de atividades que abarquem todos os públicos.

A partir destes dados de faixa etária, sexo, observei que a maioria dos participantes são do sexo masculino e possuem de 26 a 35 anos.

4.2.2.2.2 Análise sobre a localização dos participantes

Além destes dados, é importante conhecer a localização dos participantes no território nacional, visto que devem ser analisados em conjunto a experiência da

deficiência e os diferentes espaços com características peculiares quanto aos ecossistemas, que são diversos em nosso país, com áreas protegidas como Unidades de Conservação com diferentes categorias que possuem usos e restrições distintos, o zoneamento e esfera de gestão da referida área. Destaco que outras áreas protegidas além das UC foram citadas, como tribo indígena e áreas urbanas.

A tabela 2 a seguir, apresenta as cidades, o referido Estado e a quantidade de participante para cada estado na terceira coluna.

Tabela 2 - Dados dos participantes quanto a localização

Cidade onde reside	Estado	Quantidade De respostas
<u>Barreiras</u>	Bahia	1
Barretos	São Paulo	1
Campo grande	Mato Grosso do Sul	1
Caxias do Sul	Rio Grande do Sul	1
Colatinae	Espírito Santo	1
Diadema	São Paulo	1
Florianópolis	Santa Catarina	5
Ituiutaba	Minas Gerais	1
Joinville	Santa Catarina	2
Maceió	Alagoas	1
Nova Iguaçu	Rio de Janeiro	1
Palhoça	Santa Catarina	2
Recife	Pernambuco	1
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	2
Rio Grande	Rio Grande do Sul	3
Santa Cruz do Sul	Rio Grande do Sul	1
São Gonçalo	Rio de Janeiro	1

São João Batista	Santa Catarina	1
São Miguel do Oeste	Santa Catarina	1
São Paulo	São Paulo	6
Ubajara	Ceará	1

Fonte: Elaborado pela autora em 2022.

[Descrição da tabela:] Tabela com 22 linhas e 3 colunas com informação do número de respostas recebidas de cada cidade. Na primeira linha está escrito na coluna 1 “Cidade onde reside”, na coluna 2 “Estado” e na coluna 3 “Quantidade de respostas”. Segue transcrição:

Barreiras (Bahia): uma resposta.
 Barretos (São Paulo): uma resposta.
 Campo Grande (Mato Grosso do Sul): uma resposta.
 Caxias do Sul (Rio Grande do Sul): uma resposta.
 Colatina (Espírito Santo): uma resposta.
 Diadema (São Paulo): uma resposta.
 Florianópolis (Santa Catarina): cinco respostas.
 Ituiutaba (Minas Gerais): uma resposta.
 Joinville (Santa Catarina): duas respostas.
 Maceió (Alagoas): uma resposta.
 Nova Iguaçu (Rio de Janeiro): uma resposta.
 Palhoça (Santa Catarina): duas respostas.
 Recife (Pernambuco): uma resposta.
 Rio de Janeiro (Rio de Janeiro): duas respostas.
 Rio Grande (Rio Grande do Sul): três respostas.
 Santa Cruz do Sul (Rio Grande do Sul): uma resposta.
 São Gonçalo (Rio de Janeiro): uma resposta.
 São João Batista (Santa Catarina): uma resposta.
 São Miguel do Oeste (Santa Catarina): uma resposta.
 São Paulo (São Paulo): seis respostas.
 Ubajara (Ceará): uma resposta.
 [Fim da descrição.]

Com relação a localização, percebi uma diversidade de estados, com o total de 11 unidades da federação citadas pelos participantes. A distribuição geográfica das respostas foi de 11 aproximadamente 1/3 (um terço), pertencente ao estado de Santa Catarina, o qual resido. São Paulo contabilizou 8 respondentes. Já Rio Grande do Sul foram 5 respostas. 4 participantes são do Rio de Janeiro. E, os Estados do Ceará, Bahia, Espírito Santo, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Alagoas e Minas Gerais tiveram 1 participante cada.

Ainda sobre a localização, percebi que ao analisar as cidades dos participantes, há uma parcela que reside em capitais ou regiões metropolitanas. Foram 7 menções para região da Grande Florianópolis em Santa Catarina com 5 para capital e 2 para Palhoça. Seguida pela região metropolitana de São Paulo na cidade de São Paulo também com 7

ocorrências, em que 6 estão em São Paulo e 1 participante em Diadema. No Rio de Janeiro aparece com 4 respostas sendo 2 na capital, 1 em São Gonçalo e 1 em Nova Iguaçu. E apenas 1 participante para as cidades de Campo Grande em Mato Grosso do Sul, Recife em Pernambuco e Maceió em Alagoas.

Então a partir destas informações, os Estados de Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Alagoas, tiveram participantes da capital ou região metropolitana.

Além destas respostas, percebi que número expressivo de respondentes residem em cidades do interior, com 14 ocorrências. Foram mencionadas cidades em Santa Catarina em Joinville com 2 ocorrências, 1 para São João batista e São Miguel do Oeste também 1 participante. No estado do Rio Grande do Sul as cidades citadas foram 3 menções para Rio Grande, já em Caxias do Sul e em Santa Cruz do sul tiveram 1 participante cada. E as cidades de Barretos em São Paulo, Ituiutaba em Minas Gerais, Barreiras na Bahia, Ubajara no Ceará, e Colatina no Espírito Santo apresentaram 1 participante cada.

Além disso, percebi que os Estados do Rio Grande do sul, Espírito Santo, Bahia, Ceará, Minas Gerais não apresentaram participantes de capitais.

A partir destes dados apresentados acima, o objetivo de respostas por participantes residentes em outros estados da federação teve êxito com a disponibilização do questionário no formulário do *Google*, conforme pretendi com a escolha da plataforma. Além de possibilitar variedade de experiências, locais diversos, uma heterogeneidade de respostas que foram as pretensões da participação das pessoas com deficiência visual no questionário.

O estado de SC teve maior número de respostas, pelo fato de eu residir neste estado da federação, e talvez, como a divulgação iniciou nos meus grupos, contatos do *WhatsApp* e minhas redes sociais, isso pode ter influenciado na localização dos participantes. Apesar do cuidado em divulgar em mídias e grupos com alcance regional, nacional e solicitar o compartilhamento do link, com o intuito de chegar ao maior número de pessoas. No entanto, esta é uma das dificuldades e imprevisibilidades da divulgação, já que não é possível controlar ou ter certeza do alcance.

4.2.2.2.3 Análise sobre a deficiência visual dos participantes

Como esta pesquisa tem o foco na deficiência visual, para finalizar a primeira parte sobre os dados pessoais, 2 perguntas tiveram intuito de conhecer o tipo da deficiência visual, como os participantes se alto declaram, pessoas cegas ou com baixa visão, e se a deficiência foi congênita ou adquirida. Estas perguntas são importantes para conhecer os participantes e auxiliar na compreensão das respostas ao longo do questionário, visto que pode haver diferença nas experiências, nos recursos e estruturas necessárias entre os tipos de deficiência. Um Exemplo disso, é a fonte ampliada para pessoas com baixa visão.

E a pergunta se a deficiência foi adquirida ou congênita, está presente já que no pré-teste teve resposta de um participante que frequentou antes de perder a visão, e não teve o que relatar sobre a acessibilidade, barreiras e outros aspectos com relação a UC frequentadas.

Na questão 5, das 35 respostas, 29 pessoas se declararam como pessoas cegas o equivalente a 80% da amostragem, e 6 pessoas se declararam com baixa visão. A maior porcentagem dos participantes são pessoas cegas, como mostra o gráfico da figura 12.

Figura 12 - Gráfico com dados de resposta da questão 5. "Você se considera pessoa

5. Você se considera pessoa: (selecione uma opção.)
35 respostas

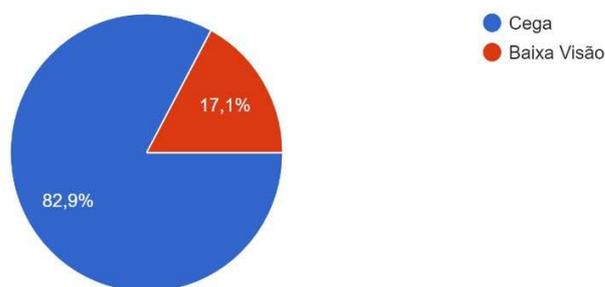
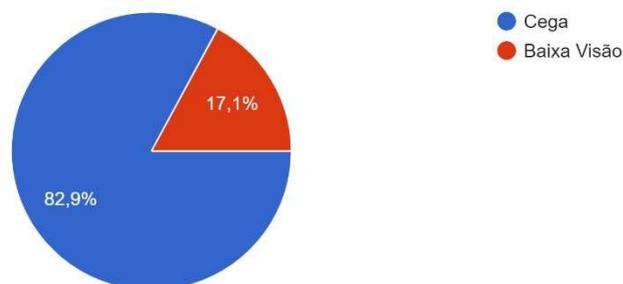


Figura 1: Gráfico com dados de resposta da questão 5. “Você se considera

5. Você se considera pessoa: (selecione uma opção.)

35 respostas



Fonte: Elaborado pela autora em 2021.

[Descrição da figura:] Gráfico circular dividido em duas seções, cujos tamanhos são proporcionais às suas respectivas porcentagens. Segue transcrição:

Você se considera uma pessoa:

Cega: 82,9% (em azul).

Baixa Visão: 17,1% (em vermelho).

[Fim da Descrição.]

Já na questão 6 que perguntei se a deficiência é congênita ou adquirida, com intuito de compreender as respostas ao longo do questionário, pois percebi que pode haver alguma diferença com relação a acessibilidade, experiências, percepções, se frequentou alguma UC, trilha antes ou depois de perder a visão.

A maioria dos participantes, 60%, marcaram congênita que é 21 no total, enquanto 14 responderam que sua deficiência foi adquirida.

No entanto, ao analisar as respostas, lembrando que se trata de auto declaração, percebi que o conceito apontado na literatura, nem sempre reflete o entendimento que a pessoa tem sobre sua deficiência, se é adquirida ou congênita. Estas diferentes concepções apareceram ao analisar as respostas da questão 6.1, a qual pergunta a idade que perdeu a visão, se na questão anterior marca que a deficiência foi adquirida.

Das pessoas que declararam ter deficiência adquirida, 6 pessoas apontaram antes dos 5 anos, ou ao nascer, como o participante Jano “*Desde que nasci*”, Miranda “*Logo ao nascer*” e Helene “*No nascimento*”.

Gostaria aqui de abrir um parêntese e trazer um relato pessoal para ilustrar que nem sempre a percepção, o conceito que a pessoa tem sobre a deficiência, reflete os adotados pelas legislações, políticas públicas e literatura. Minha deficiência visual,

denominada de Retinopatia da Prematuridade, foi causada pela prematuridade, já que nasci antes dos 6 meses de gestação e tive que ficar na incubadora. O excesso de oxigênio, aliado com a má formação da retina causaram a lesão em ambos os olhos. Antes de conhecer as definições de congênita e adquirida na literatura, também acreditei que minha deficiência visual foi adquirida ao nascer, além de ouvir a família falar que eu adquiri a deficiência, pois também esta era a percepção deles. Eu não compreendia o motivo pelo qual os laudos dos profissionais médicos e da educação estavam deficiência congênita, pois minha percepção é que eu adquiri e que o congênito é só quando nasce, então não nasci com ela, logo, foi adquirida na incubadora.

Acredito que talvez perante a sociedade e culturalmente existe diferença entre adquirir e nascer com alguma deficiência, por isso a percepção observada nas respostas. Porém, apesar de não ser este o tema da pesquisa, e apontar reflexões importantes sobre a percepção social, achei importante trazer estas análises e reflexões que também me atravessam enquanto pessoa com deficiência.

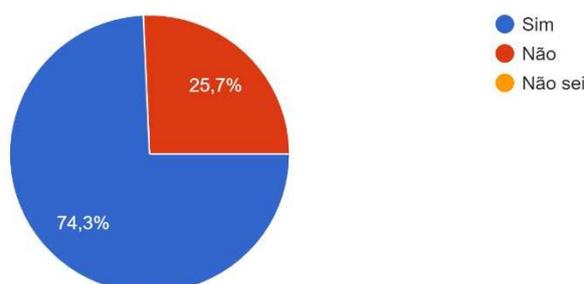
4.2.3 Análise sobre as Unidades de Conservação

A segunda parte do questionário, tem questões sobre as Unidades de Conservação (UC). As questões são: O participante frequentou alguma UC, nome e a localização do local, como fez o deslocamento, quem promoveu a visita, as experiências, os conhecimentos adquiridos, as barreiras encontradas, os recursos de acessibilidade em trilhas, lagos e lagoas e áreas construídas, o atendimento, se havia profissionais capacitados, opinião sobre a capacitação, o que acreditam ser importante ter nestas capacitações, e se conhecem alguma UC com recursos de acessibilidade, quais são estes recursos e Se o participante não frequentou o motivo,.

Sobre a questão 7, fiquei surpresa o fato de a amostragem apresentar que 75% das pessoas com deficiência visual, que corresponde a 26 participantes que frequentaram alguma Unidade de Conservação, como ilustrado no gráfico da Figura 13. Os participantes que sinalizaram que frequentaram são: Miranda, Io, Ariel, Marte, Tebe, Saturno, Titã, Ofélia, Carme, Terra, Stephano, Ferdinand, Plutão, Margaret, Cilene, Proteu, Cale, Haumea, Dione, Mercúrio, Tritão, Urano, Kari, Sao, Helene e Pã..

Figura 13 - Gráfico com dados de resposta da questão 7 “Você já frequentou alguma unidade de Conservação?”

7. Você já frequentou alguma unidade de conservação? Por exemplo: Parque, Estação ecológica, Monumento Natural, Refúgio da Vida Silvestre, Re... Unidade de Conservação. (Selecione uma opção.)
35 respostas



Fonte: Elaborado pela autora em 2021.

[Descrição da figura:] Gráfico circular dividido em duas seções, cujos tamanhos são proporcionais às suas respectivas porcentagens. Segue transcrição:

Você já frequentou alguma unidade de conservação? Por exemplo: Parque, Estação ecológica, Monumento Natural, Refúgio da Vida Silvestre.

Sim: 74,3% (em azul). Não: 25,7% (em vermelho). Não sei: 0% (em laranja).

[Fim da descrição.]

Este resultado, com $\frac{1}{4}$ dos participantes que frequentaram alguma área protegida, confirma a relevância e importância da pesquisa com este público que também busca lazer em diversos espaços.

Percebi, através das respostas da questão 7.2 que os espaços frequentados foram diversos, ou seja, além das UC foram citados parques urbanos, zoológicos, reserva indígena, jardins botânicos.

Alguns locais além das UC são: A participante Ofélia que mencionou Tribo Indígena Parelheiros localizada em São Paulo, no estado de São Paulo. O participante lo que frequentou o Jardim botânico localizado em Curitiba no Paraná. Sao que citou o Parque Zoológico e Parque Curupira ambos em Ribeirão preto no Estado de São Paulo.

Estes espaços podem ser considerados áreas protegidas, mas não estão nas categorias de UC definidas pelo SNUC, ou seja, são áreas livres, mas não são Unidades de conservação. No entanto, destaco que estes espaços são importantes áreas livres para lazer e visitas públicas, que contribui com os diversos benefícios proporcionados aos frequentadores. Por isso, estes locais, também precisam ter atenção para acessibilidade

quanto a sua estrutura física, informações, comunicação, atendimento e atitudes para receber todos visitantes, tanto quanto as unidades de conservação.

A partir destes resultados, utilizarei ao longo da análise o termo áreas protegidas de forma mais abrangente abarcando todos estes espaços e áreas livres como sinônimo e, o termo UC, apenas para as categorias presentes no SNUC.

Além disso, essa diversidade de áreas protegidas, além das UC, aponta para algumas reflexões. Podem indicar que o visitante não teve informações suficientes sobre o espaço que frequentou, ou desconhece o conceito de Unidade de Conservação e suas categorias, visto que havia presente na questão 7 a opção “não sei”, que não foi assinalada quando havia dúvida quanto ao local. Um exemplo é a resposta da participante Carne que escreveu que não sabe se as áreas visitadas poderiam ser consideradas, ou seja, estão localizadas em uma Unidade de Conservação. Talvez esta opção tenha sido irrelevante para a questão, por isso não foi marcada.

Por todos os motivos que apresentei acima, acredito que é importante dispor de acesso as informações, como história, atrativos sobre o local no próprio espaço e no site da UC ou parque urbano, sem barreiras de acessibilidade para conhecer o local que foi visitado.

Dificuldade esta que encontrei, principalmente ao buscar informações sobre os atrativos nos sites das UC, como relatei, ao buscar informações sobre os locais, que na literatura ou nas respostas dos e-mails apresentaram alguma estrutura de acessibilidade. Isso se constitui em barreiras informacionais, com prejuízo para nós, pessoas com deficiência, neste caso a visual, ao obter informações do local e da estrutura de acessibilidade existente.

Com relação ao tipo do local que foi visitado, observei que das 20 pessoas que fizeram trilhas na questão 13, 11 que corresponde a 55% assinalaram pertencer a uma UC, já 9 que corresponde a 45%, marcaram que não sabem se está localizada em uma área protegida, questão 13.2, como Haumea, Ariel, Sol, Saturno, Jano. Isso pode indicar a falta de informação sobre a trilha, como em que espaço se encontra, ou também, que não é relevante esta informação para a atividade que foi realizada. Também, a existência de uma trilha não está atrelada a UC, ou seja, pode existir trilhas em outros espaços e se esta informação não for clara, haverá dúvida quanto a sua localização, principalmente se existem poucas informações sobre o local.

Ao analisar percebi a falta de uma pergunta sobre o nome e local da trilha. Pois, apesar de mencionarem locais que são UC, como a participante Margaret adicionar que a

trilha não se localizava em UMA UC, na questão 13.2, e na 7.2 mencionar a Lagoa do Peri em Florianópolis, não é possível saber com as perguntas se a trilha frequentada foi neste espaço, mesmo porque, ela foi uma que mencionou outros locais na questão 7.2. Já o participante Jano que selecionou que não frequentou uma Unidade de Conservação na questão 7, mas assinalou que fez uma trilha na questão 13, no entanto, não foi possível saber onde se localiza a trilha.

Importante destacar, que visitar uma área protegida, não significa que a pessoa fez uma trilha. Talvez a diferença das respostas para a questão 7 e a 13.2 se dê, pois, a primeira é sobre um local mais amplo do que a segunda. Além disso, percebi que a maioria dos participantes frequentaram mais de um espaço como Marte e Tebe que marcaram vários locais tanto na 7.2, como na 13.1.

Dos locais citados, estão categorias de UC presentes no SNUC, como: RPPN citada pelo participante Plutão "*RPPN em Santa Cruz do Sul/RS*". Parques estaduais, como exemplo, lo que frequentou o Parque Estadual do Turvo, Marte que visitou o "*Parque Estadual da Serra do Tabuleiro em Palhoça, Santa Catarina, e o Parque Estadual do Rio Vermelho, em Florianópolis Santa Catarina, e o Parque Ecológico do Córrego Grande, Florianópolis Santa Catarina. [...]*".

As respostas mostram que as pessoas frequentam espaços públicos e estes devem ser planejados de acordo com os princípios da acessibilidade, baseado no desenho universal e na eliminação de todas as barreiras, sejam estas arquitetônicas, comunicacionais, instrumentais, metodológicas, Programáticas e principalmente atitudinais (SASSAKI, 2009); BRASIL, 2015b). Importante pensar em estratégias anticapacitistas para receber a todos.

Ressalto que dentre os locais apontados pelos participantes, ao cruzar os dados dos órgãos estaduais, das pesquisas nas bases de dados foram citados os seguintes locais:

O Parque do Jaraguá em São Paulo presente nos questionários, na resposta do estado de SP e nas pesquisas nas bases com os trabalhos de Arzolla, Nunes, Paula e Gregorato (2008), Moriwaki e Neiman (2011) e Oliveira, Souza, Cortines, Miranda e Oliveira (2013).

O Parque Nacional da Tijuca também apareceu na literatura com os trabalhos de Nascimento e Costa (2017) e Braga, Siqueira e Winagraski (2015). Nos questionários em duas respostas, tanto de Cale, quanto da participante Cilene apareceu como "*Floresta da Tijuca*", visto que no site do parque o setor que tem as trilhas é conhecido por esta

nomenclatura, além de constar informações sobre acessibilidade presente na referida trilha.

O parque Estadual do Turvo, visitado pelo participante Io, foi citado no e-mail do órgão do estado do Rio Grande do Sul.

Já o Parque Ecológico do Córrego Grande em Florianópolis/SC, presente no trabalho de Souza (2014), visitado pelos participantes Marte e Margaret que denominou o local de Horto Florestal do Córrego Grande (denominação da área do Parque Ecológico do Córrego Grande até o início desse século).

E os parques Ibirapuera citado por Sao e Carme que também mencionou o Parque Villa-Lobos São ambos encontrados na pesquisa de Queiroz (2014).

Além destes, Locais que não são UC, como Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi citado por Ariel e Ferdinand.

Mais uma vez, com tantas UC cerca de 2201, segundo dados de 2018 do ICMBIO, e possibilidades de áreas protegidas no país que não estão inclusas nestes dados como praças, parque urbanos, jardins botânico, fica evidente a presença de poucos locais com algum recurso de acessibilidade.

A maioria dos respondentes frequentou espaços que não estão presentes nas outras fontes de pesquisa e de acordo com a percepção dos participantes, não possuem recursos de acessibilidade. No entanto, deve se considerar que como a maioria dos estados não respondeu e as buscas na literatura, as pesquisas e trabalhos podem não ter aparecido nos resultados, apesar da tentativa de ampliar ao máximo a busca com os termos e bases de dados.

O gráfico da questão 7, também apresenta 9 participantes que não frequentaram Unidades de Conservação, que representa 25% da amostragem. As pessoas que assinalaram que não frequentaram foram: Europa, Calisto, Julieta, Sol, Elara, Jano, Atlas, Netuno e Belinda.

Para compreender os motivos pelos quais não foram, estes responderam à questão 7.1 “Quais os motivos existentes para não frequentar unidade(s) de Conservação?”.

Os motivos que mais apareceram nas respostas foi a falta de oportunidade para frequentar estes espaços como a resposta de Calisto: “*Falta de oportunidade e planejamento para ir um dia*”. Razão também mencionada por Atlas e Netuno.

A ideia de que é um “*Lugar de difícil acesso ou acessibilidade restrita*”, também apareceu nas respostas, como relata Elara, porém, em relação ao acesso não foi percebida em outras respostas de participantes que frequentaram UC na região da Grande Florianópolis.

A ausência de recursos de acessibilidade é outra razão encontrada com frequência nas respostas como escrito por Sol e Jano que trouxe a preocupação com o atendimento.

Além destes motivos, percebi que por ser ambiente natural, ou seja, área livre, existe preocupação com a presença de guia para deslocamento e descrição dos ambientes, além das barreiras, dentre estas, atitudinais.

Estas respostas mostram que os participantes que não frequentaram UC já partem do pressuposto de que não haverá acessibilidade no local. Talvez isso ocorra pela experiência em outros espaços que também existe ausência de estruturas, dos recursos, de atendimento, ou seja, as “*questões de acessibilidade*”, mencionada por Belinda, Sol, Jano, Europa.

A partir destes relatos, é possível perceber que a falta de acessibilidade e o receio das barreiras que poderão encontrar para os que responderam esta questão são fatores para não frequentar os espaços.

Outro fator elencado além da falta de oportunidade evidenciado nos próximos relatos, é a ausência de informações que desmotiva a ida aos locais como escreve Atlas: “*Creio que por falta de oportunidades. E quando há oportunidade, fico sempre na dúvida se o passeio será produtivo, pelas questões de acessibilidade (descrição dos espaços, guias preparados, acessibilidade atitudinal)*”.

Netuno já presume a ausência ao mencionar a estrutura e serviços além da falta de oportunidade ao relatar que: “*A princípio, considerando que tais locais não possuem acessibilidade, nem serviços que se tornem atraentes pra nós PCDs, nunca me senti motivado a frequentar. Poderia elencar a falta de oportunidade também como fator*”.

Essa ausência de informações sobre as Unidades de Conservação eu percebi ao procurar dados sobre acessibilidade sobre as UC apresentadas pelas pesquisas, nas respostas das secretarias e nos locais citados pelos participantes. As barreiras já iniciam na acessibilidade dos sites como relatei, com a busca dos endereços de e-mail das secretarias estaduais de meio ambiente.

Esses dados, como mencionado em um parágrafo anterior, evidenciam a falta de acessibilidade comunicacional, informacional, ou seja, divulgação de informações sobre as Unidades de Conservação, principalmente na internet, seja nos sites das UC ou redes sociais. Informações sobre as estruturas e serviços ofertados, como descrição mais detalhada em texto do local, da trilha, os atrativos presentes, estrutura física, os recursos de acessibilidade existentes, se há presença de monitores para guiar e fazer audiodescrição e outras questões importantes para nós decidir ou não ir ao local.

Esta ausência de informações, talvez pode gerar alguma desmotivação para frequentar como percebido nas respostas dos participantes que não visitaram. No entanto, este não pode ser considerado o padrão, já que esta é uma amostragem, mas evidencia barreiras que devem ser consideradas em qualquer espaço quando se pensa na acessibilidade para todos.

Observei que nas respostas de quem não frequentou, a presença do guia ou monitor no local apareceu com frequência. No entanto, esta preocupação apareceu também em diversas respostas dos usuários que já frequentaram UC e percorreram trilhas. Este ponto levantado por diversos participantes mostra que a presença de uma pessoa é um importante recurso de acessibilidade nas áreas protegidas.

Continuando as análises, exceto a questão 7.1, as outras do item 7, foram elaboradas aos participantes que frequentaram alguma área protegida. Mas, antes de compreender como foram as visitas, considerei pertinente saber como foi o deslocamento até os locais citados nas respostas. Muitas vezes estas áreas livres, seja UC ou outra área protegida estão afastadas dos centros urbanos, onde o transporte público também em sua maioria é negligenciado com poucos horários. Ramos (2006) acrescenta ainda que as adaptações nestes espaços não são consideradas, presumindo-se que nós, pessoas com deficiência não frequentamos. Mas será que é só nas áreas verdes e espaços livres das periferias das cidades que não há adaptações?

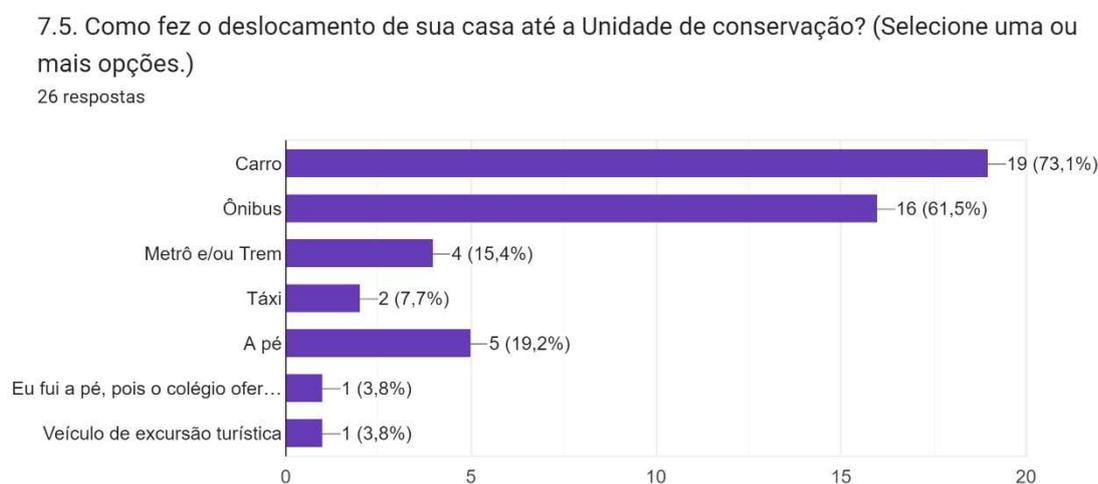
Além disso, o direito a acessibilidade ao transporte público é uma das garantias asseguradas na legislação como na LBI Brasil (2015b) que inclusive menciona o conceito de barreiras nos transportes e um dos direitos assegurados no artigo 8º. E como aponta Sasaki (2009), o transporte está presente na dimensão de acessibilidade arquitetônica, com o acesso aos terminais, aeroportos, transportes coletivos, museus, parques, teatros, entre outros espaços.

A partir disso, os transportes devem estar presente ao analisar a acessibilidade de uma área protegida, visto que pode facilitar ou dificultar o acesso dos usuários para

frequentar estes espaços. É preciso compreender o deslocamento para planejamento de ações, visto que a visita tem início com o transporte para o local. Mesmo que hoje há outros transportes alternativos como por aplicativos que facilitaram o deslocamento, pois ampliaram as possibilidades além do transporte público, taxi, particular com família e amigos.

A seguir, na figura 14 está o gráfico gerado a partir das respostas da questão 7.5, com os modais de transporte utilizados pelas pessoas que frequentaram alguma área protegida.

Figura 14 - Gráfico com dados da questão 7.5 “Como fez o deslocamento de sua casa até a Unidade de Conservação?”



Fonte: Elaborado pela autora em 2021.

[Descrição da figura:] Gráfico em barras com sete barras cujo tamanho é proporcional às suas respectivas porcentagens em relação à quantidade de pessoas que marcaram cada resposta. Segue transcrição:

Como você fez o deslocamento de sua casa até a Unidade de conservação?

Carro: 19 marcações que corresponde a 73,1%.

Ônibus: 16 marcações que corresponde a 61,5%.

Metrô e/ou Trem: 4 marcações que corresponde a 15,4%.

Táxi: 2 marcações que corresponde a 7,7%.

A pé: 5 marcações que corresponde a 19,2%.

Eu fui a pé, pois o colégio ofer...: 1 marcação que corresponde a 3,8%.

Veículo de excursão turística: 1 marcação que corresponde a 3,8%.

[Fim da descrição.]

De acordo com o gráfico e as respostas anteriores, percebi que a maioria dos participantes adicionaram mais de um local visitado, e por isso apareceu respostas com

vários modais de transportes na questão 7.5. No entanto, observei que alguns participantes marcaram apenas um tipo de transporte, mas não significa que a visita foi apenas em um local.

Das respostas com apenas um tipo de transporte, apareceu a pé, transporte público e carro. 2 participantes Ofélia que mora em uma reserva e Haumea que estava próximo ao local, sinalizaram a pé. Miranda, Terra, Ferdinand e Cale, marcaram que fizeram o deslocamento de ônibus. E outros 7 que são Urano, Mercúrio, Proteu, Titã, Saturno, lo foram de carro.

As outras respostas apresentaram de 2 a 3 modais diferentes. Metrô ou trem apareceram para Tebe, Margaret, Carme e Sao que foram os participantes que frequentaram algum espaço no Estado de SP e Rio de Janeiro, onde estão presentes estes modais. A opção mais frequente que apareceu na maioria das respostas foi carro e em seguida ônibus. Táxi apareceu apenas na resposta de Tebe.

Ao analisar esta questão, percebi que a pé apareceu dentre as formas de deslocamento com mais frequência do que o esperado, visto que muitas vezes as áreas protegidas estão mais distantes dos centros urbanos. Uma hipótese é que os participantes estavam próximos quando realizaram a visita e utilizaram desta forma de deslocamento, visto que a distância é um fator relevante na escolha deste tipo de modal.

Além disso, observei que nas respostas da questão 7.3, todas as pessoas que frequentaram algum espaço, sinalizaram que foram acompanhadas.

Algumas questões as respostas possuem relação entre si, como a 7.2, 7.4 e 7.5, pois se foi mencionado mais de um local, influencia em quem promoveu a visita e alguns participantes marcaram mais de uma opção no transporte, como já vimos anteriormente. No entanto, também teve aqueles que escreveram mais de um local e marcaram um tipo de transporte e/ou promotor da visita.

Na questão 7.2, sobre as áreas visitadas, observei que nas respostas, 18 dos participantes apresentaram de 2 a 3 áreas livres diferentes. E 8 mencionaram apenas um local visitado.

Com relação as UC mencionadas, observei que são de proteção integral. Estes locais permitem uso indireto de seus recursos, com objetivo de conservação da biodiversidade e podem ser desenvolvidas atividades de pesquisa, monitoramento, educação e interpretação ambiental. No caso da categoria Parque, turismo e recreação em contato com a natureza (BORGA; MOREIRA; BURNS, 2022).

As categorias de UC mais visitadas foram os parques, pertencentes a todas as esferas de governo, desde nacionais, estaduais e municipais, aonde as pessoas vão para turismo e lazer, passar o dia, fazer uma trilha, para atividades de educação ambiental. Também foi mencionada por Plutão, a “*RPPN em Santa Cruz do Sul/RS*”.

Como Mencionado anteriormente, todas as pessoas que frequentaram áreas livres foram acompanhadas, conforme respostas da questão 7.3 que foi direcionada apenas aos participantes que responderam sim para questão 7, ou seja, frequentaram algum local.

Para complementar, ao elaborar as perguntas, achei importante conhecer quem promoveu a visita, ou os acompanhantes na questão 7.4.

Observei uma diversidade nos acompanhantes, como amigos, namorada(o) família, grupo de jovens, igreja, excursão, instituições de ensino, instituições de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência visual entre outros

Em poucas respostas apareceu “ninguém [...]” “sozinho [...]”, “[...] por conta própria”. Já a maioria, continham mais de uma opção, visto que frequentaram mais de uma área livre.

Amigos e família foram respostas que apareceram com bastante frequência, já que geralmente estes locais são frequentados em grupos.

Este resultado vai ao encontro de outras pesquisas como a pesquisa de Borga, Moreira e Burns (2022), que apontaram grupo de amigos e família com maior porcentagem ao analisar o perfil dos visitantes em 7 Unidades de Conservação, em diferentes regiões do país. Estes dados mostram o quanto as áreas livres são utilizadas para lazer e deve ter ampla divulgação que é aberto para visita pública e os atrativos que possuem.

Outra resposta que também apareceu com frequência foi “escola” e “Universidade”. Geralmente estas instituições de ensino promovem atividades relacionadas com os conteúdos ministrados para aquisição de conhecimento. Para as escolas são voltados para Educação ambiental. Já as Universidades o foco maior são as pesquisas.

Além destes objetivos, a visita também pode ser considerada um momento de lazer, pois sai do ambiente escolar, possibilita oportunidade de conhecer outros espaços que talvez muitos não teriam de outra forma. Quantas pessoas, sejam estas estudantes e/ou professores tem oportunidade de frequentar UC através das instituições de ensino?

O participante Kari destaca isso na questão 7.4, ao escrever: “*uma escola em que fui professor*”. Outros participantes também sinalizam a escola como mencionada por Terra, Haumea, Ariel, Cilene, Cale, Dione e Helene. E a universidade foi mencionada Por Marte e Plutão que ao escrever: “projeto universitário [...]”.

Além destes promotores, observei outro tipo de instituição, as instituições de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência visual. Estas instituições foram citadas Por: Margaret que mencionou a “*Associação Catarinense para Integração do Cego - ACIC –, a maior parte deles*”. Ferdinand ao escrever que “*Foi promovido pelo Instituto Benjamin Constant*”. Urano também cita a associação e menciona parcerias com voluntários “*Grupos de voluntários em parceria com a ACIC - Associação Catarinense para Integração do Cego*”.

Eu já participei de diversas atividades organizadas por voluntários ou por usuários que convidam voluntários para guiar em uma trilha, como ocorreu na Lagoinha do Leste no fim de 2019. Outro exemplo, é a atividade de extensão universitária, Projeto Terra a Vista, oferecida pelo Observatório de Áreas Protegidas também realizada em 2019.

Queiroz (2014) aponta que os espaços públicos são fundamentais para as cidades através do lazer e interação entre os frequentadores. Dentre as garantias, deve estar a inclusão social. E isso também deve estar presente nas UC, principalmente os parques que possuem finalidade de lazer, e conseqüentemente, a inclusão social, a socialização entre as pessoas e outros benefícios.

O lazer é fundamental para todos e as experiências de frequentar áreas livres depende de vários fatores, que vai desde a vivência do frequentador, até as diversas barreiras que podem existir para seu usufruto do ambiente. Julião e Ikemoto (2006) apontam que as atividades realizadas nestes espaços tais como recreação, exercícios físicos e contemplação da natureza proporcionam diversos estímulos, como sonoros, visuais, táteis, olfativos, sinestésicos, além da promoção da autoestima, superação dos limites, e outros benefícios para o bem-estar.

Observei que trabalhos que apresentam acessibilidade em áreas livres, geralmente na introdução apontam a importância destes espaços para habilitação e reabilitação da pessoa, para o desenvolvimento motor e de habilidades. A pergunta que fica é: será que o benefício, a conquista de habilidades não é para todos? Trazer o enfoque apenas nestes aspectos, pode deixar de lado os benefícios do bem-estar do contato com ambientes naturais, os conhecimentos adquiridos, as experiências e

principalmente, o lazer proporcionado que são fundamentais para o desenvolvimento da pessoa em sua integralidade.

E estes benefícios muitas vezes não são citados ou a pessoa com deficiência não é considerada em trabalhos que os avaliam. O relato de Urano evidencia estes benefícios e experiências ao escrever: *“Contato com a natureza, mobilidade em locais adversos naturais, preservação da natureza, contato com outras pessoas que praticam trilhas”*.

Nas respostas obtidas, tanto dos conhecimentos, quanto das experiências, os relatos não diferem de outros públicos, Visto que encontrei nas respostas com relação aos conhecimentos, o que é esperado ao frequentar estes espaços, ou seja, o contato com a natureza, aquisição de conhecimento sobre conservação da biodiversidade, sobre a fauna e flora local, aspectos culturais dentre outros.

Nas respostas, o termo *“Preservação”* presente nos relatos de participantes como Pã, Urano, Mercúrio, Terra, Miranda, Ofélia. *“Fauna e flora”* também foram mencionadas por Tebe, Ariel, Miranda, Io, Sao, Cale. Marte menciona *“As características do ecossistema local”*, e a *“História do local”* também foram observados em Ariel, Terra, Dione.

Nos relatos, também observei outros aspectos, como Titã que menciona a proximidade com a natureza e a utilização dos outros sentidos: *“Proximidade com a natureza, experiência com os demais sentidos relacionados ao ambiente visitado”*.

apreciar o contato com a natureza e compreender suas diferenças para aproveitar o melhor do local também foi mencionado por Tritão ao escrever: *“Cada uma delas é diferente das outras e tem suas particularidades, por gostar desse tipo de contato acredito que o maior aprendizado está na compreensão das diferenças entre cada local e o que cada um deles pode te oferecer”*.

Percebi que as questões se relacionam e se complementam. Assim como nos conhecimentos, muitos aspectos positivos e benefícios foram relatados na questão 7.7, sobre a experiência de frequentar a UC. Como as respostas de Ariel, Saturno, Kari, Ferdinand e Urano que relataram que foi boa a experiência.

Participantes que também trouxeram aspectos positivos foram: Io relatou que foi *“Empolgante”*, Ofélia *“Maravilhosa”*, Terra destacou que *“Foi muito importante e de grande aprendizado”*.

Sao escreveu que gosta de parques: *“Adorei, gosto muito de parques [...]”*.

Marte aponta as experiências ao escrever: *“Todas experiências bem agradáveis, com muito conhecimento adquirido”*.

Miranda trouxe o contato com a natureza ao trazer que: *“Foi muito importante já que lá vi que foi enriquecedora a experiência de estar junta integrada ao ambiente a natureza e tudo de bom que ela nos proporciona”*.

Plutão escreveu apontando os benefícios de frequentar estes espaços ao trazer que: *“excelentes, é outra vida comparado à agitação e pressão urbana”*.

Haumea também destaca a percepção do ambiente com os outros sentidos, sensações olfativas, auditivas e o bem-estar ao relatar que: *“Foi muito interessante, foi bem marcante também, eu não esqueço de como nos sentimos bem naquele local quando fomos, respirando o ar puro, o cheiro das árvores e ouvindo o canto dos pássaros”*.

Sensações também relatadas por Pã: *“Muito proveitosas, pude conhecer lugares diferentes que provocaram sensações agradáveis”*.

Diversão foi mencionada por Cale ao escrever as qualidades como: *“Divertidas, instrutivas, para além de momentos de lazer muito apreciáveis”*.

Estes relatos apontam para uma variedade de aspectos positivos da experiência de estar junto a natureza, os desafios, os conhecimentos, a utilização dos sentidos, a diversão, o bem-estar proporcionado. Além de mostrar que a visita a estes espaços está cumprindo seu papel, pois as experiências relatadas são as esperadas para os visitantes destas áreas livres.

Também, estes relatos corroboram com a importância da UC para momentos de lazer como a recreação, contemplação da natureza, exercícios físicos, que contribui com a inclusão social, autoestima e práticas para a conservação dos recursos naturais. Como apontam Nascimento e Costa (2017) as pessoas adquirem valores sociais, habilidades, conhecimentos e atitudes.

Além de todos os benefícios e relatos positivos, já percebi na questão 7.4, sobre os conhecimentos, em que alguns comentários abordam as barreiras de acesso, como Kari ao trazer: *“pouca acessibilidade”*. Saturno também aponta isso ao relatar que: *“Pouco acesso para deficientes”*.

As barreiras e falta de acessibilidade observei em relatos de mais participantes quando escrevem sobre a experiência ao visitar os espaços. Transcrevo alguns relatos.

O participante Proteu ao apontar a ausência de acessibilidade: *“A experiência foi muito desagradável pois não proporcionou nenhuma acessibilidade que pudesse ver com que aproveitar-se do passeio”*.

Mercúrio aponta a presença do guia, mas não ficou claro se considera isso um recurso de acessibilidade ou um aspecto negativo precisar de auxílio para deslocamento ao escrever: *“Apesar de necessitar de guia foi muito agradável esses momentos ao meio da natureza”*.

Helene aponta que foi uma boa experiência e destaca o receio do deslocamento em trilhas ao dizer: *“Foi muito legal, apesar de eu ter receio, porque muitas vezes é muito ruim se deslocar pelas trilhas”*.

Dione já aponta os obstáculos como desafio a ser vencido: *“Foi uma experiência muito desafiadora porque haviam muitos obstáculos mas encarei o desafio e aproveitei bastante”*.

Titã relata que há restrições por causa da deficiência, mas não as menciona e aponta que se surpreendeu de forma positiva com os locais, ao escrever: *“Existe uma restrição obviamente pela deficiência visual, mas alguns parques me surpreenderam positivamente”*.

Ao analisar estas duas questões em conjunto, percebo que os aspectos positivos tanto nos conhecimentos como nas experiências foram mais relevantes e mencionados pelos participantes do que os negativos. Além disso, fica evidente que a acessibilidade atravessa todas as análises, influencia na aquisição de conhecimento, na experiência, bem como na percepção do local visitado.

Então, para compreender se havia recursos de acessibilidade nos ambientes visitados, principalmente sobre a estrutura física, formulei 3 questões. A questão 7.8 onde pergunto sobre a acessibilidade em trilhas. A questão 7.8.1 sobre os itens de acessibilidade em lagoas, visto que inicialmente a pesquisa seria realizada na Mona do Peri (Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri). E a questão 7.8.2, sobre acessibilidade nas instalações físicas das UC, ou seja, áreas construídas como centro de visitantes, sanitários, e outros espaços.

Com relação a questão 7.8, encontrei algumas respostas com recursos e estruturas pontuais como placas mencionadas por Ferdinand e rampas citadas por Miranda. Ao cruzar os dados com os trabalhos e e-mails, não difere dos resultados obtidos. A maioria das respostas relata ausência de qualquer dimensão de acessibilidade.

O que mais aproxima do recurso de acessibilidade e foi mencionado diversas vezes, é a importância do guia na trilha para auxiliar no deslocamento e descrição da paisagem. Vários relatos apontam que este tipo de atividade é necessário a presença de uma pessoa para guiar. Observei nas respostas que alguns eram guias do local e outros participantes o guia também era visitante.

Com relação as Trilhas, destaco os relatos obtidos no questionário. Primeiro, o que consideraram de acessibilidade.

Miranda residente do estado do ES que não lembra o nome do local, relatou a existência de rampas.

Tebe diz que “*Terrível em todas, exceto no parque Anhanguera*”, mas não descreve o que encontrou lá, pois ao pesquisar sobre o Parque no site da secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (Apêndice E), a informação que consta é adaptação na entrada e sanitários.

Dois participantes mencionam Jardim Botânico na cidade do Rio de Janeiro. Acredito que é o mesmo local. Ferdinand destaca presença de placas em braile no Jardim Botânico na Cidade do Rio de Janeiro no Estado do Rio de Janeiro. Plutão cita os recursos que encontrou no Jardim Sensorial localizado no Jardim Botânico do Rio de Janeiro com o seguinte “*Não havia acessibilidade, apenas no jardim botânico do RJ havia um jardim sensorial e a descrição do guia do veículo motorizado e se não me engano uma apresentação do jardim em braile [...]*”. Mas ao buscar mais informações no site (apêndice E) do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, não consta sobre placas em braile, auxílio para visitantes com deficiência. A única informação é sobre a solicitação de cadeira de rodas para visitante, que é necessário realizar previamente por telefone. E sobre o veículo motorizado mencionado na resposta, as informações estão na categoria de visita guiada e apresenta os horários, tempo de visita, quantidade de passageiros.

Com relação ao Jardim Sensorial, localizado no Jardim Botânico do Rio de Janeiro citado por Plutão, encontrei informações em outras páginas, mas nada no site oficial do Jardim. No site do governo federal Agência Brasil, apresenta que o espaço foi reaberto após reforma, e na notícia, Ribeiro (2015) menciona as estruturas de acessibilidade presente que são piso tátil, informações em braile, rampas de acesso e plantas que podem ser realizadas atividades com os sentidos, e que foram contratados 4 monitores com deficiência visual.

Além deste jardim, Plutão aponta mais um local ao continuar sua resposta com o seguinte: “[...] no jardim da UFSM foi iniciada a acessibilidade com caminhos possíveis a pessoas em cadeira de rodas e a proposta (não se se implantada) de uma corda corrimão guia para pessoas com cegueira ou baixa visão”. Ao procurar no site do Jardim Botânico (Apêndice E), apenas informações de serviço sobre agendamento do auditório, de monitor e orientações para os professores das escolas, sobre oficinas virtuais, como chegar ao local com o endereço e o mapa.

A importância da presença do guia para auxiliar no deslocamento e descrever o ambiente, apesar de ter algumas questões específicas, já aparece nos relatos, mencionada em diversas respostas. Alguns relatos estão a seguir:

Ariel que visitou vários locais em São Paulo, uma cachoeira em Minas Gerais e um parque em Balneário Camboriú em Santa Catarina, relatou que: “*Não encontrei nenhum item de acessibilidade. Apenas os guias do local que iam descrevendo o lugar e ajudando no percurso*”. No entanto, não fica claro se isso ocorreu em todos os espaços ou em apenas um deles.

Para Cilene, este auxílio é fundamental, pois “*No momento é impossível frequentar estes lugares sem um guia, pois não é acessível*”.

Também mencionado por Titã, que também aponta a segurança ao relatar: “*Todos os passeios incluindo as trilhas entre as matas só foi possível acompanhado. Não consigo ver segurança em fazer esses mesmos passeios de forma independente. Ou seja, percebi sempre a necessidade de ter um vidente por perto*”.

Dione além do auxílio para deslocamento, aponta a atitude que tiveram em fazer a audiodescrição do ambiente ao escrever: “*Os guias perceberam minha deficiência e se esforçaram pra me ajudar a caminhar pela trilha e fizeram a descrição de tudo que havia por lá*”.

Urano, além da falta de estrutura, relata como foi realizado auxílio para deslocamento pelos guias ao escrever: “*Nesse local não havia preparo em relação a acessibilidade. É um local de difícil acesso. Só foi possível fazer a atividade com auxílio dos guias, os quais conduziram individualmente as pessoas com deficiência visual*”.

Helene relata a ausência de acessibilidade estrutural e aponta na resposta que os guias geralmente são do grupo que está visitando com ela e não guias do local como observei na resposta, quando ela escreve: “*Eu acho que ainda falta bastante*”.

acessibilidade nesses lugares. A única coisa que me ajuda em trilhas é porque geralmente vai muita gente comigo nas trilhas e as pessoas me ajudam”.

Estes relatos que apresentei acima, evidenciam que antes da acessibilidade física como placas, corda guia, é muito importante a presença de alguém para guiar, ou seja, auxiliar no deslocamento para desviar e passar por obstáculos, proporcionar autonomia e segurança para circular nas trilhas e espaços. Além de descrever o ambiente, que possibilita acesso as informações visuais.

Importante destacar, que a presença do guia não invalida ou exclui a necessidade de recursos de acessibilidade, sejam estes estruturais, informacionais, comunicacionais.

O guia pode ser o monitor da UC, quando a trilha é guiada ou quando há parcerias com coletivos ou empresas, ou ainda, acompanhante da pessoa com deficiência ou grupo. No entanto, importante destacar que um guia local (monitor) tem muito mais informações sobre a trilha do que alguém que também está visitando o local.

Gostaria de mais uma vez abrir um parêntese e trazer alguns exemplos que acontecem em Florianópolis. Na região existem várias trilhas autoguiadas, algumas dentro de UC, outros são caminhos para praias e não há guias locais. Já participei de atividades organizadas por pessoas cegas, em que há uma preocupação com a quantidade de voluntários para guiar. Com o número de voluntários definido, é possível saber o número de participantes, pois de acordo com o nível de dificuldade da trilha é um guia para um ou duas pessoas com deficiência. Da mesma forma acontece com projetos ou quando as atividades são organizadas pela associação.

Como já mencionado ao analisar a questão 7.4, geralmente estas atividades são realizadas em grupos, seja família, escola ou entre amigos. Mas, se a pessoa realizar a visita sozinha? Como fica este atendimento? A realidade e na literatura, há problemas estruturais e de falta de pessoal nas UC, por isso o atendimento também pode ser uma barreira que dificulta a ida nestes espaços. A resposta de Cilene corrobora com isso, visto que como não há estrutura, aponta que, *“No momento é impossível frequentar estes lugares sem um guia, pois não é acessível”.*

Já Mercúrio além da falta de capacitação dos guias para atendimento, escreveu referindo-se a estrutura e recursos que *“São mínimos e as vezes a equipe esta despreparada para receber PCDS”.* Mostra que a barreira atitudinal, ou seja, o atendimento, recepção é importante para este tipo de atividade.

Os relatos mostram que a ausência ou falta de conhecimento das atitudes para conosco, é uma barreira que dificulta o acesso aos espaços. E quando existe um bom atendimento, é um facilitador para deslocamento, informações e contribui com experiências positivas sobre o local visitado.

Outros participantes como Ofélia, Terra, Margaret, Sao, Kari, Proteu, Tritão mencionaram que os locais não possuem recursos de acessibilidade, Já Pã apontou que “*Precisa melhorar*” e Cale escreveu que não frequentou.

Há aqueles participantes que buscam trilhas com grau de dificuldade e sem adaptações para fazê-las. Sem dúvida que o tipo e grau de dificuldade de uma trilha, deve ser da escolha do frequentador, e o fato de não ter acessibilidade arquitetônica, não significa que o visitante não possa realizar a trilha. Por vezes, acontece de outras pessoas presumirem que a pessoa com deficiência não faz este tipo de atividade, julgando a capacidade pela limitação, ou seja, atitudes capacitistas. Outra interpretação, é a impressão que a acessibilidade está atrelada ao conceito de menos dificuldade, e que existe concepção de grau de dificuldade maior, versus pouca acessibilidade.

Com relação ao nível de dificuldade, Marte que está habituado a fazer trilhas destaca questões que encontrei em poucas respostas. Ele escreveu o seguinte: “*Geralmente procuro trilhas com dificuldades altas com pouca acessibilidade*”. Este relato faz referência a estrutura física. Além disso, em outras respostas, como a questão 12 ao questionar os fatores que despertam seu interesse para fazer trilhas, marcou grau de dificuldade, tipo de ambiente e altimetria. Para ele o guia é um recurso fundamental para deslocamento em trilhas e descrever o ambiente. Menciona em diversas respostas, o atendimento, a capacitação dos funcionários.

Em geral, observei ao analisar a acessibilidade em trilhas, tanto nos trabalhos encontrados, como nos e-mails e nos locais apontados pelos participantes, uma relação em que um determinado espaço, trilha, se possui adaptação está atrelada ao nível de dificuldade baixo, extensão pequena, como a trilha do Silêncio no parque do Jaraguá. Não são considerados outros aspectos da eliminação de barreiras. E ainda, a impressão é que nós, pessoas com deficiência se há algum recurso, só devemos frequentar estes espaços.

Acredito que estas estruturas e recursos existentes podem auxiliar em futuras adaptações, por isso, importante a divulgação. Além disso, as estruturas físicas como pisos, que buscam a acessibilidade por meio do desenho universal é fundamental para permitir o acesso de diversos públicos como pessoas com deficiência física, mobilidade reduzida, por tanto, deve ser planejado e executada.

Mas o desenho Universal não deve estar presente só em uma trilha ou local em uma UC, e sim, em todos os locais para ofertar a possibilidade de a pessoa escolher quando, onde, como frequentar com autonomia e segurança outros espaços como mencionado nos trabalhos de Moriwaki e Neiman (2011) e Julião e Ikemoto (2006). Deve nortear as ações e estar como um dos objetivos para acessibilidade. A partir disso, a acessibilidade não deve ser entendida apenas como estrutura, uma rampa, placas, ou piso nivelado, ou circunscrita em uma trilha, mas também em áreas construídas e nas áreas que permitem visita pública.

Outro ponto, refere-se a atitude em relação ao atendimento. Como foi possível perceber até aqui, a atitude faz diferença no atendimento, na experiência da visita e sim, a capacitação facilita e instrumentaliza o guia para auxiliar no deslocamento e ter técnicas para realizar a audiodescrição. No entanto, os relatos mostraram que ainda assim, é possível participar das atividades, quando há atitude, empatia, pois conforme os relatos, não havia capacitação dos guias.

Em relação a lagos e lagoas, indicados na questão 7.8.1, apenas a participante Ariel destacou rampas em SP, mas não escreveu o nome do local. Ela visitou o Horto Florestal na Capital e Parque em Campos do Jordão, ambos em São Paulo, mas também, pode ter encontrado em outro local que não foi mencionado na questão 7.2.

As outras respostas não apresentaram nenhum outro recurso, com diferentes formas de expressar, pois alguns relataram não conhecer espaços com algum recurso de acessibilidade, outros relataram que não havia lagos e lagoas. Ainda aqueles participantes que desconheciam a presença de lagos ou lagoas nos espaços frequentados.

Nestas situações, quando não sabem se existe o item no local, há algumas possibilidades. O local não havia lagos ou lagoas, visto que não é todo parque que possui este espaço. Havia a estrutura, mas por alguma razão não foi mencionado ao frequentador. Isso pode ser considerado uma barreira de acesso informacional.

O participante Titã além de relatar que não havia acessibilidade, escreveu sobre os recursos que poderiam ter nestes espaços, contribuindo com ideias que facilitariam para todos. *“Próximo a lagos ou lagoas faltou estruturas como guarda-corpo por exemplo. Além de monitores orientando sobre os riscos de determinados lugares ou acompanhando para fazer a descrição dos pontos principais.”*

Sobre os itens de acessibilidade ofertados em instalações físicas na questão 7.8.2, Titã escreveu: “Os parques ecológicos que visitei são difíceis de equiparar uns aos outros.

Alguns são acessíveis estruturalmente falando, outros trazem a sensação de abandono e de pouco cuidado com acessibilidade.

Porém na aqueles que dizem ter acessibilidade, não segue um determinado padrão”.

Infelizmente os participantes não descrevem os recursos existentes, mas como mencionado nas referências que avaliaram estrutura física de parques (OLIVIERA; BOARIA, 2016; CARVALHO, 2012; NASCIMENTO; PAZ, 2015; FEUSER, 2018), nas respostas dos e-mails e observado pelos participantes, não segue o padrão como o da norma NBR9050/2015 que deveria ser utilizada para construções e reformas das áreas construídas como edificações.

Já Cale apresenta que como estava com outras pessoas, percebeu placas em braile, pois lhe indicaram. Mencionou rampas e adequações, mas não apresentou quais são estas adequações e o local que as encontrou, já que visitou Parque Curupira e Zoológico em Ribeirão Preto e Parque Ibirapuera na capital, ambos em São Paulo.

Outros participantes não mencionaram nenhum recurso. Ouve relatos em que não havia no local frequentado e/ou desconheciam algum local com recursos de acessibilidade arquitetônica.

Já o participante Marte escreveu que: “*Para deficientes visuais é tranquilo não tive problemas*”. Ou seja, para ele, a acessibilidade na estrutura física para pessoas com deficiência visual não é algo que atrapalhe a visita, além de apontar suas experiências, ou ainda, pode não ter percebido recursos de acessibilidade na perspectiva do desenho universal.

Após entender o que esses locais possuíam através da percepção dos participantes, elaborei questões para compreender as barreiras que eles observaram nestes espaços com a questão 7.9. Apresento alguns relatos e análise a seguir.

O Participante Marte Não teve problemas. Assim como a participante Terra que escreveu que: “*Não enfrentei barreiras porque estava sempre acompanhada de um vidente*”. Isso mostra que a presença de pessoas para guiar foi importante para eles e foi o suficiente para suprimir outras barreiras. Não fica claro no relato de terra, se quem estava com ela era guia do local ou também visitante.

Ainda com relação ao acompanhante, Ariel relata: *“Não me sinto segura de ir sozinha porque alguns guias não sabem como guiar e ou impedem a participação em trilhas e outras atrações”*. Isso indica o desconhecimento sobre a deficiência, que geram atitudes capacitistas, que já mencionei em outros momentos da análise.

Esse fato, também pode ser percebido no relato de Ferdinand que foi ao Jardim Botânico na capital no estado do Rio de Janeiro. Em seu relato mostra o desconhecimento dos monitores ao guiar, bem como a ausência de entendimento sobre a deficiência, além da falta de cuidado ao não perguntar as pessoas como estas gostariam de ser guiadas. *“Atitudinais é o que mais lembro quando fui no jardim botânico. Acessibilidade física até tinha, mas atitudinal foi algo complicado. Os guias achavam que éramos uns coitados, principalmente na hora de guiar. Seguravam com muita firmeza no nosso braço, achando o tempo todo que iríamos cair.”* Este relato evidencia que mesmo com a presença de recursos de acessibilidade arquitetônica, bem como um guia para auxiliar, ainda há as barreiras atitudinais e mostra **a necessidade de formação anticapacitista**.

Titã complementa que além da falta de capacitação, menciona barreiras arquitetônicas ao escrever: *“As estruturas ou são antigas, ou seja, ainda não adequadas aos padrões de acessibilidade de hoje em dia. Ou não possuem profissionais com treinamento mínimo para lidar com pessoas com deficiência”*.

E Mercúrio complementa a percepção que a atitude dos funcionários ou monitores causa no visitante ao apontar, que a *“falta de preparo das equipes, isso ocasiona insegurança”*.

Várias respostas mencionam mais de uma barreira. A atitudinal apareceu em diversas respostas como já apresentadas, seguida da arquitetônica e informacional. Seguem alguns relatos:

As barreiras informacionais e arquitetônicas relatadas por Pã com *“Ausência de mapa tátil, piso guia”*.

Já urano refere-se as barreiras arquitetônicas, ao mencionar as pessoas com deficiência física em sua resposta: *“Barreiras físicas na trilha, por não haver preparo da trilha para o trânsito de uma pessoa com deficiência, principalmente se for o caso de um usuário de cadeira de rodas”*.

Margaret que escreveu: *“Penso que a maior parte, arquitetônica e em escala também significativa, atitudinal”*.

Plutão aborda a supressão de barreiras informacionais, com sugestão da presença de mapas e maquetes para proporcionar maior autonomia ao escrever: “*creio que a principal atitude das pessoas nesses locais é a liberdade, por isso entendo que um mapa tátil ou uma maquete acessível permitiria que pessoas cegas também pudessem alcançar maior e quiçá total liberdade também*”.

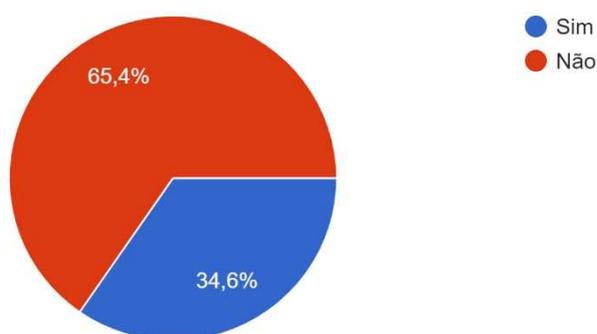
Nas respostas desta questão, bem como outras questões já analisadas, percebi a preocupação com o atendimento, principalmente ao relacionar com as atitudes que foi considerada pelos participantes uma barreira de acesso mais importante do que a arquitetônica ou informacional. As próximas questões serão referentes ao atendimento, capacitação de funcionários, monitores e guias.

A atitude tem relação direta com o atendimento, visto que influencia em como este é realizado, as informações transmitidas, a comunicação efetiva e acessível também pode influenciar na experiência do visitante, tanto de forma positiva como negativa. Todos esses fatores somados contribuem para o retorno ao local ou indicação para outras pessoas. Pensando nestes aspectos, na questão 7.10, com intuito de saber se houve atendimento adequado dos funcionários, elaborei uma questão fechada. 9 de 26 respostas foram “*Sim*” para o atendimento, o equivalente a 1/3 (um terço) das respostas. Já 17 participantes, marcaram a opção “*Não*”, ou seja, não tiveram atendimento, conforme gráfico da figura 15, a seguir.

Figura 15 - Gráfico com dados de resposta da questão 7.10 “Quando você frequentou esses espaços, houve atendimento adequado dos funcionários?”

7.10. Quando você frequentou esses espaços, houve atendimento adequado dos funcionários? (Selecione uma opção.)

26 respostas



Fonte: Elaborada pela autora em 2021.

[Descrição da Figura:] Gráfico circular dividido em duas seções, cujos tamanhos são proporcionais às suas respectivas porcentagens. Segue transcrição:

Quando você frequentou esses espaços, houve atendimento adequado dos funcionários?

Sim: 65,4% (em vermelho).

Não: 34,6% (em azul).

[Fim da descrição.]

Essas respostas indicam que a maioria dos participantes que frequentaram não tiveram atendimento de funcionários do local ou que este não existiu, porque o espaço não possui funcionários, monitores ou guias para o público em geral. Ou ainda, número insuficiente de funcionários, visto que este é um problema estrutural mencionado na literatura como o trabalho de Julião e Ikemoto (2006). Além disso, muitos parques e trilhas são alto guiados, ou seja, sem monitores, condutores, guias para acompanhar e guiar o público.

Para compreender como foi este atendimento, a pergunta seguinte 7.10.1, para quem respondeu sim, questiona como foi. Algumas respostas como a de Mercúrio que respondeu, *“improvisado”* estão a seguir.

Plutão que aponta um problema recorrente que é a falta de funcionários e menciona a falta de preparo ao escrever que: *“Pouquíssimas vezes havia funcionários, e em geral eram prestativos, educados, mas não tinham maior conhecimentos de acessibilidade, descrição, orientação”*.

As outras respostas relatam sobre a descrição da paisagem como apresento abaixo

Marte que escreve: *“Descrição do ambiente e animais, quando necessário”*.

A descrição, condução e a possibilidade de usar o tato para tocar quando possível em plantas como o relato de Dione: *“As pessoas descreveram o local, permitiram que eu pegasse em plantas e frutas e me auxiliaram no trajeto”*.

O relato de Pã que também fala sobre a condução e a importância da descrição, pontos mencionados em questões anteriores ao escrever: *“Condução nos espaços, os guias souberam explicar/ descrever”*.

E, oportunizar experiências como o escrito por Margaret: *“Penso que com muita vontade de oportunizar a melhor experiência possível”*.

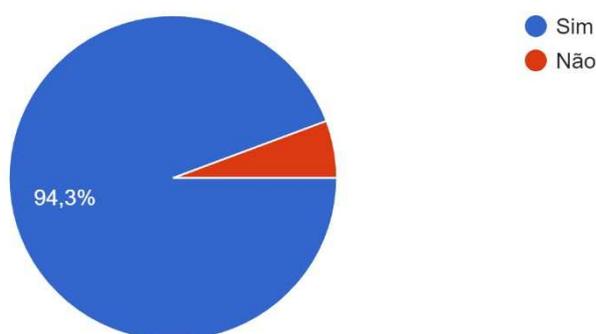
Esses relatos corroboram com as respostas sobre o atendimento e o quanto este é importante na visita, o qual foi citado diversas vezes até o momento. Além do

trabalho de Julião e Ikemoto (2006), que uma das proposições mencionadas no estudo é a capacitação urgente dos profissionais envolvidos.

Na questão 8, dirigida a todos os participantes da pesquisa, pergunto: “Considera Importante a Capacitação dos Funcionários, voluntários ou Condutores para atender pessoas com deficiência em Unidades de Conservação?” Das 35 respostas obtidas, 33 foram “*sim*”, ou seja, consideram o atendimento importante, o equivalente a mais de 90% dos participantes. Apenas 2 responderam que “*não*” considera, como mostra a figura 16.

Figura 16 - Gráfico com dados de resposta da questão 8 “Considera importante a capacitação de funcionários, voluntários ou condutores...”

8. Considera Importante a Capacitação dos Funcionários, voluntários ou Condutores para atender pessoas com defi... de Conservação? (Selecione uma opção.)
35 respostas



Fonte: Elaborada pela autora em 2021.

[Descrição da figura:] Gráfico circular dividido em duas seções, cujos tamanhos são proporcionais às suas respectivas porcentagens. Segue transcrição:
Considera importante a capacitação dos funcionários, voluntários ou condutores para atender as pessoas com deficiência nas unidades de Conservação?
Sim: 94,3% (em azul).
Não: 5,7% (em vermelho).
[Fim da descrição.]

Este dado reforça a importância do atendimento e da capacitação dos funcionários das áreas protegidas, guias turísticos, seja este autônomo, empresa ou cooperativa para que eles tenham conhecimentos sobre as dimensões de acessibilidade. Isso é uma possibilidade para tentativa de supressão das barreiras comunicacionais, informacionais, principalmente atitudinais para evitar atitudes capacitistas e elaborar, pôr em prática estratégias anticapacitistas. Como destaca Julião e Ikemoto (2006), a

capacitação possibilita ao profissional da UC conhecer as dinâmicas de orientação e mobilidade para os diferentes tipos de deficiência visual, mas que pode extrapolar também para outras deficiências. Ademais, nos relatos percebe-se que há uma compreensão de que as áreas protegidas enquanto espaços públicos devem ofertar condições de receber todas as pessoas e ter recursos de acessibilidade para atendimento, ou seja, que a supressão de barreiras é responsabilidade da sociedade, indo de encontro ao modelo social da deficiência.

Ao questionar o porquê relacionado a questão anterior, na pergunta 8.1, os participantes que responderam “*Sim*” para a capacitação, justificaram com vários argumentos como acesso facilitado ao local e informações, audiodescrição, oportunizar experiências, qualidade no atendimento, maior possibilidade de retornar a estes espaços, romper com barreiras atitudinais, segurança, deslocamento, entre outros pontos que serão apontados com transcrição das respostas abaixo.

Calisto aponta a capacitação como item fundamental para proporcionar qualidade no atendimento a todas as pessoas, com e sem deficiência ao escrever: “*Creio que as pessoas com deficiência devem possuir a mesma qualidade no atendimento nesses espaços que as demais pessoas. Logo a capacitação seria fundamental para isso ocorrer*”.

Marte e Sao complementam que a capacitação proporciona um atendimento melhor e Ferdinand destaca que é fundamental “*Para evitar problemas de barreiras atitudinais mesmo. [...]*”.

Europa aborda o direito de frequentar espaços públicos e o quão são fundamentais as atitudes para a experiência “*Porque espaços abertos ao público eventualmente vão receber pessoas com deficiência e para que suas experiências nesses lugares sejam tão agregador horas quantos são as experiências das demais pessoas é preciso acessibilidade e isso também inclui o aspecto atitudinal*”.

Helene, Io, Julieta, Titã, Tritão, Cilene acreditam que o atendimento se relaciona com a qualidade da experiência como escreveu Cilene: “*Porque imagino que poderemos ficar mais à vontade para vivenciar e também, para descobrir*”.

Julieta cita o acesso à informação: “*Pois proporciona uma melhor experiência em locais como esses, para que as pessoas possam desfrutar o que há de melhor no local. E também, para que tenham oportunidade de obter todas as informações possíveis, seja elas quais forem*”.

Tritão complementa: *“para que seja possível uma melhor experiência em grupo ou individualmente”*.

Carme destaca a experiência que é central em seu relato e vários pontos como acesso às informações, aos conhecimentos, o atendimento e o direito de frequentar todos os espaços ao escrever: *“Pessoas com Deficiência estão em todos os espaços, e, sempre que existe algo que possa ser ou estar aberto ao público ou em contato com este, a acessibilidade deve estar presente, pois, ainda que tenhamos deficiência, somos pessoas, e como tal, temos curiosidade e sede de conhecimento. Funcionários capacitados podem trazer maiores informações e transformarem absurdamente a forma como nos sentimos em um determinado lugar. Em determinados casos, não existir o mínimo de acessibilidade pode até mesmo acarretar em desinteresse na repetição da atividade, ou desinteresse na busca por locais que sejam da mesma espécie/gênero, o que causa uma perda para não só um indivíduo, mas para uma parte de um grupo que já é minoria”*. Com relação ao desinteresse, apontei anteriormente ao trazer a experiência e este relato corrobora com atendimento relacionado ao interesse de frequentar e retornar aos espaços.

A segurança é uma preocupação que aparece no relato de Titã, já que estas áreas apresentam um dinamismo no ambiente, como percebido em seu relato ao escrever: *“Além de trazer mais segurança em relação as variáveis do ambiente, a participação de profissionais preparados vão trazer uma melhor experiência”*.

Plutão, além da segurança, apresenta aspectos positivos do atendimento ao apontar que: *“Para nos permitirem usufruir desses espaços com maior autonomia, tranquilidade, segurança, satisfação, conhecimentos”*.

Miranda aponta a importância da capacitação no atendimento tanto para guiar, como para acesso à informação através da audiodescrição ao escrever: *“Porque é de suma importância que as pessoas sejam capacitados e sejam para que nos passem não só as informações pertinentes ao local mas que também possa nos guiar um melhor precisão e também nos passaram informações que muitas vezes ficam inexistentes porque não adianta só estar no local mas não saber o que está a sua volta quando a pessoa não descreve para você adequadamente o que tá o que lá está enfim”*.

Cale cita informação e orientação. Saturno, Jano apontam o deslocamento. Elara percebe possibilidade e acesso aos espaços.

Mercúrio aborda o acesso a todos ao escrever: *“Se o parque é para visitação, deve estar preparado para receber a todos”*.

Urano menciona a comunicação e como estratégia anticapacitista ao trazer que a capacitação é: *“Para que o contato e diálogo entre pessoa com deficiência seja pleno, sem prejulgamento por parte do instrutor/a, facilitando a comunicação”*.

Ariel acredita que a capacitação dos funcionários e condutores possibilitará que ela frequente estes espaços sozinha, ou seja, sem ter que ter um acompanhante externo por falta de acessibilidade no atendimento. *“Porque gostaria de poder frequentar esses lugares sozinha, para isso preciso que haja acessibilidade.”*

Estes relatos apresentam o atendimento como um dos recursos de acessibilidade que é capaz de suprir inúmeras barreiras como acesso às informações, ao conhecimento, orientação e condução, comunicação eficiente entre os envolvidos e principalmente atitudes que impactam de forma significativa nas diversas experiências dos visitantes.

Já com relação as respostas que apontam que não é necessária capacitação, Haumea considerou apenas o local que visitou, sua experiência, e não em uma perspectiva mais ampla o que acredita ser importante para aquisição de conhecimento de funcionários e voluntários de uma Unidade de Conservação. De acordo com seu relato, como lá não haviam funcionários, então a capacitação é desnecessária. Escreve que: *“Lá era um local meio que de visita ao ar livre, então não haviam pessoas trabalhando lá, é como um local de puro lazer, onde os alpinistas vão, os treinadores dos quartéis próximos vão correr e se exercitar e tudo mais”*.

A pista Cláudio Coutinho ou Caminho do Bem-te-vi, é um local com um caminho asfaltado. De acordo com pesquisas na internet, trata-se de uma pista de caminhada que fica próxima ao Pão de Açúcar na cidade do Rio de Janeiro, aonde as pessoas vão para caminhar e se exercitar.

Sol, o outro participante que respondeu “Não” para a questão 8, escreveu o seguinte: *“Basta dizer a estas pessoas o seguinte ... Quando encontrar uma pessoa com deficiência, apenas identifique-se e pergunte: Como posso te ajudar?”* Acredito que além de uma estratégia anticapacitista, é um princípio que deve nortear os atendimentos e atitudes com todas as pessoas independentes de possuir ou não deficiência. Mas, é necessária informação para que os funcionários e condutores saibam das possibilidades e que é fundamental sempre perguntar o que, como a pessoa necessita e prefere ser auxiliada, pois existe ainda muita desinformação e suposições incorretas sobre a deficiência. Além disso, pode ser considerado um dos princípios da ética do cuidado, pois há uma interdependência entre as pessoas, mas existe autonomia de quem é auxiliado

para decidir a melhor forma. Por exemplo, eu em trilhas, prefiro fazer acompanhada com uma pessoa que enxerga, segurando no cotovelo ou no ombro, de acordo com a situação e sempre utilizo um bastão de trilha para auxiliar a identificar obstáculos e passar por eles.

Já outras pessoas podem preferir utilizar outro instrumento ou ser guiada de outra forma como o relato de Helene na questão 13.4.1: “[...] *Eu não consigo andar em uma trilha sem andar de mão com outra pessoa*”. Existem técnicas de orientação e mobilidade que foram desenvolvidas para segurança e facilitam o deslocamento, para utilização da bengala longa e formas de auxílio, mas há algumas variações de acordo com a preferência e vivência da pessoa, como se sente mais segura.

Ainda com relação ao atendimento, não basta entender como foi, quais barreiras, e os aspectos da capacitação, mas também, entender as expectativas, para dar voz a nós, pessoas com deficiência e entender as necessidades a serem trabalhadas em capacitações, além de estar de acordo com o princípio de pesquisar com e não sobre. Apenas quem experiencia alguma deficiência, neste caso a deficiência visual, possui propriedade para falar sobre, apontar o que deve ser abordado e nortear as melhores ações e foi isso que busquei compreender. Por esta razão, fiz a questão 8.2 em que pergunto: “*Quais os aspectos importantes a serem trabalhados nestas capacitações? Aponte sugestões*”.

Ao analisar as respostas, percebi que na maioria, os participantes apontaram de 2 a 3 pontos a serem trabalhados. Foram mencionados audiodescrição, Condução, comunicação, informações diversas sobre a pessoa com deficiência, atitudes anticapacitistas, conhecimento de libras.

Classifiquei como conhecimento em audiodescrição as menções de audiodescrição e descrição do ambiente, cores, imagens e objetos. Aspectos estes mencionados por diversos participantes, que foram: Europa, Io, Calisto, Ariel, Julieta, Marte, Jano, Netuno, Carme, Terra, Plutão, Dione, Mercúrio, Tritão, Helene e Pã.

A condução pelo ambiente, ou seja, como guiar, orientar uma pessoa cega foi encontrada nas respostas de: Marte, Jano, Plutão, Helene, Ariel, Europa, Io, Pã, Mercúrio, Netuno, Julieta. Elara foca mais em trilhas ao apontar “*Orientação em relação atenção na condução nas trilhas*”.

Além do guia, outras questões foram mencionadas como a possibilidade de mesmo que nós, pessoas com deficiência vamos nestes locais acompanhadas, podemos escolher se queremos ser guiadas pelo guia local ou quem está nos acompanhando. Algo

que também acontece com frequência é os funcionários não se dirigir diretamente a nós, transmitindo as informações para nosso acompanhante, isso demonstra falta de conhecimento com ideias equivocadas sobre a deficiência, chamadas por alguns participantes de “mitos” e até mesmo atitudes capacitistas. O relato de Dione apresenta essas questões do auxílio, além dos aspectos já citados, menciona em seu relato sobre o auxílio de um guia do local, independente se a pessoa já está acompanhada ao escrever que é preciso *“Orientar os funcionários a permitir que as pessoas que possuam deficiência visual possam ingressar nesses locais e que elas necessitam de alguém que realize a descrição e as auxiliem no trajeto mesmo que elas estejam acompanhadas”*.

Ainda com relação a mitos sobre a deficiência e atitudes capacitistas, encontradas nas respostas de Ariel, Tritão, Tebe, Belinda, Atlas, Calisto.

Calisto aponta que é preciso abordar nestas capacitações sobre os *“[...] Mitos e fatos sobre as deficiências”*. E Tritão pontua a necessidade também de abordar sobre o *“capacitismo, respeito as diferenças [...]”*.

Várias destas questões estão presentes no comentário de Atlas, que fala sobre o direito de frequentar os espaços, a percepção das pessoas sobre a deficiência, a diversidade e o respeito ao escrever que: *“Primeiramente, a pessoa com deficiência ser vista como pessoa. O que ocorre, é que muitas vezes a sociedade acredita que nós pcds não podemos aproveitar desses passeios. Desmistificar alguns mitos capacitistas seria um ótimo começo. Também, é preciso considerar as especificidades de cada deficiência e as diferentes necessidades”*. Ele fala sobre a diversidade existente entre as pessoas e os diferentes tipos de deficiências e as diferentes necessidades que pode variar de acordo com a pessoa e/ou com sua deficiência, como exemplo, uma pessoa que está habituada a frequentar trilhas pode ter ou não demandas diferentes de uma pessoa que está neste tipo de ambiente pela primeira vez. Ele também se refere a entrada e permanência, visto que em diversos espaços de lazer, comércio pessoas tiveram problemas para frequentar, pois foram impostas dificuldades e negação de auxílio através de atitudes capacitistas.

O comentário de Ariel corrobora com isso ao escrever que é preciso ter nestas capacitações: *“[...] Combate de atitudes capacitistas como achar que não podemos fazer trilhas, nadar em cachoeiras e ou praticar esportes como arborismo e ou rapel”*.

Estes relatos são complementados por Cale ao apontar estratégias a serem adotadas e trazer que a abordagem é o ponto inicial para o bom andamento do atendimento, ou seja, atitude, além de mencionar a baixa visão. Escreve que é preciso *“Saber como abordar e guiar uma pessoa cega, bem como respeitar e diferenciar as*

capacidades visuais, em caso de baixa visão. Ter preparo para indicar referenciais. Ter disponibilidade para reconhecer e atender às necessidades mais imediatas. Perceber que uma pessoa cega está tentando chamar a atenção e requisitar um funcionário, por exemplo". Estas são algumas estratégias que podem facilitar para todos. Algumas são específicas para pessoas com deficiência visual e outras que atendem ao público em geral.

Além da condução, descrição do ambiente, atitudes transformadoras, a Comunicação que foi mencionada por Tebe, e utilização dos sentidos como o tato, foram mencionados por Julieta. Em conjunto com a audiodescrição, maquete e mapas, podem complementar conhecer o ambiente na sua integralidade e proporcionar experiências, como aponta Mercúrio: “[...] possibilitar experiências táteis se possíveis”. Mas para isso é necessário conhecer as preferências, pois enquanto algumas pessoas que preferem tocar, manusear, outras já não gostam e preferem só a audiodescrição.

Além destes pontos, Io aponta a necessidade do conhecimento da Libras (Língua Brasileira de Sinais) também percebida na resposta de Sao, ampliando os recursos para pessoas surdas e Surdocegas. Estas respostas demonstra uma preocupação com outros públicos e que a acessibilidade deve ser pensada, executada para atender o maior número de pessoas com suas especificidades, de acordo com os princípios do desenho universal.

Titã aponta um aspecto importante, que são os profissionais que ministrarão as capacitações, através do que escreveu: “*Os profissionais que trabalham com o público devem ser capacitados por pessoas ou entidades que representam a pessoa com deficiência. Saber a suas necessidades é essencial para o desenvolvimento da sua função*”. Através deste apontamento, evidencia a preocupação com a qualidade destas capacitações, além de que existem profissionais com deficiência que também podem partilhar de suas vivências para enriquecer as temáticas a serem trabalhadas estes cursos, ou palestras. Além de trabalhar com e não para, indo ao encontro do lema “*nada de nós, sem nós*” e na perspectiva do modelo social.

Margaret vai além ao escrever “*Penso que o entendimento em relação à pessoa com deficiência já traz em seu bojo transformações que modificam a percepção da maneira como se acolhe alguém que experiencia esta condição*”. Ou seja, o entendimento leva a atitudes e estratégias anticapacitistas, empatia, melhor comunicação, conseqüentemente, melhora no atendimento e supressão de outras barreiras como a informação, comunicação e arquitetônicas.

Além do atendimento, na questão 9, procurei compreender o que todos os participantes da pesquisa consideram importante para uma Unidade de Conservação ser acessível. Diferente dos trabalhos encontrados no referencial teórico que sugerem propostas para estruturas físicas nas áreas construídas e sugestões para trilhas interpretativas de curta extensão, que também são muito importantes para acessibilidade, a maior preocupação dos usuários frequentadores ou não de áreas protegidas é com o atendimento, as atitudes. Julião e Ikemoto (2006) também apontam isso ao trazer que o atendimento foi mencionado pelos entrevistados, bem como a importância da adaptação da maior área possível, pois espaços espacialmente projetados podem ser entendidos como limitantes ou limitadores se estiverem restritas as trilhas ou jardins. Estes dados podem indicar que as pessoas com deficiência visual, consideram as atitudes importantes para a experiência em qualquer lugar. A acessibilidade depende dos facilitadores, supressão de barreiras desde atitudinais, informacionais, comunicacionais, arquitetônicas dentre outras. Mas também, do lugar e da experiência do frequentador.

Assim como em outras respostas e apontado na questão anterior, a capacitação que vai se refletir nas atitudes está presente na maioria das respostas. No entanto não significa que não apontaram outros facilitadores. Para Marte, Jano, Miranda, Mercúrio, Margaret, Netuno, Tritão, Dione, Cale, Cilene, Plutão, Ferdinand, atlas, Ofélia, Titã, Elara, Ariel, Calisto, Tebe, Terra, Carne um dos itens mencionados foi a atitude, ou capacitação.

Margaret menciona o acolhimento através da atitude ao escrever: *“Penso que profissionais dispostos a receber a todos de forma acolhedora já gera acessibilidade em grau bem elevado”*.

Carne, terra, Cale apontam também a capacitação e receptividade dos profissionais para deslocamento e audiodescrição. Cale escreve: *“[...] ter equipe apta a fazer audiodescrição dos conteúdos que não podem ser acessados e/ou tocados, e o mais importante: ter equipe devidamente capacitada atuando”*.

Atlas se preocupa com a conservação do ambiente, e acredita que não é possível ter adaptações pelo fato de ser um ambiente natural, mas também aponta a capacitação como recurso de acessibilidade atitudinal. *“Como se trata de um espaço natural e, na maioria das vezes difícil para adaptações, investir na acessibilidade atitudinal dos profissionais é primordial.”*

Plutão também demonstra preocupação com a conservação da trilha e destaca materiais como maquetes e mapas que permitem acesso a informações de localização espacial e acessibilidade ao apontar: *“mapas em relevo e maquetes acessíveis, guias e*

demais profissionais capacitados, trilhas com acessibilidades não agressivas ou destrutivas da natureza”.

Io se preocupa com o acesso à informação ao sugerir “*Placas informativas acessíveis*”, mas não aponta sugestão de como estas placas devem estar. Esses recursos de placas, mapas, maquetes, audiodescrição para nós, pessoas com deficiência visual, são formas de disponibilizar informações sobre o ambiente e que se complementam.

Nas respostas, os participantes também consideraram recursos estruturais, ou seja, acessibilidade arquitetônica, como Miranda que Menciona a necessidade de Rampas e elevadores nas áreas construídas. Também, recursos que são fundamentais para outros públicos com intuito de beneficiar o maior número de pessoas, como destacado por Ariel, que além de rampas, se preocupa com o acesso a informações ao mencionar profissionais e informações em libras possibilitando as pessoas surdas que utilizam a língua o acesso, Braille como uma possibilidade as pessoas cegas alfabetizadas neste sistema e letras ampliadas, para pessoas com baixa visão e para facilitar a visualização de todos. Outros participantes como Tebe, Netuno mencionam “*estruturas físicas*”, mas não especificam que estruturas são essas. E Sol aponta as normas da ABNT que devem ser seguidas e sugere a presença de pessoas com deficiência na equipe.

Ao ler as respostas, percebi que as sugestões não diferem dos participantes que frequentaram e os que não frequentaram UC, já que a capacitação, e sugestões de estrutura foram encontradas em ambos os públicos. No entanto, com relação aos recursos e acessibilidade arquitetônica, quem frequentou fez mais sugestões concretas em relação aos participantes que não frequentaram.

Observei também que as pessoas que foram em UC, ou seja, através de análise dos nomes dos locais e questão 7, apontaram a capacitação como elemento principal, através de guia para deslocamento, descrição e principalmente a atitude.

Com intuito de elaborar sugestões para ampliar a visita do público as Unidades de Conservação pelo país, visto que o objetivo desta pesquisa é elaborar proposições para facilitar o acesso, perguntou-se na questão 10 “*Em sua opinião, quais estratégias podem ser criadas para estimular as pessoas com deficiência visual a frequentarem espaços naturais (Unidades de conservação) e/ou trilhas?*”

A divulgação foi uma das estratégias mencionadas em diversas respostas. Pã, Sao, Urano, Tritão, Plutão, Dione, Ferdinand, Belinda, Ofélia, Titã, Tebe, Marte, Julieta, Ariel, Calisto, Io, Europa que citaram diferentes estratégias, como através de redes

sociais, em associações que prestam atendimento às pessoas com deficiência, publicidade em diversos meios ou audiovisual que apresente os atrativos do local com audiodescrição, descrição de imagens de divulgação e estrutura existente, ou seja, que vá além dos atrativos visuais.

Geralmente estes espaços são frequentados em grupos. Neste sentido, Margaret propõe Atividades em grupo ao escrever: *“Penso que a organização de atividades nestes moldes em grupo encorajariam uma maior participação nestes espaços, possibilitando também mudança de atitudes de quem neles atua”*.

Em algumas respostas como Io, Jano, Atlas, e outros participantes novamente apareceu a capacitação dos condutores, equipes. Isso mostra mais uma vez o quanto é fundamental o atendimento, as atitudes para eliminação de barreiras.

O participante Atlas, além da acessibilidade e capacitação, menciona a participação da pessoa e relaciona com a cultura ao escrever: *“Primeiramente, a qualificação desses espaços e profissionais. Claro que a participação da pessoa cega ou com baixa visão nessas atividades também passa por questões culturais, o que é muito mais amplo”*.

Proteu sugere como estratégia que pessoas com deficiência façam parte da equipe também encontrada em respostas de outras questões, isso possibilita a atuação do profissional com deficiência que possui conhecimentos na área ambiental e/ou sobre acessibilidade para que em conjunto com sua vivência, possa contribuir para pensar em estratégias para o espaço em questão. Sugestão também encontrada na resposta de Cale ao mencionar a presença de consultores com deficiência visual.

O transporte acessível também foi mencionado por Io como uma das estratégias a serem adotadas. Mas isso é uma discussão que vai além das UC ou áreas protegidas, passa pela acessibilidade aos transportes, o direito a cidade e principalmente de ir e vir. Além disso, para algumas pessoas que experienciam outras deficiências, o transporte acessível é fundamental para a mobilidade, para chegar a qualquer lugar.

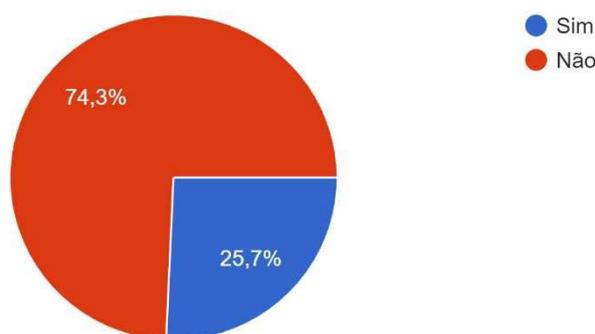
Já mencionei a dificuldade de obter dados sobre acessibilidade ou atendimento nas UC, principalmente que a forma de acessar estes dados foi no site das UC ou órgãos que gerenciam estes espaços e os dados apresentados não consideram este item. As informações sobre as UC, trilhas, localização, acesso e atrativos divulgadas através dos sites, publicidade nas mídias ou divulgação local precisam também estar acessível, visto que acesso à informação pode influenciar na escolha do local, possibilitar a procura pelos visitantes.

Na questão 11 do questionário de 35 respostas, 9 pessoas responderam “sim” para local acessível, como pode ser observado no gráfico abaixo, da figura 17.

Figura 17 - Gráfico com dados de resposta da questão 11. “Conhece algum espaço natural (Unidade de Conservação) acessível?”

11. Conhece algum espaço natural (Unidade de conservação) acessível? (selecione uma opção.)

35 respostas



Fonte: Elaborado pela autora em 2021.

[Descrição da figura:] Gráfico circular dividido em duas seções, cujos tamanhos são proporcionais às suas respectivas porcentagens. Segue transcrição:

Conhece algum espaço natural (Unidade de conservação) acessível?

Sim: 25,7% (em azul).

Não: 74,3% (em vermelho).

[Fim da descrição.]

Ao solicitar nome do local na questão 11.1, observou-se a presença de espaços presentes nas referências, e outros não apareceram em nenhum trabalho ou e-mail. Os locais mencionados foram: Parque do Jaraguá em São Paulo SP, Jardim Botânico e Floresta da Tijuca ambos no Rio de Janeiro, Parque Ecológico do Córrego Grande em Florianópolis Santa Catarina, Reserva do Taim no Rio Grande do Sul, Em Curitiba Paraná foi mencionado o Jardim Botânico. Outros locais citados foram “*Tribo indígena Parelheiros São Paulo capital*”, Museu da PUC, Museu Nacional, e “*Mestre Álvaro*”.

Museus não entram na categoria de áreas protegidas, mas o relato de Ferdinand na questão 11.2 onde solicitei para apontar o que encontrou de acessibilidade, bem como, existem pesquisas sobre acessibilidade em museus, então alguns recursos, estruturas e o atendimento podem auxiliar na acessibilidade nas UC. O participante aponta que o Museu Nacional: “*Este tinha funcionários minimamente treinados. Note,*

indiquei minimamente treinado. Não sabia muita coisa sobre a pessoa cega, mas sabia guiar, conversava bem, explicava com bastante atenção as coisas por onde passávamos. Tinha piso tátil, até onde me recordo". O interessante neste relato é o atendimento, o destaque para a condução, descrição dos locais e o piso-guia, que pode estar presente nas edificações e áreas pavimentadas da UC.

No Parque Ecológico do Córrego Grande apontado por Marte, o destaque é para presença de calçadas e placas em braile, condizente com o trabalho de Souza (2018) que aponta os recursos de acessibilidade da trilha Pau Jacaré. Também fui ao local e conferi as adaptações da trilha.

Na Floresta da Tijuca localizada no Estado do RJ, Cilene aponta a possibilidade de se deslocar sem guia na trilha como segue seu relato: "*Uma trilha onde pude andar sem acompanhante. Havia pessoas, mas andava solta*". Segundo os trabalhos de Braga, Siqueira e Winagraski (2015) e Nascimento e Costa (2017) que apontam as adaptações existentes no Parque Nacional da Tijuca que também é conhecido como Floresta da Tijuca, onde tem uma corda guia. E apesar de não mencionar o recurso, talvez por isso a participante caminhou sozinha. Cale que mencionou ter frequentado esta UC, respondeu "*Não*" na questão 11, ou seja, não encontrou nenhum recurso de acessibilidade. Talvez, quando frequentou não fez a trilha, ou foi antes de ter alguma adaptação.

Ariel menciona 2 espaços, o Parque Estadual do Jaraguá em São Paulo e O Jardim botânico no Rio de Janeiro que por não estar em uma UC, não mencionou na questão 7.2. No entanto, ao descrever os recursos, mencionou "*Trilha que permite circulação com cadeira de rodas e informação em braile*", mas não especifica qual local se refere. Na trilha do silêncio, segundo Arzolla, Nunes, Paula e Gregorato (2008) e Moriwaki e Neiman (2011) são encontrados os itens mencionados por Ariel. Já no Jardim botânico, não ficou claro qual ela frequentou, visto que há mais de um Jardim como já mencionei na análise da questão 7.8.

Dos locais mencionados em que não consegui obter mais informações os relatos divergem nos recursos. Fácil acesso e presença de monitoria é mencionado por Ofélia, na Tribo Indígena Parelheiros. Um ponto de apoio foi mencionado por Mercúrio em Mestre Álvaro.

Terra, que foi na Reserva Ecológica do Taim, Stephano que visitou Museu da PUC, e Elara que citou o Jardim Botânico em Curitiba mencionaram estrutura e recursos que não classifiquei como acessibilidade. Isso evidencia que os recursos também variam de acordo com entendimento e experiência da pessoa.

Os recursos mencionados nesta questão, só corroboram com os resultados das pesquisas e das respostas dos e-mails, ao apontar poucos locais e estruturas para atendimento de pessoas com deficiência. Isso mostra que diante de tantas UC, e outras centenas de áreas livres, há muito o que fazer com relação a acessibilidade.

4.2.4 Análise sobre trilhas e outras estruturas

As trilhas geralmente são um dos atrativos presentes nas Unidades de conservação que recebem uma variedade de públicos e seus usos variam desde lazer, educação ambiental e interpretação. Esta é uma parte da UC que geralmente é um dos atrativos destes locais e objeto de pesquisas como apresentei em vários momentos. Por estas razões, a Terceira parte do questionário refere-se a trilhas, tendo em vista a importância destes espaços que podem ou não estar em uma UC, como o trabalho de Ramos 2009 que além de estudar o deslocamento de pessoas com deficiência visual antes e depois de adaptações na trilha que pertence a Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC).

Um aspecto importante a ser considerado é que os espaços com acessibilidade, incluindo as trilhas, geralmente são de curta extensão, como já mencionei. Nas pesquisas realizadas foi possível perceber que estes espaços estão localizados próximos as áreas construídas como centro de visitantes, com possibilidade de manutenção periódica.

As questões específicas sobre trilhas, foram de 12 a 18. Perguntei sobre as características que despertam interesse em fazer uma trilha, se a pessoa já percorreu, como fez o caminho, opções de ambiente, se está em uma Unidade de Conservação, as dificuldades ou barreiras encontradas, se estava com guia local e se este estava capacitado para auxiliar, se considera algumas opções de obstáculos para fazer trilha, o que considera importante para o deslocamento, sobre as informações da trilha, sobre descrição da paisagem e se o participante conhece alguma trilha acessível.

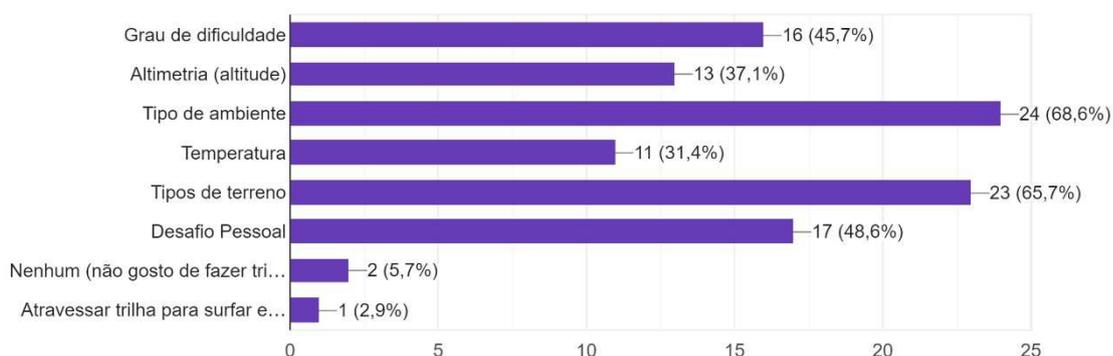
Na questão 12, procurei compreender as características que despertam o interesse do participante em fazer uma trilha. Percebi que mais de uma opção foi selecionada, de acordo com o gráfico da figura 18, apresentado a seguir:

Figura 18 - Gráfico com dados de resposta da questão 12 "Quais as características mais

relevantes em uma trilha que desperta o seu interesse em fazê-la?

12. Quais as características mais relevantes em uma trilha que desperta o seu interesse em fazê-la:
(Selecione uma ou mais opções.)

35 respostas



Fonte: Elaborado pela autora em 2021.

[Descrição da figura:] Gráfico em barras com oito barras cujo tamanho é proporcional às suas respectivas porcentagens em relação à quantidade de pessoas que marcaram cada resposta. Segue transcrição:

Quais as características mais relevantes em uma trilha que desperta o seu interesse em fazê-la:

Grau de dificuldade: 16 marcações que corresponde a 45,7%.

Altimetria (altitude): 13 marcações que corresponde a 37,1%.

Tipo de ambiente: 24 marcações que corresponde a 68,6%.

Temperatura: 11 marcações que corresponde a 31,4%.

Tipos de terreno: 23 marcações que corresponde a 65,7%.

Desafio Pessoal: 17 marcações que corresponde a 48,6%.

Nenhum (não gosto de fazer trilhas): 2 marcações que corresponde a 5,7%.

Atravessar trilha para surfar em praia deserta. Não tem preço!: 1 marcação que corresponde a 2,9%.

[Fim da descrição.]

Apenas 2 participantes, Stephano e Kari marcaram a opção “*Nenhum (não gosto de fazer trilhas)*”. A opção de fazer deve ser escolha individual, e é uma atividade como outra qualquer, onde a pessoa faz de acordo com suas preferências. Além disso, não é porque o ambiente tem recursos de acessibilidade, significa que é obrigatório frequentar. A presença de recursos pode, para alguns ser um fator relevante na escolha do local.

Na opção outros, teve o participante Sol que marcou e escreveu: “*Atravessar trilha para surfar em praia deserta. Não tem preço!*”.

Observei que para as 32 respostas, grande parte marcou duas ou mais opções. As 3 alternativas mais selecionadas foram “*Tipo de ambiente*” que obteve 24 respostas, “*Tipos de terreno*” com 23 marcações e “*Desafio pessoal*” esteve presente em 17 respostas.

Ao relacionar com a pergunta 13 do questionário, “Você já frequentou trilhas?”, percebi que as 20 respostas que foram “*Sim*”, ou seja, se refere aos participantes que percorreram trilhas, de acordo com a Figura 19 marcaram as 3 opções citadas anteriormente e “*Grau de Dificuldade*”. Destaco que os participantes puderam marcar mais de uma opção, por isso a quantidade de respostas foi maior que o número de participantes. Os dados foram: 14 selecionaram “*Tipo de ambiente*”, 13 marcaram “*Tipo de terreno*”, 10 selecionaram a opção “*Desafio pessoal*”, também 10 respostas foram para “*Grau de Dificuldade*”, 8 marcaram “*Altimetria*”.

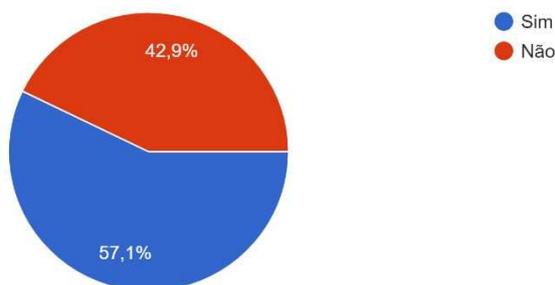
Esses dados apresentam que as características físicas como tipo de terreno, ambiente, grau de dificuldade da trilha que foi marcada pela metade dos participantes são fatores mais importantes do que o desafio pessoal que também foi marcado por metade das pessoas que fizeram trilhas. Número também significativo, visto que existe vontade de superar desafios pela metade das pessoas que frequentaram estes espaços.

Além disso, a marcação de 10 participantes que pontuaram que o grau de dificuldade é um dos fatores que desperta o interesse para fazê-la, mostra que metade dos que frequentaram observam o nível da trilha. Como não tem como saber nas respostas, se preferem trilhas com grau de dificuldade fácil, intermediário ou difícil, os participantes podem preferir qualquer um dos níveis. Na literatura, as trilhas que apareceram, em sua maioria foram trilhas com nível de dificuldade fácil para adaptação. Apesar de que as trilhas encontradas nos mapeamentos tanto na literatura quanto com os órgãos, o objetivo principal é a educação e interpretação ambiental. Na visita, pode estar apenas o lazer e o desafio de cada pessoa. Isso pode indicar que estas preferências, ao pensar a acessibilidade para pessoas com deficiência visual, não considera este fator. No entanto, pesquisas sobre as trilhas que tratem destes aspectos e preferências de usuários com deficiência são necessárias para avaliar com mais cuidado.

Abaixo, está o gráfico da questão 13, figura 19:

Figura 19 - Gráfico com dados de resposta da questão 13 “Você já frequentou trilhas?”

13. Você já frequentou trilhas? (selecione uma opção.)
35 respostas



Fonte: Elaborado pela autora em 2021.

[Descrição da figura:] Gráfico circular dividido em duas seções, cujos tamanhos são proporcionais às suas respectivas porcentagens. Segue transcrição:

Você já frequentou trilhas?

Sim: 57,1% (em azul).

Não: 42,9% (em vermelho).

[Fim da descrição.]

Das 20 pessoas que fizeram trilhas, 17 marcaram “*Mata*”, opção presente na questão 13.1, em que pergunto onde a pessoa fez trilhas, conforme a Figura 20. Este dado corresponde a cerca de 85% das respostas.

No entanto, observei que nas respostas, teve participante que selecionou mais de uma opção, como Marte, Tebe, Ofélia, Margaret, Tritão e Helene que marcaram “*Mata, Restinga (vegetação litorânea de praias, dunas)*”.

Jano e Io, além das opções mencionadas anteriormente, Marcaram “Manguezal”.

Já Pã, Cilene, Sao, Dione, Plutão, Sol, Ariel, Miranda Marcaram apenas “*Mata*” e Mercúrio que também selecionou “*Montanha*”.

O participante Saturno chamou atenção pelo fato de selecionar outros e escrever “*Praia*” e não marcar a opção correspondente “*Vegetação Litorânea*”. E Haumea que também marcou “*Outros*” e mencionou a Pista Cláudio Coutinho que é uma trilha de caminhada asfaltada de 1,4 km dentro do Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca no Rio de Janeiro.

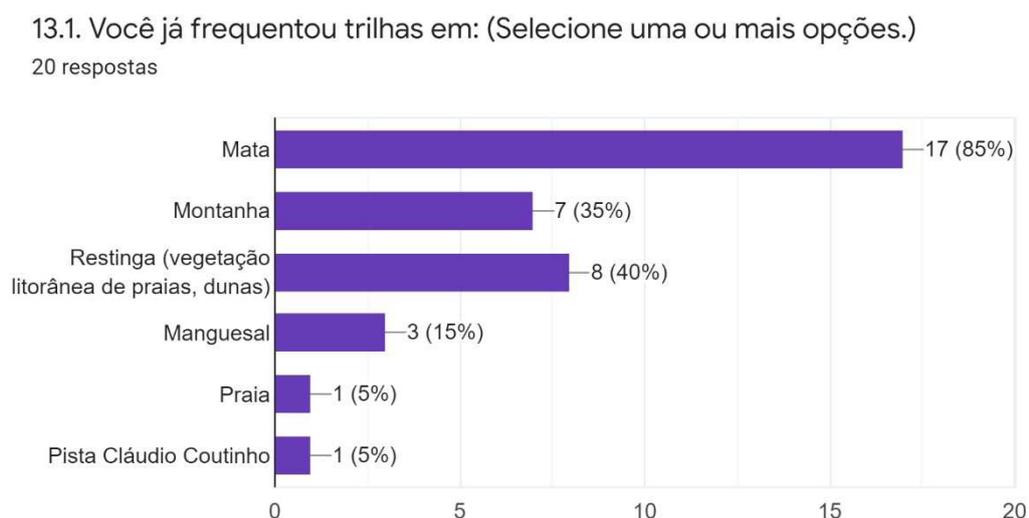
Como os participantes estão em diversos Estados, existem diferentes ecossistemas e biomas no território brasileiro e como já apontado em questões anteriores, onde muitos frequentaram mais de um local, alguns em Estados diferentes, estes espaços foram em diferentes ambientes. Então, este resultado com participantes que marcaram mais de uma opção, ou seja, diferentes ambientes, foi esperado para esta questão.

Outro aspecto que analisei, e mais uma vez percebi a falta de saber a localização e nome das trilhas, pois houve participantes que não mencionaram em questões anteriores espaços que podem conter os ambientes citados. Isso pode ter ocorrido, pois estes ambientes não estão localizados em uma UC, já que as questões que solicitou nome do local foram direcionadas para as Unidades de Conservação.

Para ilustrar como exemplo, a participante Ofélia, que na questão 7.2 cita a Represa de Guarapiranga, na questão 11.1 mencionou a Tribo Indígena Parelheiros, mas na questão 13.1, também marcou restinga que não está presente em nenhum destes espaços mencionados anteriormente. Isso pode indicar que a trilha não está em uma UC, por esta razão, não estava presente nas questões anteriores.

A seguir, gráfico da questão 13.1, figura 20:

Figura 20 - Gráfico com dados de resposta da questão 13.1 “Você já frequentou trilhas em: (selecione uma ou mais opções)”.



Fonte: Elaborado pela autora em 2021.

[Descrição da figura:] Gráfico em barras com seis barras cujo tamanho é proporcional às suas respectivas porcentagens em relação à quantidade de pessoas que marcaram cada resposta. Segue transcrição:

Você já frequentou trilhas em:

Mata: 17 marcações que corresponde a 85%.

Montanha: 7 marcações que corresponde a 35%.

Restinga (vegetação litorânea de praias, dunas): 8 marcações que corresponde a 40%.

Manguezal: 3 marcações que corresponde a 15%.

Praia: 1 marcação que corresponde a 5%.

Pista Cláudio Coutinho: 1 que corresponde a 5%.

[Fim da descrição.]

Assim como percebi que outros espaços livres foram mencionados na questão 7.2, na questão 13.2, ao questionar se a trilha está localizada em uma Unidade de Conservação, conforme a figura 21, 55% que correspondem a 11 participantes responderam que “*Sim*”, enquanto 45% o equivalente a 9 das 20 respostas Marcaram “*Não*”, confirmando a tendência de frequentar outros espaços além das áreas protegidas, ou seja, as trilhas podem estar localizadas fora da UC.

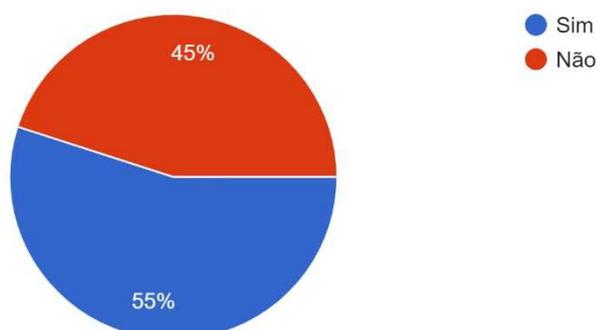
Também há outra interpretação, como não foi solicitado nome do local, não consegui analisar onde se localizam os espaços frequentados, principalmente para compreender se os participantes identificam se está ou não localizada em uma UC. Outra possibilidade, é se a resposta negativa significa que o participante desconhece se a trilha está ou não em uma Unidade de Conservação. Ao analisar, percebi a ausência da opção “*Não Sei*”, pois gerou dúvidas com margens para diferentes interpretações.

A seguir, a figura 21 apresenta o gráfico da questão 13.2:

Figura 21 - Gráfico com dados de resposta da questão 13.2 “Você sabe se está localizada em uma Unidade de Conservação ou Parque Natural?”.

13.2. Você sabe se está localizada em uma Unidade de conservação ou parque Natural? (selecione uma Opção.)

20 respostas



Fonte: Elaborado pela autora em 2021.

[Descrição da figura:] Gráfico circular dividido em duas seções, cujos tamanhos são proporcionais às suas respectivas porcentagens. Segue transcrição:

Você sabe se está localizada em uma Unidade de conservação ou parque Natural?

Sim: 55% (em azul).

Não: 45% (em vermelho).

[Fim da descrição.]

Como encontrei alguns trabalhos nas buscas nas bases sobre as trilhas, como Arzolla, Nunes, Paula e Gregorato (2008), Anjos (2008), Braga, Siqueira e Winagraski (2015) e geralmente por ser um dos atrativos das UC, busquei na questão 13.3 compreender as dificuldades e/ou barreiras que os participantes encontraram ao percorrer uma trilha. Alguns participantes mencionaram mais de um tipo de barreira, por esta razão, pode ser mencionado mais de uma vez.

Ariel, Margaret, Tritão, Urano em suas respostas, mencionaram barreiras atitudinais, mas não mencionaram em detalhes.

Ariel e Cilene mencionam barreiras informacionais, mas não citam quais foram. Já o participante Io, que se declarou como pessoa baixa visão e frequentou o Parque Estadual do Turvo, mencionou que as placas não estavam com fonte adequada, também trouxe o mesmo questionamento para itens 7.8, 7.9 e sugeriu as placas na questão 9.

As placas são recursos informacionais em que sua confecção de forma incorreta produz barreiras no acesso a informações e para pessoas com baixa visão como Io, é um recurso fundamental para conseguirem fazer a leitura. Se forem projetadas de acordo com os princípios do desenho universal, facilita a visualização de todos que utilizam esta forma de leitura, pois contraste de cores entre letras e fundo, tamanho da fonte são facilitadores para visualização da placa. Tanto que, no manual de trilhas lançado pelo ICMBio (BRASIL, 2019), apesar de o foco não ser a acessibilidade, apontam que ao sinalizar uma trilha ou mais de uma trilha que utilizam o mesmo leito com sistemas de cores é necessário atentar a cores que possuem bom contraste e boa visibilidade a distância, principalmente ao considerar as superfícies disponíveis para isso. No manual aponta que como as cores são limitadas, os autores consideram este fato como uma desvantagem, visto que ao exemplificar identificação de várias trilhas que cruzam o mesmo percurso, citam amarelo, vermelho, azul, laranja. Em vários momentos, mencionam o amarelo e preto como contraste de cores.

Com relação as cores Nascimento (2022) apresenta que muitas pessoas com baixa visão preferem o contraste de amarelo com preto. Menciona que o material deve ter

cores fortes e contrastantes como rosa choque, azul ciano, preto, vermelho carmim, amarelo-canário, entre outras. Quanto a fonte citada por Io, além do tamanho que não deve ser fonte pequena para não dificultar a visualização, a autora aponta que para facilitar a leitura dos caracteres alfanuméricos a recomendação é utilizar fontes, como Arial, Verdana, dentre outras. Ressalta que é importante atentar para que a fonte escolhida não tenha serifas que dificulta a leitura e entendimento do texto pelas pessoas com baixa visão, pessoas com dislexia e outras lesões (NASCIMENTO, 2022).

Alguns participantes mencionaram barreiras físicas, como “buracos” por Miranda, “pedras” por Helene, “Terreno acidentado” por Pã, “obstáculos aéreos [...]” como galhos no relato de Sao.

Em contrapartida, em outras respostas, como Marte que visitou o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, o Parque Estadual do Rio Vermelho e o Parque Ecológico do Córrego Grande todos na Grande Florianópolis, considera “Apenas dificuldades naturais de uma trilha”, questão essa apontada em outros momentos do questionário por ele e outros participantes, que consideram os elementos das trilhas desafios que fazem parte do ambiente. Jano também relatou que não teve problemas por estar com uma tropa de escoteiros.

Esses relatos evidenciam as múltiplas experiências de cada participante e o que esperam de uma trilha. Quando se pensa apenas em tornar um ambiente acessível ao maior número de pessoas, inclui-se as diferentes deficiências, a acessibilidade arquitetônica é fundamental. Um exemplo é o participante Proteu que também utiliza cadeira de rodas, ou seja, além da deficiência visual possui deficiência física e precisa de acessibilidade arquitetônica, como terreno regular, largura para que uma cadeira de rodas tenha espaço para transitar, ou a utilização da cadeira de rodas chamadas de Julietti. Esta cadeira é específica para transitar com auxílio de outras pessoas em locais irregulares, como as trilhas, foi desenvolvida em nosso país pelo Guilherme para que sua esposa conseguisse fazer trilhas e hoje está presente em vários locais e UC pelo país, segundo informações do site Montanha para Todos (Apêndice E).

Como em outros momentos do questionário, as barreiras mais mencionadas são informacionais e atitudinais, esta última que vai influenciar no acesso à informação, nas experiências, no auxílio para deslocamento na trilha.

Ao elaborar o questionário, além das questões que acreditei pertinentes para elaborar proposições para as UC, compreender os facilitadores, as barreiras das pessoas com deficiência visual, também considerei as minhas experiências ao frequentar estes

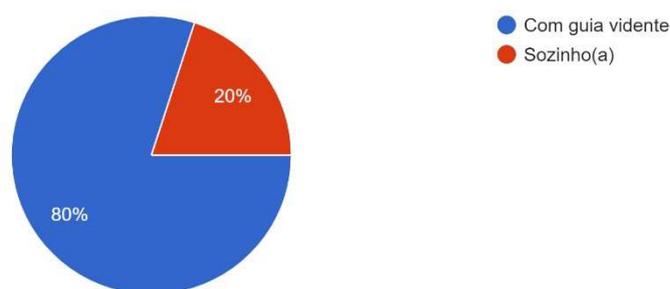
espaços, seja para lazer ou atividades de campo que também trouxeram questionamentos, principalmente se outras pessoas também tiveram estas percepções e experiências. Compreender como as pessoas percorreram, ou seja, o deslocamento na trilha foi um destes questionamentos. Foram sozinhas? Foram acompanhadas por guia? Em diversas respostas de outras questões o guia já é mencionado por muitos participantes como importante para descrição do ambiente e auxílio para deslocamento.

Gostaria de destacar que na confecção do questionário utilizei a opção guia vidente como opção em algumas questões, para referir as pessoas que auxiliam no deslocamento de pessoas com deficiência visual. Este é um termo muito utilizado pelas pessoas com deficiência visual. No entanto, como conhecimento não é estático e ao longo da escrita da dissertação, fui adquirindo novos conceitos e ressignificando outros, optei por utilizar apenas guia.

No questionário, das 20 pessoas que fizeram trilhas 16 marcaram a opção “*guia vidente*”, ou seja, que foram acompanhadas no deslocamento na 13.4, equivalente a 80% das respostas, de acordo com o gráfico abaixo, na figura 22:

Figura 22 - Gráfico com dados de resposta da questão 13.4 “Como você percorreu a trilhas?”

13.4. Como você percorreu a trilha? (Selecione uma opção.)
20 respostas



Fonte: Elaborado pela autora em 2021.

[Descrição da figura:] Gráfico circular dividido em duas seções, cujos tamanhos são proporcionais às suas respectivas porcentagens. Segue transcrição:

Como você percorreu a trilha?

Com guia vidente: 80% (em azul).

Sozinho(a): 20% (em vermelho).

[Fim da descrição]

Para entender as razões do motivo pelo qual foram com guia ou sozinho(a) perguntei o “*por quê*” na 13.4.1.

Teve respostas que apontaram quem foram os acompanhantes como família, ou amigos, ou escola, ou em grupo, ou grupo escoteiro encontradas nos relatos de Miranda, Ariel, Ofélia, Haumea, Helene, Jano, Tebe. Isso confirma a resposta da questão 7.4.

Outras respostas sinalizam que não deve fazer trilhas sozinho, porque geralmente estas atividades são realizadas em mais pessoas, principalmente pelas questões de autonomia, conhecimento do local, segurança. Este fato foi encontrado na resposta de Marte que também aborda a descrição: *“Primeiramente porque ninguém deve fazer trilhas sozinho “[...] porque preciso de alguém para ir te escrevendo local”*.

Ariel complementa que não estava sozinha e menciona como estão as informações e a segurança no deslocamento ao escrever; *“Porque estava em um grupo de pessoas e porque não me sinto segura para percorrer sozinha já que as sinalizações são visuais”*.

De alguma forma a segurança e autonomia através da interdependência são mencionadas por Margaret ao relatar: *“Porque não teria condição de percorrer uma trilha sem a colaboração de alguém”*.

A autonomia também foi percebida na resposta de Urano ao apontar: *“pela impossibilidade de realizar a trilha com autonomia”*.

Plutão também relata sua experiência e a interdependência com o guia para deslocamento ao relatar que: *“as trilhas eram bastante naturais, apenas um minúsculo caminho entre a mata, sem possibilidade de orientação sem o sentido visual”*.

Helene relata como prefere se deslocar ao escrever: *“[...] Eu não consigo andar em uma trilha sem andar de mão com outra pessoa”*.

Já Pã aponta o ambiente como fator ao escrever: *“Porque o ambiente era desconhecido”*.

E para Mercúrio: *“Era fundamental o guia”*.

As respostas apontam para os 3 princípios que devem nortear a acessibilidade, que são Autonomia, conforto e segurança. Autonomia para escolher a melhor forma de realizar a atividade, ou seja, como percorrer a trilha. Conforto e segurança que deve ser garantido a todos, independente de experienciar ou não a deficiência. Afinal, quem deve fazer trilha sozinho? Independente de possuir ou não deficiência, trilhas classificadas como média e alta dificuldade apresentam riscos para todos os trilheiros e um guia que conheça local e como auxiliar se torna um recurso importante nestes espaços, propicia

benefícios a todos os frequentadores. No entanto, para alguns grupos de pessoas, como nós, pessoas com deficiência visual, como percebido nas respostas, o guia é importante para percorrer a trilha. Por isso, o guia pode e deve ser pensado como uma prática de cuidado nestes espaços.

Já as 4 respostas das pessoas que marcaram que foram sozinhas que foram Sol, Cilene, Saturno e Io, nas justificativas da questão 13.4.1 percebi distintos apontamentos que seguem.

Sol escreveu que enxergava na época, ou seja, fez a trilha antes dos 21 anos, quando perdeu a visão. Após perder a visão, pelas respostas não frequentou trilhas e Unidades de conservação, questão 7. Na questão 7.1, escreveu que não fez por “*Falta de guia / Inacessibilidade*”.

Cilene já trouxe a participação em uma pesquisa como razão por marcar sozinha. Como Ela escreveu que “*Era uma pesquisa, cujo objetivo era verificar a acessibilidade da trilha.*” Sem especificar que tipo de acessibilidade, arquitetônica, autonomia das pessoas, ou deslocamento, também não fica claro se incluía ou não o guia.

Saturno relatou que “*Não tinha ninguém especializado pra acompanhar.*” Esta resposta possibilita algumas interpretações, pois não ficou claro se o participante estava sozinho ou acompanhado por amigos, ou família, ou escola, quando menciona ausência de guia local especializado, já que nesta situação ele pode ter recebido auxílio de outras pessoas e marcou sozinho por interpretar a pergunta no sentido de condutor da trilha.

E o participante Io, apenas trouxe que fazer a trilha sozinho é “*mais legal.*” Nesta resposta, talvez haja um sentido de desafio pessoal, ou consegue se deslocar sem guia com outras técnicas.

Com relação a guia ou monitor em trilhas, Rodrigues e Ferreira (2013), apontam que a presença destes profissionais é de fundamental importância, visto que podem dar atenção a todos os participantes de forma igualitária, mas para isso é necessário treinamento com informações da trilha, e especificidades dos participantes como o conhecimento da Língua Brasileira de sinais (LIBRAS).

Para os 16 participantes que responderam que foram com guia, teve a questão 13.5 em que pergunto: “*Foi acompanhado com guia credenciado por alguma instituição local capacitado para conduzir em trilhas? (Selecione uma opção.)*”.

Infelizmente, apenas 3 pessoas Ariel, Haumea e Mercúrio marcaram a opção “*Sim*” e as outras 13 pessoas responderam “*Não*”, ou seja, que não estavam preparados.

Porém, ao analisar as respostas da questão seguinte a 13.6, a participante Ariel respondeu que o guia não estava capacitado para fazer o atendimento de pessoas com deficiência visual. E a justificativa ao questionar na 13.6.1 foi com relação a atitude do guia para com ela ao escrever: “*Porque se surpreendeu com minha presença e se mostrou perdido sobre como guiar, descrever e viabilizar minha participação de forma igualitária*”.

Este relato aponta, como mencionado em diversos momentos no questionário e por vários participantes a importância do atendimento, das atitudes e da necessidade da capacitação da equipe para evitar capacitismo nestes espaços, conhecer formas de atendimento para a diversidade de públicos, dentre os quais, pessoas com deficiência e pensar em estratégias anticapacitistas. Outro ponto é que a falta de contato por não ter atendido outras pessoas com deficiência, aliado ao desconhecimento pode gerar insegurança como mencionado no relato de Ariel.

Apesar da amostragem desta pesquisa trazer que mais de 70% dos participantes frequentaram alguma área livre pelo país, isso pode não refletir a realidade, visto que poucas são as pesquisas, não há orientações oficiais, ou seja, para barreiras programáticas e poucos locais relatados pelos órgãos que responderam os e-mails. Talvez, pessoas que frequentaram áreas livres mostraram interesse em participar desta pesquisa.

Já as outras duas respostas que também sinalizaram que receberam atendimento do guia local na questão 13.5 e sinalizaram que estavam capacitados para fazer o atendimento ao marcar a opção “*sim*” na 13.6, na justificativa da 13.6.1, Haumea escreveu que: “*era apenas um passeio*”. Já Mercúrio apresentou: “*que as pessoas com deficiência precisavam de guia*”. Essas justificativas indicam que talvez a questão não tenha sido formulada de forma clara, visto que as justificativas, exceto a de Ariel, não apontam o porquê o atendimento foi ou não adequado.

Ainda na questão 13.6, as outras 13 respostas que foram acompanhadas com guia e este não era credenciado a uma instituição local para guiar em trilhas, apenas 4 participantes, que foram Marte, Margaret, Dione e Tritão marcaram que o guia estava capacitado para fazer o atendimento.

Marte relatou que: *“Na verdade a resposta correta seria depende da trilha, algumas vezes a pessoa era capacitada, outras vezes não”*. Como apontou diferentes espaços, sua resposta mostra que depende da experiência e do guia.

As respostas de Margaret, e Tritão destacaram que o guia fazia parte das relações no cotidiano, ou seja, pessoas que conheciam e estavam no passeio.

Já Dione escreveu: *“Porque ele me guiou e fez a descrição do local”*. Apresentou os motivos pelo qual considerou que o guia estava capacitado, mas não especificou quem foi o guia.

Já as outras 9 respostas, em que o guia não estava capacitado para o atendimento, diversas justificativas foram encontradas, Pã que menciona da falta de treinamento e fiquei em dúvida de quem foi o guia, Sao que apontou falta de experiência, acredito que para guiar; e Urano que escreveu que a pessoa era voluntária.

Nestes passeios organizados em grupo, como já mencionei, são chamados voluntários para guiar, ou seja, auxiliar no deslocamento. Nem sempre os voluntários já realizaram este tipo de atividade de guiar uma pessoa cega, então, as vezes ele pode não saber como fazer, ou ainda, que conhecem a trilha visitada.

As outras respostas de Plutão, Helene, Ofélia, Tebe, Miranda e Jano apontam para pessoas do cotidiano família, amigas(os), namorada(o), grupo de escoteiro, professor(a).

Este resultado gerou dúvida ao analisar, com algumas possibilidades. Será que os participantes consideram que estas pessoas do cotidiano não sabem guiar de forma satisfatória? Outro ponto, é que estas pessoas também estão conhecendo o espaço para lazer e pode passar muitos detalhes do local, pois pode acontecer de não os perceber. Ou ainda, não consideraram por acreditar que estas pessoas não possuem os conhecimentos sobre o local como um guia credenciado por uma instituição local para guiar em trilhas. Ou também, existe a concepção de que quando é pessoa do convívio, como família ou amigos, possui automaticamente os conhecimentos para auxiliar no deslocamento e descrição.

As vezes este convívio pode facilitar, como mencionado por Margaret que marcou que os guias estavam preparados para guiar, estes eram do cotidiano.

No entanto, não deve ser considerado padrão, como o relato de Miranda que escreveu: *“Na verdade fiz com família ali então eles tem alguma capacidade mas não total para ajudar”*.

E Plutão ilustra que não é porque está com acompanhante que este tem o conhecimento, ao relatar: *“eram amigos e eu os orientei a como me guiarem, pois tais profissionais não haviam nos locais”*.

Estes relatos mostram a subjetividade das experiências e respostas obtidas que varia de pessoa para pessoa, de experiência para experiência, depende do local e situação.

A questão 14, pensei, pois estes espaços possuem elementos naturais, como Rochas, raízes, galhos. Ao realizar a leitura de trabalhos sobre trilhas interpretativas, observei que há uma preocupação em deixar estes ambientes sem estes elementos, que é importante ao pensar em uma acessibilidade que atenda a todos, principalmente pessoas usuárias de cadeira de rodas ou mobilidade reduzida. Mas, e as pessoas com deficiência visual o que pensam sobre? Será que consideram os elementos naturais como obstáculos ou barreiras?

Ao analisar, considero uma continuidade das questões anteriores. Apresenta algumas tendências já percebidas em justificativas anteriores, como a questão 13.3 em que alguns participantes já mencionaram alguns elementos encontrados em trilhas considerando-os como obstáculos.

Para compreender se estes elementos encontrados em trilhas como rochas, raízes, galhos, desníveis no terreno são considerados obstáculos pelos participantes, elaborei a questão 14, Figura 23.

Das 35 respostas, 16 participantes, que foram Io, Calisto, Ariel, Julieta, Marte, Sol, Jano, Atlas, Plutão, Margaret, Cale, Mercúrio, Tritão e Sao Escolheram apenas a opção *“Não considero”* e Belinda também marcou *“rochas”*, com total de 17 marcações. Com relação a Belinda, talvez alguma opção tenha sido selecionada por engano, visto que também marcou a opção *“Não considero”*, ou seja, as outras opções. Este dado mostra, que quase metade das pessoas, as opções apresentadas não são consideradas barreiras.

Duas pessoas marcaram *“Outros”* e justificaram não considerar em suas respostas, como escrito por Cilene que também marcou a opção *“Não Considero”* e no campo *“Outros”* escreveu: *“Gosto de desafios, sei que as alternativas anteriores podem se tornar obstáculos, mas se houver uma pessoa que confie em você, e, que também nos passe as informações com segurança, valerá apenas enfrentar, porque a vida é um aprendizado”*.

Proteu também marcou o campo “Outros”. Em sua resposta aponta essa relação da deficiência física com as barreiras já que também é usuário de cadeira de rodas, sabe que a presença destes obstáculos naturais impedem seu deslocamento. Porém, sua resposta é direcionada para a pessoa cega e traz a importância da capacitação do guia ao escrever: *“Como também sou cadeirante muito desses obstáculos são difíceis para mim, mas para uma pessoa cega é perfeitamente tranquilo andar em qualquer terreno se tiver antes o preparo e a orientação necessária”*.

Todas as respostas ao somar as opções “Não considero” e “outros”, com total de 19, indicam que a maioria dos participantes não consideram estes elementos naturais como obstáculos para realizar uma trilha. Isso amplia as possibilidades de espaços, grau de dificuldade e os recursos necessários se for planejar para a deficiência visual.

Ao cruzar os dados com a questão 13, das 20 pessoas que marcaram que fizeram trilhas, 11 não consideram os elementos naturais como obstáculos, assim como as pessoas que não fizeram trilhas, um terço (1/3) não consideram estes elementos naturais como obstáculos. Isso pode indicar talvez para uma percepção individual do que pode ser considerado obstáculo, independente se o participante percorreu uma trilha.

Das justificativas na questão 14.1, além de diversas respostas mencionar que estes são elementos que fazem parte do ambiente de trilhas, teve o contato com a natureza, o desafio, a opção de escolha a superação ao realizar a trilha.

Com relação aos elementos que fazem parte da trilha, a resposta de lo que escreveu: “faz parte da trilha”. Também percebida na resposta de Atlas: *“Esses obstáculos fazem parte do ambiente. Claro que é preciso cuidado em relação a eles, mas não impedem os passeios”*.

Calisto complementa ao trazer que é escolha fazer trilhas que possuam tais elementos ao apontar: *“Creio que existam trilhas para diferentes perfis, se escolhe fazer uma que possua essas características é escolha”*.

Margaret justifica: *“Porque uma trilha sem estas barreiras não tem qualquer sentido”*.

Jano complementa com sentido que estes elementos são barreiras que fazem parte do ambiente, ao escrever: *“Se a pessoa fará uma trilha, com certeza, encontrará dificuldades”*.

Ariel aponta também a descrição ao escrever: *“Quando bem descritos não são impedimento”*. Ou seja, a presença do guia vidente para falar, avisar sobre os elementos.

A descrição e guia também vista na resposta de Cale que também fala no sentido de superação e elementos que fazem parte do local: *“Todos os elementos compõem a dificuldade da trilha a qual, com devida orientação, uma pessoa cega pode ser capaz de superar”*.

Já marte aponta a superação dos obstáculos naturais: *“O bacana desse fazer uma trilha é justamente superar os obstáculos naturais”*.

Também percebidos como desafios por Sao *“pois a aventura está no aspecto natural das trilhas e estalagens”*.

Julieta que além de considerar um desafio, aponta que não são impedimentos para realização da trilha ao escrever: *“Pois gosto de desafios e vejo nisso uma oportunidade de me superar, e pra muitas outras pessoas isso também possa ser visto como um desafio, mas nada desses aspectos impedem que a pessoa realize a trilha”*.

Cilene escreveu também como desafio ao apontar sua preferência: *“[...] gosto de desafios”*.

Tritão também percebe como desafio e aponta que já está acostumado com as dificuldades *“me acostumei com trilhas difíceis”*.

E Plutão escreve sobre o contato com a natureza: *“Estes espaços e desafios são interessantes justamente porque nos colocam em contato direto com a natureza e suas características e diversidades; se for para caminhar por uma trilha apenas com contato auditivo então podemos caminhar no quintal ou nas praças urbanas”*.

A maioria das respostas não consideram raízes, rochas, galhos, terreno irregular como obstáculos. Para eles, estes fazem parte do ambiente de trilhas, considerando-os naturais, desafios a serem vencidos, superados e que é escolha individual fazer este tipo de atividade.

No entanto, outros participantes marcaram outras opções, como mostra o gráfico abaixo (Figura 23). Para os que marcaram alguma opção como impedimento, a maioria dos participantes considerou mais de um elemento. As 3 opções mais mencionadas, foram *“Rochas”* com 16 marcações, *“Raízes”* com 14 e *“Galhos”* com 12 menções.

Ao analisar as justificativas na 14.1, fica evidente que os motivos mais mencionados foi insegurança, medo dos obstáculos ou do desconhecido pelo fato de não saber o que fazer, ou o que encontrará nestes ambientes, até mesmo se machucar, e Em

algumas respostas, há uma preocupação com o guia para auxiliar nestas situações. Como exemplo, a resposta de Europa que não fez trilha e nem frequentou nenhuma UC ao escrever: *“Não sei como poderia desviar das pedras e das raízes nesses espaços não sei nem que tipo de bengala se usa pra isso. Além disso, tenho medo de bater em uma pedra e por consequência em um buraco que possa estar atrás dela não sei”*.

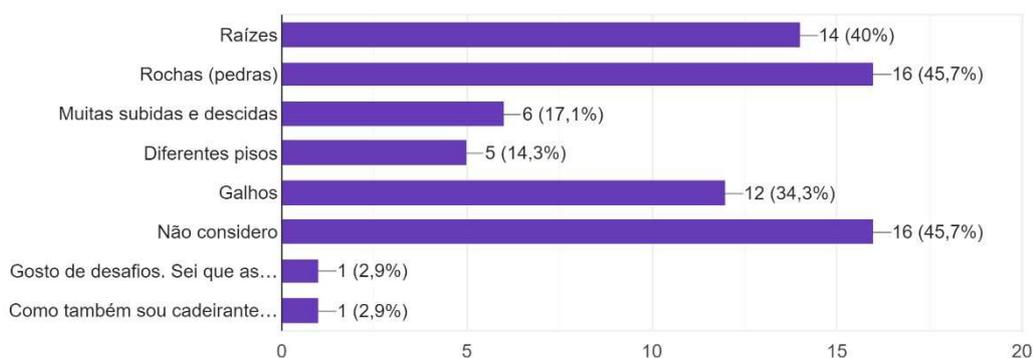
Estes relatos tanto aos que fizeram trilhas que apontam que faz parte do ambiente ou aqueles que marcaram algum elemento, e também os que não frequentaram, a segurança é um fator que está implícito em ambas as respostas. Para aqueles que não fizeram e consideram obstáculos, o desconhecimento pode ser percebido nos relatos da 14.1.

Abaixo, gráfico da questão 14, figura 23:

Figura 23 - Gráfico com dados de resposta da questão 14 “Considera algum desses obstáculos impedimento para fazer uma trilha?”

14. Considera algum desses obstáculos impedimento para fazer uma trilha? (Selecione uma ou mais opções.)

35 respostas



Fonte: Elaborado pela autora em 2021.

[Descrição da figura:] Gráfico em barras com oito barras cujo tamanho é proporcional às suas respectivas porcentagens em relação à quantidade de pessoas que marcaram cada resposta. Segue transcrição:

Considera algum desses obstáculos impedimento para fazer uma trilha?

Raízes: 14 marcações que corresponde a 40%.

Rochas (pedras): 16 marcações que corresponde a 45,7%.

Muitas subidas e descidas: 6 marcações que corresponde a 17,1%.

Diferentes pisos: 5 marcações que corresponde a 14,3%.

Galhos: 12 marcações que corresponde a 34,3%.

Não considero: 16 marcações que corresponde a 45,7%.

Gosto de desafios, sei que as...: 1 marcação que corresponde a 2,9%.

Como também sou cadeirante...: 1 marcação que corresponde a 2,9%.

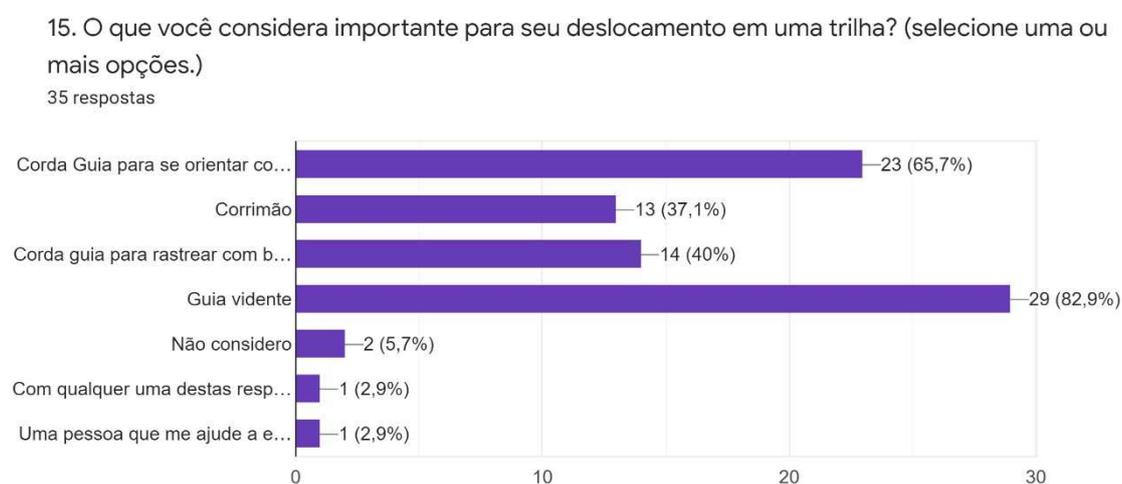
[Fim da descrição.]

Depois de compreender a percepção com relação aos elementos das trilhas, se consideram barreiras, elaborei a questão 15 (Figura 24) com algumas opções de estruturas para deslocamento encontrados nas pesquisas bibliográficas. Algumas das pesquisas foram: Ramos (2009) com guia para rastrear com bengala, Arzolla, Nunes, Paula e Gregorato (2008) que mencionam corrimão no Parque Estadual do Jaraguá, Nascimento e Costa (2017) apontam corda de borracha na Trilha Caminho Dom Pedro Augusto localizada no Parque Nacional da Tijuca, além da presença do guia.

A Questão teve o seguinte enunciado: “O que você considera importante para seu deslocamento em uma trilha?”. Conforme gráfico da figura 24, o “Guia vidente” foi mencionado em 29 respostas, seguida da “Corda Guia para se orientar com a mão” com 23 marcações. O número de marcações é maior do que o de participantes, pois nesta questão, tiveram a possibilidade de escolher mais de uma opção.

Abaixo, o gráfico da questão 15, figura 24:

Figura 24 - Gráfico com dados de resposta da questão 15 “O que você considera importante para seu deslocamento em uma trilha?”.



Fonte: Elaborado pela autora em 2021.

[Descrição da figura:] Gráfico em barras com sete barras cujo tamanho é proporcional às suas respectivas porcentagens em relação à quantidade de pessoas que marcaram cada resposta. Segue transcrição:

O que você considera importante para seu deslocamento em uma trilha?

Corda Guia para se orientar com a mão: 23 marcações que corresponde a 65,7%.

Corrimão: 13 marcações que corresponde a 37,1%.

Corda guia para rastrear com bengala: 14 marcações que corresponde a 40%.

Guia vidente: 29 marcações que corresponde a 82,9%.

Não considero: 2 marcações que corresponde a 5,7%.

Com qualquer uma destas respostas: 1 marcação que corresponde a 2,9%.

Uma pessoa que me ajude a empurrar a cadeira: 1 marcação que corresponde a 2,9%.

[Fim da descrição.]

Nesta questão, a maioria das respostas contemplou mais de uma opção. No entanto, Miranda, Marte, Dione, Mercúrio, Tritão, Cari marcaram apenas a opção “*Guia vidente*”.

Nas justificativas, questão 15.1, foram encontrados aspectos relacionados com a segurança da pessoa com deficiência, um recurso fundamental e utilizado, a descrição do ambiente. Algumas respostas foram:

A resposta de Marte em que aponta a segurança e descrição ao escrever: “*Além da segurança o guia vidente poderá descrever todo o ambiente*”.

Mercúrio aponta corroborando com outras respostas em outras questões, que: “*o guia é fundamental*”.

Já Tritão ressalta que: “*pois é o que estou habituado*”. Isso indica que faz trilhas com alguém para auxiliar no deslocamento.

As outras respostas incluíram no mínimo 2 opções, com o “*Guia vidente*” presente na grande maioria. Nas justificativas, o guia está associado com outros elementos. Nas respostas, Foram percebidos aspectos relacionados com a segurança, orientação, descrição dos elementos, autonomia, integridade física. Algumas respostas seguem:

A segurança com guia para acompanhar, como destacada por Terra que marcou “*Corda guia para rastrear com bengala*” e “*Guia vidente*”. Ela escrever: “*Porque vou me sentir mais segura acompanhada de um vidente comigo.*”.

Plutão, ao marcar “*Corda Guia para se orientar com a mão*” e “*Guia vidente*” também menciona a importância do guia, que além da segurança com relação aos obstáculos, menciona a descrição ao escrever: “*para nos orientarmos e sermos precavidos de algum obstáculo maior ou mais perigoso, além da descrição dos ambientes, árvores, animais, paisagens, frutas etc*”.

A autonomia que corda, corrimão e guia poderiam trazer ao percorrer uma trilha como justificado por Urano ao escolher as 3 opções “*garantia de autonomia.*”

Em várias respostas aparecem a “*Corda Guia para se orientar com a mão*” e o “*Guia vidente*”. Aparecem em conjunto, em associação, no sentido de deslocamento, descrição e orientação pelo guia, bem como a segurança e integridade física do visitante,

como relata Titã: *“É legal ter essa experiência de proximidade com a natureza, mas também é preciso muita atenção em relação à segurança”*.

Segurança também destacada na justificativa de Sao ao se preocupar com a integridade física do trilheiro com deficiência, ao escrever: *“Como já disse, acredito que o guia vidente possa nos auxiliar, principalmente se a trilha tem precipícios ou gargantas próximas e até buracos feitos por cobras e outros animais peçonhentos. Acredito na guia de cordas na mão, pois acaba sendo um apoio para o cego e muda minimamente a trilha em seu natural. a corda é fácil de ser repostada”*.

No mesmo sentido, Calisto também aponta a segurança, autonomia ao preferir o guia e a corda guia como um complemento: *“Acredito que com o guia vidente a experiência pode ser bem melhor, dado que poderá entender um pouco das belezas naturais a sua volta, prevenir riscos com animais, dentre outros detalhes. A corda guia vejo como um complemento não obrigatório que traria mais autonomia, já que o guia somente iria conduzir o caminho dando autonomia para a pessoa se guiar”*.

Já Margaret aponta o guia como recurso indispensável e a corda para orientação e justifica o motivo que não sinalizou as outras opções, ao escrever: *“As demais opções não tornariam o processo tranquilo para mim; não me sentiria segura em usar uma bengala ou locomover-me sozinha em um espaço desta condição. A corda seria para orientação eventual, o guia, para mim, sempre seria necessário”*.

Já a resposta de Atlas, aponta os recursos de corda guia e o guia ao trazer que: *“Em alguns espaços, as cordas podem ser interessantes, mas um guia com conhecimento do local e qualificação para o atendimento as pessoas com deficiência é interessante”*.

Estas respostas evidenciam o guia para atendimento, descrição do ambiente, como mencionado ao longo desta análise, mas também com a segurança, visto que uma corda, além de auxiliar como um recurso de apoio, é preciso atenção, pois também faz parte do ambiente e a biota pode utilizar como parte de seu habitat. Por exemplo, Se eu estou fazendo uma trilha, há alguém me acompanhando, tem uma corda ou outro tipo de material para auxiliar no deslocamento e a pessoa que está me guiando diz que não há nenhum animal na corda, eu posso optar no deslocamento entre a corda ou o guia, alternar dependendo do trecho e/ou ainda utilizar as duas opções. Além disso, as trilhas, deveriam ter estruturas de apoio que podem auxiliar a todos na caminhada, principalmente em ambientes íngremes, e/ou que necessitem de apoio independente se é pessoa com ou sem deficiência.

As justificativas dos participantes que marcaram todas as opções, Io, Ofélia, Pã, Helene, Cale e Cilene são:

Io demonstrou preocupação com acesso para todos. Ele considera que os recursos podem trazer: *“acessibilidade em geral não só para mim”*.

Ofélia, Pã e Helene mencionam a segurança.

Cale aponta autonomia e opção de escolha ao escrever: *“Os corrimões e cordas guias oferecem autonomia à pessoa cega; a disponibilidade de guia vidente é outra opção a quem prefira. Tudo é válido”*.

Cilene ao justificar: *“Porque dependerá da trilha”*, aponta uma questão importante, o recurso depende do planejamento e da trilha, já que em determinadas trilhas, por exemplo, em um trecho íngreme ou de escalada, a corda é um recurso de apoio que é útil para qualquer usuário pois auxilia na transposição do trecho e possibilita a segurança. No entanto, é necessário estar com a manutenção do equipamento em dia para evitar acidentes.

Apenas 2 participantes *“não consideram nenhuma opção”*, Jano e Sol relatam que: *“Não considero qualquer uma destas respostas, dá pra realizar o deslocamento”*.

E Proteu que além de corrimão e guia escreveu na opção *“outros”*: *“Uma pessoa que me ajude a empurrar a cadeira”*.

As respostas apontam para alguns caminhos interessantes, inclusive a combinação de recursos de apoio como a corda guia com a presença do guia, este último, considerado fundamental pela maioria das respostas, na perspectiva da deficiência visual.

Percebi que outras estruturas não foram mencionadas sem a presença do guia. Assim como mencionado em outras questões, o guia é considerado recurso fundamental para auxílio no deslocamento e descrição da paisagem. Foi mencionado muitas vezes, no sentido de segurança ao participante.

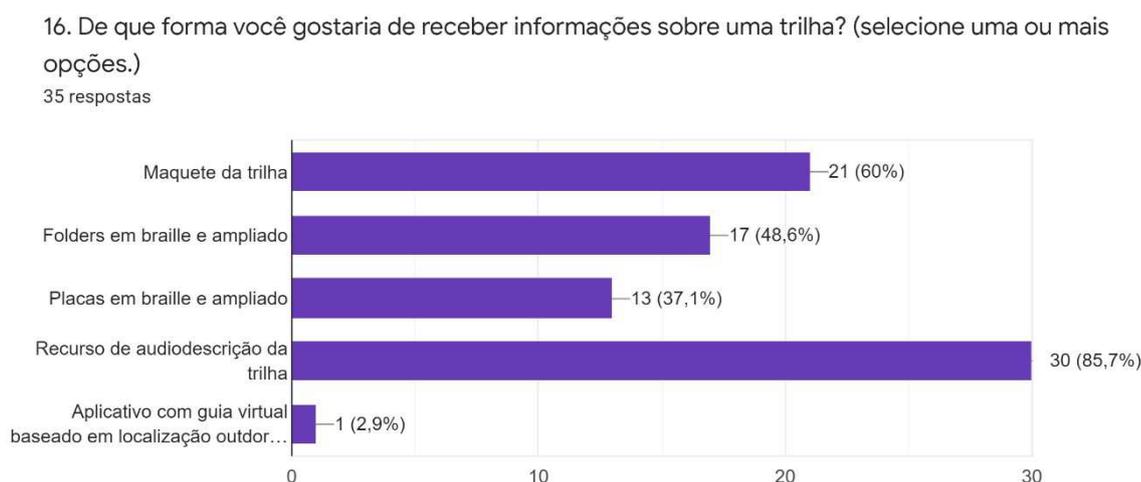
Já com relação a estrutura, acessibilidade arquitetônica e informacional, das trilhas encontradas na literatura, geralmente são de curta duração, local de fácil acesso, estão localizadas próximo as áreas construídas da UC, e possibilitam manutenção periódica. Mas, as outras trilhas? Além disso, as trilhas interpretativas com acessibilidade como a Trilha do Silêncio presente no Parque Estadual do Jaraguá em São Paulo, aparece no site como alto guiada, mas os participantes que responderam este questionário apontam a importância do guia nestes locais.

Além do deslocamento, a informação deve ser considerada ao planejar uma trilha. As informações geralmente estão em placas, maquetes, folders. Além destas opções, adicionei a audiodescrição que é um recurso amplamente utilizado por nós para obter informações visuais e sua aplicação vem sendo utilizada para diferentes serviços e espaços.

Para saber sobre as preferências dos usuários de como gostariam de obter as informações, elaborei a questão 16 com o seguinte enunciado: “*De que forma você gostaria de receber informações sobre uma trilha?*”. Nesta questão, a pessoa pode escolher mais de uma opção.

O gráfico da Figura 25, questão 16, a seguir apresenta as respostas que são:

Figura 25 - Gráfico com dados de resposta da questão 16 “De que forma você gostaria de receber informações sobre uma trilha?”.



Fonte: Elaborado pela autora em 2021.

[Descrição da figura:] Gráfico em barras com cinco barras cujo tamanho é proporcional às suas respectivas porcentagens em relação à quantidade de pessoas que marcaram cada resposta. Segue transcrição:

De que forma você gostaria de receber informações sobre uma trilha?

Maquete da trilha: 21 marcações que corresponde a 60%.

Folders em braille e ampliado: 17 marcações que corresponde a 48,6%.

Placas em braille e ampliado: 13 marcações que corresponde a 37,1%.

Recurso de audiodescrição da trilha: 30 marcações que corresponde a 85,7%.

Aplicativo com guia virtual baseado em localização outdoor e indoor: 1 marcação que corresponde a 2,9%.

[Fim da descrição.]

A maioria dos participantes marcou mais de uma opção. Isso indica que é importante utilizar mais de um recurso de comunicação para complementar as informações. Além disso, quanto maior a possibilidade de acesso, contemplará ao maior número de pessoas, visto que atenderá as especificidades, como aponta Marchesini e

Cruz (2013). Ao elaborar as propostas para comunicação, sugerem utilizar diferentes meios de comunicação como informações sonoras, táteis, símbolos e outras formas.

A opção mais selecionada foi “recurso de audiodescrição da trilha” com 30 marcações, como já percebido em respostas encontradas nas questões anteriores, as quais, apontam a audiodescrição através do guia, atendimento, descrição da paisagem e elementos do ambiente. Respostas que apareceram desde as questões sobre conhecimento, experiências, barreiras, principalmente na questão sobre o atendimento, nas sugestões para acessibilidade e capacitação dos guias e funcionários nas UC. Importante destacar, que a audiodescrição beneficia todos os públicos e o guia que deve utilizar o recurso independente da presença de uma pessoa com deficiência visual.

Outro recurso que esteve presente em 21 respostas é a maquete da trilha. A maquete permite que a pessoa se localize no espaço, tenha noção da espacialização dos elementos, traçado da trilha. Conforme Nascimento (2003), as maquetes são excelentes recursos didáticos para apresentar o uso e cobertura da terra de qualquer lugar, que é representado tridimensionalmente, de forma mais próxima da realidade, e utilizado para facilitar o entendimento das pessoas sobre qualquer espaço geográfico representado. Este recurso pode estar presente no início da trilha ou na sede da UC, para auxiliar o visitante a compreender a área e se localizar espacialmente. Mas, é necessário atentar para que a maquete tenha adaptação de acessibilidade com textura e cores contrastantes nos elementos, Braille e caracteres com tamanho e cores adequados para atender as necessidades das pessoas e se localize ao alcance da mão para ser tocada. Da mesma forma, devem ser confeccionados os mapas, ao optar por este recurso.

Com 17 marcações, os folders foram mais mencionados que as placas, as quais são amplamente utilizadas para informação e orientação nas trilhas. Talvez tenham sido mencionados, pois são informações que os visitantes podem levar durante o percurso e continuar com o material após a visita.

Quando visitamos museus ou uma trilha em que há algum projeto envolvido como o que relatei ao visitar a Lagoa do Peri em Florianópolis em 2019, em que foram distribuídos folders e não havia adaptação para deixá-los acessíveis. Já recebi vários panfletos e infelizmente não havia em Braille ou com contraste, fontes adequadas para facilitar a visualização por pessoas com baixa visão ou outras limitações visuais.

Nas orientações para sinalização visual, Marchesini e Cruz (2013) não deixam claro se para folders ou placas, mas podem ser utilizadas em ambos os casos. Orientam que as informações precisam dimensionamento e contraste de cor, textura tanto nos

textos como nas figuras para leitura por pessoas com baixa visão. Os autores apontam ainda que para melhor legibilidade, a iluminação, a pureza das cores e o contraste, assim como o tamanho dos caracteres e distância devem ser considerados.

Já as placas foram mencionadas por 13 respostas. Este é um recurso utilizado para interpretação em trilhas, mas para ser acessível tem que se atentar ao tamanho da fonte, contraste da letra com fundo, principalmente, para atender as necessidades de pessoas com baixa visão, como aponta Nascimento (2022) ao falar dos materiais acessíveis. A localização também é importante, visto que se possui grafia braile e relevo das letras em tinta, precisa estar ao alcance das mãos para as placas serem tocadas.

As placas, geralmente são confeccionadas com informações e sinalizações ao longo da trilha e são classificadas em 5 categorias, de acordo com Manual de sinalização de Trilhas (BRASIL, 2019). A classificação segundo o referido manual é:

- Sinalização de entrada de trilhas. Localizadas nos acessos, Essas placas apresentam características da trilha, as sinalizações, informações de segurança.
- Sinalização de percurso. Indica o caminho a ser percorrido e está presente ao longo do trajeto. Este tipo de sinalização pode ser direcional, confirmatória, tranquilizadora, indutiva, negativa, zebrada, de saída e de acesso a trilha principal.
- Sinalização de destino. Utilizada para indicar os pontos importantes da trilha, geralmente As informações estão em placas ao longo do caminho.
- Sinalização de distância percorrida. Indica as distâncias de pontos da trilha, devem estar em distâncias regulares e podem ser confeccionadas placas para disponibilizar as informações.
- Sinalização interpretativa. Este tipo de sinalização é amplamente utilizada em trilhas para EA. Pode apresentar informações naturais e/ou culturais da UC. Nas placas podem ser utilizados texto, mapas, figuras, desenhos, croquis. Este tipo de sinalização foi encontrada nas pesquisas, como Cavalcante e Moura (2014), Ramos (2009), Nascimento e Costa (2017). Esta classe precisa de projeto interpretativo específico como destacam Rodrigues e Ferreira (2013), com enfoque na acessibilidade, pois é necessário levantamento do percurso, construção de estruturas, utilização de recursos tanto financeiro quanto humanos.

O participante Calisto além dos recursos de audiodescrição e folders, selecionou outros e escreveu o seguinte “*Aplicativo com guia virtual baseado em localização outdoor e indoor.*” Com relação a utilização de aplicativos é necessário estudos para avaliar a

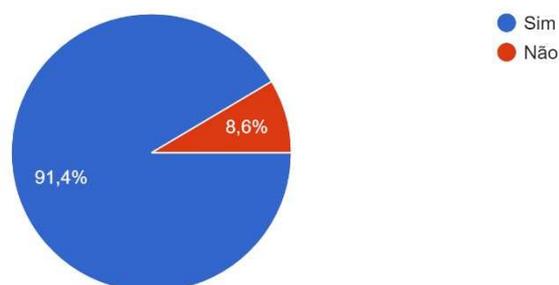
interação dos usuários como exemplo o *QR Code* muito utilizado para informações nos últimos anos, visto que são tecnologias recentes e é necessário avaliar a acessibilidade e utilização por nós, pessoas com deficiência visual. Com relação ao uso da tecnologia, Custodio (2009) apresenta a única pesquisa que encontrei, em que estuda a utilização do GPS (aplicativo e dispositivo eletrônico), para avaliar a caminhada de pessoas com deficiência visual em trilhas.

Na questão 17, pergunto sobre o recurso de audiodescrição. Apesar de a questão anterior já ter o recurso em uma das opções, e em diversas outras questões como a 8, 9 e outros momentos a descrição ou audiodescrição ser mencionada pelos participantes, pensei na questão no sentido de que as UC e trilhas são ambientes dinâmicos e ricos de informações visuais que se complementam com os outros sentidos através de estímulos sensoriais, como menciona Rodrigues e Ferreira (2013) como o tato, olfato, audição. Características da vegetação, animais, o ambiente circundante são elementos que se completam com informações de todos os sentidos. A audiodescrição é um recurso que beneficia a todos, pois como destaca Motta (2016), quem realiza amplia o senso de observação e percebe detalhes, e as pessoas que recebem a informação, principalmente nós, pessoas com deficiência visual, há ampliação do repertório, informações de cores, características visuais.

O gráfico da questão 17 (Figura 26) aponta que de 35 respostas, 32 participantes marcaram “*Sim*”, ou seja, consideram fundamental a descrição da paisagem.

Figura 26 - Gráfico com dados de resposta da questão 17 “Considera fundamental a descrição da paisagem?”.

17. Considera fundamental a descrição da paisagem? (selecione uma opção.)
35 respostas



Fonte: Elaborado pela autora em 2021.

[Descrição da figura:] Gráfico circular dividido em duas seções, cujos tamanhos são proporcionais às suas respectivas porcentagens. Segue transcrição:
Considera fundamental a descrição da paisagem?

Sim: 91,4% (em azul).
Não: 8,6% (em vermelho).
[Fim da descrição.]

Das 3 respostas negativas, dois participantes na justificativa na questão 17.1 apontaram as razões:

Carme escreveu: "*Não é fundamental, mas é um algo interessante de poder ter*".

E Tritão, em sua resposta justificou: "*pois acho legal, mas não indispensável*".

Acredito que estes relatos indicam que para eles a audiodescrição é um recurso que não deve ser desconsiderado, mas que a questão poderia ter sido formulada de outra forma, em vez de ter "*fundamental*", o termo deveria ser outro como "*importante*".

Já Europa, prefere saber do ambiente através dos outros sentidos, ou seja, as informações visuais não são relevantes para ela neste tipo de atividade, ao escrever: "Acho que pra mim seria mais importante entrar em contato com a trilha ou seja tocar nas coisas caminhar sentir o cheiro do que necessariamente a descrição do aspecto visual".

Os participantes que consideram fundamental a descrição da paisagem, justificaram o motivo na questão 17.1 com várias razões:

Elara menciona os benefícios da descrição ao apontar que "*Auxilia perceber detalhes que passam imperceptível*".

Alguns participantes trouxeram que contribui para a experiência, como Titã: "*Pra ter mais profundidade na experiência vivida*".

Calisto também aponta a experiência e as expectativas ao escrever: "*Parte importante da experiência, que leva a maioria das pessoas a procurarem este tipo de atividade*".

A procura, talvez seja pelo ambiente, como descrito por Cale, que menciona a beleza cênica das paisagens que são utilizadas para atrair visitantes e que devem ser acessada pelas pessoas com deficiência visual ao escrever:

"As pessoas videntes têm acesso à paisagem pela visão. Por vezes o atrativo da trilha é, justamente, a paisagem. A pessoa cega precisa ter acesso a isso".

Acesso não só a paisagem foi mencionado, mas os conhecimentos, como Marte que escreveu: "*Acho importante conhecer a fauna e flora locais*".

Já a compreensão e acesso ao ambiente foram mencionados por Pã, Helene, Urano, Mercúrio. Aspecto também percebido no comentário de Dione que pontua os elementos da paisagem que não podem ser tocados: "Para que eu possa saber o que tem no ambiente já que nem sempre poderei tocar em tudo".

Ariel destaca o acesso e as diversas formas de experienciar o ambiente ao dizer que "*Porque e mais uma forma de entrar em contato com a natureza*".

Margaret direciona ao trazer que o elemento visual faz parte da trilha: "*Porque esta é parte do todo da trilha*".

Conhecer o entorno foi apontado por Jano e Ofélia que escreveu: "*Porque fica mais fácil para perceber o ambiente em volta nos encontrar nesse ambiente e saber o que vamos encontrar no caminho*".

Julietta também considera os elementos visuais parte importante da paisagem e o prejuízo ao não ter as informações: "*Porque as paisagens fazem parte do espaço em questão, e passar despercebidas seria uma parte muito importantes sendo deixadas para trás*".

A falta de informações visuais do ambiente é considerado desestimulante por Netuno, que escreve: "*Está num ambiente natural, sem a noção precisa do local é desagradável e ao meu ver, desestimulante*". E Sol brinca: "*Sem saber o que temos ao nosso redor não tem graça!*"

e Atlas ao apontar outros recursos, complementa com a importância da descrição "*Por mais que desenhos, maquetes ou escritas auxiliem, algumas nuances só se passam através da descrição*".

Plutão complementa associando com os outros sentidos: "Para conhecermos e curtirmos as diferentes formas que compõem a natureza, se possível associando o tato, audição, olfato e até mesmo paladar aos conhecimentos visuais já existentes destas diferentes formas".

Todas as informações através dos sentidos e da descrição auxiliam na orientação mencionado por Saturno. Na imaginação, como mencionada por Proteu: "*Porque nos permite imaginar melhor*". E Cilene: "*Para que eu possa criar uma imagem mental*".

Houve participantes que mencionaram a integração com o grupo o qual está fazendo a trilha ou atividade, já que com a audiodescrição todos terão acesso à

informação de diferentes formas, seja através do barulho da cachoeira à direita e a audiodescrição trará informações do tamanho da cachoeira, rochas presentes cores, se tem animais no local e/ou pessoas é o máximo de informação, como aponta Ferdinand: “Acho importante a pessoa aproveitar ao máximo o passeio por esses lugares. Quanto mais informação tiver, seja de paisagem, ou informações de caminhada mesmo, tempo, o tamanho do lugar, melhoraria ainda mais, e daria ânimo também”.

Esse aspecto também foi mencionado por Miranda e Haumea que escreveu sobre a inclusão: “Porque é importante para poder sentir com mais clareza tudo a volta, para se sentir incluso no local”.

Todas as respostas, seja orientação, informações, inclusão com o grupo, a descrição do ambiente é parte importante do todo da experiência, como menciona Margaret. Ou seja, o tato, o olfato, a audição se complementam com as informações da descrição ao possibilitar riqueza de detalhes, a obtenção de informações visuais e completas sobre o ambiente já que é possível imaginar, como Proteu e assim, a experiência ser mais completa possível.

Das trilhas que realizei, a descrição sempre permitiu a associação do que eu estava sentindo, ouvindo, o cheiro do ambiente, além da segurança do trajeto. As informações se complementavam e auxiliavam na experiência como um todo.

Na questão 18, perguntei sobre se conheciam alguma trilha acessível. Na 18.1, solicitei nome e local. E na questão 18.2 o que encontraram para considerar a trilha acessível.

Na questão 18, apenas 3 participantes, pouco menos de 10% da amostra, marcaram que conhecem trilha acessível. Cilene mencionou a Floresta da Tijuca no RJ, também presente nas respostas das questões 7.2 e 11. Local mencionado nos trabalhos de Braga, Siqueira e Winagraski (2015), Nascimento e Costa (2017) e Julião e Ikemoto (2006). Na justificativa, não apresentou nenhum recurso, apenas “*Um caminho fácil, gostoso*”. Isso dificulta entender os recursos, ao considerar apenas as respostas da 11.2 e 18.2, mas ao ler os trabalhos é possível se referir que a falta de obstáculos e a corda guia e os guias foram os recursos existentes.

Mestre Álvaro é uma APA composta por trilhas que está localizada no Estado do Espírito Santo, no município denominado Serra e apareceu na resposta do participante Mercúrio. Este local também foi mencionado por ele na questão 11.1. Chamou atenção não ter adicionado este espaço na resposta da questão 7.2, pois esta é uma Unidade de Conservação de uso sustentável. O participante considerou o apoio dos guias como

recurso de acessibilidade. Além disso, no item 11.2, relatou como estrutura física a necessidade de um ponto de apoio no início da trilha e local para lanche.

A a participante Ariel que citou o Jardim Botânico no rio de Janeiro. Destacou a presença de “*Corda guia e informações em braile*”. Percebi que mencionou o Jardim, mas não mencionou o Parque Estadual do Jaraguá em São Paulo, como apontou na questão 11, onde está localizada a Trilha do Silêncio. Isso indica que talvez, a participante não percorreu a referida trilha.

Também gostaria de destacar o participante Marte, que apesar de ter marcado “não” na questão 18, percebi que na questão 11.1 destaca o Parque Ecológico do Córrego Grande e menciona na questão 11.2, a presença de “*Calçadas e placas com informações em braile*” no local. Estes recursos estão presentes na trilha interpretativa Pau Jacaré no Parque Ecológico do Córrego Grande, descrita no trabalho de Souza (2018). Acredito que como mencionou em questão anterior, optou por não repetir a informação.

Este número pequeno de locais considerados acessíveis, corrobora com o que encontrei nos trabalhos e nas respostas dos e-mails. A divulgação sobre acessibilidade, planejamento e implementação, bem como dados sobre o público e a cultura de frequentar áreas protegidas são questões importantes ao pensar na acessibilidade.

Os elementos que mais apareceram nas respostas ao longo do questionário com as pessoas com deficiência visual foram as barreiras advindas das atitudes hoje denominadas de capacitismo e ausência de guia para condução, orientação e audiodescrição. Não só como barreiras, mas a importância de um atendimento adequado para que haja a supressão destas barreiras, para aquisição dos conhecimentos, experiências positivas, principalmente como possibilidade a ausência de estruturas, tanto nas UC, como nas trilhas. Fica evidente que o conhecimento sobre a diversidade de públicos, deficiências, estratégias anticapacitistas. Chave tanto para o atendimento, como para pensar, implementar outros recursos que contemplem a acessibilidade e assim, permitir a visitação de todos nestes espaços, sejam áreas livres, UC, trilhas.

Com relação as trilhas, Marchesini e Cruz (2013), ao falar sobre o manejo de trilha inclusiva, destacam que é um tema recente no país e pouco aplicado, principalmente ao considerar a inclusão para todos. Mencionam que a falta de conhecimento, experiências e aplicação dos conceitos dificultam a implementação da acessibilidade e que a temática propicia reflexões sobre sua importância e benefício a

todos usuários, além de que uma trilha inclusiva, ou seja, acessível, pode ser utilizada por todos.

E por fim, na questão 19, ficou livre para fazer algum comentário, sugestão. Calisto aponta que é necessário acessibilidade nos Campings. Plutão reflete sobre os problemas ambientais e sugere pensar em algo que traga o equilíbrio entre acessibilidade, a conservação da natureza e de todas as formas de vida. Elara percebeu a importância da acessibilidade nos locais. E Sol que escreveu "*Apenas que existem trilhas que levam a praias boas para as pessoas cegas praticarem o surf*".

A questão 20, foi apenas para saber quem gostaria de receber os resultados da pesquisa por e-mail. Compreendo que toda pesquisa impulsiona para propor novas ideias para mudança tecnológica, social, cultural e principalmente, deve haver responsabilidade do pesquisador de divulgar para a sociedade os resultados obtidos.

Entendo que para quem participou da pesquisa, e neste ponto entra minha experiência enquanto pessoa que participou de várias pesquisas ao longo da vida e obtive poucos retornos, acredito que enviar o link do trabalho, a data da defesa seja a primeira forma de devolutiva deste trabalho para a sociedade. Ao mesmo tempo, a pessoa tem que querer receber o resultado do trabalho, o qual me auxiliou a construir. A maioria, 21 pessoas deixaram seu e-mail para receber informações sobre a pesquisa.

No próximo tópico, apresento algumas falhas encontradas no questionário ao realizar a análise do mesmo.

4.2.5 Falhas identificadas no questionário.

O questionário foi extenso, com questões de múltipla escolha e várias justificativas. Para minimizar falhas realizei o pré-teste, mas ainda assim, ao analisar as respostas, percebi algumas falhas, ausência de opções e questões.

Na questão 13, faltou uma pergunta solicitando nome e local da trilha que os participantes frequentaram. Assim como foi solicitado na questão 7.2, para identificar o nome e local da UC frequentada. Principalmente para compreender as diferenças entre a questão 7 e a questão 13. Por exemplo, o participante Urano que marcou que frequentou manguezal e na questão 7.1, mencionou uma cachoeira. Sei que pode ter sido locais distintos, e com o nome da trilha, é mais fácil fazer essas relações. Ele, assim como

outros, podem não ter mencionado todos os locais frequentados, por isso, estas diferenças e questionamentos. No entanto, a questão 7 é ampla já que se refere a UC, e o participante pode referir-se a trilha localizada em uma Unidade.

Porém, uma questão específica apenas para trilhas com relação a localização, talvez reduziria as contradições encontradas e abriria um leque além das UC, como o Participante Saturno que marcou opção “*praia*”, mas não escreveu o local na questão 7.2.

Também, na questão 13.2 faltou a opção “*não sei*”. A opção “*não*”, gerou dúvida na análise, pois a trilha não pertence a UC, ou o participante não sabe se ela pertence a unidade.

Ausência de outras questões, como exemplo, outros recursos para informação, percepção sobre a acessibilidade e informações nas páginas dos locais na internet, formas de percepção do ambiente, nível de dificuldade da trilha. Essas são algumas questões que poderiam ampliar as análises com intuito de pensar na temática.

Solicitei justificativa em várias questões, para oportunizar que os participantes expressassem livremente, porém, ao realizar a análise, percebi que foram muitas justificativas e com respostas semelhantes. Isso indica que talvez, foram muitas questões abertas em um questionário que também já estava extenso.

Estas falhas apontam para a necessidade de um segundo teste para validação, porém, o tempo disponibilizado para realizar a pesquisa não possibilitou um segundo teste que deixaria o questionário com menos falhas.

No entanto, apesar destes pontos levantados, o questionário teve saldo positivo ao oportunizar espaço de fala, conhecer as necessidades dos participantes com deficiência visual e sugestões.

Conforme a amostragem obtida nas respostas do questionário que elaborei, a maioria, 45% frequentaram alguma área protegida. Outros espaços foram mencionados, mas a maioria esteve em algum momento desfrutando dos benefícios, conhecimentos e vivenciado alguma UC ou trilha. Alguns inclusive citaram vários locais.

De acordo com as respostas dos participantes, há poucos locais com algum recurso de acessibilidade. E nas questões que solicitei avaliação da acessibilidade, ou atendimento, a maioria das respostas foram negativas, ou seja, falta de acessibilidade. Mais uma vez, corroborando com o que eu já havia percebido em minhas experiências ao frequentar UC e com as outras etapas deste trabalho.

No tópico a seguir, apresento as proposições de acessibilidade a partir dos mapeamentos realizados ao longo da pesquisa, que possibilitaram o levantamento de dados para pensar em algumas estratégias para a promoção da acessibilidade em áreas protegidas.

5 PROPOSIÇÕES PARA ACESSIBILIDADE

Esta pesquisa teve transformações ao longo do seu andamento, muito em função das diferentes respostas que recebi tanto nos e-mails, quanto no questionário e dos trabalhos que encontrei. Alterações foram feitas também, devido a mudanças na pesquisa, visto que não utilizei uma área de pesquisa como inicialmente foi pensado para elaborar propostas para acessibilidade.

A partir disso, as proposições podem direcionar os gestores para propor e implementar ações de acessibilidade nas Unidades de conservação, já que são gerais, ou seja, uma visão ampla de acessibilidade com objetivo de atender ao maior número de pessoas. Também, as proposições podem nortear e direcionar em qualquer unidade, independente da esfera de governo ou particular, do bioma ou ecossistema ou categoria da UC.

Também auxiliar pesquisadores com novas pesquisas mais específicas sobre acessibilidade nestes espaços, visto que cada proposição pode ser tema de outras pesquisas.

A pergunta que os gestores, pesquisadores e nós, pessoas com deficiência devemos fazer é: o que o espaço, seja área livre ou UC devem fazer para acolher a pessoa com deficiência?

A seguir, abordo alguns aspectos que devem ser pensados De acordo com todo material coletado ao longo desses anos de pesquisa e escrita.

Revisar e atualizar dos documentos, normas, legislação e diretrizes. Tais como: as Diretrizes para Visitação em Unidade de Conservação do Ministério do Meio Ambiente Brasil (2006a), que apresenta termos incorretos e pode apresentar mais orientações com relação a acessibilidade. O Manual de Acessibilidade do Ministério do Turismo de 2006 Brasil (2006b) que também precisa de atualização. Atualizar o Manual de Sinalização de Trilhas publicado pelo ICMBio com a segunda edição em 2019 Brasil (2019), que precisa mencionar a acessibilidade na sinalização, visto que não há nada sobre no documento. Revisar a lei federal nº 9.985 (BRASIL, 2000), para incluir a acessibilidade nos planos de manejo e a participação de pessoas com deficiência nos conselhos gestores.

Disponibilizar e implementar dados no Cadastro de Unidades de Conservação sobre as estruturas e serviços acessíveis para todos. Isso possibilitará informações aos usuários, troca de experiências e conhecimentos entre os gestores das UC. Também,

divulgar as pesquisas nestes espaços, principalmente com foco na acessibilidade, atendimento e educação ambiental.

Monitorar e coletar dados sobre a visitação nas UC, incluindo informações sobre os visitantes com deficiência, para acompanhar a quantidade de visitas. Essa ação facilita planejar ações nas Unidades, visto que há dados sobre quem frequenta, quando, onde, entre outros questionamentos.

Prever e implementar a acessibilidade para todos, na perspectiva do desenho universal, nos planos de manejo em Unidade de conservação. Segundo a lei do SNUC, quando uma UC é criada, tem o Prazo de 5 anos para elaboração do Plano de manejo (BRASIL, 2000). Todas as ações, modificações, atividades, as estruturas e recursos tem que estar previstas neste documento, inclusive a acessibilidade. Essa foi uma das indicações da Gerência de Áreas Protegidas, do Instituto Água e Terra, do Estado do Paraná, que pontuou a necessidade de os Planos de Manejo contemplarem a acessibilidade, indicarem áreas específicas para as atividades e infraestrutura, pois a ausência, segundo a resposta é uma barreira para implementação. Além disso, Julião e Ikemoto (2006) também apontam a necessidade de prever áreas potencialmente acessíveis e atrativas nos planos de manejo. Esta ação contribuirá para eliminação das barreiras programáticas, e por consequências outras, visto que haverá documentos que possibilitarão a implementação da acessibilidade nestes espaços. A acessibilidade não deve ser pensada como uma ação isolada, específica, mas sistêmica, ou seja, parte integrante de todo o processo, espaços, serviços, ações, planejamentos dentre outros.

Valorizar as Unidades de conservação com a ampliação de recursos financeiros, humanos e estruturais que são deficitários em nosso país. A valorização das UC, possibilitará a melhoria na conservação, maior valorização por parte da sociedade aos espaços e estruturas, ampliação dos serviços, melhoria no atendimento ao público e oferta de pessoal com conhecimento e ampliação das pesquisas nestes locais. Felizmente, estas áreas, cada vez mais são importantes para lazer da população, aquisição de conhecimento sobre a conservação da natureza com aumento ano após ano do turismo de aventura, recreação, educacional, como mostra as publicações do ICMBio.

Possibilitar a presença de profissionais na equipe da UC ou então, consultores com diferentes deficiências e/ou especificidades para auxiliar no planejamento e implementação da acessibilidade, como sugestão dos participantes Proteu e Cale na questão 10. Para a acessibilidade é necessário planejar e executar com as pessoas com deficiência e não sobre, como em muitos casos ainda ocorre. Por vezes, surgem ideias e

são implementadas ações e estruturas que não atendem as nossas necessidades, causando transtornos para todos, perda de recursos e tempo que poderia ser otimizado ao trabalhar com as pessoas com deficiência, ou o público que deseja possibilitar o acesso.

Promover a capacitação dos funcionários, guias (monitores, condutores) por meio de cursos, palestras, ministradas por profissionais com deficiência que entendam de acessibilidade, e preferencialmente que conheçam sobre as UC. Estas capacitações devem dentre os tópicos, abordar: o conceito de deficiência de acordo com o modelo social e o histórico sobre as diferentes concepções que podem ser encontrados em Diniz (2007), Diniz, Barbosa e Santos (2009); Trabalhar também a legislação e normas como a LBI Brasil (2015b); o conceito de capacitismo que é basilar de outras barreiras e fundamental para compreender as discriminações por motivo de deficiência, que está presente nos trabalhos de Mello (2016, 2019), Dias (2013). Nestas capacitações devem ser discutidas as estratégias que podem ser adotadas para melhor atender aos diferentes públicos, a existência das diferentes deficiências e diversidade de públicos, como pessoas idosas, gestantes. O atendimento para guiar e descrever o ambiente, como um recurso de acessibilidade fundamental para nós, pessoas com deficiência visual e que foi mencionado em diversos momentos nas respostas dos participantes com deficiência que responderam ao questionário, principalmente na questão 8.2, mas também esteve presente em outras questões, como 15, 16, 17.

Implementar uma política de cuidado para a visitação em UC, através do apoio de guias, visto que algumas pessoas para frequentar precisam deste acompanhamento para auxiliar no deslocamento, descrever e/ou apresentar as informações e os elementos presentes no ambiente, percebido nas respostas obtidas em diversas questões, como 13.4, 15. Mas o cuidado deve ser entendido como relações de interdependência entre quem guia e quem está sendo guiado. O conhecimento, faz-se necessário para compreender as necessidades e adequações da pessoa.

Pensar e planejar na perspectiva do desenho universal. Esta é uma das maneiras de obter a acessibilidade e busca pela eliminação de qualquer barreira, seja esta atitudinal, informacional, arquitetônica, comunicacional, web, e outras já mencionadas para atender ao maior número de pessoas.

Eliminar barreiras informacionais através da disponibilização de Informações acessíveis na UC, mas é necessário ocorrer em duas frentes, na web e no local.

Na web é através de informações nos sites da UC ou no órgão responsável com a utilização das normas de acessibilidade web com rótulo dos botões, descrição dos atrativos, imagens, estrutura em texto e nos vídeos, a presença de audiodescrição, legendas e LIBRAS.

E no local, o atendimento, como já mencionado, presença de placas, folders, mapas e maquetes acessíveis e vídeos com recursos de acessibilidade.

Alguns trabalhos sobre placas estão mencionados nesta dissertação, mas, ainda assim, são necessárias mais pesquisas e padronização destes recursos, principalmente, ao pensar sobre a utilização de tecnologias com QR Code como recursos nestas placas.

Mapas e maquetes existem, mas são necessários mais trabalhos que tratem a educação, o que podem auxiliar a pensar nestes recursos. E existem muitas pesquisas, mas falta uma padronização na cartografia tátil, como há na convencional.

E sobre audiodescrição, o trabalho de autores como Motta (2010a, 2010b, 2016) Araújo (2010), Franco e Silva (2010) podem nortear as ações de acessibilidade audiovisual nas UC, mas é importante pesquisar sobre audiodescrição em áreas livres, visto que ao realizar as buscas, não encontrei nada a respeito.

Eliminar barreiras arquitetônicas por meio da acessibilidade nas estruturas físicas, principalmente, nas áreas construídas da UC com a utilização das normas de acessibilidade da ABNT como a NBR 9050. Elaborar trilhas interpretativas para acesso de todos, direcionadas para educação ambiental e lazer, mas isso não significa que as pessoas não podem frequentar outros espaços ou percorrer trilhas sem estruturas, ou com nível de dificuldade considerado médio ou difícil, se assim o visitante desejar. No caso da deficiência visual, como ficou evidente nas respostas em vários momentos do questionário, principalmente, na questão 14 onde muitos não consideram os elementos naturais como barreiras e a presença de um guia ou acompanhante é importante/fundamental para deslocamento, como aponta Marte na resposta da questão 13.4.1: *“Primeiramente porque ninguém deve fazer trilhas sozinho [...]”*. Além disso, inclusive pessoas sem deficiência devem percorrer trilhas principalmente de média e alta dificuldade com um guia e em grupo pelo risco de acidente que pode ocorrer com qualquer pessoa.

Divulgar os recursos, estrutura e atendimento, principalmente sobre os recursos e estruturas de acessibilidade para conhecimento das pessoas. A divulgação é uma estratégia para promover a visitação, pois como alguém sabe da existência de algo que não possui divulgação? Como já mencionei, há poucos trabalhos que citam áreas

protegidas, sejam estas áreas livres ou UC, da mesma forma os órgãos que muitas vezes desconhecem a existência, ou quando há algo, não fazem a divulgação correta e principalmente, poucos locais e estruturas com acessibilidade que foram visitados pelas pessoas com deficiência que participaram desta pesquisa. Os locais vão além das UC, também são áreas protegidas como tribo indígena e áreas livres como jardins botânico.

Eliminar barreiras comunicacionais, a acessibilidade nesta dimensão pode ser obtida através de adoção de estratégias e recursos como: o atendimento com a utilização de gestos LIBRAS para pessoas surdas, a utilização de linguagem clara e acessível para atender ao maior número de pessoas de todas as idades e disponibilização de informações textuais em formatos diversos como tamanho de fonte maior, contraste de cores, braile, áudio.

Eliminar barreiras nos transportes, para isso se faz necessário fomentar junto ao poder público local, estadual e federal o planejamento e ações para melhorar e facilitar o transporte para UC em diferentes modais como transporte público, particular. Como foi mencionada na questão 10, pelo participante lo, esta ação facilita o deslocamento até a unidade e possibilita a ampliação da visitação pública por diferentes públicos.

Incentivar a pesquisa, projetos e ações de acessibilidade nas UC e em trilhas com a participação de profissionais de diversas áreas, incluindo pesquisadores, profissionais e usuários com deficiência. A temática de acessibilidade em áreas protegidas é um campo com muitas indagações não respondidas e pesquisas a serem realizadas. Esta ação visa ampliar os conhecimentos, oferta da acessibilidade e eliminação de barreiras nas UC e também nas trilhas que fazem parte das Unidades de Conservação e são espaços importantes para o lazer.

Estas são algumas proposições que apresentei para auxiliar os gestores a implementar a acessibilidade nos órgãos, nas UC. E garantir que estes espaços sejam acessados por todos, como preconiza a acessibilidade universal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da necessidade de mais pesquisas em âmbito acadêmico e implementação de políticas públicas, vem sendo pensado a acessibilidade educacional, arquitetônica em edificações e espaços urbanos, mais recente, a preocupação com o cinema, museus, dentre outros espaços. No entanto, a acessibilidade em áreas protegidas, mais especificamente em UC e áreas livres, ainda demanda mais pesquisa, aja vista o número pequeno de trabalhos encontrados e pouco valorizada em um país com mais de 2000 UC cadastradas em seu território como apresentei nesta pesquisa.

É necessário que o direito ao lazer, a educação ambiental, as informações e os benefícios de frequentar uma área protegida se estenda a todos com equidade, sem distinção de deficiência, classe, etnia, raça, idade, e para isso é preciso buscar a acessibilidade universal, para todos.

Ao empregar um termo comumente utilizado “para conservar, precisamos conhecer”, mas para isso é necessário ter acessibilidade, visto que possibilita a conservação à medida que todas as pessoas conseguem acessar os espaços, as informações. Os movimentos têm como uma das premissas a justiça social, a dignidade a vida. Como podemos cuidar da natureza se não temos oportunidade de ter contato?

Uma das perguntas elaboradas nesta dissertação, refere-se as pesquisas sobre acessibilidade em UC para pessoas com deficiência. A busca de trabalhos sobre acessibilidade mostrou um crescimento das pesquisas sobre a temática na última década, mas que infelizmente, não conseguiu abarcar a complexidade das necessidades e a atenção que o tema exige. As pesquisas ainda são poucas e incipientes em nosso país. A maioria avalia apenas a acessibilidade arquitetônica. Destaque para a utilização de termos e conceitos incorretos como “*portador*” para referir-se as pessoas com deficiência. Também, infelizmente não fazem descrição de figuras, gráficos para também tornar o trabalho acessível. E, poucas consideram outras dimensões de acessibilidade e principalmente, a participação de pessoas com deficiência. Quando consideram a participação é apenas para testar e não construir junto conosco.

A partir do que foi apresentado no modelo social da deficiência, pode-se afirmar que essa pesquisa conseguiu produzir conhecimentos que coadunam com essa perspectiva, uma vez que esses conhecimentos visam a ampliação da participação, a construção de espaços que acolham a diferença, as diferentes deficiências. Neste modelo, a compreensão da deficiência está na interação das barreiras com a lesão, ou

seja, é responsabilidade de toda sociedade e não do indivíduo a produção de espaços, serviços, estruturas, informações e formas de comunicação acessíveis para todos.

De acordo com as pesquisas nos trabalhos e respostas dos e-mails dos órgãos estaduais e ICMBio, não existem programas oficiais de acessibilidade para inclusão de nós, pessoas com deficiência visual nas UC brasileiras. Também o SNUC não prevê como parte integrante, a presença de estruturas e de recursos de acessibilidade nos planos de manejo. Um documento que foi encontrado, é o do Ministério do Meio Ambiente de 2006 (BRASIL, 2006a), denominado Diretrizes para Visitação em UC, que necessita de revisão para adequar a terminologia, as novas legislações e principalmente com mais objetividade o que é necessário para possibilitar a acessibilidade e facilitar nossa visitação nestes espaços. No entanto, Não há menção em documentos recentes como da Sinalização em Trilhas do ICMBio (BRASIL, 2019) que deveria ter como base o acesso para todos.

Com relação a pergunta sobre os ajustes e acomodações necessárias para promoção da acessibilidade e garantia da nossa participação, as propostas apresentadas anteriormente contemplam alguns tópicos. Também de acordo com as respostas, o atendimento, a comunicação pode ser o primeiro ajuste imediato, já que o deslocamento e a descrição do ambiente foram elementos muito mencionados nas respostas. Além disso, o custo para implementação é menor. Mas isso não significa que estruturas arquitetônicas, informacionais e principalmente programáticas não devem ser planejadas e implementadas. No entanto, para a maioria das pessoas com deficiência visual da pesquisa, o atendimento é mais relevante.

Porém, destaco que são necessárias mais pesquisas com pontos específicos, como o atendimento, mais informações sobre o auxílio para deslocamento, a orientação e mobilidade, a percepção com a utilização de outros sentidos, pesquisas sobre a audiodescrição para descrição da paisagem, ambiente natural faz-se necessário, principalmente para compreender as necessidades e preferências com relação a estes recursos tão mencionados. E como esta pergunta foi geral, outras pessoas com deficiência precisam ter este espaço de fala, através de formulação de outros questionários e pesquisas.

Através destas questões respondidas, a hipótese levantada inicialmente se confirma. Não há documentos oficiais para acessibilidade em UC. Existem alguns recursos ou estruturas de acessibilidade, principalmente, para a dimensão arquitetônica, que são encontradas em poucas UC. Mas estas estruturas e recursos não são suficientes

para serem utilizadas como modelos para aplicação em outros espaços e não atendem as especificidades de nós, pessoas com deficiência visual, pois é necessário trazer outros aspectos da acessibilidade, como a informação, comunicação e atendimento. Além de que não há metodologias ou proposições para nortear as ações e ajustes necessários. Cada pesquisa e/ou iniciativa encontrada, adota uma forma de promover a acessibilidade nas trilhas, ou algum recurso, estrutura ou espaço da UC.

Através das pesquisas nas bases de dados que subsidiaram com as referências, as respostas das secretarias com pouquíssimos exemplos, de algum modo minhas vivências e principalmente os participantes com deficiência visual que responderam ao questionário com 51 questões no formulário do google, foi possível cumprir com o objetivo geral desta pesquisa e apontar alguns caminhos, proposições na perspectiva da acessibilidade, do modelo social da deficiência que direcionam os gestores dos órgãos ambientais nas 3 esferas do governo, das UC e a sociedade para pensar, planejar, implementar e experienciar a acessibilidade através do acesso universal a tudo, por todos.

Além dos gestores, a pesquisa também contribui para os pesquisadores que atuam nestes espaços e desconhecem a importância da temática da acessibilidade e da promoção desta para as pessoas com deficiência, seja física, sensorial, intelectual ou mental em áreas livres. Além de possibilitar novos questionamentos e ideias para pesquisas futuras.

Contribui também para as pessoas com deficiência, que podem obter informações e conhecer alguns locais com acessibilidade citados na pesquisa, através dos dados coletados sejam nos trabalhos encontrados nas bases, citados pelos órgãos ou pelos participantes que responderam ao questionário.

Todos os 3 objetivos específicos elaborados para a pesquisa foram alcançados, mas também aponto possibilidades, sugestões e o que faltou. Vou mencionar sobre cada abaixo.

No primeiro objetivo específico, onde a proposta foi Investigar trabalhos, projetos, adaptações, programas sobre acessibilidades existentes em áreas protegidas no Brasil, especialmente em Unidades de Conservação, as pesquisas nas bases, normas, legislações, diretrizes, e e-mails foi obtido. Com relação ao referencial teórico, ainda são necessárias outras pesquisas bibliográficas para encontrar outros trabalhos e pesquisas tanto sobre a deficiência visual, como também outras deficiências que estejam relacionadas com acessibilidade em Unidade de Conservação, ou em trilhas.

Destaco que muitos trabalhos não estavam em um formato acessível para leitura com leitor de telas, mas a disponibilidade do Ambiente de Acessibilidade Informacional para adaptar os textos foi imprescindível para meu acesso aos documentos e informações. Os serviços deste setor, propiciou a eliminação de barreiras informacionais para dedicar a pesquisa e não perder tempo em obter acesso aos materiais para realizar o trabalho.

Além disso, as normas da ABNT para trabalhos acadêmicos também precisam ser revisadas para contemplar a acessibilidade. Para isso as notas de rodapé devem estar acessíveis. Ter descrição de figuras, gráficos, mapas, croquis como elemento obrigatório dos trabalhos. A numeração e os cabeçalhos de livros, eventos, artigos não estarem em imagem para facilitar o acesso das informações por pessoas cegas.

Com relação aos órgãos, a baixa devolutiva mostra a necessidade de mais pesquisas para prosseguir com a investigação para obter mais respostas e dados, visto que alguns locais mencionados pelos participantes e outros encontrados no referencial, não obtive retorno dos estados para realizar análise dos dados em conjunto.

Destaco Alguns pontos importantes como: A falta de acessibilidade nos sites, que dificultaram em obter os contatos devido as barreiras de acessibilidade na web. A falta de padronização das páginas e informações, já que existe órgãos com dados desatualizados e cada site disponibiliza as informações de formas distintas. A falta de clareza nas informações de contatos prejudicaram o acesso as informações. Além de alguns dados sobre os órgãos estarem em imagens. E por fim, a pandemia dificultou o contato, tanto por telefone, como por e-mail.

Neste questionário, elaborei poucas perguntas, pois o objetivo foi saber o que existia de acessibilidade e projetos e programas. Infelizmente, muitos órgãos, por causa do texto introdutório responderam com foco na deficiência visual. Destaco que outras questões específicas sobre acessibilidade precisam ser formuladas, tanto para a deficiência em aspectos gerais, o qual fiz, como para especificidades de cada deficiência, para que com todos os dados, seja possível conseguir contemplar a todos em projetos de acessibilidade nestes espaços. Sugiro também, pesquisas junto aos órgãos municipais, os quais, não foram contemplados nesta pesquisa, pois há muitas UC municipais e que podem ser mais fácil a implementação de alterações, tanto nos plano de manejo, como nos espaços.

No segundo objetivo, que visou Verificar as necessidades de nós, pessoas com deficiência visual em espaços naturais, especialmente referente à inclusão, também foi

alcançado de forma satisfatória com o questionário que elaborei. O questionário, apesar de apresentar algumas falhas, ausência de questões, pode servir de base para outras análises e principalmente compreender nossas demandas, apontamentos e sugestões. A diversidade de respostas, experiências e sugestões foram muitas e superaram as expectativas. O número de respostas 35 foi além do estipulado que foi 30, assim como os resultados obtidos.

Este resultado demonstra que é necessário que sejam realizadas pesquisas através de questionário, ou entrevistas a outros públicos com deficiência, idosos, pessoas com mobilidade reduzida para oportunizar espaço de fala a estas pessoas, compreender suas experiências, demandas e sugestões.

Sobre o questionário, apesar da quantidade de perguntas, cujo objetivo foi contemplar o maior número possível de questões sobre acessibilidade, barreiras, experiências, conhecimentos, os resultados foram além do esperado. Destaco que senti falta do nome da trilha aos que frequentaram este espaço na questão 13. Também, algumas questões o enunciado e as proposições causaram dúvida na análise. Outras opções não havia necessidade ou questões que as respostas se repetiam e deveriam ser pensadas de outra maneira, ou ser realizado um novo pré-teste.

Além disso, faltou trazer questões sobre: orientação e mobilidade; os recursos que as pessoas preferem; também a utilização de outros sentidos para percepção do ambiente; a utilização de celular para obter informações com aplicativos e recursos de orientação, obtenção de informações sobre o ambiente, como o QR Code; também sobre a acessibilidade dos sites, páginas e redes sociais das UC, se os participantes já pesquisaram sobre as áreas visitadas ou que gostariam de visitar e qual a melhor forma de obter as informações na web. Com relação as trilhas: mais questões do que precisa ter de recurso, questões sobre nível de dificuldade, as preferências.

Muitos destes tópicos apresentados acima, é o que eu gostaria de ter trazido no questionário para os participantes com deficiência visual. Estas questões foram surgindo ao longo das análises, desde as leituras dos trabalhos e pesquisas, e-mails, as respostas dos participantes do questionário, o cruzamento das informações, as buscas de informações na internet sobre as UC, as legislações e normas.

No entanto, sei que esta pesquisa tem suas limitações devido ao tempo concedido, minhas limitações enquanto pesquisadora, as barreiras que encontrei por causa da falta de acessibilidade. Mas também, reconheço que as análises que tentei fazer

de forma cuidadosa e criteriosa se encontram em muitas páginas, sendo este um trabalho extenso.

Esta pesquisa abordou apenas um tipo de deficiência, a visual, que mostrou ser desafiadora pela diversidade de preferências e experiências das pessoas e diversas possibilidades de estruturas, recursos e atendimento. Outras pesquisas são necessárias, com ampliação de público além da deficiência visual, com amostragem maior e com atividades de campo. Estas pesquisas devem considerar o modelo social da deficiência como base, os princípios da ética do cuidado que considera as relações, a interdependência, as preferências e o referencial de quem necessita de algum auxílio para garantir o acesso, além de pesquisar com, como eu já escrevi em diversos momentos do texto.

As atividades de campo pensadas inicialmente neste trabalho, não puderam ser realizadas em função da emergência sanitária devido a pandemia de Covid19. Os parques, dentre eles O Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri em Florianópolis, onde estavam programadas as atividades na época, estavam fechados desde início de 2020, 2021 e início de 2022 para visita pública.

Sugestão para próximas pesquisas é a elaboração de diretrizes de acessibilidade para as Unidades de conservação, que devem ser realizadas junto com pessoas com diferentes deficiências e necessidades, para contemplar a acessibilidade, com intuito de atender a todos. Para isso, utilizar os princípios da ética do cuidado que podem contribuir para a garantia do acesso, metodologias como pesquisar com e utilizar diferentes espaços são fundamentais.

Os benefícios de frequentar Unidades de Conservação são inúmeros, assim como a acessibilidade universal também. Para obter o direito de espaços acessíveis e inclusivos para todos, precisamos trazer a temática para a sociedade, frequentar estes espaços, exigir respeito, nossos direitos e mostrar que nós queremos estruturas, serviços, produtos, recursos, atendimento. Outro caminho são as pesquisas que podem auxiliar nestas mudanças, pôr em prática a teoria através do subsídio teórico, conhecimentos adquiridos tanto de pesquisadores com deficiência como eu, fundamental é trabalhar “com” e não “sobre”.

Espero que esta pesquisa possibilite caminhos e que a partir destes dados aqui apresentados, outros trabalhos teóricos e práticos sejam realizados.

REFERÊNCIAS

- ABNT. **NBR 15505-1**: Turismo de aventura — Caminhada Parte 1: Requisitos para produto. 2 ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020. 18 p.
- ABNT. **NBR 15505-2**: Turismo de aventura — Caminhada Parte 2: Classificação de percursos. 2 ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2019. 14 p.
- ABNT. **NBR 16537**: Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. 1 ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2016. 44 p.
- ABNT. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3 ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira De Normas Técnicas, 2015. 148 p.
- AHUMADA ARANCIBIA, M. A. **Disfrutar del paisaje sin ver? Turismo accesible de ciegos y disminuidos visuales en el Parque Provincial Potrerros de Yala**. 2012. Monografía (Trabalho de Conclusão de Curso). Licenciatura em Turismo, Facultad de Economía Y Administracion, Universidad Católica de Salta, Jujuy, Argentina, 2012.
- ALONSO, R. S. **Turismo accesible y turismo para todos en los ENP: comunidad de Madrid**. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Dirección Turística Internacional, Facultad de Ciencias del Turismo, Universidad Rey Juan Carlos, Madrid, 2010. Disponível em: <https://burjcdigital.urjc.es/bitstream/handle/10115/5995/Turismo%20Accesible%20ENP.%20Comunidad%20de%20Madrid.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 nov. 2020.
- AMARAL, L. C. Pessoa com deficiência: Inclusão e acessibilidade na sociedade contemporânea. **Legis Augustus**, v. 12, nº 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/legisaugustus/article/view/444>. Acesso em: 20 set. 2022.
- AMIRALIAN, M. L. T. M. Sou cego ou enxergo? As questões da baixa visão. **Educar em Revista**, n. 23, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/zrbZkRsyxJTVdv4BgXP8zVw/?lang=pt&format=pdf> Acesos em: 15 mar. 2022.
- ANJOS, S. P. dos. **Ecoturismo como Forma de Inclusão Social: trilha interpretativa para deficientes visuais**. 2008. 58 f. (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação) - Curso de Turismo, Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, Centro Universitário de Brasília., Brasília/DF, 2008. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/7326>. Acesso em: 03 nov. 2020.
- ARAÚJO, V. L. S. A formação de audiodescritores no Ceará e em Minas Gerais: uma proposta baseada em pesquisa acadêmica. In: MOTTA, L. M. V. de M.; ROMEU FILHO, P. (orgs). **Audiodescrição: transformando imagens em Palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.
- ARZOLLA, F. A. R. D. P.; NUNES, C. da S.; PAULA, G. C. R. de; GREGORATO, V. A. implantação de um sistema de interpretação da natureza em trilhas do parque estadual do Jaraguá, São Paulo–SP. **Anais do IV Simpósio de Áreas Protegidas**, Canela, RS, Brasil, Volume: único. Canela, 2008.
- ASSUNÇÃO, S. M; CHAVES, F. A. O capacitismo vivenciado pela pessoa com deficiência no contexto escolar: um ensaio teórico. In: Silva, C. S; BECHE, R. C. E; Costa, L. L. (Orgs.) **Estudos da deficiência na educação: anticapacitismo, interseccionalidade e**

ética do cuidado. Florianópolis: UDESC, 2022, pp. 146- 169.

BARCELOS, V. **Educação ambiental: sobre princípios, metodologias e atitudes.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. 119p.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 176. Material adaptado pelo Setor de Acessibilidade da BU/UFSC.

BERNE, P; MORALES, A. L.; LANGSTAFF D., INVALID S. Ten Principles of Disability Justice. **WSQ: Women's Studies Quarterly**, Volume 46, Numbers 1 & 2, Spring/Summer 2018, pp. 227-230 (Article)

BORGA, M.; MOREIRA, J. C.; BURNS, R. C. O perfil do visitante em áreas protegidas: exemplos de diferentes unidades de conservação brasileiras. Biodiversidade Brasileira - **Biobrasil**, [S.L.], n. 3, p. 26-42, 31 mar. 2022. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Disponível em: <https://revistaeletronica.icmbio.gov.br/BioBR/article/view/1894/1363>. Acesso em: 30 set. 2022.

BORGES, J. A. de S. **Sustentabilidade e acessibilidade: educação ambiental, inclusão e direitos da pessoa com deficiência – práticas, aproximações teóricas, caminhos e perspectivas!** Brasília: s/e, 2014, 212 p.

BRAGA, R. M, R. de B.; SIQUEIRA, A. E. de; WINAGRASKI, E. Guia para a trilha adaptada do Parna Tijuca: uma proposta multidisciplinar sob a perspectiva da educação inclusiva. **Revista Aproximando**, v. 1, n. 1, p. 1-6, 2015. Disponível em: <https://ojs.latic.uerj.br/ojs/index.php/aproximando/article/view/154>. Acesso em: 03 nov. 2020.

BRASIL. **Manual de sinalização de trilhas. Cadernos de Visitação. 2ª Ed.** Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Organizado por Fabio França Araújo. [et al.] Brasília, 2019, 51 P.

BRASIL. **Decreto Federal nº 9522, de 8 de outubro de 2018.** Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013. Brasília, 2018. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9522.htm>. Acesso em: 05 mai. 2020.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 261, de 25 de outubro de 2015.** Aprova o texto do tratado de Marraqueche para facilitar o acesso às obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso. Brasília, 2015a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/CONGRESSO/DLG/DLG-261-2015.htm>. Acesso em 01 ago. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015b. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm >. Acesso em: 26 abr. 2020.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. -- 4. ed., rev. e atual. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011. 100p.

BRASIL. **Tecnologia assistiva.** Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasília: SEDH, 2009. Disponível: <https://www.assistiva.com.br/tassistiva.html> Acesso em: 25 de agosto de 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Turismo e acessibilidade: manual de orientações.** Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Coordenação Geral de Segmentação. 2ª Ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2006a. 294 p

BRASIL. **Manual do ministério do meio ambiente diretrizes para visitação em UC.** Ministério do Turismo, Ministério do Meio Ambiente, 2006b. 61 p. (O acesso ao documento foi retirado do ar no atual governo (2019-2023), junto com outros documentos desse ministério).

BRASIL. **Decreto nº 5904, de 21 de setembro de 2006.** Regulamenta a Lei no 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências. Brasília, 2006c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11126.htm>. Acesso em: 2 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005.** Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11126.htm>. Acesso em: 2 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Regulamenta as leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 2 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto federal nº 4281 de 21 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, 2002a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm> Acesso em: 2 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 2002b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 2 ago. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm> Acesso em: 2 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 10.048, de 08 de novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 2000b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm>. Acesso em: 2 ago. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 2000c Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 2 ago. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 9795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm> Acesso em: 02 ago. 2022.

BRASIL. **Lei Federal n. 9605 de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm> Acesso em: 02 ago. 2022.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BREVES, G. S. D. S., BARBOSA, E. F. P., GARDA, A. B., e SOUZA, T. **Monitoramento da visitação em unidades de conservação federais: resultados de 2019 e breve panorama histórico.** Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. 2020. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/monitoramento_visitacao_em_ucs_federais_resultados_2019_breve_panorama_historico.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRITO, D. Em 18 anos, sistema de unidades de conservação tem avanços e desafios: número de áreas protegidas triplicou no período. **Agência Brasil**, 19 de julho de 2018, 10:11. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-07/em-18-anos-sistema-de-unidades-de-conservacao-tem-avanco-e-desafios>>. Acesso em: 22 Jan. 2020.

CAMPBELL, F. K. Introducing studies in ableism. disabled women & activism workshop. **Womens Liberation Conference 50th University.** London, UCL. 20201.

CARVALHO, A. J. S. de. **Esportes na natureza: estratégias de ensino do canionismo para pessoas com deficiência visual.** 2005. 192f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CARVALHO, S. M. S. Acessibilidade do turismo no Parque Nacional Serra da Capivara–PI. **Revista Turismo em Análise**, v. 23, n. 2, p. 437-463, 2012.

CASTRO JÚNIOR, E. de; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. de. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, Maria C. N. **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. Material adaptado pelo Setor de Acessibilidade da BU/UFSC.

CAVALCANTE, U. R.; MOURA, M. F. **Importância da trilha ecológica interpretativa-sensorial, com orientação, para a educação ambiental de deficientes visuais.** Anais do Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 08 e 08 de agosto de 2014. Instituto Federal do Triângulo Mineiro–IFTM, 2014.

CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **Internext**, v. 10, n. 2, p. 1-5, 2015.

CUSTODIO, V. S. **Caminhada de pessoas com deficiência visual em áreas naturais: um estudo com auxílio do GPS (Sistema de Posicionamento Global)**. 2009. 135 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/274766>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

DEWES, J. O. **Amostragem em bola de neve e respondent-driven sampling: uma descrição dos métodos**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Graduação em Matemática, Instituto de Matemática, Departamento de Estatística, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DIAS, A. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. **Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPcD/Diversitas/USP Legal**: São Paulo, junho/2013.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. 89 p. (Coleção Primeiros Passos).

DINIZ, D. BARBOSA, L. SANTOS, W. R. dos. Deficiência direitos humanos e justiça. **Revista Internacional dos Direitos Humanos**. v. 6, n. 11, dez. 2009, pp. 65-77.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000. Material adaptado pelo Setor de Acessibilidade Informacional BU/UFSC.

FARIAS, A. Q. de. Para quem quer ver além: deficiência visual e empoderamento feminino. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 2, p. 115, 2020.

FERENHOF, H. A.; FERNANDES, R. F. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SSF. **Revista ACB**, v. 21, n. 3, p. 550-563, 2016.

FERNÁNDEZ BERMEJO, A. **Estado de la accesibilidad en los espacios naturales protegidos de España**. Máster de Accesibilidad Universal y Diseño para Todos Universidad de Jaén 2018.

FEUSER, S. **Desenvolvimento e acessibilidade em unidades de conservação: adaptação para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no parque natural municipal nascentes do Garcia, município de Blumenau (SC)**. 2018. 169 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Ppgdr), Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2018. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/FURB_47005047eb4a5f6ac6d2ef669f4a8d58. Acesso em: 02 fev. 2021.

FIETZ, H. M; MELLO, A. G. A multiplicidade do cuidado na experiência da deficiência. **Revista Antropológicas**, v. 29, p. 114-141, 2018.

FRANCO, E. P. C.; SILVA, M. C. C. C. Audiodescrição: breve passeio histórico. In: MOTTA, L. M. V. de M.; ROMEU FILHO, P. (orgs). **Audiodescrição: transformando imagens em Palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

FUNDAÇÃO FLORESTAL DO GOVERNO DE SÃO PAULO. Parque Estadual Caverna do Diabo Recebe Grupo de Pessoas com Deficiência em Evento de Integração com a Natureza. **Notícia**. 23 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2021/02/parque->

estadual-caverna-do-diabo-recebe-grupo-de-pessoas-com-deficiencia-em-evento-de-integracao-com-a-natureza/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. 166 p.

GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. **Anais Encontro Nacional de Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, p. 1-18, 2005.

HERRERA RUIZ, M. **Creación de un recorrido turístico en la hacienda Santa María Regla en el Estado de Hidalgo para personas con discapacidad visual**. Tesis (Licenciatura en Turismo). Ciudad de México, Instituto Politécnico Nacional, Escuela Superior de Turismo. 2013. 215 p.

HOLLEBEN, D. **Turismo de aventura e a deficiência visual**. 2009. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Turismo, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul/Rs, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/handle/11338/602>. Acesso em: 03 nov. 2020.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

JULIÃO, D. P.; IKEMOTO, S. M. O direito ao lazer do deficiente visual em áreas naturais públicas e unidades de conservação. **Anais do II Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social**. Rio de Janeiro, 2006.

KLEIN, P. **Avaliação da acessibilidade espacial no Parque João Goulart, Santa Rosa, RS**. 2019. 257 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/19453>. Acesso em: 16 mar. 2020.

KITTAY, E. F. The ethics of care, dependence, and disability. **Ratio Juris**, 24(1):49'58, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p.

LIMA, A. B. L. de. **Análise da acessibilidade do Parque Natural Municipal Victório Squierolli (Uberlândia/MG) para visitação de pessoas com deficiências física, auditiva e visual**. 2016a. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade na Gestão Ambiental) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8530>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

LIMA, L. **ICMBio investe em acessibilidade nos parques**. 06 de setembro de 2016, 16h52. 2016b. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/8248-icmbio-investe-em-acessibilidade-nos-parques>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

LOPES, S.; COSTA, T.; FERNANDEZ-LLIMÓS, F.; Amante, M. J.; LOPES, P. F. A bibliometria e a avaliação da produção científica: indicadores e ferramentas. In: **Actas do congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**. 2012.

LUIZ, K. G.; SILVEIRA, T. B. Pessoas com deficiência e (Inter)dependência: uma perspectiva da ética do cuidado para a promoção de justiça social. In: GESSER, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. (Orgs.) **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV, 2020. p. 113-127.

MPPR. **Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF)1**. Ministério Público do Paraná. Disponível em: <https://pcd.mppr.mp.br/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

MARCHESINI, R.; CRUZ, R. A. da. Turismo adaptado: a acessibilidade no manejo de trilhas. in: II Congresso Nacional de Planejamento e Manejo de Trilhas. Colóquio brasileiro para a red latinoamericana de senderismo, 2013, Rio de Janeiro. **Anais GT 02: Lazer, esportes e turismo na natureza em áreas protegidas: impactos, monitoramento e manejo de trilhas**. Rio de Janeiro: Rede Sirius – Bibliotecas da Uerj, 2013. p. 325-344.

MAIOR, I. M. M. de L. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 10, n. 2, p. 28-36, 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4029/3365>. Acesso em: 02 abr. 2020.

MAIOR, I. M. M. de L. **Breve trajetória histórica do movimento das pessoas com deficiência**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2015. Disponível em: <http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto2.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

MARTINS, B. S.; FONTES, F.; HESPANHA, A. B.; BERG, A. Investigação emancipatória da deficiência em Portugal: desafios e reflexões. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 98, p. 45-63, 2012.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo Cortez, 1996. 208 p.

MELLO, A. G. Politizar a deficiência, aleijar o queer: algumas notas sobre a produção da hashtag #ÉCapacitismoQuando no Facebook. In: PRATA, N.; PESSOA, S. C. (org.) **Desigualdades, gêneros e comunicação**. São Paulo: Intercom, 2019, p. 125-142.

MELLO, A. G. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do comitê de ética em pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, Edição 21(10), 2016, pp. 3267-3276.

MORAES, M. Pesquisar COM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, M.; KASTRUP, V. (Orgs.) **Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual**. Rio de Janeiro: NAU, 2010. Página 15 a 31, 2010.

MORSELLO, C. O processo de seleção de unidades de conservação públicas e privadas: teoria e prática brasileira. In: _____. **Áreas protegidas pública e privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Fapesp, Annablume, 2001, pp. 65 – 117. Material adaptado pelo Setor de Acessibilidade Informacional BU/UFSC.

MORIWAKI, E. M.; NEIMAN, Z. Acessibilidade para pessoas com deficiência visual em Unidades de Conservação: estudo de caso do Parque Estadual do Jaraguá (SP). Anais do VIII Congresso Nacional de Ecoturismo e do IV Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.4, 2011, p. 523.

MOTTA, L. M. V. de M. A audiodescrição vai à ópera. In: MOTTA, L. M. V. de M.; ROMEU FILHO, P. (orgs.) **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010a.

MOTTA, L. M. V. de M. **Passeio noturno no zoo com audiodescrição**. São Paulo, abril de 2010b.

- MOTTA, L. M. V. de M. **Audiodescrição na escola: abrindo caminhos para leitura de mundo**. Campinas, Sp: Pontes, 2016. 170 p.
- MUNSTER, M. de A. V. **Esportes na natureza e deficiência visual: uma abordagem pedagógica**. 2004. 309p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/274940>>. Acesso em: 4 nov. 2020.
- NASCIMENTO, J. L. do; PAZ, R. J. da. Avaliação da Floresta Nacional de Brasília para o atendimento de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 2, n. 2, p. 3-23, 2015. Disponível em: <<http://revista.ecogestaobrasil.net/v2n2/v02n02a01a.html>>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- NASCIMENTO, R. da S. **Instrumentos para prática de educação ambiental formal com foco nos recursos hídricos**. Florianópolis, 2003. 239 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- NASCIMENTO, R. da S. Educação geográfica acadêmica inclusiva para estudantes com deficiência visual: Um protocolo possível. In: SILVA, A. J. N. da. **A educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos 2**. Ponta Grossa, Atena, 2022.
- NASCIMENTO, S. R.; COSTA, V. C. da. Avaliação da Educação Ambiental em trilhas interpretativas inclusivas no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2017. DOI: 10.34024/rbecotur.2017.v10.6602. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6602>. Acesso em: 16 mar. 2020.
- NUNES, S.; LOMÔNACO, J. F. B. Desenvolvimento de conceitos em cegos congênitos: caminhos de aquisição do conhecimento. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 12, n. 1, p. 119-138, 2008.
- OBSERVATÓRIO DE PRÁTICAS ESCOLARES (OPE). **Expedições Geográficas pela Ilha de Santa Catarina**. 2018. Disponível em: <https://ope.education/projeto/expedicoes-geograficas-pela-ilha-de-santa-catarina/>. Acesso em: 17 fev. 2023.
- OLIVEIRA, D. N. de; SOUZA, J. N. S. de; CORTINES, E.; MIRANDA, B. D.; OLIVEIRA, A. V. DE. Acessibilidade a ambientes naturais para pessoas com deficiência. In: **Anais IBEAS – Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais**, Salvador/Ba, 2013. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2013/VII-066.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2020.
- OLIVIERA, A. P. de; BOARIA, F. Acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida: um estudo no parque nacional do Iguazu e hotel das Cataratas. **Applied Tourism**, [S.L.], v. 1, n. 3, p. 105, 20 dez. 2016. Editora UNIVALI. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/ijth/article/view/10236/5765>. Acesso em: 14 jul. 2020.
- OMS. **Relatório mundial sobre a deficiência**. Organização Mundial da Saúde. Organização Mundial da Saúde, Banco Mundial. São Paulo: SEDPCD, 2012. 334p.
- OMS. **Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde**. Organização Mundial da Saúde - OMS. Tradução LEITÃO, Amélia. Lisboa, 2004. 238p.
- PHILIPPI JR, A.; PELICIONI, M. C. F. Alguns pressupostos da educação ambiental. In: PHILIPPI JR, A.; PELICIONI, M. C. F. (org.). **Educação ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos**. São Paulo: SIGNUS, 2000. 350p.
- PILOTTI, Karen Andressa. **O ecoturismo como forma de lazer para pessoas com**

deficiência visual. 2010. 57 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação) - Curso de Turismo, Centro Universitário La Salle Unilasalle, Canoas/Rs, 2010.

PIMENTA, L. H. F. **Estudo da geodiversidade e do geopatrimônio da Mata Atlântica do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.** 2016. 328 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/194095>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

PONDÉ, M. P.; MENDONÇA, M. S. S.; CARDOSO, C. Proposta metodológica para análise de dados qualitativos em dois níveis. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, n.1, jan.-mar. 2009, p.129-143, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Um ecologismo popular em defesa da vida, da dignidade e do território (uma contribuição autobiográfica de um geógrafo ativista). **Revista Incomunidade.** Porto, v. 109, nov, 2021. Disponível em: <<https://www.incomunidade.com/um-ecologismo-popular-em-defesa-da-vida-da-dignidade-e-do-territorio-uma-contribuicao-autobiografica-de-um-geografo-ativista-carlos-walter-porto-goncalves/>>. Acesso em: 19 set. 2022.

QUEIROZ, V. M. **Acessibilidade para pessoas com deficiência visual: uma análise de parques urbanos.** 2014. Dissertação (Mestrado em Tecnologia da Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde-21102014-173356/publico/DISS_VIRGINIA_MAGLIANO_QUEIROZ.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

RAMOS, J. J. C. **Acessibilidade para a pessoa com cegueira em trilhas. 2009. Acessibilidade para a pessoa com cegueira em trilhas.** São Carlos, SP: 2009. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2009.

RAMOS, J. J. C. Inclusão e acessibilidade à pessoa com deficiência visual em espaços livres e áreas verdes. **Revista Encontros Teológicos**, v. 21, n. 1, 2006.

RIBEIRO, S. Espaço sensorial do Jardim Botânico é reaberto com mais acessibilidade. 30 de setembro de 2015, 22:41. **Agência Brasil.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-07/jardim-sensorial-e-revitalizado-e-reaberto-com-acessibilidade-no-jardim>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

RODRIGUES, P. H. C.; FERREIRA, R. M. Educação ambiental inclusiva: trilha interpretativa. **Revista Jurídica**, Ano XIII, n. 21, 2013, v2, jul. –Dez., Anápolis/GO, p. 88-102, 2013.

SANT'ANNA, L. A importância da audiodescrição na comunicação das pessoas com deficiência. In: MOTTA, L. M. V. de M.; ROMEU FILHO, P. (orgs). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras.** São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

SANTOS, W. R. Deficiência como restrição de participação social: desafios para avaliação a partir da Lei Brasileira de Inclusão. **Ciência e Saúde Coletiva** [periódico na internet], vol. 21, n. 10 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/deficiencia-como-restricao-de-participacao-social-desafios-para-avaliacao-a-partir-da-lei-brasileira-de-inclusao/15673?id=15673>> Acesso: 20 jul. 2022.

SÃO PAULO. **Diretrizes do desenho universal na habitação de interesse social no estado de São Paulo:** Espaço para todos e por toda a vida. Secretaria de Estado da

Habitação e Secretaria de Estado dos Direitos das Pessoas com Deficiência. São Paulo, 2010a. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/manual-desenho-unhttp://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/manual-desenho-universal.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021.

SÃO PAULO. **Plano de manejo Parque estadual do Jaraguá**. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Fundação Florestal, Instituto Florestal. Volume principal, 2010b. 426p.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SASSAKI, R. K. **Inclusão no lazer e turismo – em busca da qualidade de vida**. São Paulo: Áurea, 2003a. 128 p.

SASSAKI, R. k. Como chamar as pessoas que têm deficiência? In: _____. **Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003b.

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, v.5, n.25, p.5-14. mar.-abr. 2002.

SILVA, D. J. Método da educação ambiental brasileira. In: PHILIPPI JR, A.; PELICIONI, M. C. F. (org.). **Educação ambiental: desenvolvimento de cursos e Projetos**. São Paulo: SIGNUS, 2000. 350p.

SILVA, G. G. L. da. **Classificação do grau de dificuldade de trilhas: uso de geotecnologias na elaboração de um modelo aplicado ao Parque Nacional do Itatiaia, Brasil**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento do Turismo) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/D.100.2017.tde-17122016-193831. Acesso em: 2022-09-15.

SILVA, M. C. N. **Acessibilidade para deficientes visuais: um estudo em atrativos turísticos de Natal/RN**. 2015. 89f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Graduação em Turismo, Departamento de Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/37444>. Acesso em: 03 nov. 2020.

SOUZA, A. de. **O Potencial da trilha acessível pau-jacaré como instrumento pedagógico de inclusão social e alfabetização ecológica em área verde urbana**. 2018. 63 f. Monografia (Especialização) - Curso de Educação Ambiental Com Ênfase na Formação de Professores, Campus São José, Instituto Federal de Santa Catarina, São José/SC, 2016. Disponível em: https://wiki.sj.ifsc.edu.br/images/c/c3/TCC_Andre_Souza.pdf. Acesso em: 03 nov. 2020.

SOUZA, M. C. da C. Educação ambiental e as trilhas: contexto para a sensibilização ambiental. **Revbea – Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v.9, nº 2: 239-253, 2014.

SOUZA, R. G. R.; RIBEIRO, K. T. **A natureza pode ser para todas as pessoas: guia para acessibilidade em Unidades de Conservação**. São Paulo: Instituto Semeia, 2021.

SOUZA, T. V. S. B.; THAPA, B.; RODRIGUES, C. G. O.; IMORI, D. **Contribuições do turismo em unidades de conservação federais para a economia brasileira: efeitos dos gastos dos visitantes em 2015**. Brasília: ICMBio, 2017. 21 P.

SOUZA, T. V. S. B.; SIMÕES, H. B. **Contribuições do turismo em unidades de conservação federais para a economia brasileira: efeitos dos gastos dos visitantes em 2017**. Brasília: ICMBio, 2018.

SOUSA, P.F.C.; VASCONCELOS, W.E. Proposta de espeleologia e arqueologia inclusivas para pessoas com deficiência (PCDS) visual no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. In: ZAMPAULO, R. A. (org.) Congresso Brasileiro de Espeleologia, 35, 2019. Bonito. **Anais...** Campinas: SBE, 2019. p.452-458. Disponível em: <http://www.cavernas.org.br/anais35cbe/35cbe_452-458.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020.

STOREY, K. Combating ableism in schools. **Preventing School Failure**. 2007.

TORRES, D. de F.; OLIVEIRA, E. S. de. Percepção ambiental: instrumento para educação ambiental em unidades de conservação. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** v. 21, julho a dezembro de 2008. Revista do PPGEA/FURG-RS.

UNIFESP. **Portal de acessibilidade. Dimensões**. 2020. Disponível em: <https://acessibilidade.unifesp.br/dimensoes>. Acesso em 10 de agosto de 2021.

UFSC. Grupo de Pesquisa Observatório de Áreas Protegidas. Disponível em: <<http://observatorioareasprotegidas.paginas.ufsc.br>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

WOLBRING, G. The politics of ableism. **Development**, 51. p. 252–258, 2008.

APÊNDICE A - MENSAGEM ENVIADA POR E-MAIL PARA SECRETARIAS E FUNDAÇÕES

Assunto: Questionário para Pesquisa Acadêmica sobre Unidades de Conservação.

Prezado(s/a/as),

Meu nome é Sabrina Mangrich de Assunção, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Estou pesquisando acessibilidade em áreas protegidas para pessoas com deficiência.

A pesquisa intitulada ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA, sob orientação do Professor Dr. Orlando Ednei Ferretti e coorientação da Professora DRA. Rosemy da Silva Nascimento, tem por objetivo analisar uma área protegida e elaborar uma proposta de acessibilidade para as pessoas com deficiência visual. A área analisada será o Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri, no Município de Florianópolis, SC, Uma das etapas da pesquisa é verificar se há propostas e/ou implementação de acessibilidade em Unidade de Conservação no Brasil, por esta razão, encaminho este e-mail com alguns questionamentos que seguem:

- ☐ Há informação de proposta de acessibilidade em alguma Unidade de Conservação coordenada por vocês?
- ☐ Qual o nome da Unidade de Conservação?
- ☐ Poderia fornecer mais detalhes do que há de acessibilidade?
- ☐ Há algum documento sobre isso para disponibilizar?
- ☐ Há algum projeto de acessibilidade implementado em Unidade de Conservação na sua gerência? Pode ser trilha, área construída, projeto de educação ambiental.
- ☐ Há proposta ou implementação de programa(s) para pessoas com deficiência?

Desde já agradeço pela atenção, e aguardo retorno.

Atenciosamente,

Sabrina Mangrich de Assunção.

APÊNDICE B - DIVULGAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

WhatsApp e Facebook:

Olá, meu nome é Sabrina Mangrich de Assunção, mestranda do programa de Pós Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina UFSC.

Convido você, pessoa com deficiência visual (Cego, ou baixa visão) de qualquer cidade do Brasil, a responder o questionário do link abaixo para minha pesquisa intitulada “Acessibilidade às pessoas com deficiência visual em Áreas Protegidas no Brasil: uma proposta metodológica”, sob orientação do Prof. Dr. Orlando Ednei Ferretti.

O questionário tem como objetivo saber se você frequenta, ou já frequentou alguma área protegida e/ou trilha, suas experiências, opiniões e necessidades. Se não frequentou, sua participação é muito importante para compreender os motivos e contribuir com a proposta. Também sou pessoa com deficiência visual e sua participação na pesquisa é fundamental para pensar sobre a acessibilidade nestes espaços junto comigo. Afinal, “Nada sobre nós, sem nós.”

Também peço que me ajudem a divulgar, compartilhando esta pesquisa com outras pessoas.

Segue o link:

<https://forms.gle/wUJRf72T3MEcz3Mr8>

Qualquer dúvida, só entrar em contato comigo pelo e-mail: sabrina.m.a@hotmail.com

Desde já, agradeço pela disponibilidade.

Divulgação Twitter:

Tweet 1:

Divulgando link de questionário sobre acessibilidade em áreas protegidas.:

Segue o link:

<https://forms.gle/wUJRf72T3MEcz3Mr8>

Resposta:

Olá, meu nome é Sabrina Mangrich de Assunção, mestranda do programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina UFSC.

Resposta:

Convido você, pessoa com deficiência visual (Cego, ou baixa visão) de qualquer cidade do Brasil, a responder o questionário para minha pesquisa

Resposta:

intitulada “Acessibilidade às pessoas com deficiência visual em Áreas Protegidas no Brasil: uma proposta metodológica”, sob orientação do Prof. Dr. Orlando Ednei Ferretti.

Resposta:

O questionário tem como objetivo saber se você frequenta, ou já frequentou alguma área protegida e/ou trilha, suas experiências, opiniões e necessidades. Se não frequentou, sua participação é muito importante para compreender os motivos e contribuir com a proposta.

Resposta:

Também sou pessoa com deficiência visual e sua participação na pesquisa é fundamental para pensar sobre a acessibilidade nestes espaços junto comigo. Afinal, “Nada sobre nós, sem nós.”

Resposta:

Também peço que me ajudem a divulgar, compartilhando esta pesquisa com outras pessoas.

Qualquer dúvida, só entrar em contato comigo pelo e-mail: sabrina.m.a@hotmail.com

Desde já, agradeço pela disponibilidade.

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PRÉ-TESTE

Meu nome é Sabrina Mangrich de Assunção, mestranda em geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Este questionário é uma etapa da pesquisa de mestrado intitulada “Acessibilidade às pessoas com deficiência visual em Áreas Protegidas no Brasil: uma proposta metodológica”. Este será um instrumento utilizado para compreender as relações das pessoas com deficiência visual em espaços naturais (Unidades de Conservação). O objetivo deste questionário é saber se pessoas cegas ou baixa visão frequentam ou já frequentaram alguma área protegida e/ou trilha, compreender as dificuldades encontradas, as adaptações necessárias para minimizar as barreiras e tornar o ambiente acessível. Pretende-se na pesquisa elaborar uma proposta de acessibilidade que contemple áreas protegidas. E assim, possibilitar o acesso deste público nesses espaços. Importante ressaltar que não serão mencionados na pesquisa dados pessoais como nome, data de nascimento, e-mail.

Nome:

Endereço de e-mail:

Data de Nascimento: (dia, Mês, ano)

Cidade onde reside...

Estado....

Qual gênero você se identifica?

Você é pessoa:

Cega

Baixa visão

Sobre o tipo, ela é considerada:

Congênita.

Adquirida.

Você já frequentou ou costuma frequentar algum destes espaços:

Trilha em mata, montanha, restinga, etc.

Parques naturais e/ou outras unidades de conservação

parques urbanos ou praças com trilhas

outra opção.

Nenhum

Você costuma ir:

Sozinho(a)

Acompanhado(a)

Se acompanhado foi:

com Guia do local.

com guia vidente.

com grupo de amigos.

Associação de pessoas com deficiência

Família

visita com escola

Se já foi, como foi feito o deslocamento?

- Ônibus
- Carro Particular
- Metrô
- Táxi ou transportes alternativo
- A pé

Se você já frequentou, quais os conhecimentos que adquiriu ao visitar?

Se não frequentou algum desses espaços, há algum motivo? Escreva abaixo: (se marcou a opção nenhum)

Se sim, qual o nome do local?

O espaço é acessível?

- Sim.
- Não.
- parcialmente.

Se já frequentou, teve atendimento dos funcionários do parque?

- sim.
- Não.

Considera importante a Capacitação dos Funcionários, Voluntários ou Condutores para atender pessoas com deficiência?

- Sim.
- Não.

Referindo-se à questão anterior. Por quê?

Quais dificuldades e barreiras (arquitetônica, atitudinal, informacional, programática) você encontrou para frequentar um parque?

O que considera importante para uma unidade de conservação ser acessível?

Em relação a trilhas:

Quais as dificuldades que você encontrou ao fazer uma trilha?

Considera algum desses obstáculos impedimentos para fazer uma trilha

- raízes.
- rochas (pedras.
- piso irregular com morros,
- mudança de piso.
- galhos.

Você faz a(s) trilha(s) acompanhado por guia vidente?

- Sim ()
- Não ()

O que você considera importante ter para facilitar o acesso a esses espaços?

- corda guia para se orientar com a mão.
- corrimão.
- corda guia para rastrear com bengala
- maquete da trilha.
- Folders em braille e ampliado.
- Totens e placas em braille e ampliado com contraste.

- piso regular
- ausência de raízes, rochas, e irregularidades no terreno como morros e.
- guia vidente
- (outro)

Considera fundamental a descrição da paisagem?

- Sim.
- Não

Referindo-se à questão anterior. Por quê?

Que dificuldades e barreiras atitudinais, informacionais, arquitetônicas, programáticas você encontrou ao fazer uma trilha?

Conhece algum espaço natural acessível? Se sim, qual? Escreva o nome do local, cidade e estado.

O que você encontrou neste espaço que considera acessível?

Há mais alguma consideração que gostaria de fazer? Algum relato.

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO APLICADO

Nota: Antes das perguntas há orientações que foram feitas para facilitar no momento de adicionar ao formulário do *Google*. Também estão indicadas em que sessão a pergunta se encontra no formulário.

Link do formulário:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfXgjEWcfT9QAfmymTNNVWVOr0cn7jgb5639fUSJzFI5jtKRQ/viewform?usp=sf_link

Observação: Não se encontra mais disponível e contém uma mensagem que está fechada para novas respostas.

Seção 1. (Acessibilidade em Unidades de Conservação e trilhas).

Título do questionário e apresentação:

Título do questionário: Acessibilidade às pessoas com deficiência visual em Unidades de Conservação e trilhas

Descrição do questionário:

Olá. Antes de tudo, agradeço muito pelo seu interesse em colaborar com esta pesquisa. Me chamo Sabrina Mangrich de Assunção, sou pessoa com deficiência visual e mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Este questionário é uma etapa de minha pesquisa de mestrado intitulada “Acessibilidade às pessoas com deficiência visual em Áreas Protegidas no Brasil: uma proposta metodológica”. Importante destacar que esta pesquisa tem objetivo acadêmico, ou seja, as informações prestadas aqui são sigilosas e não serão divulgados seus dados pessoais nos resultados da pesquisa, sendo sua participação anônima. Esta pesquisa será apresentada em forma de dissertação, artigos e resumos.

O objetivo deste questionário é saber se você, pessoa com deficiência visual (cego(a) ou com baixa visão) frequenta, ou já frequentou alguma área protegida e/ou trilha, suas experiências, opiniões e necessidades sobre a acessibilidade nesses locais e a partir disso compreender as dificuldades encontradas e as adaptações necessárias para possibilitar que o ambiente seja acessível. Se não frequentou, sua participação é muito importante para compreender os motivos e contribuir com a proposta.

Destaco que não existe resposta certa ou errada. Solicito atenção para o preenchimento do e-mail no campo abaixo para receber o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e cópia de suas respostas. Você terá todas as informações a respeito da pesquisa no TCLE, localizado na próxima página. Abaixo do termo marque a caixa para aceitar e

prosseguir para as questões.

Obrigada pela sua participação.

Pesquisadora: Sabrina Mangrich de Assunção.

Orientador: Orlando Ferretti.

Coorientadora: Rosemy Nascimento.

Campo para adicionar e-mail que é obrigatório

Seção 2. (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM Geografia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezada(o),

Gostaríamos de convidá-la/o a fazer parte desta pesquisa na condição de participante. O título da mesma é “acessibilidade em áreas protegidas no Brasil: uma proposta metodológica”. Este termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) informa sobre o protocolo da pesquisa, para que você possa compreender os possíveis riscos e benefícios envolvidos, antes de tomar sua decisão.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar e elaborar uma proposta de acessibilidade em áreas protegidas para as pessoas com deficiência visual. Assim, pretende contribuir com a elaboração de estratégias para acessibilidade em áreas protegidas para pessoas com deficiência visual e desconstruir o cenário de exclusão e barreiras que dificultem ou impossibilitem este público frequentar estes locais. Este questionário faz parte da pesquisa de mestrado em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O questionário de análise qualitativa é importante na pesquisa, para compreender as suas experiências, opiniões e necessidades sobre acessibilidade em espaços naturais (Unidades de conservação e trilhas). Os participantes do estudo são pessoas com deficiência visual, pessoas cegas e com baixa visão, incluindo você. Remotamente as pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os dois pesquisadores responsáveis por esta investigação: Sabrina Mangrich de Assunção, atual mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e o Prof. Dr. Orlando Ferretti, orientador do projeto de pesquisa e coordenador do grupo de pesquisa Observatório de Áreas Protegidas (OBSERVA/UFSC) e do Laboratório de Análise Ambiental (LAAM), do departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Os pesquisadores estarão disponíveis para responder às suas perguntas, bem como esclarecer toda e qualquer dúvida que venha a ter durante a leitura deste TCLE ou durante o questionário. Você ao aceitar Responder o questionário deverá eletronicamente aceitar participar da pesquisa, o que corresponderá marcar a caixa de aceite deste TCLE

ao final da página e responder ao questionário on-line. O questionário será on-line e, portanto respondido no momento e local de sua preferência.

Os procedimentos que serão utilizados na pesquisa estão baseados nas perspectivas teóricas e metodológicas da pesquisa científica. Serão resguardados todos os princípios, termos, definições, esclarecimentos e aspectos éticos exigidos pelo Conselho Nacional de Saúde – no que se refere à pesquisa envolvendo seres humanos – quanto aos cuidados a serem tomados em investigações dessa natureza, contemplando as etapas propostas na Resolução 510/16.

Sua forma de participação consiste em nos relatar, por meio de um questionário, suas experiências e opiniões relacionadas a acessibilidade em áreas protegidas e trilhas. O questionário será aplicado através de um formulário, alocado na plataforma do Google e foi estruturado em 3 partes: dados pessoais, acessibilidade em unidades de conservação e acessibilidade em trilhas, tendo ao todo 50 questões. Para facilitar, as perguntas foram divididas em seções (telas) e estão numeradas, mas não se preocupe se saltar algumas, pois você será direcionado conforme suas respostas.

Esperamos que você se sinta à vontade para responder o questionário e nos relatar suas experiências e sugestões sobre o tema do estudo. Importante ressaltar, que você pode interromper o questionário a qualquer momento e não enviar o formulário sem qualquer necessidade de justificativa.

Solicitamos que tenha especial atenção aos pontos que serão apresentados a seguir:

- Sua participação nesta pesquisa se dá em caráter voluntário e gratuito, você pode recusar-se a participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, mesmo depois de respondida. Em nenhum caso haverá qualquer tipo de penalização. O acesso às informações coletadas diretamente com você e aos resultados gerais obtidos no estudo é de seu direito.
- O risco da pesquisa é mínimo por envolver apenas a resposta ao questionário on-line, o qual foi elaborado com o intuito de que o tempo gasto para seu preenchimento seja em torno de 10 a 20 minutos.
- Para garantir a confidencialidade e a privacidade dos indivíduos, a caracterização dos mesmos será feita por codificação de sua identidade. Ainda assim, é preciso considerar que, apesar de todos os esforços, o sigilo pode, eventualmente, ser quebrado de maneira involuntária e não intencional, podendo ocorrer em casos excepcionais de perda ou roubo de documentos, contas, computadores, pendrive, entre outros equipamentos eletrônicos.
- Todos os dados

obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente com finalidades científicas, podendo servir de base para possíveis publicações e pesquisas futuras, mas resguardando sempre o sigilo e o anonimato, ficando isentos de ônus de qualquer espécie a pesquisadora e a/o entrevistada/o.

- Não existe benefício ou vantagem direta em participar deste estudo. Os benefícios e vantagens em participar são indiretos, proporcionando retorno social através de propostas de melhorias na acessibilidade em áreas protegidas e da publicação dos resultados da pesquisa em eventos e periódicos científicos.
- Se tiver dúvidas em relação ao estudo, como questões de procedimentos, riscos, benefícios, ou qualquer pergunta, por favor, contate os pesquisadores. Endereços para contato da pesquisadora principal e do responsável são listados ao final deste TCLE. Se desejar, ao final do questionário, marque a caixa para receber uma cópia do mesmo, junto com suas respostas que serão enviadas para o endereço eletrônico informado no questionário.

Agradecemos a sua participação e colaboração.

Pesquisadora: _____

Sabrina Mangrich de Assunção

Orientador: _____

Prof. Dr. Orlando Ferretti

Endereços para contato:

- Pesquisadora (mestranda): Sabrina Mangrich de Assunção. E-mail: Sabrina.m.a@hotmail.com.

Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina - Campus Universitário - Trindade - CEP: 88040-970.

- Pesquisador Responsável (Orientador): Prof. Dr. Orlando Ferretti. E-mail: orlando.ferretti@ufsc.br. Fone: (48) 996161395. Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina - Campus Universitário - Trindade - CEP: 88040-970.

Orientação: Tipo de pergunta, caixa de seleção. Marcado opção Obrigatório.

DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE: Declaro que li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e concordo em participar desse estudo, que fui informado(a) sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Fui informado(a) que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Caixa para aceitar o Termo de Consentimento livre e Esclarecido.

Eu li o TCLE e aceito participar da pesquisa.

Seção 3. (Dados pessoais):

Orientação: Tipo de pergunta, múltipla escolha. Para marcar uma opção. Marcado caixa de Obrigatório.

1: Sexo: (selecione uma opção.)

Feminino

Masculino

Outro

Orientação: Tipo de pergunta, múltipla escolha. Para marcar uma opção. Marcado caixa de Obrigatório.

2: Qual sua faixa etária (selecione a opção)

18 a 25

26 a 35

36 a 45

46 a 55

- 56 a 65
- 66 a 75
- Mais de 75

Orientações: Tipo de pergunta, frase curta. Marcado caixa de Obrigatório.

3: Cidade onde reside:

Orientação: Lista suspensa para marcar uma opção. Foi adicionado todos os Estados por Extenso. Marcado caixa de Obrigatório.

4: Estado: (selecione o Estado onde reside.)

Orientação: Tipo de pergunta, múltipla escolha para marcar uma opção. Marcado caixa de Obrigatório.

5: Você se considera pessoa: (selecione uma opção.)

- Cega
- Baixa-visão

Orientação: Tipo de pergunta, múltipla escolha para marcar uma opção. Marcado caixa de Obrigatório. Marque a opção ir para seção com base na resposta. Adquirida, ir para a seção (dados pessoais (2)). Congênita, ir para a seção (Sobre Unidades de Conservação).

6: Sua deficiência visual é considerada: (selecione uma opção.)

- Congênita.
- Adquirida.

seção 4. (Dados pessoais (2)).

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de Obrigatório.

6.1: Com que idade você perdeu a visão ou se tornou pessoa com baixa visão?

seção 5. (Sobre Unidade de Conservação).

Orientação: Tipo de pergunta, múltipla escolha para marcar uma opção. Marcado caixa de Obrigatório. Marque a opção ir para seção com base na resposta. Sim e talvez, ir para a seção (Sobre Unidade de Conservação (3)). Não, ir para a seção (Sobre Unidade de Conservação (2)).

7: Você já frequentou alguma unidade de conservação? Por exemplo: Parque, Estação ecológica, Monumento Natural, Refúgio da Vida Silvestre, Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Pode ser alguma trilha ou área de lazer como camping, lagos, lagoas e outros que se localizem em uma Unidade de Conservação. (Selecione uma opção.)

- Sim.
- não.
- Não sei.

seção 6. (Sobre Unidade de Conservação (2)).

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

7.1: Quais os motivos existentes para não frequentar unidade(s) de Conservação?

seção 7. (Sobre Unidade de Conservação (3)).

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

7.2: Quais os nomes dos locais e onde se localizam? (cidade estado e país) (Se for mais de um local, escreva separando-os por ponto final)

Orientação: Tipo de pergunta, múltipla escolha para marcar uma opção. Marcado caixa de obrigatório.

7.3: Como você foi: (se frequentou mais de um lugar, escolha a opção mais frequente. (selecione uma opção.)

Sozinho(a)

Acompanhado(a)

Orientações: Tipo de pergunta, resposta curta. Marcado caixa de obrigatório.

7.4: Quem promoveu o(os) passeio(os) realizado(os)?

Orientação: Tipo de pergunta caixa de seleção. Adicionada validação da resposta com a mensagem de erro (Você precisa escolher ao menos uma opção.). Marcado caixa de obrigatório.

7.5: Como fez o deslocamento de sua casa até a Unidade de Conservação? (Selecione uma ou mais opções.)

Carro

Ônibus

Metrô e/ou Trem

Táxi

A pé

Outro

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

7.6: Quais os conhecimentos que adquiriu ao frequentar essa(s) unidade(s) de conservação?

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

7.7: Como foi a experiência de frequentar essa(s) unidade(s) de conservação?

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

7.8: Qual a sua opinião sobre a acessibilidade nesses locais? Descreva os itens de acessibilidade ofertados na trilha.

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

7.8.1: Qual a sua opinião sobre a acessibilidade nesses locais? Descreva os itens de acessibilidade ofertados em lagos, lagoas (campo para escrever).

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

7.8.2: Qual a sua opinião sobre a acessibilidade nesses locais? Descreva os itens de acessibilidade oferecidos em Instalações físicas em Unidades de Conservação.

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

7.9: Quais as barreiras de acessibilidade que você encontrou para frequentar um desses espaços? Pode ser barreira arquitetônica, atitudinal, informacional e programática.

Orientações: Tipo de pergunta, múltipla escolha. Marcado caixa de obrigatório. Marque a opção ir para seção com base na resposta. Sim, ir para a seção (Sobre Unidade de Conservação (4)). Não, ir para a seção (Sobre Unidade de Conservação (6)).

7.10: Quando você frequenta esses espaços, ouve atendimento adequado dos funcionários? (Selecione uma opção.)

Sim

Não

Seção 8. (Sobre Unidade de Conservação (4)).

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

7.10.1: Como foi este atendimento? aponte aspectos importantes.

Seção 9. (Sobre Unidade de Conservação(5)).

Orientações: Tipo de pergunta, múltipla escolha. Marcado caixa de obrigatório. Marque a opção ir para seção com base na resposta. Sim, ir para a seção (Sobre Unidade de Conservação (6)). Não, ir para a seção (Sobre Unidade de Conservação (7)).

8: Considera Importante a Capacitação dos Funcionários, Voluntários ou Condutores para atender pessoas com deficiência em Unidades de Conservação? (Selecione uma opção.)

Sim.

Não.

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

8.1. Por quê?

Seção 10. (Sobre Unidade de Conservação(6)).

Orientações. Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

8.2: Quais os aspectos importantes a serem trabalhados nestas capacitações? Aponte sugestões .

Seção 11. (Sobre Unidade de Conservação(7)).

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

9: Independente de ter frequentado ou não. O que você considera importante para uma Unidade de Conservação ser acessível?

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

10: Em sua opinião, quais estratégias podem ser criadas para estimular as pessoas com deficiência visual a frequentarem espaços naturais (Unidades de conservação) e/ou trilhas?

Orientações. Tipo de pergunta, múltipla escolha. Marcado caixa de obrigatório. Marque a opção ir para seção com base na resposta. Sim, ir para a seção (Sobre Unidade de Conservação (8)). Não, ir para a seção (Sobre Trilhas).

11: Conhece algum espaço natural (Unidade de conservação) acessível? (selecione uma opção.)

sim.

Não.

Seção 12. (Sobre Unidade de Conservação (8)).

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

11.1: Identifique o nome do local, Cidade e Estado.

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

11.2: O que você encontrou neste espaço para considerá-lo acessível?

Seção 13. (Sobre trilhas).

Orientações: Tipo de pergunta caixa de seleção. Adicionada validação da resposta com a mensagem de erro (Você precisa escolher ao menos uma opção.). Marcado caixa de obrigatório.

12: Quais as características mais relevantes em uma trilha que desperta o seu interesse em fazê-la: (Selecione uma ou mais opções.)

grau de dificuldade

altimetria (Altitude)

tipo de ambiente

temperatura

tipos de terreno

desafio pessoal

Nenhum, não gosto de fazer trilhas.

outros.

Orientações: Tipo de pergunta, múltipla escolha. Marcado caixa de obrigatório. Marque a opção ir para seção com base na resposta. Sim, ir para a seção (Sobre trilhas (2)). Não, ir para a seção (Sobre Trilhas (4)).

13: Você já frequentou trilhas? (selecione uma opção.)

Sim

Não

Seção 14. (Sobre trilhas (2))

Orientações: Tipo de pergunta caixa de seleção. Adicionada validação da resposta com a mensagem de erro (Você precisa escolher ao menos uma opção.). Marcado caixa de obrigatório.

13.1: Você já frequentou trilhas em: (Selecione uma ou mais opções.)

mata.

montanha.

Restinga (vegetação litorânea).

Manguezal.

outro.

Orientações Tipo de pergunta, múltipla escolha. Marcado caixa de obrigatório.

13.2: Você sabe se está localizada em uma Unidade de Conservação ou Parque Natural? (selecione uma Opção.)

Sim.

Não.

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

13.3. Que dificuldades ou barreiras você encontrou ao fazer uma trilha? Podem ser Atitudinais, informacionais, programáticas, arquitetônicas e/ou outras.

Orientações: Tipo de pergunta, múltipla escolha. Marcado caixa de obrigatório. Marque a opção ir para seção com base na resposta. Guia vidente ,, ir para a seção (Sobre trilhas (3)). Sozinho, ir para a seção (Sobre Trilhas (4)).

13.4: Como você percorreu a trilha? (Selecione uma opção.)

com guia vidente.

Sozinho.

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

13.4.1: por quê?

Seção 15. (Sobre trilhas (3))

Orientações: Tipo de pergunta, múltipla escolha. Marcado caixa de obrigatório.

13.5: Foi acompanhado com guia credenciado por alguma instituição local capacitada para conduzir em trilhas? (Selecione uma opção.)

Sim.

Não.

Orientações: Tipo de pergunta, múltipla escolha. Marcado caixa de obrigatório.

13.6: O guia estava capacitado para fazer o atendimento de pessoas com deficiência visual? (selecione uma opção.)

- sim.
- Não.

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

13.6.1: Por quê?

Seção 16. (Sobre trilhas (4))

Orientações: Tipo de pergunta caixa de seleção. Adicionada validação da resposta com a mensagem de erro (Você precisa escolher ao menos uma opção.). Marcado caixa de obrigatório.

14: Considera algum desses obstáculos impedimento para fazer uma trilha? (Selecione uma ou mais opções.)

- raízes.
- rochas (pedras)
- Muitas subidas e descidas,
- Diferentes pisos.
- galhos.
- Não considero
- Outro

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

14.1: Por quê?

Orientações: Tipo de pergunta caixa de seleção. Adicionada validação da resposta com a mensagem de erro (Você precisa escolher ao menos uma opção.). Marcado caixa de obrigatório.

15: O que você considera importante para seu deslocamento em uma trilha? (marque uma ou mais opções.)

- (corda guia para se orientar com a mão.
- corrimão.
- corda guia para rastrear com bengala
- guia vidente
- Não considero
- outro

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

15.1: Por quê?

Orientações: Tipo de pergunta caixa de seleção. Adicionada validação da resposta com a mensagem de erro (Você precisa escolher ao menos uma opção.). Marcado caixa de obrigatório.

16: De que forma você gostaria de receber informações sobre uma trilha? (Selecione uma ou mais opções.)

- Maquete da trilha.
- Folders em Braille e ampliado.
- Totens e placas em braille e ampliado.
- Informações acessíveis em meio digital
- Nenhum
- outro

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

16.1: Por quê?

Orientações: Tipo de pergunta, múltipla escolha. Marcado caixa de obrigatório.

17: Considera fundamental a descrição da paisagem? (selecione uma opção .)

- Sim.
- Não

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

17.1: Por quê?

Orientações: Tipo de pergunta, múltipla escolha. Marcado caixa de obrigatório. Marque a opção ir para seção com base na resposta. Sim, ir para a seção (Sobre trilhas (5)). Não, ir para a sessão (Questão final).

18: Conhece alguma trilha acessível. (selecione uma opção.

- sim.
- Não.

Seção 17. (Sobre trilhas (5))

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

18.1 Identifique o nome da trilha, cidade e Estado.

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Marcado caixa de obrigatório.

18.2: O que você encontrou nesta trilha para considerá-la acessível?

Seção 18. (Questão Final)

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Não marcado caixa de obrigatório.

19: Você gostaria de comentar algum assunto que não foi abordado neste questionário?

Orientações: Tipo de pergunta, parágrafo. Não marcado caixa de obrigatório.

20: Você gostaria de receber o resultado desta pesquisa? Deixe seu e-mail abaixo.

APÊNDICE E - NOME E URL DAS PÁGINAS VISITADAS

- ACRE. **Instituto do Meio Ambiente do Acre (IMAC)**. <<http://imac.acre.gov.br/>>.
- ALAGOAS. **Instituto do Meio Ambiente do Estado do Alagoas (IMA)**. <www.ima.al.gov.br>.
- AMAPÁ. **Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP)**. <www.imap.ap.gov.br>.
- AMAPÁ. **Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA)**. <<https://sema.portal.ap.gov.br/>>.
- AMAZONAS. **Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM)**. <<http://www.ipaam.am.gov.br/>>.
- BAHIA. **Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA)**. <www.ima.ba.gov.br>.
- BAHIA. **Secretaria Estadual do meio Ambiente da Bahia (SEMA)**. <www.meioambiente.ba.gov.br>.
- BELO HORIZONTE. **Parque Francisco Lins do Rego**. <<https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-de-parques-e-zoobotanica/informacoes/parques/parque-ecologico-da-pampulha>>.
- CEARÁ. **Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE)**. <www.semace.ce.gov.br>.
- DISTRITO FEDERAL. **Instituto Brasília Ambiental do Distrito Federal (IBRAM)**. <www.ibram.df.gov.br>.
- ESPÍRITO SANTO. **Instituto Estadual do Meio Ambiente do Espírito Santo (IEMA)**. <www.iema.es.gov.br>.
- ESPÍRITO SANTO. **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos do Espírito Santo (SEAMA)**. <www.seama.es.gov.br>.
- GOIÁS. **Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco (PEAMP Goiás)**. <<https://www.meioambiente.go.gov.br/aceso-a-informacao/118-meio-ambiente/unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o/1110-parque-estadual-altamiro-de-moura-pacheco-peamp.html>>.
- GOIÁS. **Unidade de Conservação SEMAD/GO**. <<https://www.meioambiente.go.gov.br/meio-ambiente-e-recursos-h%C3%ADdricos/parques-e-unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o.html>>.
- GOIÁS. **Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Goiás (SEMAD)**. <<https://www.meioambiente.go.gov.br/>>.
- ICMBIO. **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)**. <www.icmbio.gov.br>.
- ICMBIO. **Parque Nacional da Tijuca Rio de Janeiro**. <<https://parquenacionaldatijuca.rio/>>.
- MARANHÃO. **Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA)**. <www.sema.ma.gov.br>.

- MATO GROSSO. **Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA)**. <www.sema.mt.gov.br>.
- MATO GROSSO DO SUL. **Instituto do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (IMASUL)**. <www.imasul.ms.gov.br>.
- MINAS GERAIS. **Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais (FEAM)**. <www.feam.br>.
- MINAS GERAIS. **Parque Estadual do Ibitipoca Minas Gerais**. <<https://www.parqueibitipoca.eco.br/>>.
- MINAS GERAIS. **Parque Estadual do Itacolomi Minas Gerais**. <<http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/193-parque-estadual-do-itacolomi>>.
- MONTANHA PARA TODOS. **Montanha para todos**. <<https://montanhaparatodos.com.br/>>.
- PARÁ. **Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Pará (SECTAM)**. <www.sema.pa.gov.br>
- PARAÍBA. **Superintendência do Meio Ambiente da Paraíba (SUDEMA)**. <www.sudema.pb.gov.br>
- PARANÁ. **Instituto Ambiental do Paraná (IAP)**. <www.iap.pr.gov.br>.
- PARANÁ. **Agência de Notícias Governo Estadual do Paraná**. <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=110406&tit=Cadeiras-especiais-levam-acessibilidade-a-Ilha-do-Mel>>.
- PERNAMBUCO. **Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Pernambuco (CPRH)**. <www.cprh.pe.gov.br>.
- PIAUI. **Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí (SEMAR)**. <www.semar.pi.gov.br>.
- RIO DE JANEIRO. **Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. <<https://www.gov.br/jbrj/pt-br>>.
- RIO DE JANEIRO. **Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA)**. <www.inea.rj.gov.br>
- RIO GRANDE DO SUL. **Área de Proteção Ambiental Rota do Sol Rio Grande do Sul**. <<https://www.sema.rs.gov.br/area-de-protecao-ambiental-rota-do-sol>>.
- RIO GRANDE DO SUL. **Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler do Rio Grande do Sul (FEPAM)**. <www.fepam.rs.gov.br>.
- RIO GRANDE DO SUL. **Estação Ecológica Estadual Aratinga Rio Grande do Sul**. <<https://www.sema.rs.gov.br/estacao-ecologica-estadual-aratinga>>.
- RIO GRANDE DO SUL. **Jardim Botânico da UFSM Rio Grande do Sul**. <<https://www.ufsm.br/orgaos-suplementares/jardim-botanico/>>.
- RIO GRANDE DO SUL. **Parque Estadual Delta do Jacuí Rio Grande do Sul**. <<https://www.sema.rs.gov.br/parque-estadual-delta-do-jacui>>.
- RIO GRANDE DO SUL. **Parque Estadual de Espigão Alto Rio Grande do Sul**. <<https://www.sema.rs.gov.br/parque-estadual-de-espigao-alto>>.

RIO GRANDE DO SUL. **Parque Estadual de Itapeva** Rio Grande do Sul. <<https://sema.rs.gov.br/visitacao-parque-estadual-de-itapeva>>.

RIO GRANDE DO SUL. **Parque Estadual de Itapuã** Rio Grande do Sul. <<https://sema.rs.gov.br/parque-estadual-de-itapua-60661f5799c46>>.

RIO GRANDE DO SUL. **Parque Estadual do Tainhas** Rio Grande do Sul. <<https://www.sema.rs.gov.br/parque-estadual-do-tainhas>>.

RIO GRANDE DO SUL. **Parque Estadual do Turvo** Rio Grande do Sul. <<https://sema.rs.gov.br/visitacao-parque-estadual-do-turvo>>.

RIO GRANDE DO NORTE. **Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA)**. <www.idema.rn.gov.br>.

RONDÔNIA. **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (SEDAM)**. <www.sedam.ro.gov.br>.

RORAIMA. **Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima (FEMARH)**. <www.femarh.rr.gov.br>.

SANTA CATARINA. **Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA)**. <www.ima.sc.gov.br>

SÃO PAULO. **Parque Municipal Anhanguera** São Paulo. <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/programacao/index.php?p=5730>.

SÃO PAULO. **Trilha do silêncio** São Paulo. <<https://guiadeareasprotegidas.sp.gov.br/trilha/trilha-do-silencio/>>.

SÃO PAULO. **Fundação Florestal** São Paulo. <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/>>.

SÃO PAULO. **Parque Estadual do Jaraguá** São Paulo. <<https://guiadeareasprotegidas.sp.gov.br/ap/parque-estadual-jaragua/>>.

SÃO PAULO. **Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo (SIMA)**. <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/>>.

SÃO PAULO. **Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SEMA)**. <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutoflorestal/>>.

SERGIPE. **Administração Estadual do Meio Ambiente de Sergipe (ADEMA)**. <www.adema.se.gov.br>

TOCANTINS. **Instituto Natureza do Estado do Tocantins (NATURATINS)**. <www.naturatins.to.gov.br>.